

FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE

**A INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO
CAPARAÓ (1961-2014) SOBRE A MUDANÇA DA PAISAGEM
EM ALTO CAPARAÓ (MG): SOB A PERSPECTIVA DO
TURISMO.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

A485i
2016
Amarante, Fahrenheit Barbosa, 1986-
A influência da criação do Parque Nacional do Caparaó
(1961-2014) sobre a mudança da paisagem em Alto Caparaó
(MG) : sob a perspectiva do turismo / Fahrenheit Barbosa
Amarante. – Viçosa, MG, 2016.
xv, 276f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.241-250.

1. Turismo. 2. Paisagens. 3. Avaliação paisagística.
4. Percepção Geográfica. 5. Parque Nacional do Caparaó (ES e
MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Artes
e Humanidades. Programa de Pós-graduação Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 918.8151

FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE

**A INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO
CAPARAÓ (1961-2014) SOBRE A MUDANÇA DA PAISAGEM
EM ALTO CAPARAÓ (MG): SOB A PERSPECTIVA DO
TURISMO.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 26 de agosto de 2016.

Kerley dos Santos Alves

Edson Soares Fialho

Ângelo Adriano Faria de Assis
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares: em especial “Vó Vadinha” que me ensinou desde criança a amar a história. Ao meu pai, por sempre acreditar em meu potencial e me incentivar sempre. A minha mãe, mesmo que em “tempos complexos”, me apoiou na caminhada rumo ao conhecimento. Ao meu irmão, Kelvin, que me guiava para não perder o foco. À minha filha Ana Luiza, embora sem entender o que eu tanto fazia na escola, esperava me com abraços e carinho todas as noites em que eu voltava cansada e estressada. Aos demais familiares, que de alguma forma me incentivaram a persistir no sonho acadêmico, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores Juca Villaschi, por ter me apresentado ao patrimônio e ter me feito descobrir os seus sentidos, a professora Kerley Alves, esteve do meu lado sempre durante o percurso de graduação e mestrado. O professor André Faria que dispôs seu empenho e atenção ao percurso do desenvolvimento deste trabalho, sem seu auxílio a execução do mesmo não seria possível, ao docente Ângelo Assis pela orientação e ao professor Leonardo Civale, que mesmo de longe, sempre esteve tão próximo ao meu trabalho, auxiliando me quando foi preciso. Obrigada a todos vocês.

Aos colegas do curso, pela amizade, paciência, disposição em me auxiliar nos momentos (que não foram poucos) que mais precisei, principalmente a: Nayara, Walkiria, Carolina, Janaína, Isabela e Ariane. Sou muito grata a tudo que fizeram e ainda fazem por mim, vocês são muito especiais em minha vida.

Aos colegas do meu trabalho, que sempre me auxiliaram da maneira possível com a minha ausência, em virtude de atividades e /ou pesquisas desse mestrado.

Aos amigos queridos, que mantiveram a paciência e a palavra acolhedora em momentos tão difíceis que passaram nestes dois anos, em especial: Cyntia, Mariana, Natália, Pollyanna, Mayra, Thatiana, Thatianne, Márcia, Monize e todos aqueles que me ajudaram a passar por essa fase única.

Aos moradores de Alto Caparaó, especialmente ao Carlos Bezerra, Arlene Abdel, Rilsa, Cleudes, Aides e Antônio Leite que me proporcionaram conhecimento e um outro olhar sobre a então desconhecida Alto Caparaó. Vocês foram cruciais na realização de meu trabalho e vivência.

Aos participantes do curso: “Qualidade no atendimento ao turista: entendendo a dinâmica do turismo e suas possibilidades para o mercado de trabalho”, que fizeram nossos

encontros prazerosos e ricos em troca de experiências. Vocês foram indispensáveis para a finalização do meu trabalho.

Ao Ricardo, meu amor, que esteve ao meu lado em todos os instantes, não me deixando\ desencorajar e fazendo o impossível para que eu cumprisse essa etapa da melhor forma possível. Sem você, meu amor, eu não teria conseguido. Obrigada!

“Não só transforma a sua mente, o TURISMO muda o rumo da sua história”
(Rinaldo Pedro)

RESUMO

AMARANTE, Fahrenheit Barbosa, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2016. **A influência da criação do Parque Nacional do Caparaó (1961-2014) sobre a mudança da paisagem em Alto Caparaó-MG: sob a perspectiva do turismo.** Orientador: Ângelo Adriano Faria de Assis.

Nesta pesquisa, foi estudada a ocorrência dos impactos da atividade turística, que condicionaram transformações na paisagem em Alto Caparaó. A partir da criação deste Parque Nacional, pautada sobre a lógica do desenvolvimento local. O trabalho foi desenvolvido com pesquisa in loco, além de realização de entrevistas semiestruturadas, destinadas aos representantes dos setores envolvidos no município como gestão do Parque, Secretaria de Turismo, Trade turístico e sociedade civil. O turismo, mesmo que incipiente no município, vem trazendo modificações em suas estruturas locais, mas ainda não possui relevância reconhecida como a cafeicultura, para a população e o poder público. No entanto, medidas tem sido feita, para a otimização dessa atividade, visualizando uma forma de desenvolver a região.

ABSTRACT

AMARANTE, Fahrenheit Barbosa, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2016. **The influence from create of Caparaó National Park (1961-2014) about the changing the landscape of Alto Caparaó city: the point of view tourism.** Adviser: Angelo Adriano Faria de Assis.

In this research, we studied how the impacts of tourism conditioned changes on the landscape in Alto Caparaó from the creation of Caparaó National Park, based on logic of local development. The work was developed through site investigation, over and above earlier structured interviews for some representatives of sectors involved in the city as Management Park, Department of Tourism, Tourist Trade and civil society. The tourism, even though incipient in the city, has been bringing changes in its local structures, but it still not a recognized relevance as coffee for population and the government. However, measurements have been made for optimization of this activity, which has been viewed as a way to develop the region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Alto Caparaó.	51
Figura 2 – As microrregiões da Zona da Mata Mineira.	52
Figura 3 – Mapa de Minas Gerais no século XVIII	53
Figura 4 – Mapa da Estrada de Ferro “The Leopoldina Railway” - 1924.....	57
Figura 5 – Vista do distrito de Alto Caparaó, início do século XX.....	59
Figura 6 – Carregamento de madeira no interior do Parque Nacional do Caparaó.....	61
Figura 7 – Casa de campo construída inicialmente para abrigar campeiros.	62
Figura 8 – Captura e prisão dos Guerrilheiros em Alto Caparaó - 1967	65
Figura 9 – Gráfico da taxa de crescimento anual – 2000 a 2010.....	67
Figura 10 – Gráfico da escolaridade da população com 25 anos ou mais.....	70
Figura 11 – Gráfico da evolução do IDHM de Alto Caparaó/MG.....	72
Figura 12 – Gráfico da distribuição de renda por quintos de população - 1991, 2000 e 2010.	72
Figura 13 – Gráfico da distribuição de renda por quintos de população - 1991, 2000 e 2010.	76
Figura 14 – Gráfico da distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município - 2011.....	77
Figura 15 – Gráfico da distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) - 2011.....	77
Figura 16 – Gráfico da participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto - 2012.. ..	78
Figura 17 – Gráfico da composição da população de 18 anos ou mais - 2010.....	79
Figura 18 – Gráfico de pessoas ocupadas, por posição na ocupação - 2010.....	80
Figura 19 – Gráfico da taxa de desemprego por área selecionada - 2010.....	81
Figura 20 – Gráfico de admitidos e desligados no município - 2005 a 2010.....	82
Figura 21 – Localização da área do PARNA Caparaó.....	85
Figura 22 – Os municípios que integram o PARNA Caparaó.....	85
Figura 23 – Sr. Inimá de Campos Soares.....	96

Figura 24 – Vista da portaria do PNC em Alto Caparaó.....	107
Figura 25 – Vista da Portaria do PNC em Pedra Menina/ES.....	108
Figura 26 – Primeira portaria do PNC em Alto Caparaó.....	108
Figura 27 – Gráfico: Tipo de Acompanhamento nas visitas.....	113
Figura 28 – Gráfico: Número de acompanhantes por classe.....	114
Figura 29 – Composição por Faixa Etária dos Grupos com Crianças.....	115
Figura 30 – Gráfico: Ocupação dos Entrevistados.....	116
Figura 31 – Gráfico: Grau de Escolaridade dos Entrevistados.....	117
Figura 32 – Gráfico: Renda Familiar Mensal por Classe de Renda.....	117
Figura 33 – Gráfico: Meio de transporte utilizado.....	118
Figura 34 – Gráfico: Permanência exclusiva devido à visitação do Parque.....	119
Figura 35 – Gráfico: Visitação à Unidade de Conservação por outros motivos.....	119
Figura 36 – Gráfico: Tempo total de viagem.....	120
Figura 37 – Gráfico: Permanência na Visitação no Parque.....	121
Figura 38– Gráfico: Motivo da visita a esta Unidade de Conservação.....	121
Figura 39 – Gráfico: Houve pernoite em função da visita ao Parque/atrativo.....	122
Figura 40 – Gráfico: Tipo de Hospedagem utilizado.....	123
Figura 41 – Gráfico: Frequência Relativa dos Gastos.....	123
Figura 42 – Gráfico: Gastos com pacotes por classes.....	124
Figura 43 – Gastos na cidade onde se localiza o Parque.....	125
Figura 44 – Distribuição dos gastos exclusivos no Parque.....	125
Figura 45 – Gráfico: Distribuição do Gasto Total da Visitação.....	126
Figura 46 – Gráfico: Forma de Organização da Viagem.....	127
Figura 47 – Gráfico: Número de vezes que já visitou o Parque.....	127
Figura 48 – Gráfico: Composição das origens (U.F.), por UC.....	128
Figura 49 – Arraial Alto Caparaó a 1030 metros.....	139

Figura 50 – Alto Caparaó, sem data.....	139
Figura 51 – Prêmio de melhor café do Brasil de 2014.....	153
Figura 52 – Prêmio de melhor café do Brasil de 2015.....	153
Figura 53 – Prêmios recebidos pela Fazenda Ninho de Águia em concursos de café.....	154
Figura 54 – Alto Caparaó nos anos 2000.....	159
Figura 55 – Alto Caparaó nos anos 1970.....	159
Figura 56 – Placa localizada na entrada da cidade.....	172
Figura 57 – Segmentos do Turismo: Cultural e Ecoturismo.....	189
Figura 58 – Segmento do Turismo: Turismo de Aventura e Turismo Rural.....	190
Figura 59 – Segmento do Turismo: Eventos.....	190
Figura 60 – Cursistas assistindo a um vídeo sobre qualidade no atendimento.....	193
Figura 61 – Vídeo sobre tratamento diferenciado.....	193
Figura 62 – Como atender estes turistas.....	195
Figura 63 – Momento em que houve explanação sobre a experiência profissional na área...196	
Figura 64 – Estudo de Caso 1: atendimento ao cliente externo.....	196
Figura 65 – Estudo de caso 2: problemas com o cliente interno.....	198
Figura 66 – Alto Caparaó no século XX.....	200
Figura 67– Alto Caparaó no século XXI.....	200
Figura 68 – As contradições da atividade turística.....	201
Figura 69 – Foto de uma cursista em que são mostrados o distrito de Alto Caparaó e a onça pintada (década de 1970).....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados referentes ao município de Alto Caparaó.....	52
Tabela 2 – Tabela da população total, por Gênero, Rural/Urba.....	67
Tabela 3 – Tabela Estrutura Etária da População – Alto Caparaó/MG.....	68
Tabela 4 – Tabela Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Alto Caparaó/MG.....	69
Tabela 5 – Tabela indicadores de Habitação – Alto Caparaó/MG.....	69
Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes.....	71
Tabela 7 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Alto Caparaó/MG.....	74
Tabela 8 – vulnerabilidade Social – Alto Caparaó/MG.....	75
Tabela 9 – Ocupação da população de 18 anos ou mais – Alto Caparaó.....	79
Tabela 10 – Visitação anual do Parque Nacional do Caparaó.....	111
Tabela 11 – Intenção de retornar à área conservada.....	128
Tabela 12 – Repasses de IMC em Alto Caparaó: 2010 – 2015.....	162
Tabela 13 – Plano de curso de capacitação profissional.....	184
Tabela 14 – Exercícios de atividade proposta no módulo 1.....	187
Tabela 15 – Exercícios de atividade proposta no módulo 2.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFV – Universidade Federal de Viçosa.

UC – Unidade de Conservação.

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

WWF – World Wide Fund for Nature.

PNC – Parque Nacional do Caparaó.

AIEST – Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

ONU – Organização das Nações Unidas.

ODM – Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ST_EP44 – Turismo Sustentável e Erradicação da Pobreza.

ABAV – Associação Brasileira de Agentes de Viagens.

TAM – Táxi Aéreo Marília

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo.

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

PIB – Produto Interno Bruto.

ECO-92 – Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

SNTS – Secretaria Nacional de Turismo e Serviços

PNT – Política Nacional de Turismo.

MTUR – Ministério do Turismo.

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo.

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

IBC – Instituto Brasileiro de Café

FAB – Força Aérea Brasileira

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social.

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

AMPS – Associação de Moços de Presidente Soares

CEB – Centro de Excursionismo Brasileiro.

UBE – União Brasileira de Excursionismo.

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

GRU – Guia de Recolhimento da União.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais.

IPTU – Imposto Predial sobre Território Urbano.

ACIAT – Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Turismo de Alto Caparaó

Capes – Centro de Aperfeiçoamento Profissional de Escolaridade Superior.

VASP – Viação Aérea São Paulo

WTTC – World Travel & Tourism Council (Conselho Mundial de Viagem e Turismo).

COLTEC – Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
PARTE I.....	10
2 OS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E SUA CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO PAISAGÍSTICA.....	11
2.1 O Turismo e suas interfaces.....	12
2.2 O turismo no Brasil	17
2.3 O Turismo e o desenvolvimento local	23
2.4 Ecoturismo	29
2.5 A Problemática Ambiental	34
2.6 Lugar, Paisagem e Urbanização.....	38
3 A OCUPAÇÃO DA SERRA DOS AYMORÉS E SEUS DESDOBRAMENTOS	51
3.1 Localização da área	51
3.2 “A descoberta” da Zona da Mata Mineira.....	53
3.2.1 Histórico de Alto Caparaó	58
3.2.2 A Guerrilha do Caparaó	64
3.3 Formação Administrativa.....	66
3.4 Aspectos Sociais de Alto Caparaó	66
3.5 Aspectos Econômicos de Alto Caparaó.....	76
4 A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ E SUAS REPERCURSÕES.	84
4.1 Localização e caracterização da área	84
4.2 O pensamento de proteção ao meio ambiente chega ao Brasil.....	86
4.3 Criação do Parque Nacional do Caparaó.....	88
4.3.1 Associação de Moços de Presidente Soares – AMPS.....	93
4.3.2 Sr. Inimá de Campos Novaes	96
4.3.3 Centro de Excursionistas Pico da Bandeira	98

4.3.4 O Parque criado por um Decreto	101
4.4 O funcionamento do Parque Nacional do Caparaó.....	102
4.5 Informações sobre o Parque Nacional do Caparaó.....	104
4.5.1 Infraestrutura do Parque Nacional do Caparaó	105
4.5.2 Atrativos do Parque	107
4.6 A visitação ao Parque Nacional do Caparaó.....	109
4.7 O Parque Nacional do Caparaó e o município de Alto Caparaó	129
5 O TURISMO COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ALTO CAPARAÓ	133
5.1 A trajetória do turismo no município de Alto Caparaó.....	134
5.1.1 A chegada do cientificismo à Serra do Caparaó	134
5.2 Fatores de atratividade turística à Região do Caparaó	136
5.3 A influência do turismo sobre a mudança da paisagem em Alto Caparaó	137
5.4 O turismo e o PNC.....	143
5.5 A produção cafeeira e o Turismo	151
5.6 As consequências do PNC	157
PARTE II.....	177
6 A CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	1788
6.1 Apostila.....	20909
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2388
8 FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2411
Fontes Documentais.....	2411
Fontes Impressas	2411
Eletrônicos.....	2411
Entrevistas.....	2444
Referências Bibliográficas	2455

Dicionários.....	2455
Dissertações e Teses.....	2455
Artigos, capítulos de livros e livros.....	2466
ANEXO A – Autorização para atividades com finalidade científica.....	2511
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP.....	2544
ANEXO C – Roteiro de Entrevista Semi-estruturada.....	2577
ANEXO D – Atrativos do Parque.....	259
ANEXO E – Autorização de uso de Imagem.....	2600
ANEXO F – Autorização de uso de Imagem.....	2611
ANEXO G – Autorização de uso de Imagem.....	2622
ANEXO H – Autorização de uso de Imagem.....	2633
ANEXO I – Autorização de uso de Imagem.....	2644
ANEXO J – Autorização de uso de Imagem.....	2655
ANEXO K – Autorização de uso de Imagem.....	2666
ANEXO L – Autorização de uso de Imagem.....	2677
ANEXO M – Autorização de uso de Imagem.....	2688
ANEXO N – Autorização de uso de Imagem.....	26969
ANEXO O – Autorização de uso de Imagem.....	2700
ANEXO P – Autorização de uso de Imagem.....	2711
ANEXO Q – Resposta de Atividades.....	2722
ANEXO R – Resposta de Atividades.....	2733
ANEXO S – Relato sobre a percepção do turismo como influenciador do desenvolvimento local.....	2744
ANEXO T – Algumas fotografias referentes ao curso de qualidade no atendimento ao turista.....	2755
ANEXO U – Algumas fotografias referentes ao curso de qualidade no atendimento ao turista.....	2766

1 INTRODUÇÃO

O sonho de ingressar em um mestrado se fez presente em minha vida, desde o início da vida acadêmica, porém a formação em turismo e as possíveis áreas de pós-graduação sempre foram restritas e em lugares distantes. No ano de 2013, quando houve a abertura do edital para o processo seletivo do mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na Universidade Federal de Viçosa -UFV, abriu-se uma esperança, assim consegui entrar para a primeira turma deste programa e surgiram possibilidades de crescimento através de debates e novas abordagens multidisciplinares.

A escolha pelo tema da pesquisa foi pensada de acordo com a união da minha¹ formação inicial, o mercado de trabalho e a discussão acadêmica. Foram levados em consideração como: a seleção de um tema que possuísse caráter inovador, possibilitando abertura a discussões acerca dessa temática. O conceito de lugar, que segundo Milton Santos², é onde as relações humanas acontecem, em que os homens buscam referências e constroem os valores para uma vida em sociedade. No entanto, é de caráter subjetivo, o que não teria profundidade suficiente a essa investigação, que ao longo do tempo foi sobressaindo à paisagem e suas demais peculiaridades, e, sobretudo, pelo interesse em estudar os efeitos do turismo em uma determinada localidade e, averiguar, a possibilidade de desenvolvimento local sob tal perspectiva. Que será desenvolvido no capítulo 1.

A escolha de Alto Caparaó se pautou em: ser uma cidade de pequeno porte, com estrutura rural, e, por ser uma das entradas do Parque Nacional do Caparaó, onde recebe o maior número de visitantes para a Unidade de Conservação-UC³, fazendo indagar quais seriam os impactos causados pelo turismo desde a época em que foi criado em 1961, e como a cidade se organizou e modificou a sua estrutura local (incluindo economia, política, cultura). Além disso, a relação estabelecida entre autóctones e as UC's ali implantadas, mereciam um estudo e uma atenção, assim como afirma Bedim: “Propõe-se, contudo, a repensar as intervenções da atividade turística nos destinos visitados, recolocando os eventuais papéis que

¹ Escolhi referenciar em primeira pessoa para descrever alguns momentos particulares relacionados tanto à pesquisa, quanto ao desenvolvimento do trabalho.

² SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1) p. 210-235.

³ Conclusões tiradas a partir da pesquisa bibliográfica e de campo, que serão melhores discutidas nos capítulos 2, e 3.

as populações locais e seus respectivos meios de vida têm sobre a expansão do turismo pelos territórios, e vice-versa⁴”.

A grande provocação que norteou a pesquisa e seus resultados foi o pensar em que medida, a criação do Parque Nacional do Caparaó- PNC, em função do seu poder de atratividade turística, condicionaria as transformações das paisagens rurais, urbanas e na unidade de conservação? A partir desse pressuposto, algumas hipóteses foram levantadas inicialmente diante do desconhecimento do local, e suposições pautadas em outros estudos de casos, fazendo-nos pensar em que medida a criação do parque, sua exploração turística, poderiam ser consideradas como fatores condicionantes à toda a organização de seu entorno: valorizando monetariamente as terras, reestruturando a esfera produtiva local; além da diferenciação ocorrida na estrutura ocupacional da população que alterou alguns aspectos da organização na área urbanizada, dimensionando até onde vai o protagonismo do Parque nas referidas alterações locais pela mudança da paisagem; e a influência dessa atividade como fator de desenvolvimento local e a permanência dos autóctones.

A pergunta que fundamentou o objetivo geral dessa pesquisa, utilizou-se da questão: Analisar as relações existentes entre a atividade turística e o município de Alto Caparaó (MG) a partir da criação do PNC (1961-2014), tendo com os objetivos específicos: a análise das mudanças que ocorreram no distrito⁵ quando se criou o parque “por um decreto”, investigando quais alterações perceptíveis que foram levantadas, além de analisar de que maneira houve uma (re) organização social local, sendo evidenciadas em várias formas de apropriação da natureza, formas de apropriação do “natural” e na organização territorial da cidade, produzindo seus efeitos nas formações socioespaciais e nas implicações demográficas que envolvem o local.

Entender as mudanças ocorridas na paisagem e os caminhos a seguir tornam-se muito importante e necessárias, garantindo um equilíbrio nas relações sociais e ambientais da área. Apesar de toda reconfiguração espacial ocorrida no perímetro urbano, principalmente com a construção de equipamentos turísticos como meios de hospedagem, restaurantes, não podemos deixar de mencionar mudança significativa da paisagem ao se inaugurar um Parque Nacional que abrange áreas urbanas e rurais dos municípios do entorno, principalmente de Alto Caparaó.

⁴ BEDIM, Bruno Pereira. O Processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): Simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraiso do Capital”. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte.

⁵ Quando o Parque foi criado, Alto Caparaó era distrito de Caparaó.

A parte inicial dessa dissertação foi traçada em arranjo de material bibliográfico que pudesse respaldar a nossa discussão, optamos assim, por autores que debatem sobre o turismo, paisagem, espaço, lugar, desenvolvimento local e sustentável. Realizou-se uma procura incessante por material que polemizasse a relação dessas temáticas e estabelecesse uma associação com os conceitos propostos no texto, elencando os impactos sobre o turismo em localidades, subsidiados por estudos de casos de alguns autores como Bedim, Silva, Coriolano, Yazigi, Cruz⁶, além de outros autores relevantes, que discutem as unidades de conservação, a comunidade e seus desdobramentos como Drummond, Diegues, Luchiari e Irving⁷. Bem como, houve um esforço em problematizar a iniciativa de preservar o meio ambiente e qual foi o posicionamento do Brasil diante de tal discussão, refletindo a maneira de qualificar, criar e gerir as áreas de preservação, que é descrita por várias categorias dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação⁸ - SNUC-.

Compreender estas dinâmicas e os impactos gerados se faz necessário e urgente. A preocupação com a continuidade dos ecossistemas se propaga por muitos anos no decorrer da história humana, as florestas sempre tiveram uma ideia atrelada à riqueza e sobrevivência do homem. Ora, de acordo com a World Wide Fund for Nature (WWF), desde a Antiguidade diversos povos isolavam áreas para a proteção da natureza com finalidades diversas, seja por questões culturais, religiosas, esportivas ou políticas”.⁹.

Na década de 1970, em meio à crise econômica mundial, principalmente relacionado ao sistema de produção e “vivência” dominante, o fordismo, houve uma necessidade de se repensar sobre as estruturas produtivas e os recursos disponíveis, para a sustentação da produção e consumo de massa, que requeria o uso dos recursos naturais de maneira desordenada. Isto porquê, houve a tomada de consciência de que recursos poderiam se esgotar algumas providencias começaram a ser desenvolvidas, tanto de recursos naturais e que houvesse o desenvolvimento de outra atividade (econômica) que não degradasse tanto o meio ambiente. Ganhando assim, pela primeira vez, um olhar mais preocupado com a preservação local. Conferencias foram realizadas, debates abertos, documentos produzidos e dissipação de

⁶ Esses autores são referenciados com mais frequência no capítulo 1.

⁷ Esses autores são referenciados com mais frequência no capítulo 1.

⁸ O SNUC foi criado no ano de 2000, através da Lei 9.985. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

⁹ WORLD Wide Fund for Nature. Disponível em: < <http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

uma corrente ambientalista¹⁰, que se dividia entre conservacionistas e preservacionistas, onde as áreas de proteção deveriam ser utilizadas de maneiras diferentes, na primeira acreditava-se que o homem poderia utilizar os recursos naturais, desde que fosse controlada e a segunda acreditava que a relação humana era totalmente depredatória, mas as duas tinham uma convergência de resguardar aquele local de maiores depredações humanas.

As relações existentes entre a sociedade e a natureza são complexas e determinantes para o entendimento de uma estabelecida paisagem. As ligações presentes entre a área urbana e rural acabam por influir nas diversas formas de apropriação, como, por exemplo, o uso dos espaços para desenvolvimento de atividades recreativas ou produtivas e as dinâmicas da paisagem.

O levantamento de dados referentes a Alto Caparaó foram difíceis, pois os materiais publicados sobre tal localidade, estavam divididos em áreas distintas (na maioria delas, a abordagem se restringia a fauna e flora) e em números reduzidos, o que de certa forma, me fez optar pelo trabalho in loco, como uma fonte rica de dados e onde estaria conhecendo melhor o campo ser pesquisado, subsidiando fazer análises e posicionamentos condizentes.

A pesquisa histórica foi complexa, devido a sua localização ser na zona da mata mineira, Alto Caparaó não possui muitos estudos historiográficos, o que permite deixar lacunas sobre sua história, costumes e acontecimentos daquela população e o seu Parque. Esses hiatos puderam ser respondidos parcialmente através de estudos e entrevistas, recorrente de alguns trabalhos pioneiros nessa região como Projeto Doces Matas¹¹, Recortes da Memória do Caparaó¹², em que percebemos a problemática da criação do Parque não foi feita pela mobilização comunitária e sim por outros grupos que logo ao final da década de

¹⁰ DRUMMOND, José Augusto. Devastação e Preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF. 1997.

¹¹ Em desenvolvimento, através de um acordo firmado em janeiro de 1995, entre IEF e a Agência Alemã de Cooperação Técnica GTZ, em parceria com a Fundação Biodiversitas e o Instituto Brasil do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O projeto tem como objetivo a conservação e manejo adequado dos recursos naturais, em três unidades de conservação e em seus entorno: Parque Estadual do Rio Doce, Parque Nacional do Caparaó e o RPPN Mata do Sossego, administrada pela Fundação Biodiversitas. No âmbito do projeto está previsto a elaboração dos planos de gestão das três unidades de conservação, envolvendo, de uma forma participativa, as comunidades do entorno e diversos setores sociais relacionados (Inform. Diagnóstico de Gestão Ambiental de Minas Gerais - 2001). Ainda dentro do Projeto Doces Matas existe um trabalho de educação ambiental nas escolas do entorno, denominado "Nós Somos Vizinhos de um Parque Nacional". Desenvolvido desde início de 2001, o projeto identificou a pouca percepção da comunidade da finalidade do Parque. O Objetivo inicial é divulgar a unidade de conservação e o seu propósito. Dezenove escolas do ensino fundamental, no entorno imediato da unidade, são alvo de ação ambiental. No momento, trabalham com o tema LIXO - problema comum às comunidades. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/noticia/projeto-doces-matas>>. Acesso em: 26 abr 2016.

¹² RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó. Colégio Técnico UFMG.

1950 e início da década de 1960, viram ali uma possibilidade de deixar a monocultura e alavancar uma outra atividade, a turística¹³.

A ocupação da Zona da Mata mineira se deve, principalmente, pela derrubada de Mata Atlântica e abertura de extensos cafezais, o que acarretou diversas modificações paisagísticas e estruturais, além da mentalidade de produção, pautada na monocultura e a utilização daquelas terras devolutas quando fosse necessário, para que houvesse a produção financeira¹⁴.

O que pode ser evidenciado aqui, é o turismo ainda não ser uma atividade que predomina no setor de emprego de mão-de-obra, nem angaria divisas tão significativas quanto o café, pois ele é incipiente, mesmo que desde a década de 1960, por parte de alguns visionários, a monocultura se manteve impregnada nas práticas culturais, sociais e econômicas e aquele tipo de serviço não era rentável o suficiente para aquela mão-de-obra que via na “panha de café” a solução financeira a curto prazo.

Além disso, era extremamente contraditório abrir mão de uma área fecunda para o utilizar uma área boa para plantio e criação de rebanhos para torná-la, um espaço de preservação que deveria ser desocupado e que a partir dali parassem as atividades comuns daqueles moradores, que nem sequer haviam noção sobre o que era uma UC.

Não é difícil entender porque o turismo ainda é iniciante na cidade, pois este ramo tem crescido com novas perspectivas em um contexto nacional e mundial mais recentemente. No Brasil, em específico, foi a partir dos anos 1960 que o turismo passa a ser visto como uma atividade mobilizadora de estruturas sociais, com a formação de um mercado específico¹⁵. A partir de então, algumas políticas públicas foram criadas a fim de otimizar esse ofício, com o propósito de geração de renda principalmente.

O turismo começou a se tornar mais perceptível em relação a visitantes e seus efeitos principalmente a partir de início da década de 1980 no município, e passaria, com o tempo, a ganhar uma maior dimensão, chegando o Parque a receber 50.000 usuários para o ano de

¹³ Conclusões baseadas em relatos de alguns trabalhos como os de SOARES, HORTA e entrevistas coletadas durante o trabalho de campo.

¹⁴ SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. Parques por decreto: um estudo de caso sobre o Parque Nacional do Caparaó. 2004. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2004, 184 p.

¹⁵ Um novo ciclo expansivo ocorre com o chamado "milagre econômico" no período 1968-73, com um crescimento médio do PIB de 11,2% ao ano. Após um crescimento de 14,0% do PIB em 1973, a economia atravessará a chamada crise do milagre, com a queda no ritmo de crescimento. Mas em termos quantitativos esta inflexão é relativa, na medida em que o crescimento médio do PIB atingiu 6,7% a.a. no período 1974-78. BOCCHI, João Ildebrando . As crises econômicas no Brasil: anos 60 e 70. Acervo Saber. Disponível em: http://www.acervosaber.com.br/trabalhos/economia/crises_economicas_no_brasil_nos_anos_60_e_70.php. Acesso em: 10 out. 2015

2014¹⁶. Esta intensa visitação pode comprometer tanto a UC quanto os habitantes locais e deve ser levada em consideração, com enfoque nos processos de planejamento e gestão uma série de benefícios para a comunidade.

As modificações na base produtiva do sistema capitalista moderno podem ter provocado uma reconfiguração da paisagem urbana e rural. A cidade de Alto Caparaó¹⁷ em Minas Gerais, pode ser vista como um exemplo dessas (re) funcionalizações nesses âmbitos. O município sede de uma das entradas do Parque Nacional do Caparaó- PNC¹⁸ vem passando por um intenso processo de transformação, em virtude, principalmente, do desenvolvimento da atividade cafeeira, (que se faz presente desde o início do século XX) e turística (relacionada ao Parque Nacional e alguns atrativos cotejados principalmente à paisagem natural da região).

Para efetivamente entender o processo de transformações ocorridas dentro dessa área delimitada, ademais de recorrer às fontes que se encontraram em: consulta aos jornais do início dos anos 1920, levantamento bibliográfico, entrevistas como forma de erigir conteúdo sobre a história local, mas também como evidenciar as variações ocorridas dentro daquele espaço em um determinado tempo.

A criação do parque, sua utilização turística, poderiam ser consideradas como fatores que condicionaram toda a organização de seu entorno, modificando as estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais. Deste modo, podemos pensar que a política de criação de parques e reservas podem acarretar uma ressignificação das paisagens, o que impulsiona a propagação de novos valores referentes àquele local.

É importante analisar o contexto das mudanças ocorridas no município sob a perspectiva de seu processo de ocupação, e, conseqüentemente, das vindouras transformações ocorridas na paisagem oriundas das atividades econômicas desenvolvidas ali, sendo as

¹⁶ PARNA CAPARAÓ, 2014. Parque Nacional da Serra do Caparaó. BRASIL, Instituto de Biodiversidade Chico Mendes. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

¹⁷ A cidade de Alto Caparaó situa-se na zona da mata mineira. A delimitação territorial deste município é definida pelas bordas das escarpas da Serra do Caparaó e Pico da Bandeira. Sua localização geográfica está na latitude 20° 31'21" 41° 52'17". Sua longitude é 47° 52'17" W. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310205&search=minas-gerais%7Calto-caparao%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

¹⁸ O parque está localizado na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais e ocupa parte do território de cinco municípios do lado capixaba e quatro do lado mineiro. Cerca de 80% do parque está no estado do Espírito Santo. O parque possui 31.8 mil hectares de área. PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

principais ligadas ao setor primário (como a agropecuária) e o setor terciário (com enfoque no turismo).

Esse estudo foi uma pesquisa descritiva. De acordo com Barros e Lehfeld, “entende-se pesquisa descritiva aquela que não há interferência do pesquisador”. Ela envolve dois tipos de pesquisa: “bibliográfica” e a “pesquisa de campo”¹⁹. Sendo a pesquisa de campo aquela que o investigador observa, explora, coleta dados no local de estudo. Para o êxito dessa discussão, foi necessária o feito do trabalho in loco, o que pôde salientar e levantar novas perspectivas acerca dos resultados oriundos do turismo na localidade.

A coleta de dados se deu durante o trabalho de campo, onde as entrevistas²⁰ dirigidas, semiestruturadas e devidamente gravadas e transcritas, baseadas na técnica de fontes orais²¹, visando à descrição densa sobre as várias percepções dos entrevistados sobre o processo de criação do parque, com vistas a esboçar qualitativamente seus reflexos no contexto socioeconômico local, levantando os aspectos paisagísticos na concepção do núcleo nativo²² no período que precedeu a criação do parque, sua exploração turística e a consequente modificação da paisagem, com vistas a investigar as alterações sócio espaciais ao longo do tempo.

Os grupos que foram escolhidos para serem entrevistados, inicialmente foram traçados algumas categorias que julgamos cruciais para o levantamento do maior número de informações, como moradores mais idosos (pois lembrariam de fatos que poderiam complementar a história local, além de terem presenciado as alterações que envolveram as relações ali estabelecidas), gestão do PNC (desta forma, houve uma intenção em se conhecer a história e políticas desenvolvidas dentro da UC, contato com a população, a história das desapropriações, defesa do meio ambiente, investimento de infraestrutura básica e turística,

¹⁹ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia científica, 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 84.

²⁰ MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. p.1. Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014. Entende-se entrevista como temos abordado o assunto entrevista, dividindo, didaticamente, esse tema em três grupos: 1) questões relacionadas ao planejamento da coleta de informações; 2) questões sobre variáveis que afetam os dados de coleta e futura análise; 3) questões que se referem ao tratamento e análise de informações advindas

²¹ Selau considera o método de entrevistas como mecanismo de fontes orais como mecanismo de obter uma construção histórica mais rico, completo e complexo. In: SELAU, Maurício da Silva. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. ESBOÇOS, Revista do Programa de Pós – Graduação em História da UFSC. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

²² Considera-se aqui núcleo nativo aquele que mora na localidade há mais tempo. Podendo ser nascido ali ou não, porém que seja residente seja no perímetro urbano ou na zona rural

além do contato com o visitante e suas implicações); trade turístico²³ (elaboração e costura dos relatos, onde e como houve as modificações realizadas em prol da atividade turística, quais investimentos, a relação do poder público, privado e a comunidade, além do visitante, que amplia mais o elo entre estes atores); Proprietário da Fazenda Ninho da Águia (onde se representa a consolidação do produto café, que é exportado para muitos países, angariando renda para os donos, trabalhadores e no município, que detém o título de melhor café do Brasil por 2 anos consecutivos); Secretaria de Turismo (representação do poder público nesta pesquisa, que estabeleceu planos e metas para que o turismo se consolidasse como uma segunda atividade econômica no município, elaborando planos de diminuir a sazonalidade característica tanto do café, como do turismo e criando a parceria entre essas fortes atividades presentes), Associação dos Artesãos (onde representa a comunidade detentora de um trabalho que é exposto a cultura local, a arte sendo produzida com fins comerciais, o que agrega mais o valor do produto turístico local, além de estabelecer mais um vínculo com o turismo).

Podemos presumir que a trajetória socioeconômica desta população teve dois momentos importantes: o início do plantio do café e a partir do momento em que o Parque passou a ter importância turística naquele cenário, o que aos poucos foi emergindo a possibilidade em se fazer turismo mais estruturado, e assim, promovendo uma reestruturação para o recebimento dessa nova demanda, que é aqui entendida como o novo fluxo de recebimento de visitantes, que fazem com que haja uma “(re) adaptação” daquele espaço , utilizando de novas estruturas para acomodações, transporte, alimentação, saúde, lazer.

A dissertação encontra-se assim estruturada: No capítulo 1, propôs-se realizar uma revisão da literatura, onde houve uma investigação sobre as discussões teóricas que abarcaram a história do turismo no mundo e no Brasil, incluindo as políticas públicas, ações e planos; discussão sobre os conceitos de paisagem, desenvolvimento local e sustentável, criação das unidades de conservação, produzindo uma comparação destes dados com a cidade pesquisada.

Enquanto no capítulo 2, foram expostas as informações sobre o local estudado, o município de Alto Caparaó, realizando a caracterização da área, levantamento histórico e as características pertinentes ao município, como indicadores sociais e econômicos, o que teve como intuito sobrelevar as variações resultantes ou influenciadas pelo turismo.

²³ Entende-se como trade turístico, todas as atividades comerciais que estão ligadas direta ou indiretamente ao setor turístico, envolvendo os setores de agenciamento, eventos, hospedagem, alimentos e bebidas, transportes, lojas de artigos intitulados “souvenir”, alugueis de material para as práticas turísticas. In: NOÇÕES básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Sensu. Instituto Prominas. Ed. Prominas. p.40.

No capítulo 3, há a contextualização sobre os ideais que levaram a criação do PNC, que é entendido como um condutor de grandes mudanças ali ocorridas, como culturais, sociais, políticas e turísticas, além de elencar suas características, que englobam a infraestrutura, os atrativos, além de sua política de visitação, perfil do visitante e as questões relacionadas ao seu funcionamento. Além do levantamento histórico, houve a “apresentação do parque”, mostrando seus atrativos turísticos, a política de gestão e a relação com seu entorno.

O capítulo 4 ficou encarregado de mostrar a realização do Estudo de Caso, expondo a realidade da cidade, ligados a cafeicultura que predomina as relações produtivas e o turismo que vem como propulsor de uma nova realidade para a região que vê dependente da cafeicultura. Para a obtenção dos dados no trabalho in loco foram utilizadas as entrevistas como norteadoras das discussões iniciadas nos capítulos supracitados.

O capítulo 5 foi destinado à elaboração e propostas de um método que estivesse dentro do debate para a sua aplicabilidade, a aplicação do curso, que partiu das pesquisas e entrevistas realizadas, verificando-se a necessidade de se promover uma capacitação de boa qualidade para os envolvidos com os equipamentos turísticos locais, o que seria uma forma de investimento na melhoria do atendimento ao turista, agregando estrutura e valor ao parque e ao município, fazendo com que haja uma relação agradável entre o visitante e o visitado, garantindo a satisfação dos envolvidos nessa relação.

PARTE I

2 OS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA E SUA CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO PAISAGÍSTICA

Através das décadas, o turismo tem vivenciado um crescimento contínuo e a diversificação para tornar-se um dos setores econômicos que mais estão crescendo no mundo, O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e engloba um crescimento de números de novos destinos. Estas dinâmicas têm tornado o turismo como uma chave para o progresso sócio econômico²⁴.

O presente capítulo relata a discussão de alguns conceitos que sustentam o debate teórico-prático deste trabalho, articulando a noção de turismo, com destaque em algumas políticas públicas que foram realizadas no país. Com isso, há a perspectiva de analisar o desenvolvimento de tal atividade em Alto Caparaó, além de esgrimir as concepções atreladas à paisagem e a abrangência de seus efeitos. Procura esboçar a trajetória da questão ambiental, juntamente com a inclusão dos autóctones nessa atividade vista como vetor de desenvolvimento local e que precisa ser pautada no desenvolvimento sustentável. Nesse capítulo consta também a análise dos impactos físicos e humanísticos, que foram marcados e “percebidos” na paisagem.

É importante, sobretudo, entender as conceituações teóricas para que nas discussões vindouras, haja um melhor entendimento da situação a ser expressa e desenvolvida ao longo deste texto, que terá como fio condutor o Parque²⁵, que possui relevância para alavancar o turismo. O diagnóstico de sua implantação e os impactos desencadeados na localidade deve ser realizado, situando-o na categoria do Parque Nacional do Caparaó, com foco no turismo, embora sua atividade econômica esteja em consonância com a agricultura, o turismo emerge como uma possibilidade que vem crescendo nos últimos anos.

Entender as dinâmicas locais, pautadas na agricultura e no turismo, se faz importante para o estudo físico e humanístico da paisagem, que representa a percepção do espaço e de tudo aquilo que nele está inserido. Relacionando essas práticas, podemos perceber modificações positivas e negativas na qualidade de vida da população local em relação ao uso

²⁴ WORLD TOURISM ORGANIZATION. Tourism – an economic and social phenomenon. Disponível em: < <http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 21 set. 2015. Tradução nossa.

²⁵ De acordo com o recorte temporal estabelecido para estudo de caso, entende-se que a partir da criação do Parna Caparaó há um aumento de visitantes, o que de certa forma é verdade, mas existia um pequeno grupo de visitantes que visitavam a região anterior a 1961 e a real diferença em seu fluxo foi sentida na segunda metade da década de 1970, onde ocorreu a sua real institucionalização. Dados a partir da leitura do material bibliográfico e análise de entrevistas.

da paisagem, como possibilidade de aumento da renda familiar, melhoria das estradas e da infraestrutura local, mas pode trazer poluição e destruição de parte da estrutura nativa para acomodar turistas e visitantes.

2.1 O Turismo e suas interfaces

Com a finalidade de entender melhor a dinâmica da ocupação turística e seus desdobramentos, faz-se pertinente realizar um breve levantamento histórico desta prática dentro do contexto nacional e refletir sobre quais foram as formas de adaptação e vivência desse ofício, que foi se “reinventando” ao longo do tempo. O turismo tem sido apresentado como um fenômeno “natural” ou como uma extensão do desejo do homem de viajar e este anseio e suas novas organizações têm condicionado as mudanças de suas práticas.

De acordo com a Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme AIEST, o turismo é “o conjunto de relações e fenômenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais motivos não sejam utilizados para o exercício de uma atividade lucrativa principal”²⁶. Portanto, só é turista aquele indivíduo que permanece fora de seu domicílio, sem pretexto de lucratividade.

O verbete turismo no dicionário Aurélio é descrito como: ação de fazer viagens para recreio; atividade econômica relacionada com as viagens organizadas, geralmente para lazer; local onde se prestam serviços de apoio aos turistas”²⁷. É notória a conceituação do turismo pautada sobre a prática do lazer, o que inicialmente foi considerado; porém, houve uma ampliação de seu significado, o que pode ser chamado também de segmentação, além da mudança dos intentos em se realizar tal prática.

A noção da Organização Mundial do Turismo (OMT) e que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), consiste em: “O turismo compreende as atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios, ou outros”²⁸. Considera um espaço (fora do domicílio) e um tempo (até um ano) delimitados e que também deixa aberturas em sua concepção.

²⁶ ASSOCIATION INTERNATIONALE DES EXPERTS SCIENTIFIQUES DU TOURISM(AIEST). O que é Turismo. Acesso em: < <http://www.aiest.org/home/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

²⁷ TURISMO. In: AURÉLIO, Dicionário. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/turismo>. Acesso em: 17 maio 2016.

²⁸ WORLD Tourism Organization. Disponível em: < www.wto.com>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Este deslocamento de homens e mulheres pelo espaço só poderá ser considerado turismo desde que essa ação de movimentar-se esteja relacionada ao consumo e estímulo para implantação de uma infraestrutura²⁹ condizente com as atividades ali desempenhadas, tais como: agências de viagens, transportes, alimentos e bebidas, hospedagem, atividades recreativas, entre outros, além de ter uma permanência mínima superior a vinte e quatro horas fora de sua residência.

Para Cruz, logo no início das viagens que se desenvolveram de forma organizada, em meados do século XIX, época chamada de Grand Tour - e até os dias de hoje, muita coisa mudou e continua mudando. “E é justamente a dinamicidade das sociedades que faz essa transformação no significado do que se habituou chamar de turismo”³⁰. Desta maneira: “o turismo, que, antes de qualquer coisa, é uma prática social, vem mudando de sentido, ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável”³¹.

Essa mudança na prática não ocorreu de maneira aleatória. Flávia Oliveira, faz conexão com as mutações das características sociais, envolvendo a conjuntura econômica, social, política e cultural. Dessa maneira, a autora salienta que “todos os processos sejam eles de diversas naturezas, influenciaram na atividade turística, como o transporte, a comunicação e o consumo impulsionaram e modificaram as características novas e uma relação diferente com o espaço e o tempo”³².

Existem muitas discussões acerca do conceito e da segmentação do turismo. No entanto, o que podemos concordar é que essa prática “trata-se de atividade complexa, de importância crescente e de expressivo potencial de impacto econômico, social e ambiental”³³. Isto posto, devemos refletir sobre de qual maneira e amplitude esses impactos são inseridos nos locais turísticos, pois eles podem, dependendo da forma como forem aplicados, tanto otimizar como denegrir o destino.

²⁹ Propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias turísticos, pontos ou centros de informações turísticas. In FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Baêra. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002. Entende-se assim infraestrutura de apoio turístico: Informações básicas do município, sistemas de transportes, comunicação, segurança, médico-hospitalar e educacional. Disponível em: <www.uff.br/entreture/index_files/oferta_turistica.ppt>. Acesso em: 15 maio 2016.

³⁰ CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Introdução à geografia do turismo. 2º Ed. Roca Editora. São Paulo. 2003. p. 4.

³¹ CRUZ, loc. cit.

³² OLIVEIRA, Flávia de Moura. Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006. p. 21.

³³ BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo sustentável a diminuição da pobreza no Brasil: Reflexões e Perspectivas. Brasília, 2005. p. 4.

Podemos constatar que a importância dada ao turismo, inicialmente, foi fruto de um discurso guiado pelo enfoque do viés econômico, como atividade responsável por arrecadação de renda e que tem envolvido cada vez mais novas destinações turísticas, assim como afirma a OMT: “Por décadas, o turismo tem aumentado o crescimento e a diversificação para tornar-se um dos setores da economia que mais cresce no mundo. Estas dinâmicas têm tornado o turismo a chave para um progresso socioeconômico”³⁴.

Essa visão centrada no âmbito econômico é frisada pela OMT, devido à importância que o turismo vem alcançando como uma das principais atividades que “gera e faz circular renda” em um contexto internacional, além de garantir renda para diversos países em desenvolvimento. Ainda sobre a capacidade econômica turística, temos que: “hoje o volume de negócios do turismo iguala ou até supera o das exportações de petróleo, produtos alimentares ou automóveis³⁵”. Portanto, o turismo tem sido igualado a uma atividade que possui bens tangíveis e mensuráveis, o que proporciona maior visibilidade comercial. Contudo, o turismo “oferta” bens intangíveis e que, muitas vezes, não podem ser devidamente mensurados.

Barbosa pactua com essa lógica, quando faz a seguinte afirmação “o turismo é uma das forças econômicas mais importantes do mundo, ocorrem fenômenos de consumo, geram rendas e criam-se mercados que essa atividade”³⁶, sob o prisma no movimento financeiro decorrente do turismo que é expressivo e que este fator justificaria a inclusão desta atividade na política econômica de todos os países, regiões e municípios.

Apesar de várias óticas (positivas e negativas) sobre a premissa da geração de renda e movimentação econômica desta atividade, iniciou-se um processo de “humanização do

³⁴ WORLD Tourism Organization. Tourism – an economic and social phenomenon. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 21 set. 2015. Over the decades, tourism has experienced continued growth and deepening diversification to become one of the fastest growing economic sectors in the world. Modern tourism is closely linked to development and encompasses growing number of new destinations. These dynamics have turned tourism into a key driver for socio-economic progress. (tradução nossa)

³⁵ Idem. Disponível em: <http://www2.unwto.org/content/why-tourism>. Acesso em: 21 set. 2015. Today, the business volume of tourism equals or even surpasses that of oil exports, food products or automobiles. Tourism has become one of the major players in international commerce, and represents at the same time one of the main income sources for many developing countries. (tradução nossa)

³⁶ BARBOSA, Fábria Fonseca. Turismo e Desenvolvimento Local. Caminhos da Geografia Online. Disponível em: <<http://teste.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015. p. 108.

turismo³⁷”, em que o homem passa a ser incluído na gestão e na participação do processo de desenvolvimento desse setor na localidade. Dessa forma, além da importância que os atrativos, a infraestrutura local, as políticas públicas para o fomento da atividade turística, o homem passa a ser interpretado como fator importante para a condução deste setor e que ele deve ser levado em consideração nos momentos das decisões, por exemplo.

A perspectiva do turismo como meio de inclusão social, encontrou uma abertura dentro dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)³⁸ (estipulados em 2000 pela ONU em conjunto com 181 países). A OMT³⁹ tem buscado identificar diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente⁴⁰. Dentro da Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, os governos foram estimulados a “aproveitar ao máximo as possibilidades do turismo, visando a erradicação da pobreza, elaborando estratégias apropriadas em colaboração com todos os grupos interessados e as comunidades locais”⁴¹.

Com esta perspectiva, a OMT, está realizando ações estratégicas visando aumentar as possibilidades de inclusão social, pela promoção do conceito de turismo sustentável⁴² e o alívio da pobreza, tendo lançado, em associação com outras entidades internacionais, uma iniciativa denominada de ST-EP⁴³ (Turismo Sustentável e Erradicação da pobreza). Fica em evidência que a lógica do turismo passa a ser repensada, através do desenvolvimento social

³⁷ A referência da humanização do turismo foi utilizada aqui como uma alusão a importância do turismo pelo viés social, humano, deixando um pouco a predominância sobre as atividades econômicas, voltadas para a discussão da renda.

³⁸ Em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, as Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

³⁹ Como entidade do Sistema ONU.

⁴⁰ BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo sustentável a diminuição da pobreza no Brasil: Reflexões e Perspectivas. Brasília, 2005. p. 5.

⁴¹ BRASIL, loc. cit.

⁴² O conceito de turismo sustentável será discutido ainda neste capítulo.

⁴³ UNWTO ST-EP FOUNDATION. The UNWTO ST-EP Foundation was established in 2004 in Seoul, Korea, as a cornerstone of the ST-EP (Sustainable Tourism for Eliminating Poverty) initiative of the World Tourism Organization (UNWTO) aimed to harness the power of tourism to generate new opportunities for development and empowerment in least developed and developing countries, and particularly in Sub-Saharan Africa. The core mission of the ST-EP Foundation is therefore to contribute to the reduction of poverty and inequalities, with a special focus on people living on less than a dollar a day, through the funding, implementation and promotion of projects and programs aimed at achieving the UN Millennium Development Goals (UN MDGs) by 2015 and then UN Sustainable Development Goals (UN SDGs) by 2030. Disponível em: < <http://www.unwtostep.org/>>. Acesso em: 03 maio 2016.

que possibilitará o desenvolvimento econômico, em meio ao envolvimento e à participação da comunidade e seu benefício através desse ramo.

Desde então, o turismo vem passando por diferentes concepções e, sobretudo, ampliando as querelas que antes só eram relacionadas ao âmbito econômico. Como afirma Cruz: “O turismo, entendemos, é antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”⁴⁴. Apesar de o consumo estar intimamente ligado a esta operação, agora o aspecto social é visto como fator chave para ser tocado nos debates acadêmicos e práticos.

No que tange ao campo social, percebe-se que o mesmo possui dimensão abrangente e que engloba diversas práticas da vida em sociedade. No entanto, os grupos são identificados e unidos por um fator comum; entre estes fatores, tem a sua cultura, como Cruz assevera: “Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura”⁴⁵. Muitas vezes, é através desta cultura que a localidade passa a ter interesse e ações turísticas, onde o que se “vende” é o conhecimento do outro e não o local em si, ou seja, é a percepção do que se tem do que o espaço físico em si.

O interesse despertado em vários países para a atividade turística como uma alternativa para aumentar receitas e melhorar os níveis de emprego e bem-estar de seus cidadãos tem crescido. Porém, Oscar de La Torre chama a atenção para a difícil compreensão sobre a importância do setor turístico. “Há uma imensa dificuldade envolvida nessa tarefa, já que não existe uma definição consensual sobre o que constitui exatamente essa atividade e o que conseqüentemente repercute na definição de mercado turístico”⁴⁶.

Molina, por sua vez, afirma que “mudanças de concepção acabam motivando e até mesmo impondo mudanças metodológicas, profissionais e técnicas na abordagem, na resolução de problemas e na compreensão de fenômenos, no caso do turismo”⁴⁷. A partir disso, percebe-se que, devido à gama de significados ligados a tal ofício, fica difícil desenvolver metodologias e políticas voltadas a este setor, pois o entendimento é subjetivo, mas ações precisam ser tomadas de maneira coerente e objetiva.

Existe, porém, ao menos um consenso: o setor turístico é importante e fundamental, pois, apesar de todas as mudanças oriundas dessa atividade, consegue recriar ou implementar

⁴⁴ CRUZ, R. op. cit. p. 4.

⁴⁵ CRUZ, R. op. cit. p. 5.

⁴⁶ TORRE, Oscar de La. El turismo, fenómeno social. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

⁴⁷ MOLINA, Sérgio. O pós-turismo. São Paulo: Aleph, 2003. p. 35.

as estruturas locais, o que deve ser sempre analisado de forma ponderada, para que haja uma intensão em desenvolvê-la de maneira mais equilibrada.

2.2 O turismo no Brasil

O turismo no Brasil tem seu aparecimento no “início dos anos de 1920, voltado para as classes mais altas, que realizavam viagens para a Europa em navios, e traziam presentes e cultura dentro das malas”⁴⁸. Nesse período, ainda de acordo com Carvalho, “aparecem algumas associações, órgãos e entidades do setor público e privado, especialmente agentes de viagens e hoteleiros que se interessavam pelo turismo brasileiro como uma atividade econômica nascente.”

Na década dos anos 1920, o turismo iniciou o seu nascimento e foi se fortalecendo com a Exposição do centenário da Independência do Brasil, que atraiu um público aproximado de 3 milhões de pessoas. No ano de 1923, existem marcos que despontam o turismo nacional: inauguração do Copacabana Palace, criação da Sociedade Brasileira de Turismo e a construção da estátua do Cristo Redentor, o que fortaleceu a imagem do Rio de Janeiro como um destino turístico⁴⁹.

Além desses estímulos, “o avanço de características sociais para o desenvolvimento do turismo, pois com a regulamentação dos direitos trabalhistas⁵⁰”, a ascensão de classes sociais, o aumento da renda, além da conjuntura social da época⁵¹, tudo isso colaborou para ampliar a possibilidade das pessoas se deslocarem, além do avanço tecnológico marcado pela aviação⁵², tendo uma criação de empresas aéreas brasileiras entre os anos de 1924 a 1956⁵³.

Na década de 1950, a construção do Estádio Maracanã e a vitória da Seleção Brasileira na Copa, aumentaram a visibilidade do país, possibilitando maior entrada de turistas. Houve também avanços no setor das agências de turismo, onde “se criou a Associação Brasileira de

⁴⁸ CARVALHO, Caio Luiz de. Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo. p. 48.

⁴⁹ CARVALHO, loc. cit.

⁵⁰ Incluindo as férias remuneradas.

⁵¹ Idem, p. 49.

⁵² Ibidem.

⁵³ Varig (1927), Vasp (1933), Panair (1930), Linhas Aéreas Paulistas (1943), Sadia (1954), entre outras. Em 1959, Varig, Vasp e Cruzeiro, principais empresas de transporte aéreo, firmaram parceria para operar no trecho Rio-São Paulo, passando a ativar a famosa “ponte aérea”, expandindo as atividades de turismo para São Paulo, centrado pelos negócios e eventos. Ibidem.

Agentes de Viagens - ABAV em 1953, início dos voos para o Rio de Janeiro e inauguração dos serviços aéreos em Brasília”⁵⁴.

O turismo foi se desenvolvendo, direcionando os “meios de transporte, hospedagem, alimentos e bebidas, parques de diversões, até a construção de Brasília, inaugurada em 1961, que amplia a abertura e possibilidades de expansão da atividade, criando museus, hotéis e companhias aéreas como a Táxi Aéreo Marília - TAM⁵⁵. Sobreveio um estímulo para a movimentação de turistas rumo ao centro-oeste brasileiro, realizando a criação de infraestrutura para o recebimento dos visitantes.

Com o aumento significativo do número de turistas e, conseqüentemente, a receita daí gerada, há um intermédio e temor do governo com a gestão dessa atividade, criando normas e regulamentações para alavancar esta atividade promissora. Pensando nisso, em 1966 foi criada a Empresa Brasileira de Turismo -EMBRATUR⁵⁶, que seria responsável pela gestão da atividade no Brasil e a divulgação deste destino no exterior.

Na década de 1970, deu-se a consolidação do turismo no Brasil, pois com o “chamado ‘milagre econômico’, com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), baixo índice de inflação, mostrou-se promissor para a atividade no Brasil, que consolidou a infraestrutura do setor, além do interesse dos governos estaduais para o desenvolvimento do turismo e mecanismos para praticá-lo”⁵⁷. Neste cenário, o Brasil ocupava o 5º lugar no ranking das exportações pelo turismo em 1979.

Neste período, houve a iniciativa em divulgar o país internacionalmente, e também criar mecanismos de incentivos às viagens e compras. Afora desse estímulo ao consumo, houve também incentivos para o empreendedorismo com interesses turísticos. Nesta época, a EMBRATUR regulamentou onze Roteiros de Excursões Domésticas e, onze anos após, criou um Plano Nacional de Turismo⁵⁸.

O turismo, bem como o cenário político brasileiro, encontrava-se em transição, pois havia o processo de redemocratização, com o fim da Ditadura militar (1964-1985), e em consequência disso, mudanças intensas no país. “Apesar da crise econômica, devido ao

⁵⁴ EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. p. 24.

⁵⁵ CARVALHO, op.cit. p.50.

⁵⁶ A Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo - foi criada em 1966 por meio do Decreto-Lei nº 55/1966, que criou também o Conselho Nacional de Turismo e definiu uma política nacional para o setor. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/lai_embratur/opencvms/acessoainformacao/menu/embratur/historia.html. Acesso em: 20 set. 2016.

⁵⁷ EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília, 2006. p. 40.

⁵⁸ BRASIL, Empresa Brasileira de Turismo. Histórico das políticas públicas de turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

problema da inflação, houve o marco da Constituição Federal de 1988, bem como o Brasil teve seu reconhecimento turístico internacional, tendo oito bens inscritos no patrimônio histórico mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura- Unesco”⁵⁹.

A década de 1990 foi marcada pelo processo de globalização, levando a um crescimento sem precedentes do setor do turismo. A economia de mercado contribuiu para o aumento das viagens internacionais, além do menor custo tarifário das passagens aéreas. Houve menor intervenção estatal no controle de tarifas e rotas. No ano de 1992, ocorreu a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92)⁶⁰, em que o Brasil passa a afirmar o ecoturismo como sinal de segmentação e especialização do mercado. A EMBRATUR que passa a ser autarquia, modificou o modelo de divulgação do país no exterior, ressaltando a cultura e as riquezas naturais do Brasil, em consonância como o novo “discurso” pautado no desenvolvimento sustentável e maneiras alternativas de desenvolvimento.

No ano de 1993, foi criado o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo -MICT, cuja Secretaria Nacional de Turismo e Serviços -SNTS, tinha a incumbência de planejar as ações do setor e a Embratur, de executá-las⁶¹. Essa época foi importante para o turismo nacional, pois iniciaram-se os pequenos trabalhos que visavam o desenvolvimento da atividade, elaborando um relatório com apontamentos de problemas e possíveis soluções para a execução do turismo⁶².

Após ano de 1994, o Brasil voltou a ter estabilidade econômica e inserir valores aos conceitos de sustentabilidade e multiculturalismo⁶³. Em meados dos anos de 1990, a EMBRATUR elaborou a Política Nacional de Turismo⁶⁴ (PNT), na qual se destaca a completa afinção com as propostas de desregulamentação do setor, defendidas pela OMT e WTTC, e a

⁵⁹ Ouro Preto (1980), Olinda (1982), as Missões Jesuíticas Guarani e as Ruínas de São Miguel das Missões (1983), Centro Histórico de Salvador e Santuário do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo –MG (1985), Parque Nacional de Iguazu (1986) e Brasília (1987). In: EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. p. 58.

⁶⁰ Realizada de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92) reuniu 108 chefes de Estado para buscar mecanismos que rompessem o abismo norte-sul preservando os recursos naturais da Terra. FOLHA UOL. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2016.

⁶¹ CARVALHO, op. cit. p. 53.

⁶² A Câmara Setorial de Turismo foi criada, com seis grupos de trabalho: com temas específicos: planejamento e marketing, geração e promoção de eventos, infraestrutura e polos turísticos, capacitação profissional de pesquisa, linhas de crédito e investimento, facilitação e legislação. Ibidem.

⁶³ EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. p. 74.

⁶⁴ NOÇÕES Básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Sensu. Instituto Prominas. Ed.Prominas. p. 26.

descentralização da gestão turística no país. “O Brasil com extensas dimensões, fazia-se necessário estruturar de forma segmentada a articulação turística em todo o território⁶⁵.”

No ano de 1996, segundo Noia, Junior e Kushano, o Turismo brasileiro passa a se organizar em prol do fortalecimento do setor através da criação das poucas políticas públicas para o setor anteriormente aos anos 2000. “Houve a criação da Política Nacional do Turismo em que era norteado pelas macro estratégias: qualificação profissional, descentralização da gestão turística para que houvesse o fortalecimento dos órgãos estaduais, municipalização do turismo e a terceirização das atividades do setor⁶⁶.”

Em 1998 seria criado o Ministério de Esportes e Turismo; este, continha um documento com as diretrizes que norteavam o desenvolvimento da atividade, que se encontrava em meio aos “percalços como fracasso da economia Argentina e a falência da Transbrasil”⁶⁷. Neste período, autoridades e publicações de instituições oficiais chamaram atenção pela importância que conferem ao setor em sua qualidade de produzir mudanças substantivas na economia brasileira, em particular, em suas regiões mais pobres.

“No início do século XXI, o turismo é visto como fonte de riqueza e transformação social. No Brasil, essa atividade se desenvolve pautada nas discussões estratégicas como o fim da pobreza e a valorização da diversidade cultural”⁶⁸. Em 2003, criou-se o Ministério do Turismo, voltado para o desenvolvimento de sua prática, fundamentado em uma política descentralizadora e orientado por um plano estratégico. Além disso, sua missão era voltada ao desenvolvimento do turismo de maneira sustentável, além de gerar rendas e promover a inclusão social. Para Barreto:

[...] de acordo com o artigo 1º do referido decreto-lei a política nacional de turismo é a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou combinadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país⁶⁹.

De acordo com o Ministério Brasileiro de Turismo (MTur), “nos últimos anos, no Brasil, o turismo teve bons resultados, tanto no nacional quanto no internacional”⁷⁰. Assim, a

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ NOIA, Angye Cássia; JUNIOR, Astor Vieira, KUSHANO, Elizabete Sayuri. Avaliação do Plano Nacional de Turismo: do governo Lula, entre os anos de 2003-2007. CULTUR- Revista de Cultura e Turismo. CULTUR, ano 01, n.1- out 2007. Edição Especial- Melhores Trabalhos do I CULTUR. P.24-38. p.25. Disponível em: < <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

⁶⁷ CARVALHO, op.cit. p. 50.

⁶⁸ EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. p. 96.

⁶⁹ BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo: Campinas: Paripus, 2000. p. 88.

⁷⁰ Idem. loc. cit.

atividade toma um significativo passo para o desenvolvimento econômico do país, sendo que os principais fatores para esta importância dada foi o aumento do número de produtos turísticos com qualidade e a diversificação, como a riqueza natural e as diferenças regionais e culturais⁷¹. O turismo brasileiro ganhou visibilidade, fazendo com que obtivesse mais êxito no cumprimento de suas propostas, como aumento de público e geração de divisas, por exemplo.

O PNT 2003-2007 teve como objetivo consolidar o turismo como articulador do processo de integração dos municípios. Neste momento, o plano visa o turismo descentralizado, com o foco no desenvolvimento sustentável e relacionar o seu fomento com as políticas sociais. A Embratur assume novamente o papel de promoção, marketing, apoio e comercialização do produto turístico brasileiro⁷².

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o PNT 2007-2010, com metas amplas, mas com “o eixo central é a inclusão social”⁷³. De acordo com esse plano, era preciso estimular a criação de empregos e promover créditos e estímulo às viagens internas. Este documento possuía diversos programas e metas que procuraram abarcar questões variadas, tais como a falta de infraestrutura adequada⁷⁴, a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, fomento à iniciativa privada, marketing, gestão descentralizada e inclusão social. A visão deste Plano era de estimular, entre outros aspectos, a segmentação de mercado, a diversidade de “nichos” mercadológicos para atender aos diversos “estilos” de turista e de viagens.

O PNT 2007-2010 buscou focar nas ações que apostassem na inclusão social, fortalecimento do turismo interno, promoção da atividade como fator de desenvolvimento regional, acesso às classes menos favorecidas, qualificação profissional, geração de emprego e renda e promoção do país no exterior⁷⁵. Dessa forma, o poder público aposta na qualidade do produto turístico brasileiro, podendo este ser consumido pelo mercado interno e externo e criando mecanismos para que as regiões se fortaleçam como destinos diferenciados, levando em conta a segmentação do setor turístico no país.

⁷¹ Idem, p. 27.

⁷² NOIA, Angye Cássia; JUNIOR, Astor Vieira, KUSHANO, Elizabete Sayuri, op. cit. p. 26-27.

⁷³ BRASIL. Empresa Brasileira de Turismo. Histórico das políticas públicas de turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

⁷⁴ Conjunto de obras e instalações destinadas aos serviços direta ou indiretamente relacionados à atividade turística: hotéis, locadoras, bares e restaurantes etc. In: NOÇÕES básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Sensu. Instituto Prominas. Ed. Prominas.

⁷⁵ GALDINO, Letícia Cristina Fernandes; COSTA, Michele Leandro da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica. V. VI, N. 1, Rio de Janeiro, set. 2011. p. 1-24. p. 3-6.

O Brasil tem se destacado muito no setor turístico nas últimas décadas, devido grande parte desse “sucesso” se dever às políticas públicas, principalmente a Política de Descentralização do Turismo, em que cada região torna-se responsável por suas ações, possibilitando a maior autonomia de políticas que orientem melhor o desenvolvimento desta atividade, além da criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR E O Fundo Municipal de Turismo–FUMTUR, que auxiliam o delineamento e a execução de investimentos e práticas de planos que otimizem o turismo local.

Desde 2010, o Brasil figura entre os principais destinos turísticos do planeta, o que gerou uma receita em torno de US\$ 27.381 milhões de dólares, no mesmo ano. Em 2012 esses números alavancaram e só a receita gerada pelos turistas estrangeiros foi de US\$ 6,6 bilhões de dólares. Nestes mesmos períodos os investimentos financeiros federais giraram em torno de R\$ 6,68 bilhões em 2010 e R\$ 11,20 bilhões em 2012. Estes números só comprovam a evolução que o Brasil vem apresentando⁷⁶.

Pela análise do que já foi construída, é evidente que a atividade turística se estabeleceu como um dos instrumentais mais relevantes na economia do país. Mesmo que esteja sendo desenvolvida durante quase um século⁷⁷, seus resultados são decorrentes das políticas públicas desenvolvidas, especialmente depois da implantação do Plano Real em 1994, e da mudança de uma sociedade que demonstra apresentar um envolvimento emocional e de concientização mais integrado com o que pode representar a atividade turística para o país⁷⁸.

Ainda para Barreto: “Uma política nacional de turismo deve abranger o aspecto social e psicológico dessa atividade, a fim de que ela seja vista como uma atividade humana que deve, como o lazer, ser parte essencial da vida”⁷⁹. O turismo tem que ser visto como uma atividade promotora de desenvolvimento social, que está dentro das necessidades do homem, dentro da prática do lazer.

Apesar dos investimentos e a importância diante do poder público, há muito o que se fazer pela atividade turística no país. Mesmo conseguindo atrair um número superior à

⁷⁶ CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva, PINHEIRO Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS. 2014. Ilhéus. **Anais**. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014. p. 1-20. Disponível em: < <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

⁷⁷ No Documento “EMBRATUR 40 anos: uma trajetória de turismo no Brasil”, há um recorte temporal iniciado em 1900 até 2006, mesmo que as primeiras ações vinculadas ao setor turístico tenham sido datadas a partir dos anos 1920. EMBRATUR. In: EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. 138 p.

⁷⁸ CARVALHO. op. cit. p. 50.

⁷⁹ BARRETO. op. cit. p. 94

expectativa durante a Copa do Mundo de 2014⁸⁰, deve-se pensar numa proposta em que haja a real inserção da comunidade em seu desenvolvimento, além de estratégias para combaterem a sazonalidade, tão presente na área.

O PNT 2011-2013 tinha como uma das prioridades a preparação para a Copa do Mundo de 2014, além da criação de empregos e geração de renda, com a entrada de divisas internacionais pelo turismo, aumento da competitividade turística⁸¹. O PNT 2013-2016⁸², por sua vez, pautou-se na importância da junção dos atores ligados aos poderes público, privado e sociedade, em conjunto com o CNT e o Mtur, “Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza, bem como o diálogo entre os setores, criação de empregos e negócios, inovação e conhecimento, além da importância do planejamento⁸³.”

O Brasil tem alcançado resultados satisfatórios em relação à geração de empregos e aumento da competitividade turística. Porém, este setor é o que pode ter maior número de influências negativas em meio a crises econômicas e políticas, o que pode dificultar o diálogo entre as partes envolvidas e deixar a sociedade mais uma vez à margem da tomada das decisões e da participação efetiva nos benefícios sociais, econômicos, políticos e culturais dessa atividade, que vem com a proposta de desenvolver as localidades e aumentar a qualidade de vida, protegendo o ambiente em questão.

2.3 O Turismo e o desenvolvimento local

O turismo é um dos fenômenos mais marcantes e expressivos dos últimos séculos, destacando-se entre as atividades mais rentáveis do mundo. Não seria um exagero considerar o século XX historicamente o século do turismo, visto que, apesar dessa atividade constitui-se

⁸⁰ 3.429.873 é o público somado das 64 partidas da Copa. A melhor média de público ficou com a finalista Argentina (63.647) e a pior, com a Itália (39.930). A soma, feita a partir dos relatórios oficiais de cada partida, é superior ao público da Copa da África do Sul (3,178 milhões) e ao da Copa alemã (3,359 milhões). Só não superou o público da Copa de 1994, nos EUA, que recebeu 3,587 milhões de pessoas nos estádios. BBC BRASIL. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140714_wc2014_numeros_copa>. Acesso: 14 maio 2016.

⁸¹ BRASIL, Portal Brasil. Plano Nacional de Turismo. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/02/ministerio-define-estrutura-do-plano-nacional-do-turismo>>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

como fenômeno recente, vem apresentando estatísticas econômicas promissoras que ultrapassam muitas atividades tradicionais⁸⁴.

Em termos de desenvolvimento local, sob a perspectiva de Sérgio Buarque, podemos entender que tal atividade pode ser conceituada como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”⁸⁵. O que nos leva a interpretar que este desenvolvimento ocorre de maneira inclusiva, capaz de mobilizar as potencialidades locais, além de otimizar as oportunidades de cunho social e econômico, bem como a preservação do meio ambiente.

Ainda para Buarque, “O desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”⁸⁶. Por conta disto, este tipo de desenvolvimento é entendido como forma de “recuperação” de alguns lugares considerados “atrasados”, o que acarretará uma nova estruturação da sociedade dentro daquele território, mas é preciso ter cuidado com algumas posições acerca desse processo, pois apresenta-se sempre em construção.

Buarque enfatiza que os processos econômicos é que possuem a capacidade de movimentar as estruturas locais favoravelmente, afirmando:

Não se pode limitar a um enfoque econômico, normalmente associado às propostas de desenvolvimento endógeno, mas não pode minimizar a importância do dinamismo da economia. Especialmente em regiões e municípios pobres, deve perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, vale dizer, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Apenas como economia eficiente e competitiva gerando riqueza local sustentável pode-se falar, efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas em outros espaços⁸⁷.

A preocupação econômica é nítida, o que leva a crer que o desenvolvimento local só de fato ocorrerá, se houver mudanças financeiras significativas, é apto a incluir a sociedade em uma melhora da qualidade de vida, através de uma boa estruturação, capaz de competir no

⁸⁴ CUNHA, Licínio. Economia e Política do Turismo. Portugal: McGraw-Hill, 1997. Apud CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva, PINHEIRO Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS. 2014. Ilhéus. *Anais*. Ilhéus:

⁸⁵ BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia do planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro. Ed Garamound, 2008. p. 25.

⁸⁶ BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. op. cit. p. 26.

⁸⁷ BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. op. loc. cit.

mercado e gerar renda para os diversos setores, principalmente os mais pobres. Esta concepção deve ser interpretada com muita cautela, pois existem outros fatores que devem ser levados em consideração antes de aplicar a teoria de “progresso” localista.

A estrutura econômica é relevante, mas não é a única que está se modificando quando o desenvolvimento local entra em cena. Os fatores socioculturais, tecnológicos e políticos são alterados e exigem certa adaptação para a continuidade do processo. Assim, conforme complementa Buarque: “o poder das instituições se faz necessário, uma vez que, devido ao seu papel governamental, contribui para as melhorias dentro dos domínios das finanças, que podem ser investidos em benfeitoria para a sociedade local⁸⁸”.

Diversamente, Pereira atribui as esferas inclusas na pauta do desenvolvimento local, o poder e a representação dos sujeitos locais, onde passam a assumir papel de protagonistas e organizadores da atividade turística, por exemplo, o que “gera um agrupamento com interesses diferenciados, almejando a sobrevivência econômica na atividade, levando à valorização do modo de vida, da cultura e à defesa do meio ambiente⁸⁹”.

Sobre o desenvolvimento local ordenado no turismo, Coriolano considera que, ao se iniciar a atividade, “os processos podem concentrar ou distribuir a renda, diminuir ou aumentar a exploração do trabalhador, além da entrada ou fuga das divisas requererem, como toda atividade capitalista, controle governamental e participação social⁹⁰”. A execução do turismo pode concebê-la como dialética, pois ela tem a capacidade de trazer tanto benefícios quanto danos no âmbito social, pois tende a ser um processo que inclui ou exclui, além de precisar da atuação do governo, como mediador, e da sociedade, como executora.

Assim, a sustentação de Coriolano de que o turismo como atividade é capaz de desenvolver localmente concebe a atividade como contraditória, pois ao mesmo tempo que visa a obtenção de lucros, continua a sua distribuição injusta, sendo dessa forma incoerente com as suas propostas. Do mesmo modo que o turismo “preza” pela preservação de lugares, culturas e muitas vezes obtém o seu contrário, “a transformação do espaço em mercadoria,

⁸⁸ BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. loc. cit.

⁸⁹ PEREIRA, Maria Fernanda Sales Nogueira. Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências e Tecnologia, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2015. p.17.

⁹⁰ CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7 Disponible en la World Wide Web: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016. p. 370.

massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam⁹¹”. Há, porém, na própria fala de Coriolano, que o turismo:

Apesar de a expectativa principal do turismo ser o lucro e concentrar riqueza e renda, também cria oportunidades de ganhos para os trabalhadores e os lugares mais pobres. Assim, na contradição de que destrói e beneficia, o turismo pode ser visto positivamente tal como na perspectiva da tese, que ao incorporar a antítese, o seu “contraponto”, transforma-se em síntese, ponto e novamente contraposição da posição, marcando o processo evolutivo da sociedade⁹².

Conforme Buarque, o turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele, ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. “Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação política econômica de todos os países, regiões e municípios⁹³”.

No sentido da amplitude da influência do turismo, Barbosa exemplifica a relação entre esta prática e o desenvolvimento local, em que a mesma age sob um efeito “multiplicador”, em que qualquer cidade pode se beneficiar com o turismo de maneira direta/indireta, “pois se o município não tiver a presença do turistas, mas tenha bens para serem fornecidos e consumidos pelos turistas, como produtos artesanais, industriais, agrícolas, alimentícios, mão de obra⁹⁴”, ele já terá influência desta atividade.

A atividade atua indiretamente, gerando renda (ou não só) no campo turístico complementar, mas também em quase todos os setores econômicos. Seu reflexo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços domésticos, nos serviços de profissionais liberais e em movimento bancário. O setor público é afetado pela realização de obras, no incremento do comércio em geral, especialmente ligados aos produtos típicos⁹⁵.

Pelo mesmo processo de reação, beneficia-se a rede de indústrias e serviços ao transporte, tais como postos de gasolina, oficinas mecânicas, atividades vinculadas aos veículos automotores, na indústria complementar, no setor de diversão e cultura - todos sofrendo uma dinamização proporcional ao incremento da atividade turística. A infraestrutura local de rodovias, sistemas de água e esgoto, telecomunicações e outras, em geral, são

⁹¹ Ibidem.

⁹² Idem, p. 371.

⁹³ Idem, p. 108.

⁹⁴ BARBOSA, op. cit. p. 109.

⁹⁵ Ibidem, p. 112.

otimizadas através do desenvolvimento do turismo, o que traz benefícios em primeiro momento.

O turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço, uma vez que necessita da existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. A atividade aproveita os bens da natureza sem consumi-los, nem esgotá-los; emprega certa quantidade de mão de obra; exige investimento de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais; proporciona o ingresso de divisas na balança de pagamentos; origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia do país, valoriza imóveis e impulsiona a construção civil⁹⁶.

A prática turística pode atuar como um importante fator de valorização de hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo receptor frente ao processo de globalização, uma vez que este aspecto é fundamental para realçar a diferença cultural daqueles que visitam dos que são visitados, podendo apresentar discrepâncias entre as diversas regiões. “No aspecto econômico, o turismo é capaz de aumentar as receitas do município, gerar impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerar ocupação para a população local e redistribuição da renda”⁹⁷.

Esta dialética demonstra que a atividade turística pode impulsionar/dinamizar as relações econômicas e sociais de uma determinada área ou atividade propulsora, o que, ao ver de Pichinin, é: “capaz de moldar novas realidades através das transformações produzidas na paisagem de um determinado lugar destinado à atividade turística, na qual o tempo e o espaço se apresentam como “tempos e espaços”, por serem “fragmentos” de diferentes tempos e espaços”⁹⁸.

A análise do desenvolvimento da atividade turística em pequenas e maiores localidades é necessária, uma vez que se deve levar em consideração para que “tal atividade seja desenvolvida de maneira mais equilibrada, uma relação harmoniosa entre autóctones, empreendedores, turistas e o poder público, uma vez que estes atores sociais”⁹⁹ estão

⁹⁶ Ibidem. p. 108.

⁹⁷ Ibidem. p. 112.

⁹⁸ PICHININ, Erica dos Santos. Turismo e paisagem: a dinâmica da realidade e a contradição entre os fenômenos que se manifestam nos diferentes lugares. **Revista Formação**, n.15, volume 2. p.125-133. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/672/696>>. Acesso em: 10. Maio.2014.p.130.

⁹⁹ As políticas públicas, dependem dos atores sociais para serem efetivadas. Divididos em público e privado, são eles os responsáveis por representar grupos e sugerir soluções, que poderão ser transformadas em políticas públicas. Estes atores são: atores estatais (políticos/estado), atores privados (associações, sindicatos.) e os

diretamente interligados e relacionados com a implementação e o desenvolvimento do turismo.

Para Silva, “a difusão do turismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico em pequenas localidades rurais suscita preocupações a respeito dos impactos que essa atividade pode provocar sobre a comunidade local”¹⁰⁰. As atividades relacionadas ao turismo são procuradas de forma que causam uma nova colocação das suas atividades que necessitam de implantar infraestrutura condizente à nova demanda, o que a atividade turística pode causar, o que cabe não somente a análise de pequenas localidades, mas estas podem apresentar-se mais vulneráveis à prática turística, devido à falta de diversificação de atividades econômicas.

A ocupação do espaço rural pelo Parque, além da existência de comunidades no seu entorno, passa a ter uma nova dinâmica, onde são desenvolvidas atividades de visitação, turismo, além de ser cenário de moradores empreendedores e trabalhadores rurais, sendo a atividade econômica turística uma maneira de preservar os recursos naturais e humanos.

De acordo com Bedim, “há muito que se estudar em prol do fenômeno turístico na contemporaneidade dando atenção aos processos sociais, principalmente as áreas rurais que passam a se renovar, não deixando somente a atividade turística”¹⁰¹. É necessária a análise das intervenções ocasionadas pelo turismo sobre o destino turístico, relevando o papel dos autóctones e as relações de vida sobre o turismo¹⁰².

Sendo assim, torna-se importante a ocorrência de uma análise deste fenômeno turístico¹⁰³ e suas implicações no momento em que o turismo começa a ser praticado neste município, estreitamente inter-relacionada com a criação do Parque Nacional do Caparaó, analisando os aspectos sociais, culturais. Para tal compreensão, mostra-se pertinente a observação dos aspectos sociais, econômicos e culturais e de que forma atuam sobre a vida local.

representantes da comunidade local. In: Atores sociais: os responsáveis pelas políticas públicas. Agenda 21 Comperj. Disponível em: < <http://agenda21comperj.com.br/noticias/atores-sociais-os-responsaveis-pelas-politicas-publicas>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

¹⁰⁰ SILVA, Valdir. “Paradoxo da Sustentabilidade Sociocultural do Turismo em pequenas comunidades rurais: o caso de Lavras Novas- Ouro Preto –MG”. In: ANAIS DO XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Sociedade Brasileira Economia Rural. Fortaleza, Julho de 2006, p. 2. Disponível em: < http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf>. Acesso em: 15. Mar.2014.

¹⁰¹ BEDIM, Bruno Pereira. op. cit. p. 24.

¹⁰² Idem. p. 26.

¹⁰³ Para Bedim, o turismo é interpretado como um fenômeno, pois vem com intensidade, mas não o considera como atividade efêmera.

2.4 Ecoturismo

Cabe aqui ressaltar a origem deste segmento de mercado, o ecoturismo, no Brasil, a fim de melhor reflexão e análise sobre o tema e os possíveis impactos causados no meio ambiente e na comunidade receptora. Os tipos de turismo “alternativos” surgiram a partir da década de 1970 em oposição ao turismo de massa, sendo essa época em que se inicia o pensamento em desenvolver um turismo que causasse menos impactos negativos ao ambiente e à comunidade local.

Aproveitando a discussão mundial em torno de questões ambientais, o turismo também ganha espaço dentro deste debate e alcança um novo mercado. Conforme Lima, “a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para descoberta, a educação e o espírito de aventura”¹⁰⁴. Desta maneira, aquilo que era feito por pessoas isoladas, passa a ganhar destaque no país a partir dos anos 1990, levados pelo interesse em sair dos centros urbanos e ir de encontro ao bucólico.

Para Marta Irving, “A mobilização do ecoturismo poderia ser descrita como decorrente dos impactos globais e nacionais resultantes da Rio 92”¹⁰⁵. A partir disso, houve entre a sociedade civil articulação e mobilização, que atingiram níveis internacionais em que a natureza passaria a ter valor agregado. Ainda de acordo com o autor: “Os países detentores da condição de mega diversidade se destacam como áreas vulneráveis, merecedoras do apoio internacional. A visitação às áreas naturais identifica um diferencial de oportunidade e lazer”¹⁰⁶.

Já na década de 1980, o Brasil já havia sido contemplado com o recebimento de alguns sítios como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que no fim do século XX foi ampliado, dando ao país títulos de Patrimônio Natural da Humanidade, o que em um mundo globalizado, era um fator de diferenciação.

¹⁰⁴ LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco) Turismo em Unidades de Conservação. RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org) et al. In: Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p.72.

¹⁰⁵ IRVING, Marta de. Ecoturismo no Brasil: retrospectiva e tendências. p.43-54. Disponível em: <http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Fernando%20Pratti%20Bueno/TAN/IRVING.%20O%20ecoturismo%20no%20Brasil%20retrospectivas%20e%20tend%C3%A1ncias.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016. p. 46.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 48.

Ao identificar os adeptos a este nicho de turismo, Lima afirma que se identifica com o desejo de ruptura do cotidiano, almejando vivenciar o novo, “a paisagem intocada”¹⁰⁷, o exótico. O que implica em descentralizar a concentração de fluxos turísticos que estivessem em fase de “super visitação”. No entanto, devemos pensar que há uma venda e um estímulo ao consumo do meio natural, e, não havendo a devida preparação, poderá se tornar mais um destino “massificado”.

Lima pontua alguns trechos dentro dessa perspectiva:

Observa-se assim, uma expressiva mudança no século XX nos valores em relação à natureza e, conseqüentemente, às viagens orientadas às áreas naturais. Mais recentemente, essa tendência toma um novo impulso, em grande parte influenciada pelos efeitos negativos do turismo de massas, pelo estresse e a qualidade de vida pela nova consciência de finitude dos recursos naturais e dos riscos de sobrevivência da humanidade. Além da influência do marketing, veiculados pela mídia¹⁰⁸.

Ao idearmos a atividade turística no século XXI, em que a mesma passa a ser observada não somente como viagem, ou simplesmente passeio, mas aquela atividade em que se busca a contemplação da “natureza”, a aventura, o novo, o “conhecer cultural”, entre outras motivações que se relacionam com os novos propósitos e ideologias atuais, há uma mudança de fatores motivacionais e de pensamento em relação ao local a ser visitado e passa a assumir um novo significado para aquele que o visita.

O setor ligado ao turismo tem em mente que, quando se refere à ecologia, “há um peso maior no que diz respeito ao aumento de número de visitantes aos atrativos naturais de maneira mais eficiente¹⁰⁹. Portanto, além de todo o pensamento vinculado à proteção ambiental e à incorporação desses novos paradigmas, faz-se uma ressalva para “as redes da informação são estabelecidas e geram “status” ao “ecologicamente correto”¹¹⁰, que se tornou um atrativo maior tanto para o turismo (como por exemplo, Ecoresort bem como outro produto ou empresa que estivesse “ECO” à sua marca e/ou serviço).

Reafirmando tal proposta, o MTur expõe: “A natureza e todos os seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação, o espírito de observação e integração e, dessa forma, dá origem a um novo mercado”¹¹¹. Isso prova que, ao segmentar o

¹⁰⁷ LIMA, Maria Lúcia Costa. op. cit. p.72.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ BRASIL, Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas, Brasília, 2008, p.15-16. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

¹¹⁰ IRVING, Marta de. op. cit. p.46.

¹¹¹ Ibidem. loc. cit.

turismo, aquela prática que se relaciona ao contato com a “natureza” tem crescido, em virtude da oposição do urbano, das grandes cidades e um estilo de vida exaustivo, que procura o descanso, a contemplação e o lazer em um ambiente distinto do seu cotidiano.

Um dos segmentos que mais tem crescido no Brasil e no mundo é o do Ecoturismo¹¹² e/ou Turismo de Aventura¹¹³. De acordo com Irving:

[...] terminologias como “Turismo Ecológico”, “Ecoturismo”, “Turismo de Natureza”, “Turismo de Aventura” começam, então, a aparecer no discurso do trade e das instituições governamentais, praticamente como sinônimos. Surge assim, para fins de planejamento, a “angústia” por um conceito nivelador, até então multifacetada de um mesmo tema, em reposta a diversos tipos de influências teóricas e conveniências operacionais. E aí os seminários e eventos internacionais interpretam o ecoturismo como qualquer modalidade de turismo associada direta ou indiretamente à natureza¹¹⁴.

O ecoturismo, na visão institucional do Mtur, tem sua concepção pautada em “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”¹¹⁵. Nesse discurso, há uma categorização da prática e a inclusão social, além da preservação do patrimônio, fato que pode garantir a não depredação desses locais através dessa sensibilização ambiental, além da relação pacífica entre os visitantes e visitados.

Para Mendonça, “No setor turístico, o ecoturismo vem sendo apontado como uma forma alternativa, preocupada com o meio ambiente. No entanto, estes avanços não significam obrigatoriamente que a questão ambiental está prestes a ser resolvida”¹¹⁶. O autor infere a ideia de que mesmo em teoria a “ideia do ecoturismo seja preservar, onde há presença do turismo, há degradação e se o turismo não tiver um planejamento adequado, aumentará o impacto negativo, resultando em sua degradação”¹¹⁷.

¹¹² Costuma-se confundir o conceito de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Eles serão diferenciados ao longo deste tópico.

¹¹³ De acordo com a pesquisa realizada pelo ICMBio, o número de visitação em UC aumentou 320% no Brasil, em relação aos dados de 2006. ICMBIO. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/7579-numero-de-visitantes-nas-ucs-federais-aumenta-320.html>>. Acesso em: 02 fev 2016.

¹¹⁴ IRVING, Marta de. op.cit. p.46.

¹¹⁵ BRASIL, Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas, Brasília, 2008, p.16. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

¹¹⁶ MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês G. de. (Org). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001. (Coleção Turismo) 3º Edição.p.20.

¹¹⁷ Ibidem.

Podemos interpretar o ecoturismo, segundo Rodrigues, como “um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza preservada ou pouco alterada”¹¹⁸. No mais, esta atividade pode auxiliar o desenvolvimento local economicamente, inclusive influenciando as comunidades rurais. Rodrigues ainda ressalva que “Este tipo de turismo tem apresentado uma maior capacidade de adequar-se às características locais, um novo tipo de turismo que busca autenticidade na experiência, preocupação com a qualidade e cuidado com o meio ambiente”¹¹⁹.

Em relação ao turismo de aventura, conceituamos de acordo com sua definição pelo Mtur: “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”¹²⁰. Ainda dentro da definição da categoria, “A prática de atividades de aventura, aqui referida como atrativo principal, identifica o segmento de Turismo de Aventura e pode ocorrer em quaisquer espaços: natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não”¹²¹.

O turismo rural, por sua vez, teve como sua primeira definição:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não¹²².

Apesar de um pouco contraditória a conceituação referente ao turismo rural, passou-se a fechar mais uma compreensão mais específica, onde o “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”¹²³.

O crescimento deste setor no Brasil está associado à diversificação de sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, o convívio com a natureza, modos de vida, costumes e formas de produção das

¹¹⁸ RODRIGUES, A.B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo. Hucitec, 1997^a. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A.B. (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec. 1997b. p. 55-64. Apud LIMA, Maria Lúcia Costa. op. cit. p.72.

¹¹⁹ Ibidem. loc. cit.

¹²⁰ BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo de Aventura: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.p.14.

¹²¹ Idem, p.15.

¹²² Idem, p.16.

¹²³ Ibidem.

populações do interior¹²⁴. Esta prática de visitar propriedades rurais no Brasil já é antiga, mas ganhou este significado por volta da década de 1980, momento em que produtores do Sul do Brasil tiveram dificuldades no setor agropecuário e, então, resolveram diversificar a renda.

Cabe aqui salientar que existem semelhanças entre as conceituações referentes aos segmentos “ecoturismo”, “turismo de aventura” e “turismo rural”, como, por exemplo, o envolvimento com a natureza, contemplação, preservação do meio ambiente. Porém, no que diz respeito às suas práticas, o turismo de aventura está mais ligado com a prática de esportes, realizados em contato com esses ambientes “naturais”, como cachoeiras, matas, picos¹²⁵, já o turismo rural incorpora valores às práticas realizadas dentro daquele local, adicionado com a produção agropecuária, enquanto o ecoturismo se volta para a preservação para a contemplação.

Analisando esta relação entre o homem e o ambiente, Bedim exprime sua ligação com a atividade turística:

Como contraponto à massificação dos espaços turísticos, novas modalidades de turismo emergiram nas últimas décadas, a partir da necessidade de se buscar novas alternativas ao uso do tempo livre. Neste contexto, a visitação pública em Unidades de Conservação vem se destacando como opção para a prática do turismo em áreas naturais – muitas vezes confundido com o chamado “ecoturismo” – produzindo modalidades que, eventualmente, se traduzem em segmentos de mercado¹²⁶.

Ao pensar no impacto que o turismo pode causar no meio visitado, Lima propõe uma discussão acerca dessas influências que podem ser geradas, especificamente, pelo ecoturismo, principalmente em áreas protegidas, “tendo em vista uma análise mais complexa de sua interface com as questões ambientais, socioculturais e econômicas, bem como da avaliação das práticas, do marketing e das experiências vivenciadas em todo o mundo”¹²⁷.

¹²⁴ Idem, p.5.

¹²⁵ São esportes de turismo de aventura: Bóia-cross, canoagem, duck, flutuação, kitesurf, mergulho autônomo turístico, rafting, windsurfing (atividades na água); atividades na terra: arvorismo, bungee jump, cachoeirismo, canionismo, caminhada, cavalgadas, cicloturismo, espeleoturismo, escalada, montanhismo, tirolesa, turismo fora-de-estrada com veículos 4X4 e atividades no ar: balonismo, paraquedismo e voo livre. In: BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Aventura: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 75 p.; p.18-20.

¹²⁶ BEDIM, Bruno Pereira. op. cit. p.71.

¹²⁷ LIMA, Maria Lúcia Costa. op. cit. p.78

2.5 A Problemática Ambiental

Segundo Diegues¹²⁸, a conservação da natureza, no pensamento ocidental, esteve muito tempo, ligada ao afastamento do homem de seu domínio. O ser humano era visto como domador da natureza, mas essa percepção foi mudando de acordo com a transformação da sociedade, que ao longo dos tempos, que alterou práticas e valores, como a pouca atenção ao meio ambiente para a sua futura valorização, em virtude de aristocratas ingleses buscarem refúgio no campo para saírem dos centros urbanos poluídos.

Diegues expõe que “na região da América do Norte, a natureza passou a ser incorporada à cultura local, pois não havia registros de civilizações antepassadas como os astecas ou maias; então, utilizaram do natural para a formação de sua identidade¹²⁹. “Sua noção de natureza selvagem – wilderness¹³⁰ – contrapôs-se à noção de natureza domesticada pelos europeus, cuja cultura acham decadente¹³¹. A visão de natureza selvagem norte-americana se expandiu, porém, com uma premissa de “áreas protegidas sem moradores”, o que causou sérios conflitos, pois em cada país que chegou essa ideia, existia uma realidade e esse pensamento foi sendo modificado ao longo do tempo.

Diante desta preocupação ambiental, Bressan expõe a inovação desta política preservacionista, iniciada na América do Norte com a criação do Parque Nacional de Yellowstone¹³² (EUA) no ano de 1872, classificando-o como “um marco fundamental, pois havia como intuito a preservação dos sítios naturais para evitar que eles continuassem a sucumbir como se dera no processo de colonização”¹³³. Essa ideia reafirma a pretensão de preservar algum exemplo que, de fato, representasse a cultura e a identidade genuinamente local, a fim de que o desmatamento e a urbanização não o fizessem desaparecer.

De tal maneira, este primeiro marco na criação de Parques Nacionais foi, ao longo dos anos, desencadeando forte influência não somente dentro dos Estados Unidos, mas também

¹²⁸ DIEGUES, Antônio Carlos (org). Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da natureza. São Paulo. Hucitec NUPAUB-USP. 2000. p. 6-7.

¹²⁹ DIEGUES, Antônio Carlos. loc. cit.

¹³⁰ Essa noção de wilderness, no século XIX, no entanto, está marcada pelo romantismo e pela valorização do belo e do estético que surge com a ideia de paisagem na Europa do século XVIII. In: DIEGUES, Antônio Carlos. loc. cit.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Motivados pela beleza do local e considerando que inúmeras áreas, com características semelhantes, haviam sucumbido ao processo de colonização, três juristas de Montana, um dos quais membro do Congresso, propõem a Criação do primeiro parque natural da história. O ato de promulgação é assinado pelo Presidente Grant, em 1872. In: BRESSAN, Delmar. Gestão Racional da Natureza. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.24.

¹³³ Idem. p.25.

em um sentido mais amplo, como afirma Bressan: “com a criação de mais parques e no ano de 1899 instaurou-se uma administração de cunho centralizador a fim de gerir as unidades, o Serviço de Parques Nacionais”, como também estimulando a criação de Parques ao redor do mundo, o que aconteceu no Brasil em 1937¹³⁴”.

A criação destes Parques Nacionais, para Delphin, simbolizou tais perspectivas:

A concepção do Parque Nacional de Itatiaia, do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, foi fortemente inspirada nos moldes do Parque Nacional de Yellowstone, unidade de conservação norte-americana, concebida de forma a privilegiar critérios de excepcional beleza cênica e paisagística. Modernamente os parques nacionais brasileiros, sem excluir valores cênicos, enfatizam a preservação de processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais e de ecossistemas¹³⁵.

Deste modo, é difícil haver a restauração dos equilíbrios comprometidos, e não há como nomear os responsáveis, pelo fato de que, “a degradação da natureza acompanha ‘fatalmente’ as atividades industriais ou agrícolas, encerram-se em relíquias em santuários, a fim de preservar, com nostalgia, alguns restos do paraíso perdido”¹³⁶. Portanto, algo deveria ser feito antes de que esses vestígios desaparecessem como o restante da natureza, em virtude da ação humana.

A problemática sobre a questão ambiental, debatida na visão da ecologia geral, ampliou um leque de discussões para tudo que fosse atrelado ao meio ambiente, abrindo espaço para novas discussões em que as relações envolvidas com o ser humano ganhassem ênfase, debatendo relativamente a esse contato e seus possíveis impactos. Através desse viés, que o ser humano não pode ser desligado da interação com a natureza, afirmam Cerqueira, Oliveira e Pinheiro:

Sob essa ótica, o meio ambiente não é uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas – conservá-lo e preservá-lo inclui, necessariamente, considerar a interação homem e natureza. A partir da década de 1970, as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do ambiente e as questões sociais alcançaram a atividade turística¹³⁷.

¹³⁴ A atitude norte-americana em criar parques para garantir a perpetuidade de seus recursos naturais tem reflexos concretos em outros países. No final do século XIX e início do século XX, o Canadá (1885), a Nova Zelândia (1894), a Austrália (1898), a África do Sul (1898), o México (1898), a Argentina (1903), o Chile (1926), o Equador (1934), a Venezuela (1937), o Brasil (1937) passaram a proteger amostras do ambiente natural através dos Parques Nacionais. Ibidem op. cit, p.24.

¹³⁵ DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 20 nov. de 2014. p. 1.

¹³⁶ BRESSAN, Delmar. Op. Cit. Loc. Cit.

¹³⁷ Idem.

Drummond, Franco e Oliveira explanam: “em termos de emergência de uma consciência do valor dos biomas e dos ecossistemas bem preservados”¹³⁸. Desta forma, a temática ambiental requer importância devida em um contexto em que o natural passa a ser interpretado como algo a se cuidar e não a se desmatar, por exemplo, como em outros tempos.

Existe, ainda, um paradoxo a respeito da grande proporção de elementos naturais no Brasil, pois eles podem acarretar certa inibição da “consciência ambiental” e de políticas conservacionistas. Desta forma, Yazigi expõe: “A proposta é que a preservação se apresente, sempre, como solução privilegiada a priori: à substituição é que obrigatoriamente incumbiriam o ônus da demonstração de sua necessidade”¹³⁹. Para tanto, preservar seria mais sensato do que medidas alternativas que mostrassem a gravidade da degradação desse sistema.

Até a década de 1970, o modelo fordista¹⁴⁰ era o carro chefe do crescimento econômico, que se fixou no período Pós-guerra. Para Buarque: “existe um “tripé” deste sistema que consiste em: “abundância de recursos naturais (e energéticos), aumento da produtividade do trabalho e presença do Estado de Bem-Estar (ou do Estado desenvolvimentista, no caso do Brasil)”¹⁴¹. Os países de “Terceiro Mundo”, cresceram de maneira geral, se guiando por este modelo, pois eram considerados atrativos, pelo fato de possuírem mão-de-obra barata, abundância em recursos naturais e menor controle sobre os impactos sobre estes recursos, reduzindo o custo de produção”¹⁴².

Durante a década de 1970 do século XX, este modelo fordista entrou em declínio, em função de alguns fatores como o esgotamento de recursos naturais, em virtude da crise do petróleo, o que levou a um aumento do preço dos combustíveis fósseis. Além disso, “o sistema desenvolvimentista teve um decréscimo e, em alguns países como no Brasil, essa tentativa de modernização e industrialização foi fracassada”¹⁴³.

O que passou a ser pensado, a partir de então, foi que estes recursos não eram inesgotáveis e que algo deveria ser feito em prol do meio ambiente. Em relação ao

¹³⁸ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. op. cit. p. 342.

¹³⁹ YÁGIZI, Eduardo. Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil. In: YÁGIZI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia. (org). Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1999, p.134.

¹⁴⁰ O fordismo designa um modo de organização de trabalho preconizado pelo industrial Henry Ford no início do século XX, introduzindo inovações como: a padronização dos produtos, a linha de montagem e uma política de altos salários. Depois, por extensão, o termo “fordismo” foi proposto pelos economistas da regulação para designar um modo de produção e de consumo que prevaleceu nos grandes países industrializados, se pautava em dois princípios: produção e consumo de massa. In: DORTIER, Jean-Françoise. Dicionário das ciências humanas. São Paulo, Editora WWF Martins Fontes, 2010, p.222.

¹⁴¹ BUARQUE, S.C. op. cit. 15.

¹⁴² Idem. p.15-16.

¹⁴³ Idem. p.16.

desenvolvimento e ao equilíbrio dos recursos naturais, Buarque afirma que “as propostas contemporâneas de desenvolvimento – como o desenvolvimento sustentável - tendem a aumentar a importância e necessidade do planejamento como um instrumento fundamental para orientar o futuro”¹⁴⁴. O Estado pode funcionar como um órgão necessário para orientar a sociedade a se guiar para o desenvolvimento sustentável e para a construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação do meio ambiente, crescimento da economia e igualdade social.

Nas décadas finais do século XX, algumas convenções e eventos¹⁴⁵ foram realizados a fim de repensar em uma nova estratégia de harmonizar as relações natureza-homem; através disso, elaborou-se a “Agenda 21”, onde foram compilados os processos de desenvolvimento, dando ênfase a temas como: “eco tecnologias, requalificação do trabalho humano, desenvolvimento técnico-científico e sustentabilidade”¹⁴⁶. Nesse contexto, a Agenda 21 aponta o Ecoturismo como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, a responsabilidade social e o desenvolvimento local¹⁴⁷.

Em meio à mobilização da década de 1970 pela “consciência ambiental”, Yázigi discute esse surgimento na literatura brasileira: “com o Professor Ulpiano Bezerra de Meneses, em que abre uma linha vinculada ao pensamento preservacionista, pautada na ideia de representatividade, ao invés de excepcionalidade¹⁴⁸”. A partir dos anos de 1980, este pensamento preservacionista se relacionava mais com as questões sociais, em um contexto de Brasil redemocratizado e a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico que consumia os recursos naturais e concentrava a renda¹⁴⁹.

¹⁴⁴ Idem. p. 23.

¹⁴⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Documentos Resultantes - Rio de Janeiro (1992), Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Convenção da Biodiversidade. PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DOCUMENTOS RESULTANTES. Entendo o Meio Ambiente. Ecclesia. Disponível em: <
http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html>. Acesso em: 08 abr 2016.

¹⁴⁶ AGENDA 21. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <
<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 10 out.2015.

¹⁴⁷ BRASIL, Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. Brasília. 2008. Ministério do Turismo.p.4. Disponível em:http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf. p.15-16.

¹⁴⁸ YÁGIZI, Eduardo. op. cit. p. 138.

¹⁴⁹ DIEGUES, Antônio Carlos. op. cit. p. 21.

Para Leuzinger “Nos últimos anos a visitação nas UC’S150 tem aumentado muito, consequentemente depois que “o turismo ecológico” ganhou uma gama de admiradores”¹⁵¹. Haja vista que esta visitação traz vantagens como receitas para a UC, geração de renda para a população que vive em seu entorno, o que em determinadas localidades se faz somente do turismo e/ou alguma outra atividade produtiva que, em muitos casos, encontra-se ligada ao setor primário.

Portanto, faz-se importante a conciliação entre o uso público e a preservação da biodiversidade encontrada, para que os impactos deste “consumo” da paisagem não sejam negativos, ocasionando ônus para a população e o ambiente. Desta maneira, Lima salienta que “o turismo tem emergido como parte das estratégias nacionais e regionais para maximizar os lucros com divisas, aumentar ofertas de emprego e prover recursos financeiros para a preservação do patrimônio natural e cultural”¹⁵². Ainda para o autor, esta atividade consegue atingir níveis satisfatórios quando os benefícios atingem as áreas protegidas e a população local, que, na maioria dos casos, fica à mercê do trade, que ocupa uma posição privilegiada no recebimento dos benefícios.

2.6 Lugar, Paisagem e Urbanização

Compreendemos que a atividade turística tem a capacidade de transformação de maneira direta e/ou indireta e produz de modo espacial o simbólico, o natural e o cultural. Ainda sobre esta prática, Rodrigues afirma que “mesmo quando há a (re) funcionalização desse espaço construído pelo turismo, há uma transformação daquele espaço, mesmo que sem muita “novidade”¹⁵³. Essas alterações englobam principalmente obras de infraestrutura, serviços e mercadorias, além de modificar a dinâmica local.

A conceituação referente a lugar se faz importante, pois é um termo muito utilizado na geografia, no turismo e que ao se descrever pode dissociar as confusões conceituais entre

¹⁵⁰ UC é o termo utilizado para fazer alusão à “Unidade de conservação”. De acordo com o SNUC: unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf>. Acesso: 20 fev. 2016.

¹⁵¹ LEUZINGER, Márcia Dieguez. Uso público em unidades de conservação. 19p. Disponível em: < http://www.nima.pucrio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf>. Acesso em: 08 maio 2014. p.15.

¹⁵² LIMA, Maria Lúcia Costa. op. cit. p. 79.

¹⁵³ Ibidem.

lugar, espaço, paisagem, território e urbanização. De acordo com o Dicionário Michaelis, lugar é descrito como:

lu.gar **sm (lat locale)** **1** Espaço, independentemente do que possa conter. **2** Espaço ocupado por um corpo: **O saber não ocupa lugar.** **3** Sítio onde está qualquer coisa: **Cada coisa em seu lugar.** **4** Ponto no espaço, a que corresponde um astro. **5** Posição relativa numa escala. **6** Região, povoado, pequena aldeia. **7** Localidade, cidade: **Lugar de nascimento.** **8** Residência. **9** Local, sítio. **10** Ponto conveniente ou próprio para alguma coisa (no espaço ou em terra) [grifo nosso]¹⁵⁴.

Para a definição de lugar segundo o dicionário é preciso relacioná-lo com a pesquisa, no que cabe a sua concepção de região, povoado, pequena aldeia; localidade, cidade; residência; local, sítio; ponto conveniente próprio para alguma coisa. Apesar da amplitude, o significado mais próximo do que se discute aqui se liga ao conceito relacionado a cidade ou região específica, ou ponto marcado em uma determinada esfera, como a Terra.

Para Milton Santos, no lugar acontece o compartilhamento de um cotidiano entre diversas pessoas, firmas e instituições, sendo “o lugar o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas”¹⁵⁵. Torna-se importante considerar o lugar como um ponto de referência, onde as relações podem se estabelecer, tornando uma “base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”¹⁵⁶.

O lugar torna-se algo muito subjetivo, mas entende-se aqui que é o ponto onde acontecem e estabelecessem as relações, onde há a presença de cooperação e conflito que integram a base da vida comum, bem como a representação dos sentimentos. Diante disso, Milton Santos sintetiza que: “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”¹⁵⁷. Há, portanto, relações que são orientadas por uma razão do ponto de menor porte, como o de maior porte, o nível global.

Para a conceituação de paisagem, podemos analisar as seguintes discussões: Segundo Vidal Pozzo¹⁵⁸, “[...], o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução

¹⁵⁴LUGAR. In: DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/lugar%20_993838.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

¹⁵⁵SANTOS, Milton. op. cit. p. 194.

¹⁵⁶Ibidem.

¹⁵⁷Idem, p. 231.

¹⁵⁸POZZO, Renata Rogowisk; VIDAL, L.M. Apud SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 37-53 2001, p. 39. O Conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. **Revista Discente Expressões**

científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins”.

Complementando a alocação do conceito de paisagem, Humboldt¹⁵⁹ se refere a esta como “a configuração da superfície do globo em uma região determinada, cujos caracteres individuais causam nas pessoas sensações e sentimentos”. Já na geografia de Sauer, o debate da paisagem é relacionado com os interesses humanos no habitar, apropriar e transformar a natureza. Dentro dessa sistematização, chega a ser considerada do seguinte modo: “paisagem cultural é a paisagem que nasce da expressão cultural humana de agir sobre a área”¹⁶⁰.

Já Oliver Dollfus considera “a paisagem como uma representação de espaço e não um objeto em si”¹⁶¹, ou seja, é apenas algo que se materializa no espaço e nada de concreto. O autor classificou a paisagem entre naturais (natureza virgem); modificadas (paisagem natural), porém com ação humana a caminho da paisagem organizada, que se classifica como paisagem com interferência contínua do homem sobre o meio. Sendo assim, Dollfus considera que há “paisagens diferentes”, onde ela tem o seu estágio inicial, até o seu último patamar da intervenção humana, o que mostra que a paisagem é algo que não se separa da interação com o homem.

Contudo, Claval descreve a paisagem como “produto não planejado da atividade humana”¹⁶². Comenta ainda que a ideia da estética global e a preocupação da beleza se pautavam sobre as edificações, jardins, parques, porém, somente em alguns casos isto é perceptível. Afirma, ainda, que “as pessoas não se apresentam indiferentes em relação ao ambiente onde vivem e frequentam, diferentemente de onde estiverem”¹⁶³. Para Claval, a paisagem é o conjunto de relações humanas e naturais que acontecem em um determinado local.

De acordo com o Dicionário Aurélio Online, o verbete paisagem é definido como:

Geográficas, nº 06, ano VI, p. 111 – 131. Florianópolis, junho de 2010. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 12 maio.2014.

¹⁵⁹ SANTOS, Marcio Pereira. O espaço humanizado, a paisagem humanizada e algumas reflexões sobre a paisagem em São Paulo no século XVIII e XIX. 2006, 192 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006 Apud Pozzo, Renata Rogowisk; Vidal, Leandro Moraes. O Conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 116.

¹⁶⁰ *Ibidem*. loc. cit.

¹⁶¹ DOLLFUS, Olivier. O espaço geográfico. São Paulo: DIFEL, 1972. In POZZO, Renata Rogowisk; (et. Al.). *Ibidem*. p. 116.

¹⁶² CLAVAL, Paul. A geografia Cultural. Florianópolis, Atlas, 2007. p. 315.

¹⁶³ *Ibidem*.

Pai.sa.gem sf (fr paysage) 1 Extensão de território que se abrange num lance de vista. 2 Desenho, quadro que representa um lugar campestre. 3 Trecho literário de assunto campestre. 4 Inform Orientação de uma página ou pedaço de papel onde a borda mais longa é a horizontal¹⁶⁴.

A consideração a ser feita dentro da perspectiva dessa pesquisa é a paisagem interpretada como a extensão de um território que se abrange num lance de vista e a representação de um lugar, o que dentro da geografia cultural amplia para todas as relações inerentes dentro de um dado território, mas, contrapondo ao dicionário, não engloba somente o que a “vista alcança”.

Para Milton Santos, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e a natureza”¹⁶⁵. Essa palavra é comumente utilizada em substituição de “configuração territorial”, o que há de ser levado em consideração, pois a paisagem requer toda uma configuração e organização social e espacial, onde a relação homem e natureza acontece espontaneamente.

Ainda para Milton Santos, a observação da paisagem requer questionamentos e interpretações, pois ela pode ser “considerada como um conjunto de objetos reais e concretos”¹⁶⁶, sendo a diferenciação dada às paisagens “através de suas distribuições de formas e objetos, sendo a paisagem um sistema natural e praticamente imutável”¹⁶⁷. Dessa forma, a temporalidade da paisagem é imprecisa, pois o que podemos perceber são as marcas deixadas nessas formas e que essas são a constatação da alteração da paisagem, o que não exclui aos olhos de Santos como a alteração das atividades humanas.

A paisagem, ainda de acordo com Milton Santos, pode ser considerada um mediador entre a natureza e o ser humano, em que as influências entre essa relação são deixadas como marcas pelo tempo. Para o autor, “é a interação dos elementos que compõem o espaço. Assim, a paisagem é composta pela junção das formas, das funções, das estruturas e dos processos pelos quais a mesma está inserida”¹⁶⁸. Para Cavalcanti¹⁶⁹

¹⁶⁴ PAISAGEM. In: DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=Paisagem>>. Acesso em: 15 maio 2016.

¹⁶⁵ SANTOS, Milton. op. cit. p. 66.

¹⁶⁶ Idem, p.118.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: EDUSP, 2008. In: Ibidem. p.118.

A paisagem é a fisionomia, a morfologia ou a expressão formal do espaço, refletindo a visão que a população tem sobre a área a sua volta, tendo como função suportar uma identidade e servir de apoio para instigar a coesão existente na sociedade e sendo o fundamento da formação das identidades, agregando a linguagem científica com o emocional e, também, entre o saber geográfico e a identidade cultural¹⁷⁰.

A correspondência da percepção da paisagem, como afirma Pires, “é indispensável ao processo de observação da paisagem, a sua condição de expressão espacial e visual do meio, também permite descrever com precisão e inferir considerações às suas qualidades e fragilidades”¹⁷¹. A paisagem torna-se um conceito subjetivo, pois a percepção é algo pessoal e que pode ser desapercibido por outros que tentam interpretar a mesma “paisagem”.

Portanto, apesar de vários debates abarcarem a conceituação de paisagem, percebemos que houve uma incorporação de valores e comportamentos em sua definição, pois, antes, a este conceito se relacionava apenas ao habitat natural, ou mesmo aquele dito por Diegues¹⁷², como wilderness, mas que foi ganhando intervenções físicas, sociais e culturais, adaptando aquela representação do espaço em consonância com as relações humanas.

Ao discutirmos sobre o turismo como uma atividade que modifica a paisagem, deve-se pensar como essa prática influencia aquela localidade e as relações inseridas ali. O turismo tem a capacidade de produzir, por intermédio de apropriação ou não. Pode determinar a valorização de certa paisagem sem necessariamente intervir de fato, como, por exemplo, contemplar a “paisagem” através de certo local, mas sem degradá-lo. Para tanto, Rodrigues afirma: “Trata-se de diferentes expectativas e de diferentes formas de consumo do território. No caso da procura natural - é a natureza “pura” transformada pela atividade” e no outro é a produção histórica parcial”¹⁷³.

Para Marujo, “no turismo a paisagem, para além de ser um recurso imprescindível para o desenvolvimento da atividade, constitui um elemento fundamental para a promoção e

¹⁶⁹ CAVALCANTI Agostinho; VIADANA, Adler Guilherme. Organização do espaço e análise da paisagem. Rio Claro, SP: UNESP, 2007. p. 107 In: MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. Análise do Conceito de Paisagem na ciência geografia: reflexões para os professores do ensino básico. Revista Geonorte, Edição Especial, V. 1, N.4. p.118-119.

¹⁷⁰ *Ibidem.* loc. cit.

¹⁷¹ PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem Litorânea de Santa Catarina. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia. (org). op. cit. p. 161.

¹⁷² DIEGUES, Antônio Carlos. op. cit. p.23.

¹⁷³ RODRIGUES, Arlete Moysés. op. cit. p. 56.

captação de muitos turistas¹⁷⁴, sendo este fator um dos pontos-chaves para a movimentação e consolidação da atividade turística, em que se há uma espécie de “venda” da paisagem, muitas vezes preservada, com intuito de aumentar o fluxo turístico, assim como afirma Pires: “A paisagem é um elemento substancial do fenómeno turístico e, portanto, um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta turística”¹⁷⁵.

Porém, aponta Yázigi, o turismo não está somente interligado com a paisagem, pois a atividade é muito mais complexa e utiliza outros fatores que são capazes de atrair visitantes; no entanto Cruz, enfatiza que a paisagem é o contato mais direto que o turista tem com o local visitado e que, de fato, é o que permanecerá em seu imaginário quando for relacionado àquele destino, o que, de certa forma, impulsiona a propagação e o desenvolvimento do turismo.

De acordo com Pires, deve-se fazer uma advertência em relação ao termo de defesa da preservação da paisagem, onde há a distinção entre a natural e a urbana, sobressaltando a importância para o autor do papel que a paisagem infere no habitante local e, posteriormente, para o turista. Para ele, a representação da paisagem para um habitante local é diferente da do turista, pois além do que se pode ver, o morador local assimila tudo aquilo às suas vivências e não apenas ao simples processo de contemplação.

Sendo assim, Pires faz uma distinção da “paisagem visível”, em que a mesma não é mais um cenário ibopado para o turista exclusivo. Ela é o cotidiano do habitante, e isso acaba por interessar o turista, que procura conhecer o diferente de seu cotidiano.

A paisagem não é definitiva, mas sim, “(...) é produto de uma postura mais madura do grupo em relação ao seu meio daquela que é fruto de uma preservação enquanto estado natural das coisas. Isto é, no entender de autores como Ulpiano T. Bezerra de Meneses; o estado natural das coisas é a preservação sendo que a mudança sim é que tem de ser justificada¹⁷⁶.

Ao fazer alusão do turismo como um ato ou fenômeno que motiva o deslocamento das pessoas de um lugar para outro espaço, esta atividade pode ser concebida como uma experiência geográfica na qual a paisagem constitui-se num elemento social¹⁷⁷. A atividade turística pode ser vista, deste modo, como “promotora” da paisagem, ao mesmo passo que a

¹⁷⁴MARUJO, Noémi; SANTOS, Norberto. Turismo, Turistas e Paisagem. *Investigaciones Turísticas*. *Investigaciones Turísticas* Nº 4, julio-diciembre 2012, 35-48. ISSN: 2174-5609. Turismo, Paisagem e Turistas. Disponível em: http://www.academia.edu/2436621/Turismo_Turistas_e_Paisagem. Acesso em: 16. mar. 2016.

¹⁷⁵PIRES, P. (2001). “Interfaces ambientais do turismo”. In TRIGO, L. (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac.p.127.

¹⁷⁶Idem, p. 133-134.

¹⁷⁷Ibidem, p. 162.

mesma pode ser a causadora de sua depreciação. Font afirma que: “a paisagem no contexto do turismo deve-se entendê-la como aspecto perceptível do espaço”¹⁷⁸.

Aprofundando nos conceitos da Geografia, a definição de espaço por Santos¹⁷⁹ é um conjunto indissociável de que participa, tendo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais e, de outro lado, a sociedade em movimento. Ainda para Santos, o “espaço são as formas mais a vida que as anima, se representando por uma construção horizontal, única, sendo um sistema de valores que se altera permanentemente ou seja, essas formas da paisagem são modificadas e geridas pelo espaço”¹⁸⁰.

Para Moesch, “o tempo e o espaço são categorias essenciais aos estudos turísticos”, sendo que “o espaço é tempo cristalizado”¹⁸¹, do qual o turismo se apropria. Ainda mantendo esta relação espaço e tempo, Bedim ressalta: “(...) toda mudança no espaço é uma mudança no tempo”¹⁸². Diante da continuidade e evolução temporal, o espaço não está isento de qualquer alteração: torna-se um resultado da ação humana onde o próprio indivíduo e a natureza são levados à metamorfose; sempre existe uma forma do ser humano se apropriar da natureza, conseqüentemente manuseando a sua reprodução social¹⁸³.

Em relação a esta produção do espaço, ou de sua “re” criação, se converte em produção de mercadorias que são consumidas por cada turista em pouco tempo. Podemos elencar algumas das formas de produção deste espaço, como afirma Rodrigues: “São várias as formas pelas quais se produz rapidamente estes novos “espaços”, aquele que deverá proporcionar o “descanso” ou consumo da natureza “diferenciada” ou, se preferirmos, das especificidades do território”¹⁸⁴.

Essas questões geográficas discutidas aqui têm o intuito de melhor construção das relações existentes entre meio e turismo. Neste sentido, faz-se de extrema importância a relação turismo, paisagem, patrimônio e desenvolvimento local, auxiliado pelas atividades econômicas ali cercantes.

¹⁷⁸ FONT, J. N. Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. **Estudios Turísticos**. n. 115. Madrid: 1992. Apud PIRES, Paulo dos Santos, Paisagem Litorânea de Santa Catarina. In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia. (org). op. cit. p. 162.

¹⁷⁹ SANTOS, Milton Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985 Apud MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. Op.cit.p.17.

¹⁸⁰ SANTOS, Milton. op. Cit .p. 66.-67.

¹⁸¹ MOESCH, Marutschka M. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000. p. 39.

¹⁸² BEDIM, Bruno Pereira. op. cit. p. 26-56.

¹⁸³ BEDIM, Op. Cit. p.34.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Arlete Moysés. Op. Cit. p. 58.

Ao situar o turismo em uma dimensão geográfica, Rubio¹⁸⁵ explana acerca do espaço turístico como o assento da oferta turística, tendo seu valor agregado variando com as suas circunstâncias e o atrativo turístico¹⁸⁶. Para tanto, o espaço que o turismo se beneficia de uma certa localidade, consolida mais uma possibilidade de desenvolvimento do turismo, pois não somente a “visão” pode tornar algum lugar atrativo o suficiente para justificar o deslocamento até lá, mas as relações e a estrutura de onde ocorrem podem ser decisivas nessa consolidação.

Pires, contudo, faz um balanço da atividade turística como promissora e devastadora de sua paisagem local, abordando a visão de Font sobre o que pode ser utilizado para a oferta turística no valor paisagístico, pode, também, ser a causa de sua degradação. Para tanto, deve-se levar em consideração que este recurso passa a ser considerado um “recurso turístico” e que possui grande valor perante os demais, o que cabe a repensar sobre sua condução.

De acordo com Cruz, “o turismo é a única prática social que consome, fundamentalmente espaço, sendo este consumo através da apropriação do espaço pelo turismo, bem como o consumo de sua paisagem, que ocorre entre turista e visitado”¹⁸⁷. A atividade turística precisa estar dentro das grandezas de tempo e espaço, pois devem ocorrer em algum local e dentro de um determinado momento.

Podemos refletir sobre a questão relacionada ao turismo, paisagem, espaço, lugar, urbanização, meio ambiente e patrimônio ambiental, que devem ser planejadas em consonância, pois, na atualidade, “as amenidades” da natureza que passaram a ser mercantilizadas, passam a ser paulatinamente transformadas com a (re)produção socioespacial¹⁸⁸. Neste processo intenso, a produção é o consumo dos “lugares” do turismo relacionados com a natureza, e cria, contraditoriamente, sua própria destruição¹⁸⁹.

Apesar da atividade turística ser considerada contraditória, ainda é vista de maneira otimista, e como possibilidade de desenvolvimento local, como aponta Yazigi: “Tenho uma nesga de esperança no turismo, porque se trata de uma atividade que, se bem conduzida, poderá promover a paisagem, ao contrário de muitas outras ações dos homens”¹⁹⁰. Há uma comparação entre outras práticas econômicas que além de modificarem o espaço de maneira

¹⁸⁵ RUBIO, Manuel Valenzuela. Turismo y Territorio. Ideas Para Una Revisión Crítica y Constructiva de las Prácticas Espaciais del Turismo. In: Ibidem. Loc. Cit.

¹⁸⁶ Atrativo Turístico é todo lugar, objeto, infra-estrutura (peculiar), equipamento ou acontecimento de interesse para o turismo. GLOSSÁRIO TURISMO. Mosaico Bocaina. Disponível em:< <http://www.mosaicobocaina.org.br/turismo-glossario>>. Acesso em: 05 maio 2016.

¹⁸⁷ CRUZ, Rita de Cássia Ariza. In: Turismo e Paisagem. YÁZIGI et al., São Paulo, Contexto, 2002. p. 109.

¹⁸⁸ RODRIGUES, Arlete Moysés. op. cit. p. 57.

¹⁸⁹ Ibidem. p.60.

¹⁹⁰ YÁGIZI, Eduardo. op. cit. p.136.

maléfica, ainda podem ser interpretadas como promotora de melhores condições de vida, que não degradam tanto como a industrialização, agricultura e algumas outras atividades.

Todavia, devemos ter cuidado em colocar o turismo e/ou seus segmentos como única alternativa econômica local, como afirma Fulan: “pensar o turismo como atividade única pode ter os mesmos efeitos desastrosos da monocultura. É fundamental conciliar a atividade turística com outros tipos de atividade, garantindo a diversidade das práticas sociais locais”¹⁹¹. O que se propõe aqui é entender a atividade turística como mais uma maneira de otimização da sociedade como um todo, mas que apresente outras perspectivas, para não haver um vínculo de dependência.

Ainda utilizando este elo entre os conceitos geográficos e o turismo, Yazigi enfatiza o papel do espaço como “matéria-prima” do turismo e a importância das condições geográficas que influenciam a atratividade de um lugar turístico. Além disso, o autor ressalta que existem outros elementos que potencializam o aumento da demanda na localidade, “como as condições climáticas, o patrimônio histórico e cultural, a economia e o conhecimento técnico que se relacionam e podem fazer emergir novos tipos de turismo”¹⁹².

Portanto, para Luchiari, “a transformação das paisagens não é somente resultado da apropriação, consumo e produção do espaço, mas ela é necessária para o desenvolvimento do turismo”¹⁹³. Não há atividade humana e natural que permaneçam se estabelecer a modificação da paisagem presente, porém há de se atentar ao fato de que essas intervenções devem ser repensadas, a fim de proteção e cuidado para a continuidade das relações existentes na localidade.

O termo patrimônio tem sido usado, com frequência, no que se refere a algum bem que lhe é conferido valor e que representa algum traço cultural, natural e que deve ser protegido e mantido para as gerações vindouras, pois são amostras da identidade daquele povo ou nação. Cabe aqui cautela para descrever e entender a concepção vinculada ao patrimônio e seus devidos usos.

O primeiro sentido dado ao patrimônio “de todos” era dado ao que se remetia a uma herança das coletividades. “No século XIX, essa concepção fundou juridicamente o livre

¹⁹¹ FURLAN, Sueli Ângelo. *Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza*. p. 57.

¹⁹² YÁGIZI, Eduardo. *op. cit.* p.135.

¹⁹³ LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. *Turismo e Patrimônio Natural no uso do território*. P.36. In: LUCHIARI, Maria Tereza Paes, BRUHNS, Heloísa Turini, SERRANO, Célia. (org) *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas-SP: Paripus, 2007.

acesso às riquezas naturais dos países mais pobres e, a partir da segunda metade do século XX, passa também a legitimar os limites do crescimento que esses países deveriam adotar”¹⁹⁴.

Os valores pós Segunda Guerra Mundial transformaram-se. Segundo Serrano “fortificaram os ideais de nacionalidade associados à preservação patrimonial, incluindo estímulos de cidadania, territorialização e (re) territorialização dos grupos, tendo intervenção do mercado e investimento no setor imobiliário, onde se define as formas de apropriação”¹⁹⁵. Contudo, a ideia de unificação cultural precisaria de elementos que fizessem a coesão cultural e daqueles elementos comuns da sociedade.

Para Françoise Choay o patrimônio histórico se refere a “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”¹⁹⁶. Essa corrente de pensamento patrimonial teve seu início na Europa e, mais tarde, no século XX, chega ao Brasil, onde há uma adequação à realidade nacional, em que se deveria preservar a identidade da pátria, voltando aos valores do índio, natureza, algo que era entendido como identidade nacional.

No Brasil, de acordo com Delfim, a questão patrimonial teve seu marco inicial na década de 1930, em que foi promulgado um decreto-lei (Decreto-Lei 25/1937) que organizava o patrimônio histórico e artístico brasileiro, além da criação de leis e aparos para essa premissa de preservação, englobando o patrimônio construído e o natural, bem como instituições que ficassem responsáveis pela sua gestão, como a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional -SPHAN¹⁹⁷. “Neste mesmo ano, no campo natural, foram criados três Parques Nacionais e políticas referentes ao uso e conservação da natureza”¹⁹⁸.

Nas décadas seguintes, houve um esforço para o tombamento de sítios urbanos e cidades “históricas”, com intuito de preservação e início de grandes debates em virtude da funcionalização desses bens e suas condutas, em que o patrimônio deixou de ser individual para ser coletivo, modificando os direitos e usos dos mesmos. Somente a partir da década de

¹⁹⁴ LABROT, 1996, p.110-112 Apud LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. Turismo e Patrimônio Natural no uso do território. p.26. In: LUCHIARI, Maria Tereza Paes, BRUHNS, Heloísa Turini, SERRANO, Célia. Op.cit. p.39.

¹⁹⁵ SERRANO, Célia. Patrimônio, Natureza e Cultura: Uma introdução a olhares e práticas. p. 10. In: LUCHIARI, Maria Tereza Paes, BRUHNS, Heloísa Turini, SERRANO, Célia. loc. cit.

¹⁹⁶ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Unesp. 2006. p. 11.

¹⁹⁷ O Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico Artístico e Nacional -PHAN foi criado em 18/04/1936, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 11 mar 2016.

¹⁹⁸ DELPHIM, O patrimônio natural no Brasil. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 20 nov. de 2014. p. 1

1970 é que o patrimônio natural ganhou mais amplitude e reconhecimento. Dentro deste período, foram sendo criados outros Parques Nacionais e políticas voltadas ao uso responsável do meio ambiente.

A partir dos anos 1970, o meio ambiente passou a ser interpretado como uma categoria do patrimônio, conforme Luchiari ressalta a importância do esclarecimento conceitual, pois “tomo como pressuposto a compreensão de que o patrimônio natural, material ou imaterial é, sempre, patrimônio cultural. A natureza e seus processos têm a sua própria lógica e dinâmica, mas a “patrimonialização” da natureza é uma ação política e cultural”¹⁹⁹. Dessa forma, mesmo que conceitualmente sejam diferenciados, os patrimônios cultural e natural são de cunho cultural, porém cada um com sua especificidade.

A natureza interpretada como patrimônio, passa a ter relevância expressiva e grande atenção, pois conforme afirma Lucchiari: “Então não podemos perder de vista que a conservação da natureza e a sua patrimonialização envolvem saberes, interesses e valores advindos das esferas política, econômica e sociocultural²⁰⁰”. O que está em jogo aqui não é apenas o ecossistema, mas sim a permanência dos valores vinculados à representatividade, como a história, política, economia e a cultura local. Sendo assim, “a natureza, tornada patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós na paisagem”²⁰¹.

Em 1986, o Parque Nacional do Iguaçu, localizado no Paraná, na região da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) tornou-se a primeira área brasileira reconhecida pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Mundial Natural. Os sítios naturais, segundo a UNESCO são “áreas únicas ao redor do mundo, reconhecidas pelo seu valor universal e importância natural e cultural, que precisam ser preservadas para o bem estar da humanidade²⁰²”. Vale elencar aqui, que durante a década de 1980, alguns sítios urbanos foram tombados como patrimônio Cultural da Humanidade, o que, de certa forma, pode ser considerado como um marco na história cultural brasileira, pois passaria a ter, adiante, importância referente à área patrimonial fora da Europa.

Durante a década seguinte, houve uma mudança relacionada ao pensamento do desenvolvimento, além das atividades que deveriam ser realizadas, em que a Eco-92 mostrou-

¹⁹⁹ LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. Turismo e Patrimônio Natural no uso do território. In: LUCHIARI, Maria Tereza Paes, BRUHNS, Heloísa Turini, SERRANO, Célia. op. cit. p. 27.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. loc. cit.

²⁰² Patrimônio natural. WWF Brasil. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/mata_atlantica/mata_atlantica_acoes_resultados/unidades_de_conservacao/sitio_do_patrimonio_mundial_natural2/>. Acesso em 15 maio 2016.

se importante e decisiva para o novo paradigma, onde a preocupação com o meio ambiente e seu patrimônio foram valorizados, sendo destacado a importância das práticas sustentáveis, incluindo o turismo, que teve seu impacto negativo na segunda metade do século XX pela “massa”, sendo redirecionado a uma prática inclusiva e mais seletiva.

No início do século XXI, sete sítios naturais do Brasil²⁰³ foram reconhecidos junto à Unesco, englobando diversos tipos de ecossistemas, como mata Atlântica, cerrado. Justamente neste período, surgiu no Brasil o Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural, “com intuito de estabelecer uma gestão coordenada, integrando responsabilidades e ações nos níveis nacional, estadual e municipal nestes sítios. O programa surge como a primeira ação brasileira de gestão do patrimônio mundial natural²⁰⁴”.

Podemos conjecturar que o segmento patrimonial²⁰⁵ é apropriado pelo desenvolvimento do turismo, ou seja, os patrimônios, passam a ser parte de uma mercadoria a ser consumida pelo turista. Desta forma, a paisagem sofre modificações sob vários âmbitos, o que pode causar um rearranjo local pautado na atividade turística.

Como menciona Choay sobre a problemática atual do culto ao patrimônio, “esta discussão merece questionamento”, abrangendo diversos segmentos de patrimônio²⁰⁶. Cabe salientar a relevância de pensar em um patrimônio natural e a iniciativa de sua conservação com grande engajamento, bem como as políticas voltadas aos bens imóveis. Para que haja esta política preservacionista diante de um cenário de constante modificação, a autora faz uma advertência em relação a este pressuposto:

²⁰³ Os 7 sítios de patrimônio natural no Brasil são: Parque Nacional do Iguaçu, Costa do Descobrimento Reservas da Mata Atlântica, Mata Atlântica Reserva do Sudeste, Área de Conservação do Pantanal, Complexo de Conservação da Amazônia Central, Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha e Atol das Rocas, Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e das Emas. BRASIL, Ministério da Cultura. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cultura/2010/01/brasil-tem-sete-sitios-do-patrimonio-mundial-natural/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

²⁰⁴ Conta com a parceria do WWF-Brasil, e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Constitui-se num esforço interinstitucional, que também congrega a Fundação das Nações Unidas, Instituto Chico Mendes, Conservação Internacional e The Nature Conservancy do Brasil Patrimônio natural. Na primeira fase, até 2008, foram fortalecidas as iniciativas de conservação e promoção de economias sustentáveis no entorno das áreas. Na segunda fase, as linhas de atuação estão sendo ampliadas, e terão como foco a recuperação ambiental, valorização cultural dos Sítios pela sociedade e o bem-estar das populações locais. WWF Brasil. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/mata_atlantica/mata_atlantica_acoes_resulta_dos/unidades_de_conservacao/sitio_do_patrimonio_mundial_natural2/>. Acesso em 15 maio 2016.

²⁰⁵ CHOAY, Françoise. op.cit. p. 225.

²⁰⁶ CHOAY, Françoise. op.cit. p. 11. A autora se refere ao conceito de “Patrimônio histórico – “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade”.

Contudo, as ameaças permanentes que pesam sobre o patrimônio não impedem um amplo consenso em favor de sua conservação e de sua proteção, que são oficialmente defendidas em nome dos valores científicos, estéticos, memoriais, sociais e urbanos, representados por esse patrimônio nas sociedades industriais avançadas²⁰⁷.

É importante destacar que a noção de patrimônio é muito utilizada e necessária dentro da atividade turística, de modo que esse fator funciona como um complemento e até a própria motivação em se visitar um local turístico. Para Irving:

“A inovação desse conceito reflete o entendimento de patrimônio natural e cultural como indissociáveis e o estabelecimento claro e do compromisso de benefícios a serem gerados pela atividade ecoturística para as populações locais, em contraposição ao modelo clássico de desenvolvimento turístico, centrado principalmente na geração de lucro para o setor privado, com elevado potencial de investimento²⁰⁸.”

O turismo é uma atividade que tem crescido através da ótica econômica e, nas duas últimas décadas tem sido vista como uma alternativa, promoção e desenvolvimento de comunidades, ampliando as melhorias ligadas a estrutura e os aspectos intangíveis. Além disso, o turismo deve ser pensado como agente modificador da paisagem, que, para se estabelecer, apropria do espaço e utiliza o lugar para a promoção do destino. É importante pensarmos que essa prática deve ser pensada, organizada, para que o patrimônio natural não seja degradado e que prejudicado.

Precisamos entender quais foram os aspectos que o turismo influenciou na mudança da paisagem em Alto Caparaó, como por exemplo a estruturação de equipamentos que me serve de apoio a este setor, além de emprego de mão-de-obra, reorganização demográfica e produtiva e de que forma o turismo se faz promotor desse desenvolvimento.

²⁰⁷ Idem. p. 17.

²⁰⁸ IRVING, Marta de .op. cit. p.47.

3 A OCUPAÇÃO DA SERRA DOS AYMORÉS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Mais para o sul, penetrando já na região mineira, entre a zona litorânea e a Serra do Espinhaço, que foi o país dos Botocudos, dos Puris, e de numerosas tribos Tapuiais, já a raridade dos nomes selvagens na geografia local ressalta logo. Prevalecem denominações portuguesas entre alguns nomes tupis²⁰⁹.

Após realizar a discussão teórica sobre os conceitos, que permeiam e sustentam o trabalho, entra-se de fato no local de estudo, Alto Caparaó, em que através da análise de dados referentes aos aspectos sociais e econômicos fizeram importantes, para a reflexão sobre tais discussões a respeito da influência do turismo sobre a paisagem e seus desdobramentos para essa localidade. É importante salientar que a relevância turística neste município mineiro teve aumento expressivo, mas ainda não é representativo como a cafeicultura, que move as estruturas locais e sociais, mas consegue complementar a renda e a ocupação dos habitantes no período de sazonalidade das duas culturas.

Dentro deste capítulo serão abordados os itens relacionados sobre o levantamento histórico da Zona da Mata, bem como do município; as atividades desenvolvidas dentro deste território, além do início da trajetória turística da cidade, dados estes que foram obtidos através de um trabalho in loco e análise inicial de seus dados.

3.1 Localização da área



Figura 1 – Localização de Alto Caparaó.
Fonte: Lovantino (2009).

²⁰⁹ SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional Brasileira. V. 380, p. 60-73 Apud RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó. COLTEC-UFMG. p. 2.



Figura 2 – As microrregiões da Zona da Mata Mineira.
Fonte: Observatório Geográfico (2008).

Alto Caparaó é uma cidade brasileira localizada na região sudeste, no Estado de Minas Gerais, na microrregião da Zona da Mata, inserida na microrregião de Mantuaçu. Suas coordenadas estão entre 20°19' e 20°37' S de latitude e entre 41°43' e ° de longitude. A classificação de seu gentílico é Altocaparaense²¹⁰. O município, localizado na fronteira entre os estados de Minas Gerais e o Espírito Santo, é uma das entradas do Parque Nacional do Caparaó. Possui características de cidades “pequenas”, pois apresenta um número de habitantes menor que 10.000, e uma alta densidade demográfica, em virtude da extensão territorial que grande parte é “tomada” pelo Parque, resultando em menores porções de terra habitadas.

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)
105,55 km ²	0,661	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	5.297 hab.
Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
50,18 hab/km ²	1997	Manhuaçu	Zona da Mata

Tabela 1 – Dados referentes ao município de Alto Caparaó.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2016).

²¹⁰BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alto Caparaó. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=310205> >. Acesso em: 20 ago. 2015.

3.2 “A descoberta” da Zona da Mata Mineira

Desde a origem do seu nome até o atual processo de urbanização, passando pela criação do Parque Nacional do Caparaó, o processo de desapropriação de terras e a retirada do gado, que pastava até próximo ao pico da Bandeira, pela desativação da Estrada de Ferro Leopoldina e pelas histórias da Guerrilha, entre tantos outros fatos -, muito se conta, mas pouco se sabe ²¹¹.

Podemos asseverar que a Zona da Mata, diferentemente de outras regiões mineiras, não foi “palmilhada por bandeirantes, nem deve a nenhum deles a formação de qualquer povoado; nem varejada foi por aventureiros que, de dentro ou de fora do país, afluíam às regiões onde se encontravam facilmente ouro ou pedras preciosas.”²¹²



Figura 3 – Mapa de Minas Gerais no século XVIII.
Fonte: CUNHA (2007).

“Para evitar o contrabando de ouro, todo o sertão do leste de Minas Gerais era considerado “área proibida” no século XVIII²¹³”. A mata densa e os índios bravios, aliados a proibições governamentais, contribuíram para tornar ainda mais difícil o desbravamento dessa região²¹⁴. Porém, com o fim da mineração, a Metrópole precisaria arranjar outras formas de

²¹¹ MOREIRA, José Eduardo de Borges. Um Livro-memória sobre Caparaó. In: RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó: UFMG. Colégio Técnico. p.32.

²¹² Ibidem. p. 3.

²¹³ Ibidem. p.3.

²¹⁴ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op.cit. p.152.

arrecadação, “abrindo as fronteiras da Zona da Mata e o leste mineiro, incentivando o seu povoamento²¹⁵”.

A forma com que a Zona da Mata foi ocupada por duas formas diferentes: uma vinda do oeste, e outra, do sul, com direção ao nordeste, tendo como ponto final da marcha pioneira o atual município de Manhuaçu. Acerca do surgimento das cidades nessa região, temos que, devido à mineração desde meados do século XVIII, houve um movimento em relação à bacia do Rio Doce, em pequenas proporções. Várias cidades atuais dessa zona nasceram dos acampamentos dos faiscadores do ouro²¹⁶. Partem desses pontos as anônimas investidas para o Alto Carangola:

Em 1819, existia São Paulo do Muriáe. Em 1860, nasce o distrito de Santa Luzia do Carangola, que depois passa a curato em 1862, freguesia em 1866 e município em 1878. Em 1886 é distrito policial São Sebastião da Barra. E levado a distrito de paz em 1890, a povoado em 1915. Em 1938 se tornou distrito do município de Espera Feliz. O distrito de Caparaó torna-se município em 1962, com um distrito, Alto Caparaó²¹⁷.

Durante o século XIX, várias cidades foram surgindo e houve um aumento do número de habitantes, Chegando ao vale do Rio Carangola na década de 1870, o povoamento veio se alastrando por mais de duas décadas até o vale do rio Manhuaçu, tornando-se esta região grande produtora de café, a ponto de ser constatada, em 1905, a primeira crise local de superprodução²¹⁸. No entanto, apesar desta crise, em 1920, Manhuaçu e Carangola ainda eram considerados os principais municípios mineiros produtores de café²¹⁹.

No século XIX, a decadência das minas mudava o intento de preservar as Áreas Proibidas em face dos cuidados fiscais quanto ao crime do descaminho. A esperança de que nelas existissem a riqueza tão cobiçada, insere-se nas razões invocadas pelo Governador, como mais metais preciosos²²⁰. Essa região era reconhecida como “Terras consideradas férteis e baratas serviram como atrativo para a vinda dos pioneiros, principalmente do estado do Rio de Janeiro²²¹”. Desta maneira, houve uma diversificação do contingente populacional, além da

²¹⁵ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p. 3.

²¹⁶ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Crônica de uma morte anunciada. 36.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.25. In: Pimenta, Dermeval, A Mata do Peçanha, Belo Horizonte, 1996. p. 23.

²¹⁷ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p.10.

²¹⁸ VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da zona da mata de minas gerais. Revista Brasileira de Geografia. Ano XX/Nº 1,03-88, janeiro-março de 1958. Apud SANTOS, Elisângela Maria Barbosa, op. cit. p. 24.

²¹⁹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa, op. cit. p. 117.

²²⁰ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Crônica de uma morte anunciada. 36.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. op. cit. p. 25.

²²¹ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p. 3.

incorporação de outras atividades, transformando o setor primário no principal negócio, e o seu produto era o café.

Para Dean, a “Mata Atlântica estaria dentro dos padrões ideais para o cultivo e a produção do café, o que demonstrava perigo real para este tipo de ecossistema, pois “acreditava-se que o café tinha de ser plantado em solo coberto por floresta “virgem”²²². A escolha do terreno para o plantio era pautada na existência da floresta primária, porém de maneira empírica, o que levou ao desmatamento intenso nessas áreas. Segundo Dean:

(...) Os participantes do negócio do café preferiram comprar terras mais acima do vale, ao longo da fronteira da província de São Paulo. Ou na zona da mata, a zona das florestas das Minas Gerais, que mais recentemente havia sido despojada da sua população indígena, onde ficavam nascentes dos rios Doce, Pomba e das Mortes. O café espalhou-se de modo extensivo e uma parcela considerável da região montanhosa da Mata Atlântica foi transformada em um mar encapelado de pés de café ²²³.

Desta forma, pela própria localização geográfica, a Mata torna-se cafeicultora, como uma consequência do café plantado no Vale do Paraíba. Ela recebe grande contingente de escravos que saem do Rio de Janeiro à procura de lavouras mais novas. Juiz de Fora torna-se a cidade mais importante da região, secundada por Ubá, Leopoldina, Cataguases, Muriaé, Carangola, Manhuaçu, Abre Campo, todas elas grandes plantadoras de café. Podemos destacar dois motivos intencionais que presidiram a penetração da Zona da Mata: “a ambição do ouro em seu último anseio no século XVIII e o desejo de enriquecer por meio do café, no século XIX. A faisqueira em córregos e rios com a desilusão ou a lavoura cafeeira trabalhosa ²²⁴”.

Com a formação dos cafezais, o café teve o papel similar ao do ouro no processo do povoamento mineiro, o que resultou no surgimento de fazendas, capelas, povoados, dos quais vilas e cidades se formaram por um processo evolutivo muito natural²²⁵. Este produto foi o que incentivou a penetração da Zona da Mata no início do século XIX. Dean enfatiza o modo com que a terra foi “preparada” para o plantio, onde o objetivo era terra para cultivar café,

²²² DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 5. reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.196.

²²³ Fundação S.O.S Mata Atlântica [doravante SOS-MA], Reunião Nacional sobre Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica, Oficina Mata Atlântica, Atibaia, março-abril, 1990. Anais (São Paulo, [1990]): Brasil, Decreto n° 99547, 22 de setembro de 1990. In: DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 5. reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 484 p. 202.

²²⁴ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit.p. 5.

²²⁵ Idem. p. 14.

sem importar para os efeitos adversos, capazes de influenciar negativamente mais tarde sobre a região desmatada, principalmente sobre a qualidade do solo.

Em virtude do volume de produção cafeeiro, era necessário que houvesse um sistema de transporte mais eficaz, com intuito de agilizar o escoamento da produção, haja vista que até aquele momento, “o café era transportado, até então para Rio de Janeiro, em “tropas muars”²²⁶. Para atender a essa nova demanda econômica, nas últimas décadas do século XIX, sucedeu a implantação do sistema ferroviário que ligava a Zona da Mata ao Rio de Janeiro seguia o caminho das plantações de café, e seu ponto final era Manhuaçu, um dos maiores produtores de café, na época²²⁷.

As estradas de ferro tornaram-se uma obsessão na Mata e em todo o Estado. Todos os mineiros compartilhavam a noção, tão comum no século XIX, de que a locomotiva prometia ser um agente da civilização e do progresso. Mas, pelos meados da década de 1880, somente a Zona da Mata comparando ao restante de Minas Gerais podia orgulhar-se de ter uma rede bem desenvolvida. [...] Já em 1890 a Mata podia apontar o crescimento quadruplicado da exportação de café como justificativa da continuação do apoio público à expansão da rede regional²²⁸.

Desta forma, a ferrovia era vista como um mecanismo de desenvolvimento econômico e populacional, o que proporcionou significativas mudanças no contexto da época, além de aumentar consideravelmente o transporte e a exportação do café naquela região produzida. A linha ferroviária era a principal ligação entre o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, até a região da Mata Mineira. “Porém, devido a problemas financeiros, o a qualidade do serviço da Estrada de Ferro Leopoldina, sofreu uma brusca queda na década de 1890, tendo decretada a sua falência em 1897²²⁹. Em seu lugar, surgiria a “The Leopoldina Railway”, construída entre o fim do século XIX e início do século XX.

The Leopoldina Railway foi reorganizada após a falência da antiga companhia em 1897, quando a companhia inglesa tomou o controle e a continuação de suas ações, ocorrendo o prolongamento de seus trilhos até Manhuaçu²³⁰. O serviço ferroviário chega às terras de Caparaó em 1913, seguindo em direção à Manhuaçu. O trem de ferro não transporta só mercadorias, transporta ideias também²³¹, pois com a “rapidez” do novo transporte, a vida por

²²⁶ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p. 5.

²²⁷ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 152.

²²⁸ BLASENHEIM, Peter. A Zona da Mata Mineira (1870-1906). Centro de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 05. Apud SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 120.

²²⁹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. loc. cit.

²³⁰ Ibidem p. 120-121.

²³¹ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p. 30.

ali passou a receber várias influências, juntamente com a modificação das estruturas sociais, políticas e econômicas, “ampliando” a possibilidade de construir um novo pensamento e prática na zona da mata mineira.



Figura 4 – Mapa da Estrada de Ferro "The Leopoldina Railway" - 1924.
Fonte: vfco.brazilia.jor.br (2014).

No caminho para Manhuaçu, estava a região de Caparaó, onde o trem chegaria em 1914, pouco antes de alcançar o seu destino final. Alto Caparaó, que ainda produzia pouco café, abastecia a estrada de ferro com a madeira retirada da Serra²³². Antes mesmo da chegada do trem à região, a extração madeireira já era realizada na Serra do Caparaó. As casas, os currais e praticamente todo maquinário era feito de madeira. A chegada do trem aumentou a demanda do café²³³.

Na última década do século XIX, alguns grupos de imigrantes começam a procurar Minas Gerais, com intuito de trabalhar nas lavouras de café, dando grande representatividade ao Estado, introduzindo técnicas mais novas e conhecimentos diversificados²³⁴. O contingente italiano foi o maior, seguido pelo espanhol e o português.

Tais imigrantes chegaram ao município de Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro, e muitos destes seguiram para Alto Caparaó. Como influência destes povos, as primeiras religiões a surgir foram a Católica, Presbiteriana, Adventista e Batista. Até hoje,

²³² Ibidem. loc. cit.

²³³ Ibidem. loc. cit.

²³⁴ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p. 11.

esta cidade se destaca da maioria dos municípios mineiros que se encontram majoritariamente católicos²³⁵, o que influencia até hoje o modo de vida dos habitantes locais.

3.2.1 Histórico de Alto Caparaó

O nome Alto Caparaó possui vários significados, um deles é o de “águas cristalinas que descem das pedreiras”. “O nome Caparaó, e outros, são bem poucos vestígios da língua dos primitivos dominadores, acaso salvos do dilúvio tupi ou português, que o bandeirante ou o missionário estendeu por toda a parte²³⁶”. Assim, podemos dizer que a língua portuguesa (dos dominadores) sobressaía sob a língua dos indígenas ao nomear povoados, cidades e etc.

Caparaó é um “mato rijo, mato bravo, mato alto”. CAA-ATA-GUA era sertão em 1710, incluindo o distrito das Minas Geraes. CAA é “mato, árvore”. CAÁPORA ou CAA-Y-GORDA é “coisa silvestre, do mato”; em guarani. CAPARAÓ é, então, águas cristalinas que descem a montanha”, no saber da comunidade local. CAPARA (KAPARA ou TABUA, TUPHA DOMINGENESIS) - própria para esteiras, tapumes de casas, de estábulos. CAPARAÓ (+ oca, oc, ó”) = casa de caparia, feita de esteiras, estas usadas para acampamentos expostos ao vento e ao frio dos lugares altos: há entretanto certa insistência em derivar o topônimo de (caá+apara+oó = grosso?). Ora, oó = grosso não é tupi; para Nelson de Senna -100e, (yg+apara+og) - a casa do rio turvo?²³⁷

No começo do povoamento desta localidade, dado a partir da metade do século XIX, “Alto Caparaó ainda era um lugarejo com algumas poucas casas e pequenos sítios. Os moradores se dedicavam ao cultivo para a subsistência e à pequena criação de animais como bois, porcos, cabritos, cavalos e galinhas”.²³⁸ “(...) Foi a partir da avenida que segue do início

²³⁵ Alto Caparaó, na Zona Mata, tem, em termos proporcionais segundo o Cegipar, a maior concentração de evangélicos: 55,9% em 2010. Estado de Minas. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/04/05/interna_gerais.634477/com-maioria-da-populacao-catolica-minas-abre-espaco-para-outras-crenc.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2016.

²³⁶ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. Apud SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. Brasileira. Volume 380. p. 60 a 73.

²³⁷ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. Apud GREGÓRIO, Irmão Jose; Contribuição Indígena ao Brasil. União Brasileira de Educação e Ensino.

²³⁸ Informações obtidas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFMG. Entrevistas 01,02,03,06,09,11,14,19,22,25,31,32,33,43,44,46,49,50,51,54 principalmente. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op.cit.p.122.

do município até a rua que vai para o Parque, é que se deu a ocupação do município. Hoje, ela ainda é a avenida mais importante do município²³⁹”.

A economia se pautava, naquela época, em torno da produção destinada à agropecuária de pequena escala. As propriedades familiares eram praticamente autossuficientes, além de serem, em maior número, de pequenas dimensões. “O que não podia ser conseguido pela produção e através dos animais, como sal, querosene, e tecido, era comprado somente em Carangola. Na maioria das vezes, as próprias famílias produziam até o algodão com o que teciam suas roupas²⁴⁰”.



Figura 5 – Vista do distrito de Alto Caparaó, início do século XX.
Fonte: Lovantino (2009).

A região possuía um número de habitantes bem reduzido, ao ser comparado a Manhuaçu e Carangola, por exemplo, que se consolidaram no início dos anos de 1900 com grandes polos regionais. “Nessa época, havia por volta de oito casas, em que eram cercadas apenas por “mato” e o deslocamento das pessoas era feito “a pé” ou a cavalo, não tinha estrada, andava-se o dia inteiro para ir a qualquer lugar²⁴¹”. “Quando eu cheguei aqui isso aqui era um deserto, tinha poucas casinhas e um galho no meio, era o que servia de rua²⁴²”.

²³⁹ Idem. p. 123.

²⁴⁰ Informações obtidas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFMG. Entrevistas 01,02,03,06,09,11,14,19,22,25,31,32,33,43,44,46,49,50,51,54 principalmente. In: *Ibidem*, p.122.

²⁴¹ NP, morador de Alto Caparaó, aproximadamente 80 anos, 1992. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. loc. cit.

²⁴² Entrevista n°03, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

Em Alto Caparaó, a terra era fértil, devido à cobertura vegetal recém-desmatada, o que garantia que quase tudo que fosse plantado desse bons frutos. A água dos rios era abundante. Somada a uma boa distribuição orográfica, permitia a irrigação natural das plantações²⁴³. A grande maioria das propriedades era de pequeno porte, os chamados sítios²⁴⁴. As grandes propriedades sempre foram mais exceção do que regra na Serra do Caparaó²⁴⁵.

De acordo com Santos: “a extração de madeira teria sido a primeira atividade econômica voltada para a exportação com a chegada da estrada de Ferro”. No entanto, o extrativismo já era utilizado pelos moradores buscando conseguir a madeira para confeccionarem casas e objetos de trabalho como o carro de boi, carretão, engenhos, moinhos e teares²⁴⁶.

A exploração da madeira visando a exportação iniciou-se a partir de 1914, impulsionada pela instalação da Leopoldina Railway. Alto Caparaó, que neste momento, pouco cultivava o café, contribuiria para a instalação desta estrada de ferro e da estação de trem no lugarejo ao lado, hoje Caparaó, com a madeira que os moradores retiravam da mata²⁴⁷.

A exploração da madeira foi do início do século XX até a década de 1970, aproximadamente, e só acabou com a quase extinção de algumas espécies. Nas décadas de 1950 e 1960, já era difícil ver as árvores de grande porte na região. Revestidas outrora de mata tropical, as condições primitivas foram profundamente alteradas pela devastação. A mata tropical foi transformada numa ghost landscape²⁴⁸.

²⁴³ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. P. 123.

²⁴⁴ Além disso, o padrão de ocupação humana nos sítios de Alto Caparaó era “esquemáticamente o seguinte: a estrada seguia a parte inferior da encosta; a partir da casa, o cafezal ora com milho intercalado, ora separado milharal sobe o morro, Mais acima, pastos com pouco gado e, em seguida, capoeirões e matas secundárias até o alto. VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da zona da mata de minas gerais. Revista Brasileira de Geografia. Ano XX/Nº 1,03-88, janeiro-março de 1958. Apud SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Idem, p.123.

²⁴⁵ Informações obtidas a partir da análise de entrevistas realizadas com antigos moradores de Caparaó, Alto Caparaó, funcionários e ex-funcionários do Parna Caparaó, nos anos de 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, através do Projeto Caparaó-Coltec/UFGM. Entrevistas 01,02,03,06,09,11,14,19,22,25,31,32,33,43,44,46,49,50,51,54 principalmente. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Idem, p. 122.

²⁴⁶ Idem, p. 124.

²⁴⁷ Ibidem, p. 126.

²⁴⁸ VALVERDE. Apud SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Idem, p. 133.



Figura 6 – Carregamento de madeira no interior do Parque Nacional do Caparaó.
Fonte: Lovantino (2009).

Outro entrave para a continuidade da extração madeireira era a questão do PNC, pois dificultou um pouco o trabalho das serrarias; no entanto isso só ocorreu de fato quando o Parque foi institucionalizado, por volta do fim dos anos de 1970. “Através do estudo da paisagem, observamos que a maioria das árvores de lei já havia sido cortada antes mesmo da criação do Parque²⁴⁹”.

Além da atividade econômica extrativista realizada na Serra do Caparaó, houve a criação de gado. Como a região era dividida em pequenos sítios, não havia espaço para pasto dentro das propriedades. Como consequência, desde o final do século XIX a Serra era vista como um grande pasto coletivo. Desta forma, as pessoas soltavam o gado nestas áreas, que eram “entendidas” como área do governo, por alegarem que eles também eram donos²⁵⁰. Para haver a diferenciação dos donos do gado, os rebanhos eram marcados com um ferro quente com o nome do respectivo dono²⁵¹.

A criação de gado no Campo durou décadas e, mesmo com a implantação do Parque, em 1961, as pessoas se recusaram a tirar os animais. Como era uma prática antiga, não aceitaram a proibição. Mesmo assim, com a efetiva instalação do Parque, em 1979, ela foi proibida e os animais retirados do campo²⁵². Com isso, percebe-se um confronto entre os intentos em continuar utilizando o espaço do parque para as atividades daquela comunidade, que é confrontado pela iniciativa de preservação da área.

²⁴⁹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 134.

²⁵⁰ Análise de entrevistas realizadas com moradores de Alto Caparaó, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” -COLTEC/UFMG, Entrevistas 02, 04, 05, 06, 09, 12, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 27, 32, 35, 38, 41, 43, 44, 53, 55, principalmente. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Parque Nacional do Caparaó: memórias de um lugar. HALAC. Belo Horizonte, volumen III, numero 1, setiembre 2013-febrero 2014, p. 117-143. Disponível em:< <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3434/2482>> p.133 -134

²⁵¹ Entrevista com MGA, morador de Alto Caparaó, 2000. In: *Ibidem*, p.134.

²⁵² Análise de entrevistas com funcionários, antigos funcionários e moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 04, 09, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 38, 43, 44, 45, 51, 52, 54, 55, 56, principalmente. In: *Ibidem*, p. 135.



Figura 7 – Casa de campo construída inicialmente para abrigar campeiros.
Fonte: Lovantino (2009).

A ligação entre Alto Caparaó e a cafeicultura se faz desde o início do século XX, quando o café era plantado em regiões mais baixas do município, porém de baixa escala. Havia uma crença de que se o café fosse plantado nas altas altitudes, não conseguiria sobreviver, pois devido à queda na temperatura, as geadas poderiam ser uma barreira para o seu cultivo. No decorrer dos anos, o aumento da temperatura e a diminuição das geadas até 1.200m de altitude, percebido pelos moradores, propiciou uma expansão das plantações²⁵³.

A organização dos produtores de café se dava em pequenas propriedades, e existia um número maior de produtores que necessitava de mão-de-obra para a colheita. Dessa forma, nestes períodos das safras, fazia-se necessário a contratação de trabalhadores, o que iniciava novos vínculos. A escala de produção era sistematizada²⁵⁴, a fim de garantir a qualidade do produto, o que permanece até hoje no município²⁵⁵.

De acordo com Valverde, até a década de 1960 o café era plantado “morro acima”, em fileiras que seguiam a direção de cima para baixo da montanha²⁵⁶. Na mesma década, houve um apoio vindo do governo federal que financiou produtores dispostos a plantar o café sem

²⁵³ Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região. 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002. “Projeto Caparaó” -COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 08, 12, 16, 17, 23, 26, 29, 30, 32, 34, 42, 43, 49, 51, 55, principalmente. In: *Ibidem*, p. 136.

²⁵⁴ Depois de colhidos, os frutos eram peneirados, transportados para o terreiro, onde ficavam expostos ao sol durante vários dias. Diariamente, os grãos eram remexidos para secarem por igual. Ao final do dia, eram recolhidos, evitando o sereno da noite ou qualquer possibilidade de umidade. Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55, principalmente. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. *loc. cit.*

²⁵⁵ A Fazenda Ninho da Águia ganhou o prêmio de melhor café do Brasil nos anos de 2014 e 2015. A colheita possui um processo criterioso dos grãos. Entrevista na Fazenda Ninho da Águia. Julho/2015.

²⁵⁶ VALVERDE, Estudo regional, 03-88. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. *loc. cit.*

intercalar com outros produtos, implementou uma nova técnica de plantio (a plantação em curva de nível)²⁵⁷.

No entanto, para iniciar o processo dessa nova técnica, era preciso acabar com as plantações mais antigas, pois somente assim conseguiria o financiamento proposto. Então, o Instituto Brasileiro de Café – IBC, acabou por impor o café como monocultura²⁵⁸. Houve um aumento em larga escala da produção, o que ocasionou uma maior dependência dos locais com o café, devido à valorização deste produto, as pessoas acabavam desistindo de outras culturas, para que pudessem se dedicar somente à produção cafeeira²⁵⁹.

A partir da consolidação do café como principal cultura local que se deu nas últimas quatro décadas, traçou-se uma nova realidade para o município. Ora, quando o produto se valoriza, os produtores e aqueles dependentes deste trabalho se beneficiam. No entanto, quando houve uma brusca desvalorização, muitos chegaram à falência²⁶⁰. Além disso, o café ocasionou uma perda em relação ao Parque, pois o “cercou” e o transformou em uma ilha de preservação natural, com perdas em relação à fauna e à flora²⁶¹, o que dificultava a troca genética entre as espécies dos animais e das plantas.

O café se tornou o “carro chefe” da produção do município, onde é entendido pelos próprios moradores como a principal atividade econômica e que gera renda e oportunidades aos seus moradores. É comum observar esse discurso da importância do café entre os moradores: “Aqui tinha muito terreno com outras culturas e com pastagens. Depois (...) paramos de investir em outras plantações e no gado. Caparaó, a vida dele é o café. Nós todos aqui vivemos do café! Respiramos café!”²⁶².

Além da maioria da produção cafeeira acontecer em pequenas propriedades, há um destaque para a Fazenda Ninho da Águia²⁶³, que tem seu trabalho voltado para a produção de café com a qualidade para exportação, o que resultou, em dois anos consecutivos, na vitória no concurso do Melhor Café do Brasil, nos anos de 2014 e 2015. Possuem uma outra

²⁵⁷ Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 06, 09, 12, 16, 17, 22, 26, 28, 30, 32, 34, 41, 43, 44, 51, 55, principalmente. In: HALAC. Belo Horizonte, volumen III, numero 1, setiembre 2013-febrero 2014, p. 117-143. Disponível em: < <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3434/2482> > p.136.

²⁵⁸ Projeto Doces Matas. O trabalho com comunidades rurais no entorno de unidades de conservação (Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001). In: *Ibidem*, p.138.

²⁵⁹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. loc. cit.

²⁶⁰ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. loc. cit.

²⁶¹ Entrevista com AEH, morador de Caparaó, 2000. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Loc. Cit.

²⁶² Análise de entrevistas feitas com antigos moradores da região, funcionários e ex-funcionários do Parque Nacional do Caparaó, 1991, 1992, 2000, 2001 e 2002, “Projeto Caparaó” - COLTEC/UFMG. Entrevistas 01, 02, 03, 06, 09, 13, 16, 17, 23, 27, 29, 32, 41, 43, 46, 51, 53, 55, principalmente. In: *Ibidem*, p.139.

²⁶³ A respeito dessa fazenda e sua importância na economia local, será abordada no capítulo 4.

concepção no que diz respeito ao processo produtivo, bem como uma espécie de pluriatividade do café, aproveitando a possibilidade do desenvolvimento turístico na fazenda.

O café se mantém como o principal produto da cidade, o que gera mais renda e mais oportunidades de emprego, mesmo que sejam elas temporárias e sem uma legislação trabalhista inserida. Mas, de acordo com a análise de dados e entrevistas, é notória a importância dada à cafeicultura por parte dos moradores, que veem como principal oportunidade para “melhorar de vida”. Como afirma uma moradora: “aqui para a gente conseguir as coisas é o café, né?”²⁶⁴.”

3.2.2 A Guerrilha do Caparaó

A guerrilha do Caparaó se iniciou em fins de 1966, estendendo-se até abril de 1967. Esta guerrilha contou com vinte ex-militares, que foram liderados por Leonel Brizola e, influenciados pela Revolução Cubana, “tentaram estabelecer assim uma Sierra Maestra na divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais²⁶⁵”. Alguns revolucionários brasileiros fizeram um acampamento de treinamento de guerrilha no alto da Serra do Caparaó, mas não obtiveram o resultado almejado.

Segundo Guimarães, o PNC, foi o palco do primeiro movimento organizado de contestação ao governo militar implantado após o golpe de 1964, mas caiu antes mesmo de entrar em ação²⁶⁶. “Sufocados pelo governo militar, os guerrilheiros enfrentaram dificuldades do ambiente inóspito e a não-cooptação dos camponeses à luta²⁶⁷”. Por isso, os homens “barbudos” e “cabeludos” que circulavam nas redondezas do Pico da Bandeira foram denunciados pela própria população local, sendo surpreendidos pela Polícia Militar de Minas Gerais entre fins de março e início de abril de 1967²⁶⁸.

A descoberta do movimento da guerrilha levou à localidade cerca de seis mil soldados e a Força Aérea Brasileira -FAB para efetuarem a prisão dos guerrilheiros. A presença de tropas e de aviões de combate foi um fato que marcou a vida de algumas pessoas que viviam

²⁶⁴ Entrevista n° 12, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

²⁶⁵ KUSHNIR, Beatriz. In: Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura. Revista de História. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/livros/caparao-a-primeira-guerrilha-contra-a-ditadura>. Acesso em: 20 jan. 2016.

²⁶⁶ GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo : a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha do Caparaó. 2006. p.20.

²⁶⁷ Ibidem. p. 8.

²⁶⁸ Ibidem. p. 20.

em Alto Caparaó, não pela sua característica política, mas sim pela movimentação que se deu em virtude da prisão dos guerrilheiros, pois era uma comunidade rural, com poucos habitantes e infraestrutura, além de não terem a proporção nem do que era um regime ditatorial nem tampouco do que era e o que objetivava aquele movimento de guerrilha.



Figura 8 – Captura e prisão dos guerrilheiros em Alto Caparaó - 1967.
Fonte: altocaparao.gov.br (2011).

Após este episódio, o pequeno distrito voltou a desenvolver suas atividades corriqueiras e poucos se referem a este acontecimento como significativo para a formação histórica e da memória local. Mesmo porque, dali em diante, o regime ditatorial mostrou-se cada vez mais rigoroso e a censura mais intensificada, o que inibia quaisquer tentativas similares àquela de luta ou insatisfação ao governo.

No início, só os mais corajosos chegavam lá em cima. Lugar bom para gado e outras criações, sempre foi um desafio para os homens que tocavam os animais. Frio intenso, chuvas constantes, estórias de onça e de assombração. Existe um forte laço que une as matas e montanhas de Caparaó à sua história²⁶⁹. “(...). Era uma região remota, longe dos aparelhos repressivos instalados no Rio e que vivia miseravelmente desde a erradicação da lavoura de café²⁷⁰”.

Apesar de todo o contexto em que ocorreu a guerrilha e a falta de sucesso nesta operação, houve por parte da população a denúncia desses “estranhos” que circulavam pela redondeza do PNC e no distrito de Alto Caparaó. Porém, nem todos as pessoas têm

²⁶⁹ MOREIRA, José Eduardo de Borges. op. cit. p.32.

²⁷⁰ Entrevista de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, ex-guerrilheiro. In: História: Viagem ao território do confronto: Um guerrilheiro de Caparaó volta à Serra e revela onde estão as armas do levante fracassado. **ISTOÉ**, p.28. 16/09/1987.

lembranças de medo dessa época, numa relação que envolve, não raras vezes, estranhamento e surpresa, pois a impressão é algo que se demonstra de maneira subjetiva.

Quando começou a chegar as FAB aqui, entendeu? Fechou o colégio. O grupo escolar que tinha aí. Nos primeiros dias e depois abriu. Então a gente saía para ir para a escola, passando em cima de fuzil, metralhadora, eles montavam os pelotão (sic) aqui na rua, sabe? Fazia os primeiros treinamentos, entendeu? E aquilo num primeiro momento era constrangedor, mas para nós eles eram amigos da polícia, e não estávamos nem aí. Você acostuma com aquilo, eu lembro direitinho disso aí, eu me lembro do sargento chamado Machado, tenente Raul, capitão Iteu, sabe como que é? Eu era bem moleque ainda, entendeu?²⁷¹

3.3 Formação Administrativa

Alto Caparaó foi um distrito de Caparaó criado no ano de 1982²⁷². No ano seguinte, em 1983, de distrito tornou-se emancipado²⁷³, e a sua divisão territorial foi oficializada em 1988²⁷⁴, se tornando distrito de Caparaó. Sua formação administrativa, em que passa a ser elevada a município, foi consolidada em 1995²⁷⁵, o que reconfigura uma nova dimensão, sobretudo econômica, a esta região. Ao se tratar da esfera judiciária, Alto Caparaó é subordinado à Espera Feliz.

3.4 Aspectos Sociais de Alto Caparaó

Após uma breve discussão sobre a trajetória histórica e política da formação do município estudado, precisamos entender de que maneira Alto Caparaó é organizada e quais são as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas. A partir dessa ótica, vamos observar a organização em termos sociais dentro deste território.

²⁷¹ Entrevista n° 04, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

²⁷² Distrito criado com a denominação de Alto Caparaó, pela lei estadual n° 8285, de 08-10- 1982, subordinado ao município de Caparaó. IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=310205&search=minas-gerais|alto-caparao|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20. ago. 2015.

²⁷³ Em divisão territorial suplemento de 1-VII-1983, o distrito figura no município de Caparaó. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=310205&search=minas-gerais|alto-caparao|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁷⁴ Assim permanecendo em divisão territorial datada 18-VIII-1988. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=310205&search=minas-gerais|alto-caparao|infograficos:-historico>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁷⁵ Pela lei estadual n° 12030, de 21-12-1995, desmembrado de Caparaó. Sede no antigo distrito de Alto Caparaó. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Atualmente, o município possui uma população de 5.712 habitantes²⁷⁶, com densidade demográfica de 51,08 hab/km², e extensão territorial, de 103.690 km²²⁷⁷. Dentro da sua extensão, o PNC ocupa aproximadamente 70% das terras do município. As principais atividades econômicas desenvolvidas na região se resumem à cafeicultura e ao turismo.

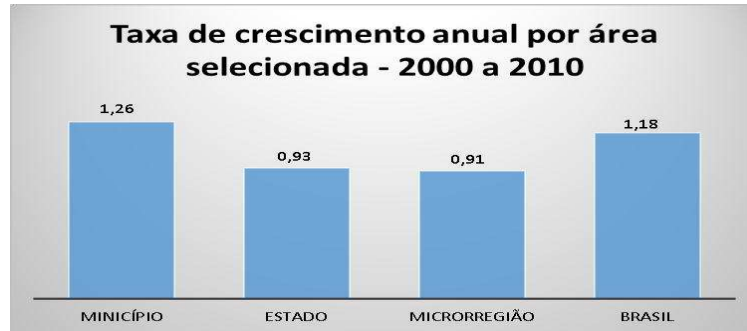


Figura 9 – Gráfico da taxa de crescimento anual - 2000 a 2010.

Fonte: Censos Demográficos de 2000 a 2010.

O município de Alto Caparaó vem crescendo no campo populacional de maneira significativa em relação à Zona da Mata, a Minas Gerais e ao Brasil, o que pode nos indicar que poderá estar havendo um aumento na expectativa de vida, bem como uma condição que faça a população local prevalecer no município, evitando, assim, a queda em seu crescimento.

População total, por gênero, rural/urbano – Alto Caparaó - MG									
	Total	Homens		Mulheres		Urbana		Rural	
População (1991)	3.393	1.770	52,17%	1.623	47,83%	1878	55,35%	1.515	44,65%
População (2000)	4.673	2.409	51,55%	2.264	48,45%	3.329	71,24%	1.344	28,76%
População (2010)	5.297	2.726	51,46%	2.571	48,54%	3.964	74,83%	1.333	25,17%

Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana.

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2016).

Dentro dessa análise com os demais dados, notamos que houve um aumento da taxa de urbanização do município. A urbanização é interpretada segundo o Dicionário Aurélio como:

²⁷⁶ A população estimada para o ano de 2015 para o município foi de 5.702 habitantes. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_20150915_decisao_judicial.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁷⁷ Dados obtidos a partir do Censo de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310205&search=minas-gerais|alto-caparao|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 20 jun. 2014.

“conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área de cidade de condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento conformes aos princípios do urbanismo”, tendo a adoção do conceito de aumento de uma infraestrutura capaz de proporcionar mais qualidade de vida aos locais, como abertura de estradas, chegada da luz elétrica, bem como aumento de domicílios e serviços ligados à população.

O que está implícito no aumento demográfico, é que a maioria dos habitantes estão concentrados na área urbana - no censo de 1991 era de 55,35%, e em 2010 passou a representar 74,83% do total -, o que implicaria no surgimento de novas reconfigurações sociais e espaciais, diante de um novo cenário local. Foi percebido, ainda, um aumento populacional entre os idosos, o que pode confirmar a hipótese de que a qualidade de vida do município tem aumentado, contribuindo para sua longevidade²⁷⁸

Estrutura Etária da População – Alto Caparaó						
Estrutura	População (1991)		População (2000)		População (2010)	
Menos de 15	1.185	34,92%	1.408	30,13%	1490	28,13%
15 a 64 anos	2.031	59,86%	2969	63,54%	3404	64,26%
65 ou mais	177	5,22%	296	6,33%	403	7,61%
Razão de dependência	67,06	–	57,16	–	47,18	–
Índice de envelhecimento	5,22	–	3,33	–	7,61	–

Tabela 3 – Estrutura Etária da População - Alto Caparaó/MG.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2016).

²⁷⁸ Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 9,2% da população, já em 2010 detinha 10,9% do total da população municipal. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=310205&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Alto Caparaó – MG	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,8	72,0	75,5
Mortalidade até 1 anos de idade (por mil nascidos vivos)	32,8	22,9	14,5
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	43,1	25,1	16,9
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	4,0	2,7	1,8

Tabela 4 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Alto Caparaó/MG.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Com a predominância da população que se encontra na faixa etária de 15 a 59 anos, podemos cogitar o aumento da permanência dessa faixa etária que se encontra em idade economicamente ativa²⁷⁹, o que poderia ser resultante do aumento da oportunidade de trabalho que o município tem se tornado capaz de oferecer, reconduzindo a um fator de permanência local. Todavia, há uma queda na taxa de fecundidade constatada nas últimas duas décadas, o que representa o menor número de nascimentos e com a queda na mortalidade infantil, além do aumento na expectativa de vida.

Indicadores de Habitação – Alto Caparaó – MG	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	84,09	98,53	89,13
% da população em domicílios com energia elétrica	91,22	99,44	100,0
% da população em domicílios com coleta de lixo*	70,11	97,69	100,0

Tabela 5 – Indicadores de Habitação - Alto Caparaó/MG.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Em relação à qualidade de vida, não podemos deixar de mencionar o melhoramento em infraestrutura básica ocorrido na região. Houve um favorecimento da população nos quesitos de encanamento de água e energia elétrica, chegando a 100% dos domicílios em um período de uma década, e a coleta de lixo, sendo serviços exclusivo do perímetro urbano. Apesar de ainda haver maior número de “benefícios” dentro da abrangência urbana, o meio rural tem obtido novas configurações e melhorias condizentes ao seu uso habitacional e

²⁷⁹ Compreende a totalidade de pessoas empregadas (ativos ocupados) e desempregadas (ativos desocupados). São consideradas parte da população ativa de um país pessoas com idade apropriada para trabalhar e efetivamente à procura de um emprego. DORTIER, Jean-François. AGUIAR, Márcia Valéria Martinez de (tradução). op. cit. p.131.

produtivo. No entanto, há muito o que se fazer quando se diz respeito a melhorias relativas à organização e gestão do espaço.

A escolaridade da população adulta obteve uma oscilação pequena, mas este indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade²⁸⁰. Houve um progresso, no sentido de que diminuiu consideravelmente o percentual de analfabetos de 25,4% para 14,3%, além de mais pessoas terem concluído o Ensino Fundamental (26,7%) e Médio, bem como do aumento de graduados no Ensino Superior (3,87%). Porém, se comparado ao Brasil, estas estatísticas estão aquém do estipulado, que são: 11,82% (analfabetos), 50,75% (Ensino Fundamental), 35,83% (Ensino Médio) e 11,27% (Ensino Superior).



Figura 10 – Gráfico da escolaridade da população com 25 anos ou mais.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2012).

²⁸⁰ATLAS do desenvolvimento humano. Alto Caparaó. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alto-caparao_mg>. Acesso em: 02 Fev. 2016.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,162	0,343	0,514
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	12,77	21,97	32,28
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	25,79	65,34	94,51
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	29,39	50,81	85,62
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	18,15	36,55	55,20
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	----	18,60	23,98
IDH Longevidade	0,697	0,784	0,842
Esperança de vida ao nascer	66,83	72,02	75,54
IDHM Renda	0,559	0,690	0,666
Renda per capita (em R\$)	258,96	586,44	505,10

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Alto Caparaó-MG.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM²⁸¹ em Alto Caparaó obteve um aumento expressivo, se comparado ao censo de 1991, onde era considerado baixo. Entre os anos de 2000 a 2010, o município apresentou uma elevação nesse índice, onde a longevidade e a educação apresentaram melhor resultado, mas a renda manteve-se praticamente inalterada. Ao analisar esses indicadores, o IDHM é considerado médio, o que nos faz supor que a qualidade de vida na cidade tem se tornado melhor, mas há ainda, por outro lado, um longo caminho a ser percorrido para que o município possa vir a alcançar uma qualidade considerada satisfatória.

²⁸¹ A partir de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) publica a cada ano uma nova avaliação do desenvolvimento, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado numa média de três indicadores: a expectativa de vida, o nível de alfabetização dos adultos e o nível de renda per capita. Esse novo indicador pretende levar em conta dimensões sociais humanas que unicamente o PIB por habitante não é capaz de refletir. DORTIER, Jean-François. AGUIAR, Márcia Valéria Martinez de (tradução op.cit.p.131.

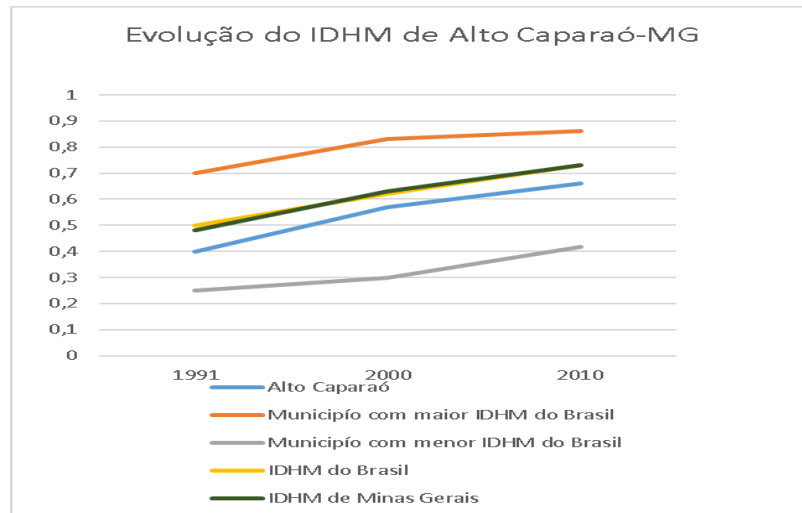


Figura 11 – Gráfico da evolução do IDHM de Alto Caparaó/MG.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2012).

Alto Caparaó ocupa a 2870^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros e em 480^o lugar dentre os municípios mineiros, tendo a sua classificação considerada média²⁸². Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862, de São Caetano do Sul, situada no interior de São Paulo, e o menor é o município de Melgaço, localizado no Arquipélago de Marajó, no Estado do Pará, com IDH de 0,418²⁸³ “As desigualdades assumem diversas feições. Em nossas sociedades, as mais visíveis são aquelas referentes à distribuição de renda²⁸⁴.” Algo extremamente pertinente pontuar é a questão que envolve de que maneira é realizada a distribuição de renda no município. Faz-se relevante entender como ela ocorre entre os residentes locais.

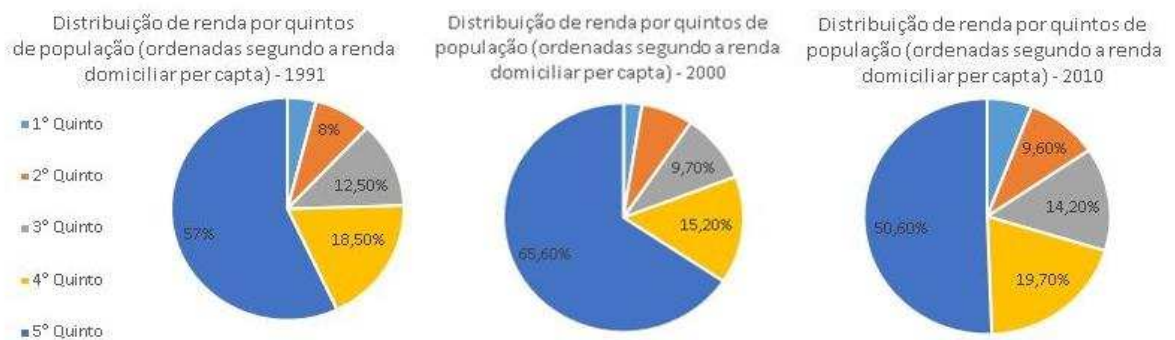


Figura 12 – Gráfico da distribuição de renda por quintos de população - 1991, 2000 e 2010.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

²⁸² Somente os municípios mineiros de Nova Lima (MG) e Belo Horizonte (MG), possuem o IDHM maior que 0,8, o que configura entre um índice muito alto. Dentre os IDHM considerados altos, encontram-se cerca de 221 municípios, o IDHM considerado como médio encontram-se 548 municípios e 81 municípios dentro da classificação de IDHM baixo. ATLAS do desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

²⁸³ ATLAS Humano do Desenvolvimento. Alto Caparaó. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alto-caparao_mg>. Acesso em: 02 fev. 2016.

²⁸⁴ DORTIER, Jean-François. AGUIAR, Márcia Valéria Martinez de (tradução). op. cit. p. 132.

Apesar das dificuldades presentes, houve um aumento da distribuição de renda, diminuindo a desigualdade social. Em 1991, a distribuição de renda se dava da seguinte forma e sob a análise de porcentagem da população que detinha a renda estipulada: 57% R\$737,52 reais, 18,5% R\$239,85, 12,5% R\$ 161,73, 8% R\$103,13, 4,1% R\$ 52,59. No censo de 2000: 65,6% R\$1.923,44, 15,2% R\$444,48, 9,7% R\$284,31, 6,3% R\$183,64, 3,3% R\$96,35. No censo de 2010: 50,6% R\$ 1.275,08, 20,8% R\$525,60, 14,2% R\$357,21, 9,6% R\$242,69, 4,8% R\$121,75. Percebe-se, desta forma, que houve, com o passar dos anos, uma melhor distribuição de renda, o que contribuiu para diminuir a disparidade econômica.

Na perspectiva da população, não há uma disparidade de renda sobressalente, de acordo com o que foi percebido na fala de alguns moradores: “Eu acho aqui um lugar rico, você não vê gente pobre. Que eu digo assim, essas pessoas que dormem na calçada, essas coisas...”²⁸⁵. Esse tipo de discurso foi repetido por outros entrevistados, o que nos levou a pensar sobre a percepção das condições socioeconômicas vividas no município.

Analisando os dados do Censo 2010, no que concerne à porcentagem de habitantes que residem no município, 183 encontram-se em situação de extrema pobreza²⁸⁶, 82 pessoas nesta condição vivem na zona rural e 101 na zona urbana, ou seja, no meio rural a incidência da pobreza é menor, também pela sua minoria população, enquanto na zona urbana haja melhores condições de infraestrutura

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios²⁸⁷.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município contava, então, com

²⁸⁵ Entrevista n° 12, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

²⁸⁶ Entende-se aqui como situação de extrema pobreza, aquelas pessoas que vivem com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. O governo brasileiro trabalha com o conceito do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas que considera de extrema pobreza alguém que vive com menos de US\$ 1,25 por dia. Estadão. Disponível em: <economis.estadao.com.br/noticias/geral, cresce-o-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-extrema-pobreza,1625182>. Acesso em: 16 jan. 2016.

²⁸⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

878 famílias registradas no Cadastro Único e 497 famílias beneficiárias do Programa (56,61% do total de cadastrados²⁸⁸).

Renda, Pobreza e Desigualdade – Alto Caparaó - MG	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	258,96	586,44	505,10
%de extremamente pobres	15,02	2,06	2,81
%de pobres	42,88	21,56	11,78
Índice de Gini	0,51	0,61	0,45

Tabela 7 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Alto Caparaó/MG.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2010)

O município apresentou mudança na renda per capita média, chegando à marca de 95,05%, comparado aos censos de 1991 a 2010. Isso seria correspondente a um crescimento médio anual de 3,58%, obtendo variações ente os períodos de 1991, 2000 e 2010. Dessa forma, a proporção de pessoas pobres alcançou uma diminuição considerável. A evolução da desigualdade de renda é descrita pelo indicador mostrado no índice de Gini²⁸⁹, que também apresentou melhorias dentro dos censos analisados.

²⁸⁸ De acordo com a Minuta do documento da Secretaria da Educação de Alto Caparaó. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 42 famílias em situação de extrema pobreza. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> >. Acesso em: 28 jan. 2016.

²⁸⁹ O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa total desigualdade significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Alto Caparaó. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alto-caparao_mg >. Acesso em: 12 fev. 2016.

Vulnerabilidade Social – Alto Caparaó – MG			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade Infantil	32,81	22,88	14,50
% de crianças de 0 a 5 anos fora da Escola	-	84,66	58,00
% crianças de 6 a 14 anos fora da Escola	26,80	14,73	1,45
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis*	-	9,93	7,96
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	-	4,97	0,53
Taxa de atividade – 10 a 14 anos	-	26,18	17,00
Família			
% das mães chefes de família sem fundamental e com filho menor**	1,97	10,99	13,82
% de vulneráveis e dependentes de idosos	4,21	0,96	0,60
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 mensais	24,77	2,90	3,57
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	73,47	44,40	33,70
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	---	71,77	57,60
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	81,89	98,64	98,75

Tabela 8 – Vulnerabilidade Social - Alto Caparaó.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Nos últimos anos, o município de Alto Caparaó obteve um avanço em relação aos aspectos sociais: houve queda expressiva na mortalidade infantil, diminuiu o número de crianças com idade de cursar anos iniciais e finais do ensino fundamental, assim como aqueles jovens e crianças que são considerados vulneráveis, casos de gravidez na adolescência, e a situação de pobreza diminuiu, no geral. “Podemos presumir que deve haver programas e projetos sócio assistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social²⁹⁰”.

Esses indicadores sociais, juntamente com os econômicos, podem ser avaliados para diagnosticar o desenvolvimento de uma localidade, acompanhando as mudanças relacionadas a produção, infraestrutura, diversificação econômica e redefinição populacional. A presença do parque pode influenciar o reflexo dos gastos dentro do município, pois, com o aumento da

²⁹⁰ Este tipo de assessoria é desenvolvido pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). CRAS Institucional. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protexcao-social-basica/cras-centro-referencia-assistencia-social/cras-institucional>. Acesso em: 15 fev. 2016.

visitação, há a ampliação de gastos, que podem contribuir para a arrecadação do município e o incremento das atividades econômicas. Desta maneira, Dortier afirma:

Esse desenvolvimento implica, pois, a passagem da economia rural para a economia urbana, com o êxodo rural, a urbanização e a industrialização; a escolarização da população e suas consequências com o declínio das culturas orais e o incremento de uma cultura tecnológica-científica; a transição demográfica supõe a baixa paralela da mortalidade e de natalidade²⁹¹.

3. 5 Aspectos Econômicos de Alto Caparaó

O desenvolvimento econômico pode ser interpretado como crescimento econômico, mas ele não pode ser mensurado somente por tal indicador. Dortier afirma que, na ótica dos mentores deste modelo, o que vem em mente é o crescimento econômico, mensurado pelo PIB. “Porém, de maneira mais geral, concebe-se o desenvolvimento como uma ampla transformação social e cultural, das sociedades tradicionais em sociedades industriais e modernas²⁹²”.

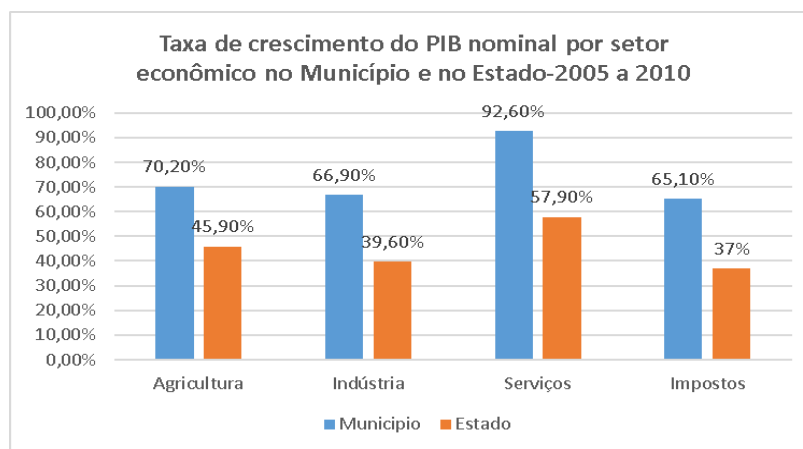


Figura 13 – Gráfico da distribuição de renda por quintos de população- 1991, 2000 e 2010. Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2012).

“O PIB nos setores de serviços e agricultura do município cresceram muito entre os anos de 2005 e 2010, o que representou um crescimento acima da média estadual e que contribuiu de maneira significativa para a composição do PIB estadual²⁹³”. As principais

²⁹¹ DORTIER, Jean-François. AGUIAR, Márcia Valéria Martinez de (tradução). op. cit. p. 128.

²⁹² Idem. loc. cit.

²⁹³ Passando de R\$ 26,1 milhões para R\$ 47,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,01% para 0,02% no período de 2005 a 2010. IBGE.

atividades econômicas do município são: setor de serviços, sendo responsável pela geração de 52,2% do PIB, em seguida o setor agropecuário e impostos, em contrapartida “o setor industrial que vem diminuindo nos últimos anos e que contribui com 5,1% do PIB”²⁹⁴.

Uma das maiores potencialidades produtivas da região é a agropecuária. Em se tratando da pecuária, cinco principais culturas foram destacadas²⁹⁵: bovinos, aves, suínos e equinos:

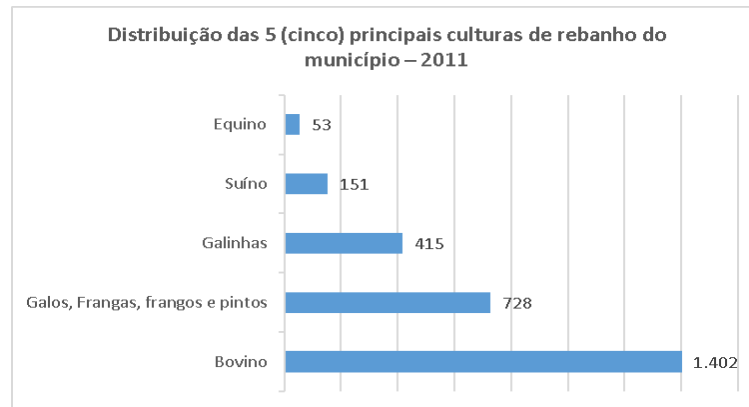


Figura 14 – Gráfico da distribuição das 5 (cinco) principais culturas de rebanho do município – 2011. Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó (2015).

No campo da agricultura, o município também possui cinco culturas mais expressivas, as quais estão divididas entre as temporárias e as permanentes. Dentro das lavouras temporárias, há o destaque para a produção de milho, mas em comparação com a lavoura permanente, o café é que tem a predominância absoluta na produção.

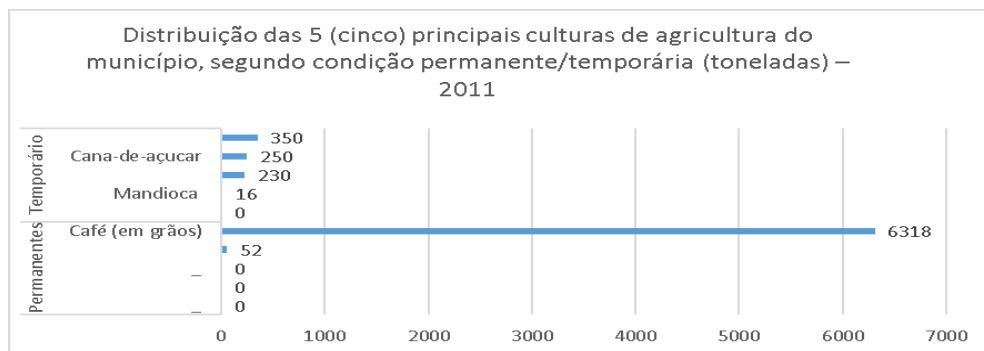


Figura 15 – Gráfico da distribuição das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, segundo condição permanente/temporária (toneladas) – 2011.

Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó (2015).

²⁹⁴ Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 5,1% em 2010, contra 5,6% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 5,6% em 2005 para 26,4% em 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=310205&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

²⁹⁵ No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011. In: Plano Municipal de Educação. Alto Caparaó. 2015. p. 12.

A cidade de Alto Caparaó possui uma agricultura familiar em destaque, pois apresenta sua produção correspondente a 81%, cultivando em 49% do território, sendo responsável pelo emprego de 66% da mão-de-obra no setor, e a participação de 79% do valor da produção agrícola ambiental²⁹⁶.

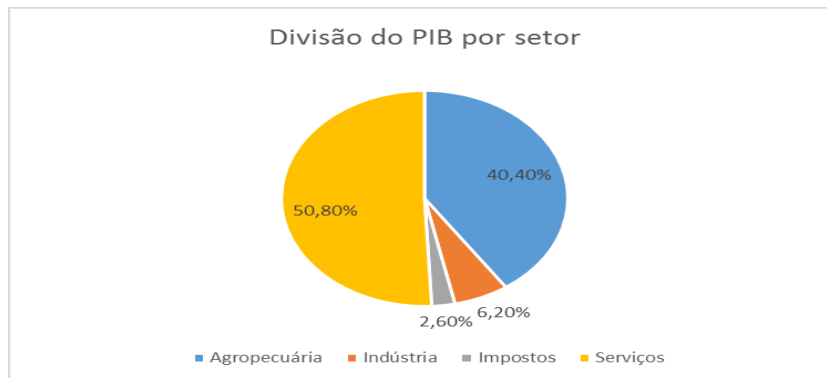


Figura 16 – Gráfico da participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município – 2012. Fonte: IBGE (2012).

Podemos constatar que a atividade econômica que mais contribui para a constituição do PIB municipal é o setor de serviços; em contrapartida, a indústria não possui participação marcante no território. Poderíamos ponderar sobre a força da característica produtiva rural que Alto Caparaó apresenta, com oportunidades de desenvolvimento de atividades que utilizam o campo como matéria-prima; porém, nas últimas medições, o setor primário tem cedido lugar ao setor terciário, ou seja, a prestação de serviços.

Ao compararmos a taxa de crescimento do PIB entre o Município e o Estado, percebemos importantes detalhes, como, por exemplo, os setores terciários e primário liderarem a participação do PIB, o que nos faz refletir sobre a realidade em que as pessoas trabalham com o campo e a oferta de serviços, em que está inserida a atividade turística. De forma mais imediata, os setores que podem ser influenciados de maneira positiva com o turismo são: os proprietários de meio de hospedagem, restaurantes, lojas, supermercados, postos de combustíveis, padarias, farmácias, setor de transportes, entre outros.

É imprescindível o entendimento da estrutura econômica ligada ao mercado de trabalho, para se entender as verdadeiras condições sociais e econômicas em que a população está inserida. No Censo de 2010, houve um levantamento sobre a população economicamente

²⁹⁶ Idem. p. 13.

ativa: 68,3% encontravam-se empregada e 3,4% desocupada, sendo que a maioria deste grupo não realizava trabalho legalizado, outro grupo era autônomo e uma pequena parcela eram os próprios empregadores; além de constar trabalhadores de serviços públicos e aqueles que produziam apenas para a subsistência.

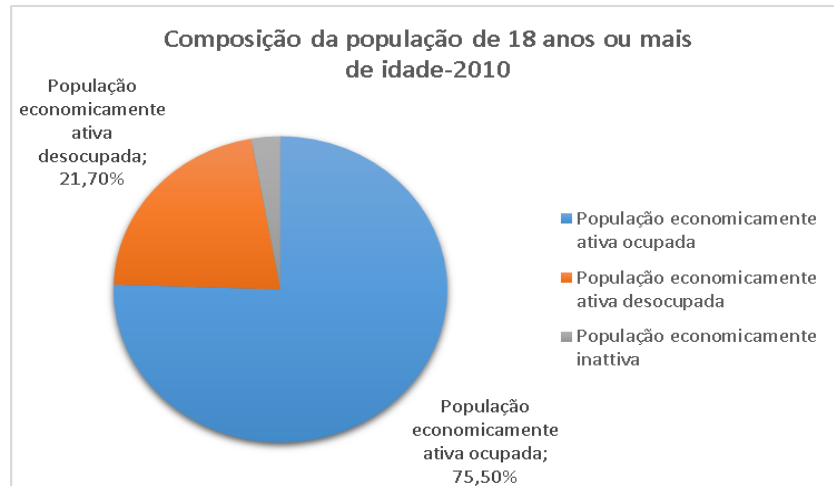


Figura 17 – Gráfico da composição da população de 18 anos ou mais - 2010.
Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó (2015), p. 36.

Entre 2000 a 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais passou de 64,69% em 2000, para 75,54% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 1,95% em 2000, para 2,72% em 2010.

	2000	2010
Taxa de atividade	64,69	75,54
Taxa de desocupação	1,95	2,72
Grau de formação dos ocupados 18 – anos ou mais	19,39	31,01
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	25,61	35,74
% dos ocupados com médio completo	11,82	20,16
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s. m.*	54,97	48,39

continua

% dos ocupados com rendimento de até 2 s. m.*	83,31	87,50
% dos ocupados com rendimento de até 5 s. m.*	94,44	97,41

Tabela 9 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Alto Caparaó.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2010).

conclusão

No ano de 2010, das pessoas que se encontram na faixa acima de 18 anos, mais da metade se ocupava da atividade agropecuária (55,42%), seguida pelo setor de serviços, com a média de 28,99%, no setor do comércio 9,89%, no setor de construção 3,56% e na atividade extrativa, 1,28%. Há uma maior vocação ao setor primário, com a forte presença da agricultura; logo em seguida poderíamos supor que o turismo entra em segundo plano, pois se insere no setor terciário, juntamente com os demais serviços, enquanto pouco expressivo mostra-se o setor extrativista.

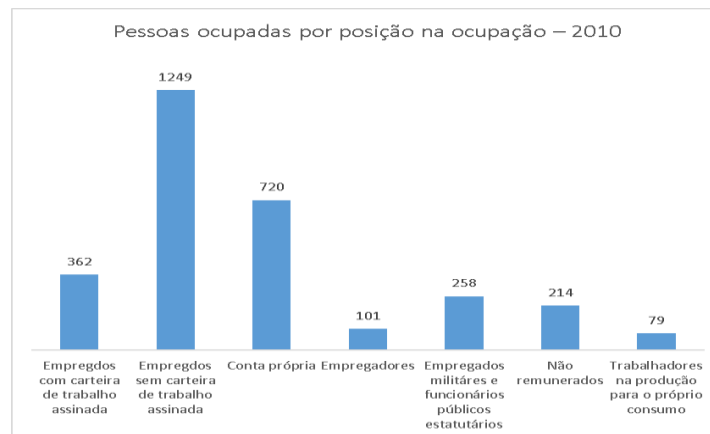


Figura 18 – Gráfico de pessoas ocupadas, por posição na ocupação – 2010.
Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó (2015).

Ao analisarmos o gráfico acima, percebemos que a maior composição dos trabalhadores municipais se encontra na condição de trabalho não legalizado, pois em sua maioria não apresentam carteira de trabalho assinada, o que nos faz pensar sobre a falta de segurança dessas pessoas quando nos referimos a direitos trabalhistas, contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, o que pode interferir na qualidade de trabalho, bem como no futuro e na aposentadoria dessas pessoas. Ao mesmo tempo, os autônomos desbancam a segunda maior fatia dos ocupados, o que aponta uma oportunidade de empreendedorismo na cidade.

Há, nessa pesquisa, uma diferenciação de renda entre homens e mulheres e não houve aumento significativo de postos de trabalho no município²⁹⁷. O mercado de trabalho formal, em 2010, totalizava 424 postos, 23,6% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

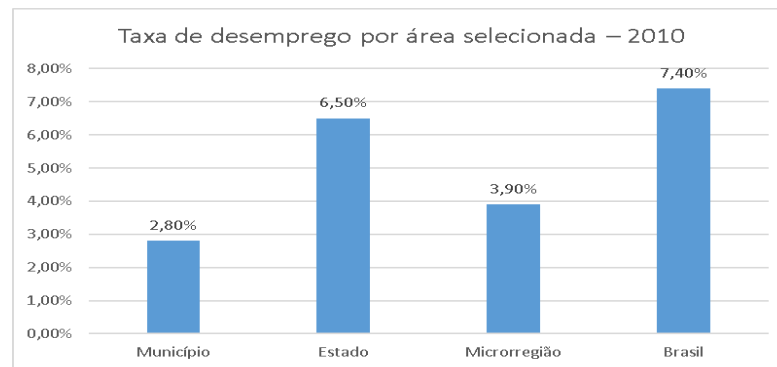


Figura 19 – Gráfico da taxa de desemprego por área selecionada – 2010.
Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó, 2015, p. 30.

Apesar de alguns indicadores evidenciarem um aumento significativo em relação ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil, temos a variável da Taxa de Desemprego como menor em relação a outras variáveis, o que nos faz pensar que o município está indo em contramão da tendência superior, pois enquanto há o aumento da taxa de desemprego em vários locais, em Alto Caparaó ele tem se apresentado com menor oscilação. Há indícios que o turismo tem absorvido parte da mão de obra disponível, mas diante da dificuldade em se mensurar tais dados, devido ao número de trabalhadores não legalizados, tanto na cafeicultura, como no terceiro setor, dificulta a conclusão sobre tal pergunta.

²⁹⁷ Das pessoas ocupadas, 10,9% não tinham rendimentos e 63,8% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 757,84. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 914,59 e entre as mulheres, de R\$ 566,34, apontando uma diferença de 61,49% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 02. No último ano, as admissões registraram 109 contratações, contra 121 demissões. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2016.

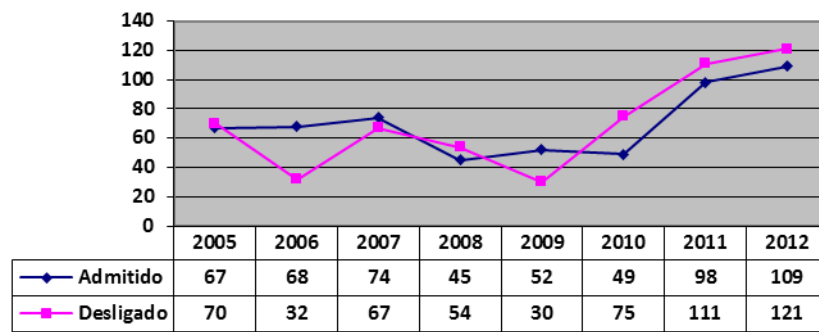


Figura 20 – Gráfico de admitidos e desligados no município – 2005 a 2010.
Fonte: Plano Municipal de Educação, Alto Caparaó (2015).

A constatação nos registros empregatícios entre 2005 a 2012 apresenta um decréscimo na legalização trabalhista no município, o que ocasiona mais pessoas sem estabilidade e afeta a renda que circula pela região. Pois, com a legalização dos postos de trabalho, há uma possibilidade de maior estabilidade para os empregados, em virtude da assinatura da carteira de trabalho, que confere ao empregado alguns direitos trabalhistas, como 13º salário, férias remuneradas, depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, contribuição ao INSS, além de direito a licenças e alguns outros benefícios previstos em lei²⁹⁸.

Ao sumarmos a situação do município de Alto Caparaó através dos indicadores mostrados na pesquisa, podemos pensar que essa cidade passa por um processo de crescimento e desenvolvimento local, entendido aqui como o desenvolvimento que traz melhorias para as várias camadas da sociedade, no que diz respeito ao aumento populacional, quantidade de geração de renda, diminuição de pobreza, melhor qualidade de vida. Porém, o que se deve atentar é que há um fator preocupante: o declínio do número de carteiras assinadas, o que compromete a garantia do trabalho, as arrecadações para a receita, prejudicando a otimização dos serviços que são de responsabilidade pública.

Contudo, é preciso ponderarmos que, dentro da legislação trabalhista brasileira, há vários critérios que são interpretados, pelo empresariado, como entraves para as contratações, ao alegarem que a carga de impostos que se paga ao se manter um funcionário é alta e, muitas vezes, não há retorno ao empregador. No entanto, no caso do trabalhador rural, considerável

²⁹⁸ A Carteira de trabalho e previdência social - CTPS serve como meio de prova: a) da relação de emprego; b) de cláusulas importantes ou não usuais contidas no contrato de trabalho, que não se presumem; c) de participação em fundo especial (como o PIS); e d) dados de interesse da Previdência Social. A CTPS serve como prova das relações empregatícias, seu tempo de duração, refletindo a vida profissional do trabalhador. Todo trabalhador brasileiro com contrato de trabalho formal, regido pela CLT, férias anuais, folga remunerada, licença por saúde, licença maternidade, seguro desemprego. BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: < <http://www.mtpps.gov.br> >. Acesso em: 20 maio 2016.

parcela desses empregados é remunerada por outras maneiras fora da legislação trabalhista, como o pagamento por *“balaio” de café que é apanhado nas plantações, ou por dia*²⁹⁹. Isso demonstra que a contratação no meio rural apresenta-se mais instável e menos lucrativa para os trabalhadores, mesmo que o montante recebido durante o trabalho seja “maior” do que se estivesse trabalhando em vias legalizadas e sem a dedução dos descontos previstos na lei.

A atividade turística tem demonstrado crescimento em possibilidades de geração de renda, abertura de postos de trabalho, mesmo que ainda não seja possível a análise de dados específicos deste setor. Contudo, a partir dos itens analisados dentro deste capítulo, poderíamos afirmar que este setor ainda não ultrapassou a relevância atribuída à cafeicultura, pois, na concepção de grande parte da comunidade, o café ainda é a melhor e mais rentável oportunidade para investir e trabalhar.

No entanto, com a criação e a estruturação do PNC, houve a probabilidade em expandir a estrutura da cidade, no âmbito comercial onde, por exemplo, foram criados meios de hospedagem, restaurantes, lojas, com a finalidade de abrigar, alimentar e abastecer os turistas que ali frequentam pelo motivo de existir o PNC. A partir disso, podemos dizer que o Parque desencadeou mudanças que foram sentidas na paisagem, que “presenciaram” parte de reorganização do município de maneira indireta do turismo.

No próximo capítulo, entenderemos a dinâmica da criação e sua efetiva institucionalização e o que tem agregado ou prejudicado a cidade de Alto Caparaó.

²⁹⁹ Conclusões prévias tiradas a partir da análise das entrevistas feitas durante o trabalho de campo e de dados disponíveis sobre aspectos econômicos e sociais do município.

4 A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ E SUAS REPERCURSÕES

Dentre as possibilidades econômicas do Leste Mineiro, Caparaó se destaca pela sua condição em oferecer características de interesse nacional e internacional. A grande importância do Caparaó pode ser considerada sob três diferentes aspectos: Turismo, Agricultura, Conservacionismo³⁰⁰.

O presente capítulo trata das iniciativas que resultaram na criação do Parque Nacional do Caparaó. Dentre os atores que participaram desta discussão, alguns enxergavam que a criação desta UC traria benefícios econômicos para a região, com a consolidação da atividade turística, fazendo a perda da dependência econômica do café; um segundo grupo mostrava-se preocupado com a preservação ambiental, enquanto um terceiro demonstrava interesse pela questão institucional. Foram posicionamentos diferentes, mas comuns no que diz respeito à implantação do Parque. Por sua vez, uma considerável parcela da comunidade que habitava no interior e no entorno da unidade dava sinais claros de que não pretendia a criação, devido ao uso que dele seria feito.

Neste mesmo capítulo, esboçaremos uma retrospectiva histórica da relação desses atores com o Parque e seu verdadeiro interesse em criá-lo. Discutiremos como se organizou este movimento e a importância desta unidade de conservação para a inserção do turismo como atividade econômica e seus desdobramentos percebidos no município de Alto Caparaó, que se beneficia desse atrativo para fomentar este ofício, entre outros fatores, por gerar renda e emprego para a população. Também será discutida a relação dos moradores com o Parque, que passou por momentos tensos ao longo da história, e que passa novamente por situações conflitantes na atualidade.

4.1 Localização e caracterização da área

³⁰⁰ GRIPP, Ronald. Entrevista. Correio da manhã. Rio de Janeiro. 2º Caderno. 17 de junho de 1960.



Figura 21 – Localização da área do PARNA Caparaó.
Fonte: Pico da Bandeira Tur (2010).



Figura 22 – Os municípios que integram o PARNA Caparaó.
Fonte: Pico da Bandeira Tur (2010).

O PNC está localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estando presente dentro do território dos seguintes municípios: Alto Caparaó, Caparaó, Alto Jequitibá e Espera Feliz (pelo lado mineiro) e pelo lado capixaba: Iúna, Ibitirama, Irupi, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí e Alegre. Dessa forma, temos 80 % de sua área em território capixaba e os restantes 20%, no mineiro.

O Parque abriga o terceiro pico mais alto do Brasil, Pico da Bandeira, com 2.892 metros de altitude. Além dele, estão cinco dos dez picos mais altos do território nacional³⁰¹.

³⁰¹ Os maiores picos ficam na divisa dos estados, destacando-se o Pico da Bandeira, com 2.892 metros, o Pico 2 ou Pico do Cruzeiro, com 2.852 metros, o Pico do Calçado com 2.849 metros e o Pico do Calçado Mirim com 2.818 metros. O Pico do Cristal, com 2.770m fica exclusivamente em território mineiro. O parque abriga ainda outros picos, menores em tamanho, mas também de altitudes consideráveis, como o Morro da Cruz do Negro (2.658 m), o Pico da Pedra Roxa (2.649m), o Pico dos Cabritos ou do Tesouro (2.620m), o Pico do

Sua área é de aproximadamente 31,8 mil hectares. Suas coordenadas são: entre 20°19' e 20° 37' S de latitude e entre 41°43' e 41°53' O de longitude. O Parque possui duas portarias de acesso: em Alto Caparaó e em Pedra Menina (distrito de Dores do Rio Preto).

A Serra do Caparaó é uma das mais importantes áreas que possuem a preservação da Mata Atlântica em território capixaba. O Parque possui características importantes no que se refere à preservação de campos de altitude, relevante patrimônio geológico, além de proteger nascentes de três importantes bacias hidrográficas (Rio Itabapoana, Itapemirim e Doce)³⁰² e espécies relacionadas à flora e à fauna que correm risco de extinção.

“A pequena parte da Floresta Atlântica que resta é uma colcha de retalhos, costurada por pasto, agricultura e asfalto. O Parque Nacional do Caparaó é uma das áreas mais importantes de preservação da Mata Atlântica³⁰³”. Além de ser uma referência do bioma Mata Atlântica, sendo de suma importância para a sua preservação, o Parque atrai, ainda, muitos turistas e estudiosos que possuem pesquisas nas áreas que envolvem a fauna, flora e as relações do Parque com a comunidade. Não obstante, há uma presença constante de veículos de comunicação, como por exemplo emissoras de televisão, rádio, redes sociais e propaganda via institucional e poder público local.

4.2 O pensamento de proteção ao meio ambiente chega ao Brasil

“Há mais de 2.000 anos, algumas áreas já eram protegidas na Índia por um Decreto Real do Imperador Asoka no ano 250 AC, quem instaurava áreas protegidas para mamíferos, aves, répteis e florestas. Na Europa, por mais de mil anos, vinham-se reservando “terrenos para caça”³⁰⁴. Porém, foi somente no século XIX que foi oficializado o ato de separar terras com intenção de proteção das paisagens naturais e os ecossistemas. De tal forma que o grande marco foi o de criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, situado nos Estados Unidos da América.

Tsourinha(2.584m), e a Pedra Menina (2.037 metros) todos em território capixaba. ICMBio. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 12.fev.2016.

³⁰² BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Caparaó. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 12.fev.2016.

³⁰³ PROGRAMA Globo Repórter, exibido em: 14/08/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2014/08/globo-reporter-atravessa-o-parque-do-caparao-e-vai-ao-pico-da-bandeira.html>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

³⁰⁴ SHENIN, Pedro Carlos; COSTA, Alexandre Marino; CASARIN, Vanessa Wednet. Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

O surgimento dessas áreas esteve, em seu início, vinculado ao interesse pela preservação de áreas terrestres ou aquáticas detentoras de características naturais excepcionais, como beleza, grandiosidade, raridade etc. Incluíram-se, aí, iniciativas para proteger exemplares “carismáticos” da flora e da fauna, como árvores de grande porte e animais com forte apelo estético – baleias, herbívoros da África, o visão da América do Norte, aves diversas³⁰⁵.

De outra parte, da mesma forma como nos primórdios dos conceitos de patrimônio sobre os bens culturais, delimitar espaços para amostras da natureza é também perpetuar uma memória histórica associada à identidade cultural da nação. Para Serrano: “O caso de Yellowstone, primeiro parque nacional criados nos Estados Unidos, em 1872, é emblemático dessa associação”³⁰⁶. Pois, buscava-se algo que fizesse parte de sua identidade para preservar para o futuro.

No Brasil, essa mentalidade preservacionista chegou no início do século XX, criando nos anos subsequentes algumas Unidades de Conservação, o que aumentaria durante todo aquele século. A partir da década de 1920, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de conservação da região para que ficasse protegida da devastação a que vinha sendo submetida³⁰⁷.

O Brasil criou o seu primeiro parque nacional, o de Itatiaia, em 1937, durante a presidência de Getúlio Vargas. Foi, de certo modo, “retardatário” nesse tipo de política, mesmo na América Latina, posto que pelo menos Argentina e Chile já haviam criado parques nacionais bem antes³⁰⁸. Ainda assim, no cenário nacional, criação e administração de parques nacionais é a mais antiga política ambiental desenvolvida continuamente pelo poder público. Cerca de meio século depois, em 1991, o Brasil tinha um total de 34 parques nacionais, além de dezenas de outras áreas terrestres e aquáticas protegidas ou manejadas pelo poder público a título ecológico ou ambiental³⁰⁹.

³⁰⁵ DELPHIM, Carlos Fernandes de Moura. O Patrimônio Natural no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 18 p. Disponível em: < portal.iphan.gov.br/uploads/.../Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

³⁰⁶ SERRANO, Célia. op. cit. p. 12.

³⁰⁷ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op.cit.108.

³⁰⁸ Na América do Sul, o primeiro resultado concreto da criação de Parques Nacionais, deu-se na Argentina, com o estabelecimento do Parque Nacional Nahuel Huapi, em 1922. In: NOGUEIRA, Alzira Papadimacopoulos. Parques Nacionais. Disponível em: < <http://universoverde.com.br/trabalhoscientificos/trabcientalziraparques.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

³⁰⁹ DRUMMOND, José Augusto. Devastação e Preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF. 1997., p. 144.

A criação dos parques nacionais e as demais áreas naturais protegidas tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Desde o seu início, os parques nacionais foram estabelecidos para fornecer às populações urbanas meios de lazer e contemplação do mundo natural³¹⁰.

O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como os próprios parques, são estabelecidas para que sua beleza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior³¹¹.

Os parques nacionais são, portanto, a mais antiga categoria de terra ambientalmente protegida pelo poder público. O mais antigo deles, como já foi dito anteriormente, o de Itatiaia, foi criado em 1937, no Estado do Rio de Janeiro (com seções em Minas Gerais). Até 1991, o último parque criado foi o de Monte Roraima, no Estado de Roraima, em junho de 1989. Os demais parques no Rio de Janeiro foram criados em 1939 (Serra dos órgãos), 1961 (Tijuca) e 1971 (Serra da Bocaina). Nesse ano de 1971, quatro dos quinze parques brasileiros eram fluminenses, proporção bem elevada se levarmos em consideração o total de parques então existente no país³¹².

4.3 Criação do Parque Nacional do Caparaó

A região da Serra do Caparaó foi ocupada posteriormente se comparada com a região aurífera do estado, devido a várias condições adversas, como, por exemplo, a mata fechada, o relevo montanhoso e os nativos não pacificados. Aos poucos, a Mata foi dando lugar aos cafezais, à extração de madeiras de lei e, mais tarde, à pecuária. Por volta dos anos de 1950, houve um incentivo à promoção do turismo local, que via nessa atividade uma oportunidade de desenvolvimento e dependia exclusivamente da renda proveniente da cafeicultura.

Os relatos referentes à Serra da Chibata (também conhecida como Caparaó) sobre a visitação do local nos mostram que: “Em 1859 foi hasteada a bandeira do Brasil no pico que é hoje chamado Pico da Bandeira, ordenado por Dom Pedro II³¹³”. Na época, este pico era considerado o mais alto do país, o que permeou até a década de 1960³¹⁴, quando novas medições foram feitas e descobriram dois picos maiores que o da Bandeira. Segundo um entrevistado “Depois em 1940 um Padre aqui de Manhumirim chamado Padre José Lecner,

³¹⁰ CRUZ, Rita. op. cit. p. 12.

³¹¹ Ibidem, p.14.

³¹² DRUMMOND, José Augusto. op. cit. p.146.

³¹³ Entrevista n°01 concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³¹⁴ RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó. COLTEC-UFMG p. 4.

ele mesmo confeccionou a bandeira de brasão do Brasil República, e hasteou no Pico da Bandeira”³¹⁵.

No início do século XX, a Serra do Caparaó começou a receber excursões que tinham por finalidade a pesquisa científica. De acordo com Santos: “Em princípio, percebemos que cientistas tiveram mais interesse pela região do que outros visitantes. A região representava um imenso laboratório no qual poderia se apreender muito, principalmente, na área da biologia e geologia³¹⁶. Portanto, as primeiras visitas à região, não foram praticadas por turistas ou outro tipo de público, e sim, por aqueles que buscavam respostas para as indagações científicas, sendo este grupo considerado o primeiro a ter interesse pela descoberta da localidade.

O então lugarejo nomeado Caparaó Velho era um lugar com o acesso dificultado, escassez dos meios de comunicações, “não tinham contato com as novas ideias de proteção da natureza e incentivo ao turismo que circulavam pelo Rio de Janeiro³¹⁷”. Dessa forma, reforçamos a fala de Santos que enfatiza a diferença entre a visão dos excursionistas, focada em proteção ambiental, em oposição ao interesse dos moradores, que se pautava na extração madeireira, criação de gado e o cultivo de café, aqueles que não tinham influência direta pelos meios de comunicação.

O contato desses moradores com a terra era de cunho extrativista, de onde retiravam o necessário para as respectivas sobrevivências, utilizando os mecanismos da agricultura, extração da madeira e pecuária. Santos destaca: “mesmo sendo comum elas se tornarem guias de eventuais visitantes, não se pensava que esse poderia ser um negócio lucrativo ou uma base viável de desenvolvimento para a região³¹⁸.

Em contrapartida, um dos grupos que lutava pela criação do Parque, os Excursionistas de Alegre, possuía o interesse em estimular as visitas e a contemplação daquele ambiente. Essa região era vista como um lugar para ser admirado, apreciado, observado. Não obstante, a circulação das ideias preservacionistas e que estimulavam a implantação da atividade turística que permeavam através de jornais do Rio de Janeiro foram fatores que influenciaram mais ainda o grupo. “Com a possibilidade de uma nova alternativa de desenvolvimento para a

³¹⁵ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³¹⁶ SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. op.cit, p.108.

³¹⁷ Ibidem, p.109.

³¹⁸ SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. loc. cit.

região, que fugisse da dependência absoluta do período da monocultura, se agarram à causa pelo Parque³¹⁹.

No ano de 1948, o diretor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, Gil Sobral, foi nomeado pelo Serviço Florestal como responsável para analisar possibilidades de criação de um parque na região do Caparaó³²⁰. Elaborou, então, uma visita à região, produzindo um relatório, dando um parecer favorável para a criação do Parque. Porém, o chefe do Serviço Florestal, Renato Domingues, deu parecer desfavorável naquele momento, alegando falta de recursos financeiros pelo governo.

Em 20 de setembro de 1948, através do Decreto-lei Estadual Nº 55, de 20/09/1948³²¹, fora criada a Reserva Florestal do Pico da Bandeira. Uma Unidade de Conservação estadual cedeu lugar ao Parque Nacional, devido a uma série de pedidos oriundos da Associação de Moços de Presidente Soares - AMPS e da Câmara Municipal de Espera Feliz (através do Sr. Inimá de Novaes Campos). Os limites da Reserva Florestal compreendiam sobras de terras devolutas que integravam o maciço da serra do Caparaó³²², localizadas nos municípios de Guaçuí, Alegre e Iúna, banhadas pelas nascentes dos rios Itabapoana, Itapemirim e José Pedro, sendo o último afluente da margem direita do rio Doce.

Para Santos³²³, na década de 1950 foi dada a largada para a criação do Parque, através do envolvimento de alguns grupos como a AMPS, Os Excursionistas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além do Sr. Inimá Novais Campos, morador atuante na questão do parque. Defendiam a criação do Parque, mas cada grupo almejava objetivos distintos para o uso desta unidade de conservação. No entanto, embora com perspectivas diferenciadas, o que unia os grupos era a busca pela preservação da área, que era importante para a localidade e para a contemplação do natural.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, o Brasil passava por um momento de crescimento econômico, urbanização e industrialização, em que a necessidade de se

³¹⁹ Ibidem. loc. cit.

³²⁰ BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016,

³²¹ Com área aproximada de cinco mil ha, que mais tarde seriam doados ao governo federal para integração ao que se tornaria o PNC. IN: BRASIL, plano de Manejo do PARNA CAPARAÓ. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em:

³²² BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016, p.80

³²³ SANTOS, op. cit. p. 95.

“desenvolver” era cogitada em primeiro plano, o que entrava em contradição com o interesse da preservação ambiental, pois o desmatamento era visto com bons olhos quando representava maior possibilidade de desenvolvimento econômico³²⁴ ou seja, se fosse para o alcance do progresso, haveria o desmatamento. Não era viável o gasto de verbas para esse tipo de iniciativa, além de pouca “importância” que a população dava ao assunto relacionado à questão ambiental.

Após a mobilização de tais grupos para a gênese do Parque, somente no final da década de 1950 é que, de fato, foi engrenada a ideia de sua fundação, apesar dos esforços constantes. A assinatura do decreto ocorreu em 1961, com a assinatura do Presidente da República Jânio Quadros, fato este que foi alcançado graças ao empenho dos envolvidos neste processo, exceto a comunidade do “lado mineiro”, que ficou aquém das investidas pela criação da UC.

No Estado do Espírito Santo, em 1958, foi criada a Reserva Florestal do Pico da Bandeira³²⁴, abrangendo uma parte da Serra do Caparaó. No entanto, não houve iniciativa similar por parte do Estado de Minas Gerais em se criar uma área de Proteção Ambiental. Pelo contrário, o lado mineiro da Serra do Caparaó era cada vez mais utilizado para a extração madeireira e criação de gado³²⁵.

Em abril de 1955, o Sr. Ronald Gripp, um dos grandes defensores da criação do PNC, fez carta ao governo, solicitando a ida de um técnico do Ministério da Agricultura à serra da Chibata, nome dado à serra do Caparaó, informando o potencial da área para cultivo de plantas frutíferas e da possibilidade de turismo na área, mas não obteve retorno³²⁶.

Para Cunha³²⁷, segundo o relato publicado no jornal Correio da Manhã de 1955 sobre a importância do turismo na Serra do Caparaó, e a sua transformação em um Parque Nacional, compreendia-se como importante a visão deste setor, assim como se fazia necessário as preocupações com relação à proteção dos recursos hídricos, seja para fins hidrelétricos,

³²⁴ Criado pelo decreto estadual nº55 de 20 de setembro de 1948, com um total de 5000 mil hectares. BRASIL, ESPÍRITO SANTO. Ficaram delimitadas para o fim de constituição de reservas florestais os terrenos devolutos do estado do Espírito Santo (...) nos municípios de Iúna e Alegre: uma reserva de flora alpina na Serra do Caparaó, Pico da Bandeira, com área aproximada de 5000 hectares. www.redeprouc.org.br. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 92.

³²⁵ Ibidem p. 92.

³²⁶ BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p.80

³²⁷ CUNHA, Daniela Martins. A Atuação das instituições governamentais e não governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais. Tese – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2006. p.37.

consumo humano ou aplicação na agricultura. Não obstante, conforme ressalta a autora, essas preocupações percorrem a atualidade e, em meio à crise hídrica e uma nova proposta de uso sustentável dos recursos, cabe exaltar a concepção do meio ambiente anterior à Conferência de Estocolmo.

Entre os anos de 1958 a 1960, alguns jornais cariocas (como o Correio da Manhã e o Correio Carioca) serviram de veículo de informações sobre o Caparaó, onde tanto o Sr. Inimá quanto a AMPS dissipavam as suas ideias sobre como era importante o turismo por aquela redondeza. Porém, o lado capixaba também “fazia sua parte”. De acordo com um funcionário do Parque, o “lado capixaba” se mobilizou primeiro, no que diz respeito à criação do PARNA Caparaó, pois:

Antes da criação do parque, existia, por exemplo, do lado do Espírito Santo um Parque Estadual, e foi a própria comunidade, as pessoas, por exemplo, Viçosa tinha um professor de Viçosa, não me lembro o nome dele agora, como eu falei com você o clube de excursionistas do Rio de Janeiro, pessoal de Alto Jequitibá, Alegre, Espera Feliz. Partiu das próprias pessoas da sociedade civil. Que foi “pretiando, *pretiando*” (sic) e reivindicando a criação de uma unidade de conservação, na época eles não pensavam, nessa palavra parque. Mas que fosse protegida essa região, por que essa parte alta do parque aqui, era toda usada para criação de gado, bovino e equino³²⁸.

Tanto Inimá, quanto a AMPS, utilizavam os jornais cariocas como uma das formas de propagar as suas ideias a respeito da importância do turismo de montanha. De 1958 a 1961, a AMPS, a Associação dos excursionistas de Alegre, a Câmara de Vereadores de Espera Feliz e moradores influentes da região polvilharam jornais cariocas e jornais mineiros com uma infinidade de artigos sobre o Caparaó. A campanha ficou cada vez mais acirrada³²⁹.

Então a associação criada (AMPS), nós tivemos contato com a imprensa do Rio de Janeiro, que era a capital do país na época, e os jornais: O Globo, Jornal do Brasil, Diário Carioca, é, Correio da Manhã, Última Hora e outros jornais, com duas rádio, a Nacional e Roquete Pinto, juntamente com os clubes excursionistas, que antigamente tinha os clubes que reunia as pessoas pra fazer excursões, o Clube Excursionista do Brasil e o Clube Excursionista Carioca, já aceitaram a campanha e todos trabalharam nesse sentido³³⁰.

Houve uma mobilização sobre a necessidade de se preservar a natureza da região, para que se evitasse a degradação ambiental daquele lugar, ressaltando a possibilidade do deserto se aproximar deles, fazendo com que as pessoas se preocupassem com a preservação³³¹.

³²⁸ Entrevista n° 01, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³²⁹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 98.

³³⁰ Entrevista n° 02, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³³¹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 98.

Apesar das matérias destes jornais, quanto às propostas e os discursos em relação à atividade turística como promotora do desenvolvimento serem consideradas aqui como tendenciosas, são um mecanismo de análise do fato de colocarem o turismo como medida de salvar o meio ambiente do desmatamento, pois seria preservado para o turistas apreciar. No entanto, isso é considerado um equívoco, pois, ao mesmo tempo em que se preserva para se visitar, os próprios visitantes podem causar danos de impactos superiores ao desmatamento, que podem atingir níveis econômicos, ambientais e sociais, como acúmulo de lixo, degradação ambiental, choque cultural, entre outros.

4.3.1 Associação de Moços de Presidente Soares – AMPS

A Associação de Moços de Presidente Soares - AMPS foi criada em 13/06/1956 por um grupo de pessoas instruídas, de origem imigrante e protestantes³³², que mantinham relação estreita com o Rio de Janeiro, então capital federal, onde circulavam notícias de todo o Brasil, o que possibilitava o conhecimento do que se acontecia em todo o território, levando a refletir sobre diversos assuntos ligados à política, economia, sociedade, entre outros. O acesso a estas informações possibilitou a discussão em maior escala sobre o processo de preservação ambiental e o turismo.

Um dos fundadores da AMPS, relatou a sua ligação com o Parque, ou ainda, mais precisamente, no momento anterior, a “subida ao Pico da Bandeira”, percurso este que realizou cerca de 22 vezes e, em certa ocasião, ao acompanhar um grupo de visitantes e o “despertar para a preservação da área”, que descreve da seguinte maneira:

Naquela ocasião, (hum) os rapazes que iam com a gente, é, chegaram, tiveram percepção de que aquela área devia ser preservada, por quê? Porque todo o ano, havia fogo na área toda e os habitantes da redondeza, principalmente do Alto Caparaó, levava (sic): gato, boi, vaca, bezerro, cabrito, cavalo, que é pra aproveitar os pasto (sic). E eles mesmo (sic), que colocava (sic) o fogo pra limpar os pasto como fazia antigamente. Então esses jovens chegaram à conclusão que tinha (sic) que fazer alguma coisa em relação à preservação da área em volta do Pico da Bandeira. Já havia desmatamento crescendo³³³.

Além deste problema do desmatamento causado pela pecuária, havia pessoas que permaneciam dentro dessas terras, pois como eram consideradas “terras devolutas”, não havia

³³² SANTOS, Milton Santos. op. cit. p. 90.

³³³ Entrevista n° 02, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

necessidade de registro, simplesmente se fixavam. Porém, dentro das terras que hoje fazem parte dos limites do Parque, houve uma situação desagradável em virtude do “adentramento do Sr. NG”:

N.G era uma pessoa que, àquela ocasião você adentrava e dominava uma área e depois não precisava de regularizar coisa nenhuma. Então N.G já estava desmatando quando o parque surgiu e embargou. Então como eu era um dos que liderava a campanha pra criar o parque, Nagib Gomes falava: “Vala verde é arrumação de Ronald Gripp (...)”³³⁴.

Mediante o temor com a degradação que a área havia sido submetida, o entrevistado afirma que, a partir daquele momento, eles viram que precisava se criar uma associação de moços, então criou-se a AMPS. Presidente Soares, vale lembrar, é o antigo nome da cidade de Alto Jequitibá, que fica a 15 km de Alto Caparaó. Dessa forma, a razão principal para este grupo ter sido criado “era pressionar as autoridades para serem, para ser criado o Parque Nacional do Caparaó”³³⁵.

Na década de 1950, a AMPS reivindicava a ligação de Manhumirim à rodovia Rio-Bahia, passando por Presidente Soares e Divino, para se tornar o trecho mais acessível aos visitantes e ao escoamento da agricultura. As obras iniciaram-se no início de 1958, mas foram interrompidas em no ano seguinte³³⁶. Era reivindicada por essa agremiação a melhoria de infraestrutura básica para a população regional, pois o acesso era difícil e isso comprometia o escoamento da produção, bem como o aumento do número de visitantes e/ou estudiosos na localidade do Caparaó.

Para a AMPS, a atividade turística seria uma maneira de promover o desenvolvimento (principalmente econômico), bem como poderia resultar na preservação da natureza, pois os turistas estariam em busca das paisagens belas e não das áreas devastadas e destruídas pelas queimadas. Isso, de certa forma, não pode ser considerado totalmente correto, pois há o impacto causado pelo visitante, e uma possível degradação causada por este. Mas, na época, o pensamento era voltado especialmente para o ganho econômico e não se levou em consideração a preservação e capacidade do meio ambiente de suportar os impactos negativos causados pelos visitantes.

³³⁴ Entrevista n° 02, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³³⁵ Entrevista n° 02, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³³⁶ FERNANDES, Sebastião. A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas Gerais. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974. Trecho do Projeto apresentado pelo deputado João Bello à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1955, páginas 7 e 8. In: SANTOS, op. cit. p.100.

Em 1958, dentro da AMPS foi criado um departamento de Excursionismo, que era incumbido da ampliação do número de excursões para a região do Caparaó, o que poderia possibilitar em uma maior divulgação da região e, por conseguinte, um reconhecimento capaz de fazer dali uma nova unidade de conservação, o que possibilitaria novas condições para a sobrevivência da comunidade, bem como a diversificação econômica da região.

A AMPS apresentava-se mais estruturada e, a partir disso, houve uma maior mobilização para que o Parque fosse criado, com o intuito de preservar a natureza existente na Serra do Caparaó. Contudo, por trás da ideia de preservação havia o interesse em se atrair visitantes, promovendo, assim, outra forma de desenvolvimento para a região³³⁷. Desde aquela época, o turismo era visto como uma oportunidade de angariar fundos para a localidade. O turismo estava sendo visto como elemento gerador de riquezas, mas pouco explorado no Brasil³³⁸.

Santos expõe a opinião da AMPS, que consistia basicamente no investimento em infraestrutura, sobretudo a infraestrutura que estivesse ligada ao turismo, pois ao visitar a região os visitantes precisariam de condições mínimas, que seriam os equipamentos turísticos, como meios de transporte, acomodações e comunicações. Essa reivindicação que a AMPS fazia no que diz respeito à estrutura local é o que Palermo³³⁹ afirma: é necessário haver uma estrutura mínima capaz de receber o turista, pois somente o atrativo não é suficiente para poder mantê-lo na localidade. No caso de Caparaó, a principal atração seria o Pico da Bandeira, seguido da variada paisagem, a abundância de água e o clima³⁴⁰.

O que não poderia ser descartado ali pelos integrantes da AMPS era o fato de que a região era cafeeicultora, com café de qualidade, devido ao clima frio, o que poderia ser “aproveitado” para a fruticultura de modelo europeu. Deveria haver, por parte governamental, um apoio aos produtores rurais, com introdução de novas técnicas, resultando numa diversificação produtiva, o que poderia dar mais opções de trabalho e sobrevivência para a população local³⁴¹.

³³⁷ PARQUE Nacional do Caparaó-incentivo ao turismo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 17 de jun 1960. p. 96.

³³⁸ Ibidem, p. 96.

³³⁹ PALERMO, Frank. DALHOUSIE UNIVERSITY Faculty of Architecture. Tourism and community development: case studies. Halâax, N.S.: Cities & Environment Unit, Faculty of Architecture, Dalhousie University, 2000. p. 90.

³⁴⁰ SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. op. cit. p. 97

³⁴¹ Parque Nacional do Caparaó-incentivo ao turismo. Correio da Manhã. 17 de junho de 1960. Ibidem, p. 97.

No entanto, o café deixou a marca entranhada na vida dos locais, sendo visualizada como única fonte de renda, mas que, aos poucos foi sendo dividida com a possibilidade turística.

4.3.2 Sr. Inimá de Campos Novaes

Houve um representante de grande interesse na criação do PNC: o Sr. Inimá Novais de Campos. Natural de Carangola foi vereador no município de Espera Feliz, onde criou a AMPS. No ano de 1948 se mudou para o arraial de Alto Caparaó e “em 1948 decidiu que trabalharia pela preservação e desenvolvimento daquele lugar³⁴²”



Figura 23 – Inimá de Campos Novaes.
Fonte: Arquivo pessoal.

O Sr. Inimá de Campos Novaes foi, reconhecidamente, um dos líderes para a criação deste Parque, pois apresentou várias iniciativas que aceleraram de certa forma a consolidação desse sonho. Juntamente com outros colaboradores, fez um estudo da região, anexando mapas, com intuito de embasar melhor as propostas para a criação do parque³⁴³. Além disso, enquanto vereador na Câmara de Espera Feliz utilizou da sua influência política para chegar até o Presidente da República, Getúlio Vargas, no ano de 1953, quando relatou a importância de se criar o Parque para condicionar um desenvolvimento local, fortalecendo o turismo:

³⁴² SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. op. cit. p. 91-92.

³⁴³ CAPIXABAS e mineiros querem Parque Nacional do Caparaó. O Globo, Rio de Janeiro. 2 set. 1958.

A criação desse parque Senhor Presidente Sr. Getúlio Vargas significará uma contribuição valorosa de seu governo no sentido de levar o turismo no ponto mais alto do País e seu nome ficará mais ainda lembrado e guardado na gratidão Nacional principalmente nos corações da população daquele recanto montanhoso e belo de Minas Gerais³⁴⁴.

Dentro das propostas, havia a intenção da abertura da estrada ao parque, passando pelo arraial (Alto Caparaó), além da criação de uma estação experimental englobando fauna, flora e um educandário para os filhos dos funcionários. Em relação à estrutura, previa-se a instalação, ao longo do parque, de diversos abrigos para visitantes. Para completar a construção de um hotel, campo de pouso, hospital, ampliação das vias de comunicação e transporte³⁴⁵.

Apesar de o pedido não ter sido aceito, Inimá Campos mobilizou amigos, moradores da região, excursionistas, entre outros, para iniciar as obras de uma estrada no interior do futuro parque. Não houve apoio governamental, com exceção da Prefeitura de Manhumirim. O objetivo da estrada era facilitar o acesso de veículos onde antes só havia espaço para os animais. Em 1958 já estavam quase prontos nove quilômetros de estrada ensaiada, chegando até a Tronqueira. Faltando só uma laje de 45m para que todo esse trajeto pudesse ser trafegado por automóvel³⁴⁶. O que se pretendia era ligar os 9 km da estrada construída aos outros 5 km para que houvesse a ligação ao Pico da Bandeira, mas a estrada está presente até a Tronqueira.

Os documentos de época dão notícias das variadas tentativas do Senhor Campos: “O vereador Inimá enviou três vezes essa proposta de criação do Parque Nacional, mas não obtinha resposta satisfatória, somente que não havia fundos disponíveis para arcar com as despesas necessárias para um novo parque nacional”³⁴⁷. Desta maneira, fica claro que os esforços foram muitos para a criação deste parque, no entanto, vários entraves burocráticos e financeiros barraram a realidade de se institucionalizar esta UC. Acabariam, porém, reconhecidos no ano de 1961, quando finalmente, houve a sua criação.

³⁴⁴ Cópia da carta que o vereador Inimá Campos enviou ao presidente Getúlio Vargas em 1953, manuscrita. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 92.

³⁴⁵ CAPIXABAS e mineiros querem Parque Nacional do Caparaó. O Globo, Rio de Janeiro. 02 set. 1958.

³⁴⁶ PARQUE Nacional do Caparaó-incentivo ao turismo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 17 jun. 1960.

³⁴⁷ MA. Serviço Florestal. Correspondência do chefe da Seção de Parque e Florestas Nacionais ao Sr. Inimá Novais Campos sobre o Parque do Caparaó, em 08 de julho de 1955. In: CONSEDAY, Geraldo. Gomes. op. cit. p. 94.

4.3.3 Centro de Excursionistas Pico da Bandeira

O movimento excursionista iniciou no país entre as décadas de 1920 a 1930, quando se voltavam em proteção à natureza³⁴⁸. Embora fosse um movimento com um pequeno número de representantes, foi importante no que diz respeito à disseminação das ideias ambientalistas pelo território. O interesse em promover excursões era um mecanismo de incentivo ao “gosto pela preservação”, além do conhecimento do montanhismo pelo interior do país.

O Centro de Excursionistas Brasileiro – CEB, em 1º de novembro de 1919, foi criado no Rio de Janeiro. O CEB organizava excursões para lugares que eram considerados representativos por sua beleza nacional, incentivando o turismo da montanha³⁴⁹. Após este fato, o excursionismo se espalhou pelo país, chegando em Alegre (ES) no ano de 1955, onde foi criado o Centro Excursionista Pico da Bandeira, que juntamente com outros grupos interessados na criação da reserva florestal, se uniram e fariam força para a consolidação desse anseio.

Em 1958, o Centro Excursionista Pico da Bandeira já apresentava a mesma vontade de que o Parque fosse criado. Neste sentido, organizou uma concentração dos clubes de excursionistas para homenagear a primeira subida de sócios do centro excursionista brasileiro ao Caparaó³⁵⁰, ocorrida em 1933. Tudo isso visava chamar a atenção dos brasileiros para a Serra do Caparaó³⁵¹.

No ano de 1960, os excursionistas da AMPS (aqueles mesmos que lutavam para “divulgar” a atratividade do Parque), escreveram um manifesto: “O excursionismo em Alto Caparaó”. O documento apresenta um teor de queixa que poderia facilmente ser percebido, em detrimento da ampliação da demanda de visitantes, com muitas excursões à Serra do Caparaó, conseqüentemente, aumentando a depredação da região. “O turismo começava a mostrar a sua outra face, fazendo com que fosse contestada a ideia de que turismo e conservação representassem a mesma coisa”³⁵².

Em todo este cenário havia uma dissemelhante postura em relação ao uso daquelas terras. Os moradores tinham uma relação de campo, visto que aquela terra representava o

³⁴⁸ Idem, p. 89.

³⁴⁹ CENTRO EXCURSIONISTA BRASILEIRO. Disponível em: < www.ceb.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2016.

³⁵⁰ Parque nacional do Caparaó-incentivo ao turismo. Correio da Manhã, 17 de junho de 1960.

³⁵¹ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 91.

³⁵² Idem. p. 103.

sustento e a produção. No entanto, o uso dessas terras pela comunidade aos olhos da AMPS era considerado prejudicial, pois, com a pecuária, havia a destruição das benfeitorias, o que prejudicava o parque esteticamente, pelo fato dos visitantes procurarem um local “conservado” e não destruído pelo gado. Isso acabaria com o sonho em tornar a região um polo turístico.

Contudo, havia um equívoco da AMPS em relação à destruição dessas feitorias, pois:

De acordo com a opinião dos moradores, a destruição das benfeitorias não era obra da população local. Pelo contrário, ela fazia o possível para manter tudo limpo e organizado, não porque serviria para os visitantes, mas porque era importante para os campeiros aquelas benfeitorias e a Serra³⁵³.

O interesse dos excursionistas em relação à criação do Parque destoava em no que diz respeito aos moradores, pois havia famílias residentes dentro da área que constitui o Parque atualmente. “Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico³⁵⁴. Dessa forma, tanto na ótica dos excursionistas como a do atual SNUC, a presença de moradores é prejudicial a essa preservação.

Porém, aqueles que foram e ainda estão sendo desapropriados, possuem óticas incongruentes a utilização e cuidado com o Parque, pois tinham aquelas terras como fonte de sustento e de vida. Casa, comida e uma vivência. Acerca das lembranças nos tempos em que moravam “dentro” das terras atuais do Parque, um entrevistado relembra:

É, mas naquele tempo a gente tinha um grande arvoredo no vale verde, só pêssegos eu colhia todo ano, oito mil quilos, ia para Muriaé, para a fábrica de doce. E tinha marmelo, maçã, muita fruta. Ameixa, tinha tudo. Saudades da propriedade: Vou te falar uma coisa, se não fosse o parque precisar, eu não vendia lá por dinheiro nenhum. Mas contra o governo você não pode lutar. Até que eles pagaram bem em dinheiro, contadinho na hora³⁵⁵.

Sob esse processo de desapropriação, foi relatado pelo mesmo entrevistado:

Nós morávamos onde hoje é o parque. Lá dentro era nosso. Nós tínhamos uma propriedadezinha lá. Pra cima de onde hoje é o vale verde. No parque o povo era

³⁵³ Principalmente entrevistas 18, 46, 50. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. 103.

³⁵⁴ BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2006. p. 13. Disponível em: < www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 18 maio 2014.

³⁵⁵ Entrevista n ° 01, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

enjoado, eles queriam tirar a gente lá na rua, eles pensavam com o revolve (sic) na cintura não pode tirar a gente lá na rua. Perguntei se eles iam deixar meus filhos passar fome. Eles compraram da gente. Eles pagaram e pagaram bem na época. Tinha mais gente que morava lá. Os que tinham (sic) a propriedade vendeu pra eles, os que não tinha (sic) desapropriou³⁵⁶.

Porém, mesmo que o processo de desapropriação tenha sido feito de maneira atípica, pois houve uma forma de “coerção” do poder público em retirar àquela e outras famílias residentes dentro daquele território, processo, em alguns sentidos, trouxe também determinados benefícios para alguns desapropriados. Exemplo disto é o caso desse senhor, que comprou sua residência na cidade e continuou lutando pela sobrevivência de sua família, mas fora do Parque, utilizando do local de sua antiga residência como fonte de renda, desta vez, dedicando-se ao turismo.

A legislação prevê o processo de expropriação de terras para a criação de um parque nacional, bem como outras categorias de áreas de proteção incluídas no SNUC, como se pode ver na legislação correspondente: “Art 11: § 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei³⁵⁷”. No entanto, ainda existem populações tradicionais que vivem no interior dessas UC’s, e há uma longa discussão acerca desse processo, pois faltam recursos para o pagamento dessas terras. Sendo assim, as famílias não podem sair das mesmas.

O parque ainda não possui a situação fundiária totalmente regularizada, devido à falta de recursos. “Apenas trinta e poucos por cento da área do Parque está devidamente regularizada. Grande parte da sua área ainda falta ser indenizada. Então existem alguns moradores dentro do Parque, mas continuam cultivando suas áreas, mas não tem assim um grande conflito³⁵⁸.” Apesar da incorporação de terras à UC, ainda há muito o que se fazer, a fim de regularizar essas terras e definir a vida dessas populações. Como na maioria dos casos, grande parte dos parques tem a ausência de planos de gestão e regularização fundiárias³⁵⁹.

³⁵⁶ Entrevista n º 01, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁵⁷ BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2006. p. 13. Disponível em: < www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 18 maio 2014. 13.

³⁵⁸ Entrevista n º 01, concedida à AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁵⁹ SAN SOLO, Davis Gruber. Os espaços do patrimônio natural: o olhar do turismo. In: LUCHIARI, Maria Tereza Paes; BRUHNS, Heloísa Turini; SERRANO, Célia. (org) op. cit. p.73-74.

4.3.4 O Parque criado por um Decreto

No início de 1960, as atenções se voltariam para a corrida presidencial, deixando a campanha de criação do Parque do Caparaó enfraquecida. O candidato Jânio Quadros receberia a AMPS e um grupo de excursionistas, para ouvir as propostas relacionadas à criação do Parque naquela região. No ano seguinte, foram tomadas iniciativas concretas para a demarcação das áreas do Parque.

Apesar do decreto de criação do Parque ter sido assinado, ainda faltava que a verba fosse aprovada para o seu custeio de implantação e estruturação para o recebimento de turistas no Parque e na região. A AMPS, União Brasileira de Excursionistas - UBE e o Colégio Evangélico de Presidente Soares organizaram uma espécie de concentração de Excursionistas no Caparaó, sendo o mês de julho o “escolhido” como o propício para excursões ao Pico da Bandeira. Para incentivar a vinda dos excursionistas foram oferecidas hospedagem e alimentação gratuita a 300 “lagartixas” como também eram chamados os montanhistas ou excursionistas³⁶⁰.

Com a assinatura do decreto para a instituição do Parna Caparaó, a AMPS, juntamente com a UBE e o Colégio Evangélico de Presidente Soares, organizaram uma concentração de Excursionistas no Caparaó. Apesar da aprovação, restava a aprovação das verbas e a criação de toda uma infraestrutura que viabilizasse a visitação ao Parque e à região.

Em 1965, a AMPS denunciava o abandono com as obras do Parque. A verba não era liberada, o que impedia o prosseguimento das obras. Indignados com a situação, excursionistas de toda região organizaram um memorial ao ministro da agricultura e aos governos mineiro e capixaba para reiterar os pedidos de providências em favor do turismo na região³⁶¹.

Com a criação do Parque, a realidade mostrou-se mais dura do que as expectativas concebidas para a efetivação dessa área, pois o decreto “criava” o parque, mas não ajudava” em sua concretização. Outro problema foi a dificuldade na liberação dos recursos para indenização das áreas desapropriadas - fato que persiste até hoje -, implantação de infraestrutura e contratação de mão-de-obra. Todas estas situações dificultavam a sua abertura para os turistas e o oferecimento de serviços que garantissem sua permanência e segurança.

³⁶⁰ CAPARAÓ. O Globo. Rio de Janeiro, 07 jul. 1961. In: CONSEDAY, Geraldo. Gomes. op. cit. p. 106

³⁶¹ PARQUE é só promessa no Caparaó. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 set. 1965.

Isso tudo fez com que esse grupo se desfizesse, se desencantasse dos seus sonhos e tomasse outros rumos. Além disso, a ditadura nos anos 1960 dificultava as movimentações e demandas da população. Só com a efetiva implementação do Parque, em 1979, e a melhoria das estradas na década de 1980 é que parte dessas pessoas voltou a acreditar naquilo que tanto lutou³⁶².

A criação e institucionalização do Parque trouxe mudanças para a população, a começar pelos moradores que residiam dentro das áreas do parque, que ficaram sujeitos à desapropriação, alterando sua história e vida. Aqueles grupos que pretendiam a efetivação do parque utilizavam a proteção da natureza como uma espécie de slogan para a campanha de criação. No entanto, o cunho implícito era de desenvolver o turismo, gerando maiores oportunidades de geração de renda, causando a melhoria das relações existentes ali, de preferência se fosse em conformidade com a proteção ambiental.

“Assim, a relação com a natureza permanecer utilitarista, mudando apenas o modo como ela seria utilizada. Antes para o extrativismo, a criação de gado e as culturas agrícolas; agora para o turismo³⁶³”. Em suma, as atividades econômicas desenvolvidas ali passaram pela alta e baixa produção, o que culminou em alternâncias dos processos produtivos. Era vez de não mais utilizar o meio ambiente como recurso a ser degradado pela ação humana, mas sim preservado e apropriado para uma nova possibilidade econômica, social e cultural.

4.4 O funcionamento do Parque Nacional do Caparaó

Como percebemos, não basta só a assinatura do decreto para a criação e a efetivação de um Parque. Desde o ano de 1961 até 1979, praticamente pouco foi realizado em virtude da estruturação da UC. A sua institucionalização ocorreu no ano de 1979; a partir daí, houve medidas que buscavam a preservação e a implementação da atividade turística dentro das dependências.

No final da década de 1970, o IBDF conseguiu a aprovação do Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros³⁶⁴. Isto explica o porquê da demora em relação a tornar o processo de institucionalização do parque e a falta de estruturação no que diz respeito à área

³⁶² SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 110.

³⁶³ Ibidem, p110-111.

³⁶⁴ Por meio do Decreto nº 84.017, de 21/09/1979. ICMBIO. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC-completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p. 247.

natural, a confecção do documento nortear para o gerenciamento destas UC's, que hoje são o SNUC, além de produzir o Plano de Manejo do PNC, publicado em 1981 e com segunda edição atualizada em dezembro de 2015.

Algumas mudanças que ocorreram no período após 1979, no quesito preservação da fauna e flora local, foram elencadas por um ex-funcionário do parque, que aponta um aumento do número de matas em toda a extensão do parque: “Muitas propriedades que eram cultivadas no limite do parque, mesmo não sendo indenizadas ainda, os proprietários foram abandonando. As matas estão descendo, a quantidade de mata do parque tem aumentado, inclusive fora do parque³⁶⁵”. Isso contribuiu muito para o aumento da fauna: segundo o entrevistado, o jacu só era visto nas partes altas do parque; “hoje jacu já está descendo, já está aqui na portaria do parque, no entorno do escritório do parque e chegou na cidade, nos quintais das comunidades entorno do parque tem a presença do jacu, já faz parte da vida das pessoas³⁶⁶”.

E o que eu tenho observado, que eu comecei a trabalhar em 1979. O que ocorreu de 1979 para cá, as matas aumentaram aqui em todo parque mesmo dentro do seu interior. Prova disso é a fauna que tem aumentado, jacu: primeira vez que fui ver era só nas partes altas do parque, vários outros animais que eram raros. Hoje já são abundantes aqui no parque. Isso é prova que seu habitat está melhorando³⁶⁷.

Muito tem se feito para a melhoria da gestão e o funcionamento do PNC, bem como na parte relacionada à infraestrutura tanto relacionada ao setor pessoal, onde busca-se a capacitação de profissionais para melhor atendimento, quanto a visitantes, como pesquisadores. No entanto, o que é questionado pelo próprio funcionário é o uso do dinheiro arrecadado na UC que, na maioria das vezes, não é retornado, além de poucos funcionários para o atendimento de turistas e questões administrativas, além da alegação de falta de recursos.

Um dos fundadores da AMPS ressalta sobre a problemática financeira envolvida nas UC's, no caso específico PNC: “ele não tem recursos, nem financeiros, nem humanos, quer dizer, eu nunca vi produzir nada sem gente e sem dinheiro. Você já viu? Não é? Sem gente e sem dinheiro. Então o governo não olha para os parques nacionais, com uma possibilidade de haver atividade turística³⁶⁸”. O entrevistado 1 ainda acrescenta que não há relação direta com o dinheiro arrecadado, tudo que é recolhido é pago através de Guia de Recolhimento da União-

³⁶⁵ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁶⁶ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁶⁷ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁶⁸ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

GRU, em agência do Banco do Brasil. O sistema financeiro do Parque funciona da seguinte maneira:

Os recursos recebidos pelas UC independem da sua arrecadação, portanto, o que o PNC recebe nunca teve e não tem relação direta com o que ele arrecada. O ICMBio, por meio da administração central, gerencia os recursos e todos os gastos fixos da UC, como vigilância, limpeza e conservação, combustíveis, telefonia e manutenção em geral. As UC e o PNC, portanto, contam com muito pouco recursos para uso e gerenciamento direto³⁶⁹.

Em relação ao quadro de funcionários, o ex servidor do PNC enfatiza que é “pequeno e restrito, conta com terceirizações que são encarregadas pelas manutenções, faxinas, vigilantes e atendentes e controladores de acesso, localizados na portaria. Funcionários do ICMBio são oito, que são responsáveis pela parte administrativa³⁷⁰”. Essas afirmações provam que há muito o que se fazer dentro da UC, pois com a carência de recursos financeiros e pessoais, torna-se mais difícil o trabalho eficiente que contribui para a preservação do parque e o seu uso de maneira sustentável.

4.5 Informações sobre o Parque Nacional do Caparaó

De acordo com a Portaria 43 de 30 de setembro de 2015, estipulou-se uma nova tabela de preços para o acesso ao parque pelos turistas, em que é cobrada uma taxa de visitação, que varia de acordo com as categorias: visitante: R\$ 30,00 (ingresso para estrangeiro); R\$ 15,00 (ingresso para brasileiro, com o desconto de 50%); acampamento: R\$ 6,00, e, para a comunidade situada no entorno, é cobrado um valor de R\$ 3,00 por pessoa³⁷¹.

O período de Alta Temporada está inserido entre os meses de Junho a Agosto (devido ao frio e às férias escolares), Janeiro (possui visitação menor em relação a Julho, mas se insere no período de alta demanda, além de estar no período de chuvas, o que dificulta a visitação no meio natural), Fevereiro (possui visitação alta devido ao carnaval), feriados prolongados e finais de semana possuem um maior fluxo de visitantes. O tempo de

³⁶⁹BRASIL. Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p. 247, p. 233.

³⁷⁰Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁷¹BRASIL, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

permanência do turista dentro da área do Parque é de 6 horas no mínimo e 2 (dois) dias, no máximo, para o acampamento³⁷².

O ponto que pode ser considerado com o principal atrativo turístico do PNC é o Pico da Bandeira. No entanto, existem outros pontos, como cachoeiras, picos e vale que integram os atrativos que estão distribuídos entre as terras da UC e que frequentemente são visitados. Dentro do parque há possibilidade do visitante circular sem presença de guias, fazer piquenique, porém não há restaurantes, lanchonetes e outros meios comerciais dentro da UC. Dessa forma, mesmo com a atratividade considerada elevada desses pontos, se faz importante a implementação de uma infraestrutura capaz de direcionar e deixar os turistas em condições satisfatórias durante a visita.

Neste sentido, há um questionamento sobre a instalação de lanchonetes, restaurantes, para que o turistas possam ser melhor atendidos nas dependências do Parque pois, se o visitante não levar todos os produtos necessários para sua estada, haverá impossibilidade do mesmo ter livre acesso à entrada e saída do parque, pois o horário de funcionamento mostrou-se mais rígido e isso tem causado indisposições entre guias, trade e gestão atual do Parque. Essa relação será discutida com maior destaque no capítulo 4.

4.5.1 Infraestrutura do Parque Nacional do Caparaó

A questão da infraestrutura é considerada muito importante para o desenvolvimento de atividades humanas, pois garante uma condição básica para a sobrevivência. Não obstante, para desenvolver vários tipos de atividades, requer uma infraestrutura básica para dar suporte ao que foi proposto. No turismo, não é diferente, quando se pretende obter uma maximização do negócio.

Entendemos como infraestrutura básica a base e condições indispensáveis a uma economia avançada³⁷³. Neste sentido, compreendemos que essa infraestrutura serve como suporte e condições que não podem faltar para o desenvolvimento de uma economia, embora o intuito da discussão aqui apresentada não tenha como foco o seu teor econômico. Mas esta

³⁷² BRASIL. Empresa Brasileira de Turismo. Histórico das políticas públicas de turismo. Estudo Sobre o turismo praticado em ambientes naturais. Relatório final. São Paulo: 2002. 161 p. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015. p. 40.

³⁷³ MICHAELIS, Dicionário online. Infraestrutura. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=infraestrutura>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

infraestrutura entra em contato com os aspectos sociais, requerendo certa organização e fomento para as atividades.

Em relação à infraestrutura turística, entende-se que são necessários para permitir a expansão das atividades turísticas, adequação dos acessos e a melhoria da qualidade do produto para o turista³⁷⁴. De tal maneira, todo aquele atrativo turístico requer condições mínimas para o recebimento de visitantes e a completa satisfação destes com as atrações e estrutura oferecidas. Isso garantirá a presença e o retorno deste turista, pois além do atrativo, a experiência e a impressão da viagem fazem importantes atuações no processo do turismo.

Um problema constatado na UC é a falta de comércio que esteja ligado ao gênero alimentício. Essa situação pode ser interpretada como dualista pois, ao mesmo tempo em que o turista que optar pela hospedagem no parque, através da utilização do camping, tenderá a levar os produtos para a sua estada de casa ou até mesmo da cidade de Alto Caparaó. Mas, por outro lado, como é apontado pelo proprietário da Transjipe Turismo, empresa que explora o turismo na região, tem-se um problema, pois, para o turista que saiu desprevenido, acreditando que poderia ter uma lanchonete no parque ou um lugar para almoçar, isso torna-se frustrante. Ele vai fazer o passeio com fome, cansado e poderá diminuir a sua permanência no Parque³⁷⁵.

Em relação à possibilidade de haver processo de licitação para alguma empresa implantar esse tipo de serviço dentro da UC, o entrevistado 01 considera: Eeu acredito que seja em longo prazo, depois da implantação do novo plano de manejo. Poderá ser implantado algum tipo de lanchonete aqui no centro de visitantes³⁷⁶. No entanto, mesmo com a publicação do novo Plano de Manejo, ainda não há a instalação de lanchonete e loja de souvenir. Mas, existe o interesse, como pode ser observado:

Por outro lado, continua sendo possível a abertura e o funcionamento da lanchonete e da sala de venda de suvenires. Isso é viável, pois tais espaços seus usos constam do PUP e do estudo de viabilidade econômico-financeiro (EVE). No momento, o PNC continua tentando abrir a lanchonete e a sala de venda de suvenires, as quais seriam terceirizadas, como consta nos dois documentos citados e não exigiriam ações diretas dos poucos funcionários atuais. Mais recentemente, em nova iniciativa, o ICMBio tentou com o SEBRAE nacional avançar na elaboração de um novo EVE, o que ainda não ocorreu³⁷⁷.

³⁷⁴BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Apoio à infraestrutura política. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/72-convenios/4848-programa-de-apoio-a-projetos-e-infraestrutura-turistica-programacao-ou-emendas.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

³⁷⁵Entrevista n° 04 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁷⁶Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁷⁷BRASIL. Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <

Vale ressaltar que, apesar da existência de um local destinado para a loja de souvenir, até o momento não há registros de seu funcionamento. No entanto, há discursos vindos do Parque e de alguns moradores ligados ao turismo sobre a necessidade de se implantar o comércio dentro das dependências do Parque. É necessário ponderar sobre essa problemática pois, se por um lado há o aumento de arrecadação pelo PNC, nem sempre há, por outro lado, o seu benefício direto; porém poderia ser mais uma maneira de tentar “mais recursos” para obras necessárias dentro da unidade, mesmo que sejam apenas tentativas.

4.5.2 Atrativos do Parque

Os visitantes podem ter acesso ao Parque pela entrada mineira, por Alto Caparaó, ou pelo lado capixaba, pela cidade de Dores do Rio Preto. Dentro da UC, há trilhas sinalizadas, que são consideradas de curto, médio e longo prazo quando referidas ao percurso e graus de dificuldade. As principais trilhas levam ao Pico da Bandeira³⁷⁸, podendo-se inclusive realizar uma travessia por um lado e a descida pelo outro, “atravessando os dois estados”.

A portaria principal está localizada em Alto Caparaó, possui condições necessárias para o recebimento de turistas e veículos, como informações e controle de pessoal. Segundo o entrevistado 1 “começou mesmo aqui que implantou foi em 1985, foi a primeira portaria que foi implantada, o resto o que existia era chamado de Guarita: um “*trocim*” de madeira e uma corrente que agente puxava assim para o carro não passar³⁷⁹”.



Figura 24 – Vista da Portaria do PNC em Alto Caparaó.
Fonte: A autora (2015).

http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p. 178.

³⁷⁸ Pelo lado capixaba: Trilha Casa Queimada- Pico do Calçadão-Pico da Bandeira. Pelo lado mineiro: Trilha Tronqueira-Terreirão-Pico da Bandeira. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 30 ago.2015.

³⁷⁹ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.



Figura 25 – Vista da Portaria do PNC em Pedra Menina/ES.

Fonte: Mochileiros.com (2014).



Figura 26 – Primeira Portaria do PNC em Alto Caparaó.

Fonte: Lovantino (2009).

Os atrativos se encontram divididos entre os Estados de MG e ES. Esses, são de acesso ao turista e requerem uma conduta específica para o seu uso, visando à sua contemplação mas sem degradar o meio ambiente. Não se obriga a contratação de guias para a visitação desses atrativos. Até a Tronqueira, o acesso pode ser feito com veículos, possui sinalização e menos risco de perda no caminho. No entanto, para realizar a “subida para o Pico” é recomendado o acompanhamento de alguém que conheça o percurso, pois, apesar da sinalização, há a possibilidade de desvio de rotas, o que causa transtornos.

Segundo Luchiari: “tudo que na natureza remete à ruptura com o cotidiano, com as amarras do trabalho, é atrativo para o olhar turístico”³⁸⁰. Sendo assim, as cachoeiras, dentro ou fora das unidades de conservação, conseguem atrair turistas para essa ruptura do cotidiano,

³⁸⁰ LUCHIARI, Maria Tereza Paes. op. cit. p.36.

geralmente vinculado a grandes centros, rotina estressante e a falta do contato com o ambiente “natural”.

A estrutura do Centro de Visitantes do PNC contém elementos que podem ser utilizados para a melhoria do oferecimento aos visitantes, bem como à comunidade do entorno, como execução de projetos voltados para a área de educação ambiental, além de realização de eventos em seu salão, exposições sobre a história do Parque e/outras elementos importantes para a região. Está localizado próximo à sede administrativa, tem acesso facilitado e é ponto estratégico para a visitação do Parque.

4.6 A visitação ao Parque Nacional do Capara o

Há relatos de que a visitação na área em que hoje está inserida o PNC se iniciou há muito tempo, muito antes da criação do parque, desde o início do século XIX já existia interesse para as pessoas irem ao Pico da Bandeira, que era considerado o Pico mais alto do Brasil³⁸¹. Reafirmando tal relato, o entrevistado 01 considera que: Toda vida tinha gente que vinha. Desde que descobriu pico da bandeira, agora tem muito mais turista³⁸². Mesmo com  ticas e “lados” diferentes, há concordância em um ponto: a visitação nesta localidade se iniciou antes mesmo da criação do Parque, em virtude do Pico da Bandeira. Dessa forma, entendemos que o turismo se iniciou antes mesmo que houvesse a UC.

Por mais que as divergências existentes entre os grupos que lutavam pela criação do PNC, a AMPS e o vereador Inimá Novaes de Campos apontavam a capacidade de implementar e otimizar o recebimento de visitantes na região, o que traria muitos benefícios aos locais, principalmente no âmbito econômico, que se via dependente do setor cafeicultor. Em contrapartida, os Excursionistas viam o aumento da visitação como ameaça às medidas protetivas dessa área, o que seria um prejuízo maior ao ecossistema.

Quando o Parque foi criado e se tornou uma unidade de conservação de proteção, as visitas, segundo o SNUC, foram regulamentadas da seguinte maneira: A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em

³⁸¹ Entrevista n  03, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁸² Entrevista n  03, concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

regulamento³⁸³. A visitação ao Parque é regulamentada pelo Plano de Manejo e obedece a critérios específicos relacionados a cada atrativo, o que leva em conta vários fatores, como fluxo de carga, possibilidade de danos, entre outros.

Os números relativos à visitação do Parque desde a sua criação e/ou implantação foram obtidos através de alguns relatórios emitidos por órgãos oficiais, como o Ministério do Turismo, o Plano de Manejo do PNC, além de dados oriundos de estudos anteriores a este que debatiam a questão de turismo e este parque. Houve dificuldade em fazer um levantamento preciso antes da década de 1970, devido à alegação de falta de dados existentes. Mesmo o recorte temporal sendo de 1961-2014, a ênfase numérica se concentra no final da década de 1970 até o ano de 2014.

Foi realizado um relatório sobre o turismo praticado em áreas naturais no Brasil, publicado em 2002³⁸⁴. Foram aplicados questionários em alguns Parques Nacionais, com o intuito de fazer o levantamento do Perfil do Turista, englobando aspectos sociais, econômicos e sociais. Este estudo foi utilizado para embasar melhor o tópico de visitação ao PNC, juntamente com outros dados que ajudaram a endossar o trabalho.

³⁸³ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidade de Conservação. 2009, p. 13. Disponível em: <www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 20 maio 2014.

³⁸⁴ Este relatório foi publicado pela EMBRATUR no ano de 2002. Foram trabalhados o perfil de visitação e as questões inerentes aos gêneros, grupos, rendas e outros indicadores que foram analisadas as unidades de conservação de: Itatiaia, Aparados da Serra, Fernando de Noronha, Caparó, Foz do Iguaçu, Chapada dos Veadeiros, Pantanal, Jalapão e as cidades de Manaus e Brotas. BRASIL, Ministério do Turismo. Demanda Turística em áreas naturais. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

VISITAÇÃO ANUAL NO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ

ANO	NÚMERO DE VISITANTES
1977	1.802
1979	3.500
1989	5.514
1992	15.701
1993	18.619
1994	18.399
1995	27;593
1996	29.347
2000	25.744
2001	29.642
2002	25.566
2003	30.459
2004	30.036
2005	27.391
2006	31.472
2007	31.971
2008	32.891
2009	38.402
2010	33.748
2011	28.839
2012	33.366
2013	30.715
2014	43.422

Tabela 10 – Visitação anual no Parque Nacional do Caparaó.

Fonte: Plano de Manejo, PNC, adaptada.

Houve um aumento em número de visitantes dentro dessa Unidade a partir da década de 1970, quando se deu a sua institucionalização. A partir desse momento, ocorreu um aumento significativo em alguns anos, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, o que nos

faz pensar sobre quais alterações paisagísticas foram desencadeadas neste local, como maior fluxo de carga dentro do parque, acúmulo de lixo, prejuízos a espécies de flora e fauna locais, ocasionando danos ao meio ambiente. Além disso, esses impactos foram sentidos na cidade de Alto Caparaó, com o aumento de turistas; o município pode ter passado, em consequência, por melhorias relacionadas à distribuição de renda e infraestrutura.

Durante a primeira década dos anos 2000, houve um alto crescimento de visitação no PNC, superando o recorde de entrada em todos os anos listados em 2014, quando chegou a um patamar de mais de 43 mil visitantes. Este número requer análises profundas e em questão de advertência, pois ao passo que o número de turistas aumentou cerca de 43% por cento em apenas um ano de intervalo, esse número é capaz de proporcionar mudanças paisagísticas tanto dentro como no entorno do PNC.

Existem duas entradas de acesso ao PNC, porém, a mais visitada é a entrada de Alto Caparaó, onde podemos dizer que é o local que mais absorve a presença desses turistas. Com a elevação da demanda, a oferta pode se reorganizar de maneira mais vantajosa no sentido econômico, pois assim os preços podem ser influenciados por esse fator, além da oferta do setor de meios de hospedagem, por exemplo, poder trabalhar com um aproveitamento superior aos demais anos, o que influencia a renda deixada por esses visitantes no município, as mercearias, padarias, postos de combustíveis, farmácias, restaurantes, bares, lojas de alugueis de equipamentos, entre outros, para que possam operar com maior margem de lucro em um primeiro instante. No entanto, quando há essa expansão do mercado, existe dificuldade em acompanhar todo este processo.

Do ponto de vista ambiental, de acordo com o cálculo previsto no Plano de Manejo do PNC, bem como constatado em entrevistas, é de 600 (seiscentas pessoas) entrando nas áreas do Parque por dia. Esse cálculo é considerado para as duas portarias, incluindo visitantes, pesquisadores, repórteres, entre outros. Dentro do maior público estimado, o fluxo de carga diário no ano de 2014 não chega na média de 120 pessoas ao dia. No entanto, o controle só é feito no número para acampamentos, posto que, para quem vai acampar, se faz uma reserva através do site³⁸⁵. Dessa forma, percebemos que ainda há uma falta de organização e sistematização dos dados referentes a público visitante e/ou campista, pois nem sempre os visitantes são campistas, o que gera uma estatística diferente.

Pela ótica do PNC, em termos de arrecadação, este incremento de turistas é tido como benéfico ao Parque, pois é mais uma maneira de arrecadação de renda, o que seria mais

³⁸⁵ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

uma possibilidade de “gerar renda suficiente” para ser empregada na infraestrutura do Parque. Assim, seria ideal o aumento do número de vagas para o camping, por exemplo, segundo O entrevistado 1: “Então eu acho que seria necessário que o parque trabalhasse nesse sentido, o Governo Federal para aumentar o número de vagas (para o camping), por que a procura é muito maior³⁸⁶. Porém, devemos nos atentar que esse fundo arrecadado nem sempre volta para a UC, além disso, o componente ambiental pode ficar comprometido.

Eu acho que assim, uma estratégia para o próprio parque não é feita nenhuma divulgação. O que foi divulgado foram algumas reportagens feitas por redes de televisão, vieram fazer uma reportagem, vai ao Pico da Bandeira, faz alguma reportagem em outra área do parque. E isso divulga, acaba divulgado o parque. Há pouco tempo saiu uma reportagem no Fantástico, já saiu na Canção Nova. Isso aí já. O Fantástico, por exemplo, é um alcance nacional. Com isso está aumentando a procura para visitar o parque por pessoas que nunca tinham vindo³⁸⁷.

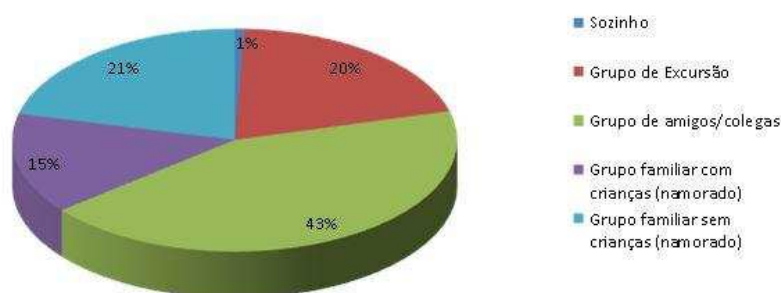


Figura 27 – Gráfico: Tipo de Acompanhamento nas Visitas.
Fonte Embratur (2002), p.56, adaptada.

O nicho predominante do PNC está entre o agrupamento de amigos, colegas, em uma primeira demanda, e em seguida, de grupo familiar. Vários fatores podem nos fazer relacionar a predominância desse público: meio de transporte utilizado - para grupos maiores, utiliza-se ônibus/vans fretadas ou em carros, como famílias podem fazer a viagem de carro e ônibus de linha. Os aspectos negativos para a cidade em relação aos meios de transporte podem ser considerados como estacionamento precário para veículos de maior porte, bem como

³⁸⁶ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

³⁸⁷ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

limitação de acesso a determinadas áreas. Grupos maiores tendem a gastar menos com despesas básicas, que muitas vezes “levam de casa”.

Segundo o entrevistado 01:

O perfil que a gente vê aqui, o perfil que salta os olhos, é o perfil de turista jovem e turista aposentado. São os dois fluxos maiores. Um grupo grande de jovens que querem ir ao Pico da Bandeira vem querer conhecer o Pico da Bandeira, querem acampar, e tem um pessoal já de 50 anos para cima, já está mais estabilizado e já fica nas pousadas, nos hotéis, já tem um poder aquisitivo melhor, está sendo procurada por essas duas partes. O pessoal jovem e o pessoal mais idoso.

As famílias costumam gastar mais neste tipo de viagem, com hospedagem, alimentação, passeios, compras diversas, entre outros. A análise depende de uma série de variáveis, porém as famílias e os jovens são um nicho de mercado mais buscado por alguns empreendedores e até pela própria gestão do parque. Apesar de grupos distintos, eles unem as principais “modalidades” oferecidas aos visitantes do município e do Parque: ecoturismo, com direito a contemplação e conhecimento direto da área, além do passeio e a permanência na cidade.

Em relação ao tipo de agrupamento, o maior número de visitantes em UC’S no geral é de Grupo Familiar sem crianças, o que foi visto no caso do PNC, porém, lá o maior grupo é de amigos. Vale ressaltar que para a visita, dependendo das condições, o público em sua maior predominância é composto de jovens, pois crianças e idosos podem ter dificuldades para acompanhar o percurso.

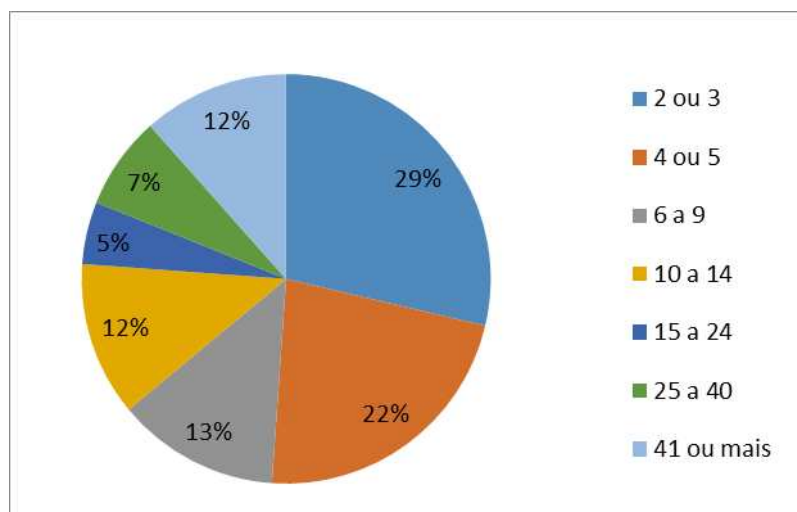


Figura 28 – Gráfico: Número de acompanhantes por classe.
Fonte: Embratur (2002), p.68, adaptada

No PNC, a predominância de agrupamentos para as visitas é de amigos/colegas. Podem ser considerados alguns tipos de indicativos para essa análise, mas devido ao acesso ao PNC tem-se as possibilidades de: carro, ônibus (de linha ou fretado). É importante salientarmos que são UC'S diferentes e com especificidades próprias, no entanto, as formas de agrupamentos e a quantidade dos mesmos interferem localmente nas condições de dentro e no entorno dos Parques.

O grupo de 2 a 3 pessoas tem maior entrada neste parque; em segundo lugar, encontram-se os grupos de 4 ou 5 pessoas. Em terceiro lugar há uma presença de grupos maiores, entre 6 a 14 pessoas. Isso pode nos dizer que é uma UC que recebe um número médio e alto de visitantes por entrada; sendo assim, é necessária uma maior atenção à conduta dos visitantes, pois em grupos torna-se mais difícil realizar a vigília com o intuito da conservação da área do Parque.

Percebe-se que nas demais UC, a prevalência é de um público de 2 a 3 pessoas, em seguida de 4 a 5 pessoas. É importante evidenciar que cada Parque Nacional tem suas peculiaridades, o que torna a sua política de visitação, entre outros aspectos, regulamentada. Dessa forma, essa divergência entre número de visitantes pode estar atrelada a vários fatores

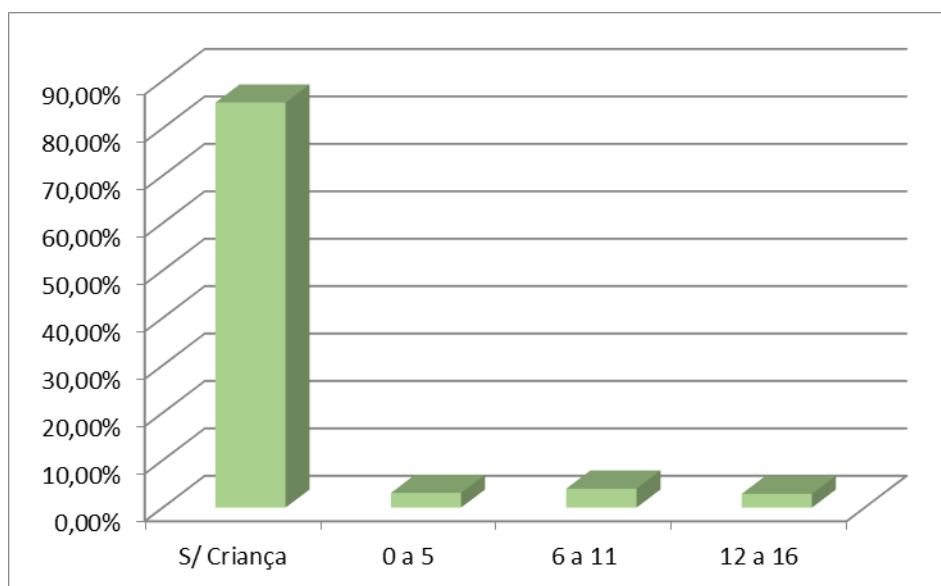


Figura 29 – Gráfico: Composição por Faixa Etária dos Grupos com Crianças.
Fonte: Embratur (2002), p.61, adaptada.

A maioria das entradas dos visitantes ao PNC não possui crianças como acompanhantes. Porém, em pequena proporção, há algumas crianças que foram ao Parque, apresentando a idade de 6 a 11 anos com maior porcentagem, em seguida de 12 a 16 anos.

Devemos pensar que, como o acesso de automóvel é restrito até a Tronqueira, pode-se levar crianças, mas por exemplo, no caso de subida ao Pico torna-se perigoso, inviável, pois as condições não são apropriadas para este tipo de público.

As UC's possuem localizações, características, infraestrutura e públicos diferenciados, que são condicionados por fatores como facilidade de acesso, renda, preferência, motivação. Mas há, todavia, um fator predominante entre os Parques listados: a maioria das famílias que visitam esses parques não possuem crianças em seus agrupamentos. Ao pensarmos em uma área de proteção como os parques, existem estruturas de segurança, acessibilidade e deslocamentos que não são condizentes com essa faixa etária, pois apresentam obstáculos e, muitas vezes, as normas de segurança não se apresentam suficientes para adultos e bem menos ainda para as crianças. Porém, o Parque Nacional Mato-grossense (no Pantanal) é o que recebe maior número de crianças, podendo ser um dos motivos possíveis as condições favoráveis à frequência de menores.

Ocupação

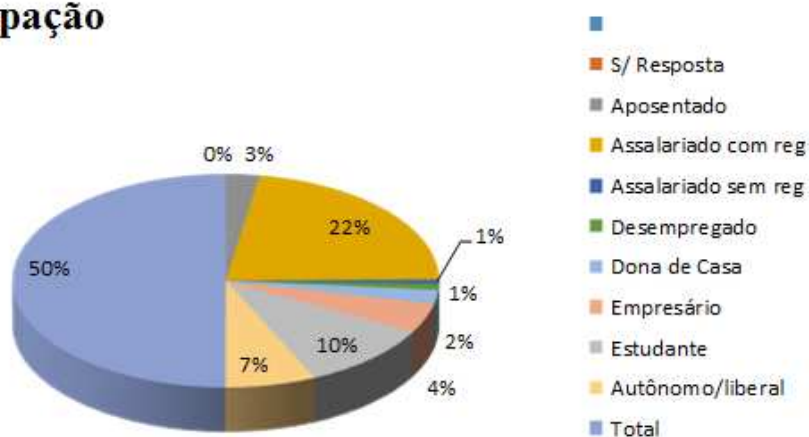


Figura 30 – Gráfico: Ocupação dos entrevistados.
Fonte: Embratur (2002).

Acerca da profissão dos entrevistados, o público predominante no PNC é de Assalariado com registro e, em segundo lugar, Estudante. De um modo geral, o impacto econômico aqui poderia ser considerado como médio, pois não são pessoas com renda muito alta, o que acaba deixando menor renda para a Unidade, o município/região etc. Todavia, o público predominante ser assalariado com registro nos diz que é um trabalhador que possui garantias e benefícios que os deixam estáveis por um determinado tempo, o que poderia condicionar a um aumento de gastos e permanência no local de visitação.

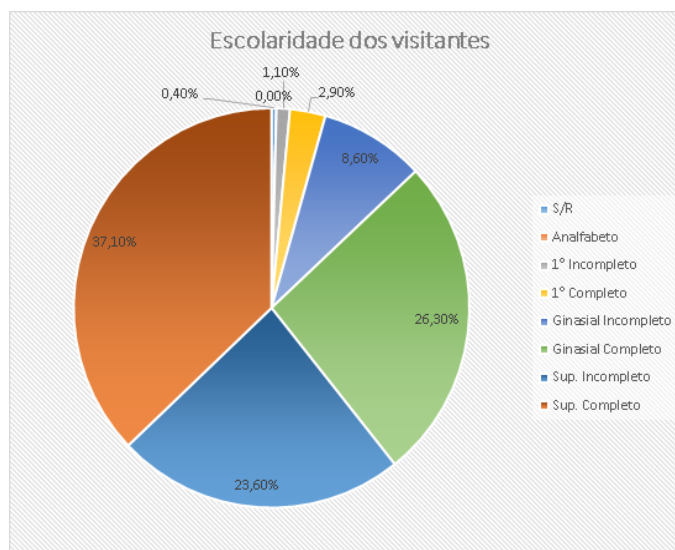


Figura 31 – Gráfico: Grau de Escolaridade dos Entrevistados.
Fonte: Embratur (2002), p. 66.

Sobre o grau de escolaridade, os frequentadores do PNC se encontram em um nível de educação de Superior completo, em seguida com Superior Incompleto e Ensino Médio Completo. Isso quer dizer que são pessoas que possuem um grau de formação maior e que podem ter mais informações em relação aos cuidados com o meio ambiente, sua importância e uma postura menos destrutiva, além do contato com os moradores locais de maneira menos invasiva e predatória.

Renda familiar mensal por classe de renda

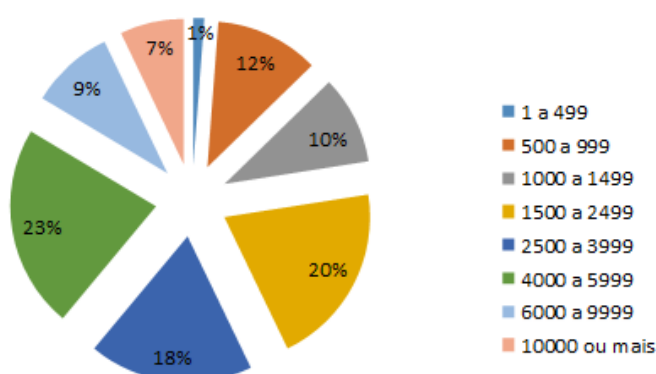


Figura 32 – Gráfico: Renda Familiar Mensal por Classe de Renda.
Fonte: Embratur (2002), p.68.

A renda familiar mensal do público que visita o PNC é, na maioria, de R\$4.000,00 a R\$5.999,00 e entre R\$1.500,00 a R\$2.499,00 reais. O turista que possui uma renda maior tem possibilidade de ter gastos mais altos, além de poder contribuir com a arrecadação local, hospedar-se na cidade, consumir alimentos e bebidas, comprar mais artesanatos e souvenir, e inclusive, aumentar a permanência no local. O segundo público está numa faixa de renda média, podendo usufruir os mesmos serviços do outro grupo ou não pois dependendo da renda do turista, ao invés dele movimentar a economia local, pode levar de seu município produtos, não permanecer no local e ainda deixar lixo.

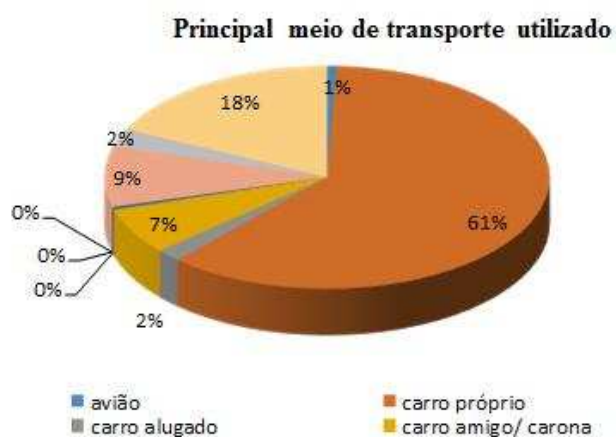


Figura 33 – Gráfico: Meio de transporte utilizado.
Fonte: Embratur (2002), p.69.

Majoritariamente, os visitantes do PNC utilizam o carro para chegarem ao destino final. Em seguida, há um número respeitável de pessoas que utilizam ônibus de excursão. Há uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a maioria das pessoas utilizam a condução particular, elas chegam em menor número, podem comprar combustíveis na região, além do fluxo de carga ser comparado ao ônibus que muitas pessoas chegam ao mesmo tempo, podendo haver problemas com estacionamento, além de outros elementos que são ligados aos transportes turísticos.

Os meios de transporte para as áreas de conservação estão ligados, muitas vezes, às condições da infraestrutura existente, pois há casos em que só se consegue acessar (ou o modo mais fácil é) por meio de algum modal específico. Por exemplo, para se chegar a Alto Caparaó, o jeito mais simples é por carro próprio ou ônibus de excursão, pois encontra-se em uma região em que não há aeroportos com voos comerciais tão próximos (os mais próximos são Belo Horizonte ou Vitória), bem como os ônibus de linha não possuem muitos modos de interligação.

Permanência exclusiva devida à Visitação do Parque

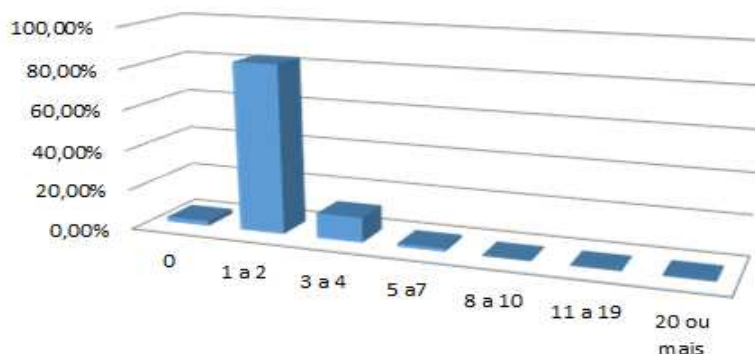


Figura 34 – Gráfico: Permanência exclusiva devida à visita do Parque.
Fonte: Embratur (2002), p. 73.

Ao visitar a localidade, há um tempo permanência do turista que pode variar entre horas ou dias. Em relação ao PNC, o tempo que a maioria dos turistas permanece para visitarem exclusivamente o Parque é de 1 ou 2 dias, sendo que um pequeno número mantém-se de 2 ou 4 dias. Essa estada possui relacionamento direto com a economia local, porém, há uma diferença: quando esses visitantes permanecem no Parque, eles geram renda para o mesmo, pois além da entrada, pagam o valor da hospedagem, mas em relação a alimentos e bebidas, podem trazer de casa ou “buscarem na cidade”. Todavia, enquanto essas pessoas se alojam nos meios de hospedagem, além de “consumirem” este tipo de equipamento, também consomem alimentos e bebidas e outros serviços que são ofertados na cidade.

No que diz respeito aos turistas que permanecem na cidade exclusivamente pela visita à Unidade de Conservação, esta gira em torno de 1 a 2 dias, o que gera e circula renda, aumenta as chances de trabalho e influencia a dinâmica local. Existe uma variação pequena da permanência dessas pessoas como o tamanho da UC, disponibilidade do visitante, período de férias, recessos, feriados etc.

Visitação do Parque por outros motivos

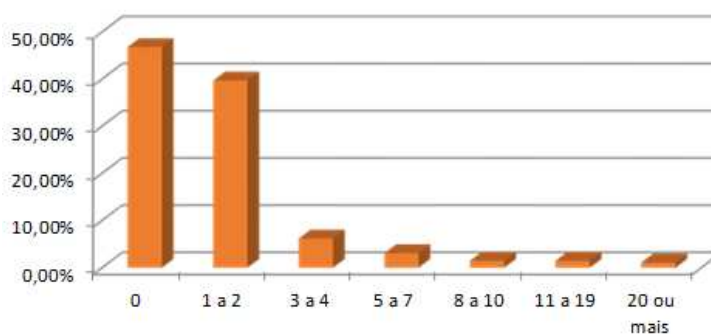


Figura 35 – Gráfico: Visitação à Unidade de Conservação por outros motivos.
Fonte: Embratur (2002), p.74.

Considera-se, portanto, que aqueles visitantes que não têm como principal motivação a ida ao Parque para chegarem ao destino, possuem período de estada mais reduzido, podendo ser menor que 1 dia ou de 1 a 2 dias. Dessa forma, pode-se cogitar que a UC seria o principal indutor de turismo nessas regiões, podendo gerar rendas, como também impactos insatisfatórios causados pela presença do forasteiro.

No PNC a permanência por outros motivos chega a ser majoritariamente menor que 1 dia. Para a cidade sede, por exemplo, a delonga maior parte do turista tende a ser satisfatória em termos econômicos, o que também pode ser ruim em termos culturais, ambientais e sociais. Não resta dúvida de que quem vai à cidade por outros motivos, não fica muito tempo no Parque.



Figura 36 – Gráfico: Tempo total de Viagem.
Fonte: Embratur (2002), p.75.

O tempo total gasto com a viagem, considerando-se a chegada e a saída do local, é entre 1 ou 4 dias referentes ao PNC. Durante este período, as pessoas podem usufruir dos equipamentos turísticos e dos outros atrativos existentes na cidade, mesmo que em menor destaque comparado ao Parque. As cidades se beneficiam dessa estada, desde que haja um plano para fomento do turismo local, para evitar que essa chegada do forasteiro traga prejuízos à comunidade de uma maneira geral. Em um primeiro momento, essa chegada traz benefícios aos locais, não obstante, diante de um maior prazo, essas influências podem se tornar prejudiciais.



Figura 37 – Gráfico: Permanência na Visitação do Parque.
Fonte: Embratur (2002), p.75.

O parque possui várias cachoeiras e picos, o que demandaria mais tempo para poder conhecer todas estas áreas. Em muitos casos, a maior procura é pela subida ao Pico da Bandeira, o que requer, no mínimo, uma pernoite no local. Sendo assim, o turista deve permanecer no Parque ou no seu entorno, consome alimentação, utiliza meio de transporte, bem como outros tipos de produtos e serviços. Isso, em linhas gerais, traz impactos para a região, que é capaz de absorver essa renda gerada nessa condição. Por outro lado, se o turista fica menos tempo dentro do parque, pode-se diminuir a intensidade provocada pela ação atrófica, assim como minimizar os impactos sofridos pela paisagem.



Figura 38 – Gráfico: Motivo da visita a esta Unidade de Conservação.
Fonte: Embratur (2002), p. 83.

O principal motivo que leva o turista a conhecer o parque é a contemplação ou contato com a natureza; em seguida, o repouso ou fuga da rotina. A percepção do visitante em relação ao PNC é o contato com a natureza, que muitas vezes é restrito para aqueles que vivem nos grandes centros, em ambientes estressantes e que requerem um tempo de descanso, para poderem contemplar a natureza e fugir das novas condições da vida pós-moderna.

O PNC tem importante papel nas cidades-sede (Gráfico 24: Permanência na Visitação do Parque. Fonte: EMBRATUR,2002, p.75.Alto Caparaó-MG e Dores do Rio Preto, município sede do distrito de Pedra Menina-ES), posto que estas entradas recebem o fluxo turístico em virtude da presença deste parque, pois essa UC é considerada como fator decisivo na viagem para mais de 80% dos entrevistados, o que evidencia a sua representatividade para a região.

O pretexto em visitar o PNC foi elencado pelos entrevistados, que apontam, respectivamente, como principais interesses: caminhada; nadar/banho cachoeira; contemplação/observação; campismo, fotografar, escalada/montanhismo, piquenique e estudo e pesquisa³⁸⁸.



Figura 39 – Gráfico: Houve pernoite em função da visita ao Parque/Atrativo.
Fonte: Embratur (2002), p.88.

Cabe salientar que este pernoite pode ser tanto em meios de hospedagem como no próprio parque, através do camping. Isso contribui para gerar renda para a localidade, através de aluguel de barracas, compra de alimentos, produtos de higiene pessoal, como também pode, por outro lado, causar alguns transtornos, como acumulação de lixo, degradação da flora e interferência na dinâmica da fauna.

³⁸⁸ EMBRATUR, op. cit. p. 88.

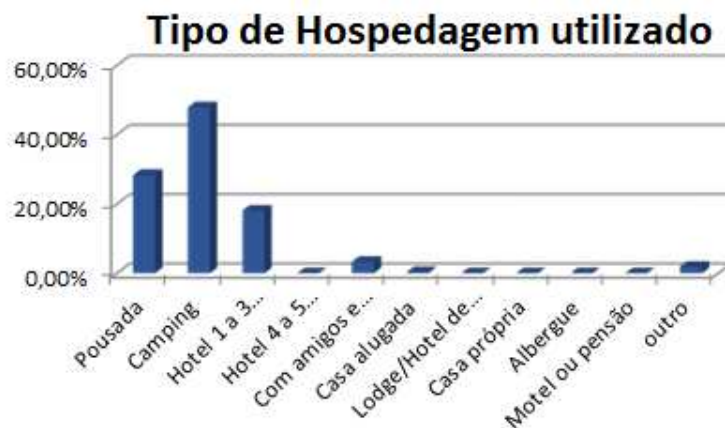


Figura 40 – Gráfico: Tipo de Hospedagem utilizado.
Fonte: Embratur, (2002), p.90.

O tipo de hospedagem mais utilizado por aqueles que frequentam o PNC é a pousada, seguida do camping. Existe, também, a possibilidade de hospedagem em hotéis de 1 a 3 estrelas. De acordo com a demanda desse tipo de equipamento, há um número grande de pousadas espalhadas pelo perímetro urbano e rural do município de Alto Caparaó e apenas um hotel, que foi o primeiro meio de hospedagem construído na sede do parque do lado mineiro, na década de 1979, idealizada pelo senhor Ronald Gripp.



Figura 41 – Gráfico: Frequência Relativa dos Gastos.
Fonte: Embratur (2002), p. 91.

Os maiores gastos relacionados à viagem são condicionados pelo parque - cerca de 89%. Isso evidencia a tamanha representatividade simbólica e econômica que essa UC possui na região e que a maioria dos gastos estão ligados ao Parque e à cidade onde o mesmo se localiza, o que resulta em rendas para o Parque e para seu entorno. Sobretudo, poderíamos fazer uma conclusão prévia de acordo com esses dados: se não houvesse o Parque, provavelmente o turismo poderia não existir ou, estar em um estágio incipiente se comparado às atuais condições.

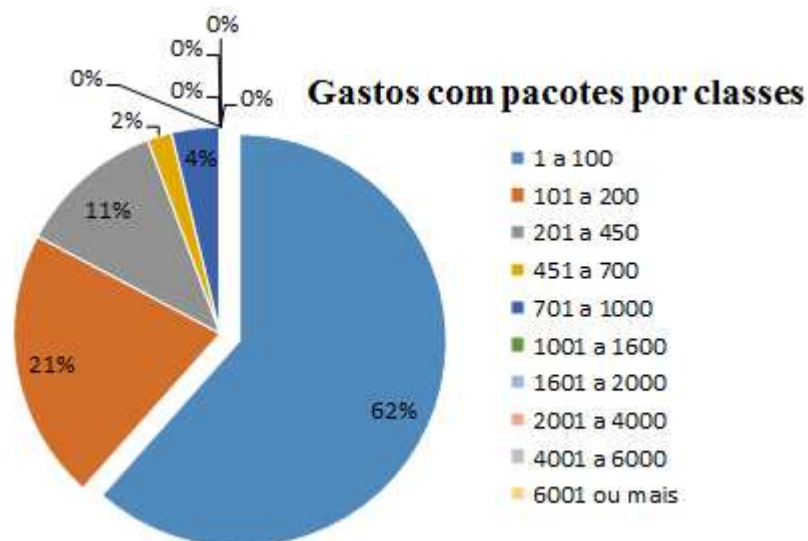


Figura 42 – Gráfico: Gastos com pacotes por classes.
Fonte: Embratur (2002), p. 91.

Segundo a OMT, o produto turístico é: “conjunto de bens e serviços que são utilizados para o consumo turístico por determinados grupos de usuários³⁸⁹”. Esses produtos turísticos são comercializados através de agências e operadoras de turismo que formatam tudo aquilo que será consumido pelos visitantes. Esses pacotes turísticos são uma forma de compilar aquilo que é oferecido, otimizando a venda desse produto e fazendo com que o consumidor possa seguir o roteiro pré-estabelecido, aproveitando melhor o tempo em que está na localidade.

No entanto, não há uma oferta dos produtos turísticos formatados, pois na cidade não há diversificação de atrativos para que o turista possa permanecer mais no local além da visita à UC. Além disso, existem uma série de reivindicações acerca do sistema de reservas para a visita do Parque, pois não há como “fechar” a reserva, pois o prazo máximo que podem ser feitas é de 30 dias, e não há como verificar a disponibilidade de vagas para a visita. Sendo assim, o gasto com o pacote turístico é considerado baixo, pois há entraves que possibilitam a execução deste produto.

³⁸⁹ OMT. Disponível em: <http://www2.unwto.org/en>. Acesso em: 27 abr. 2015.



Figura 43 – Gráfico: Gastos na cidade onde se localiza o Parque.
Fonte: Embratur (2002), p. 95.

O valor que os turistas gastam em média no PNC é baixo, comparado ao restante das unidades de conservação. A maioria dos gastos estão inferiores a R\$20,00, e outra pequena parcela está entre R\$ 21,00 a R\$50,00. Esses gastos podem ser relacionados com o pagamento da entrada e/ ou pagamento pelo camping, já que há uma carência de serviços, como restaurantes, lanchonetes, lojas de souvenirs dentro do Parque, o que diminui em larga escala o gasto no seu interior.

Esta situação apresenta-se dual pois, ao mesmo passo que o turista deixa de consumir dentro do Parque, ele pode estar consumindo mais dentro da cidade, como por exemplo comprar gêneros alimentícios em algum supermercado do município, artesanato e outros. No entanto, se houvesse a disponibilidade desses serviços ao visitante, poderia otimizar o consumo no interior do Parque, aumentando a arrecadação, o que, no entanto, não significaria aumento de benefícios a esta unidade.

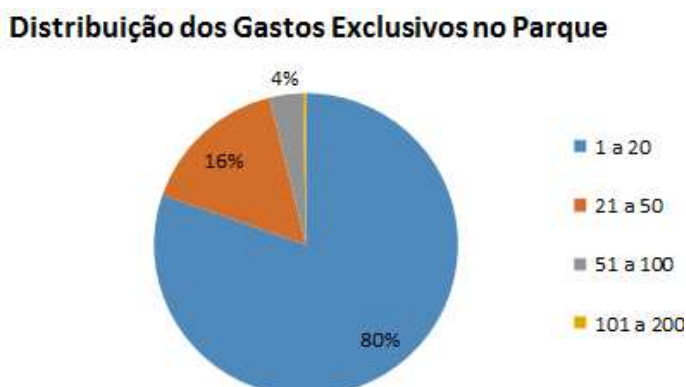


Figura 44 – Gráfico: Distribuição dos Gastos Exclusivos no Parque.
Fonte: Embratur (2002), p. 95.

O dinheiro que é “deixado” na cidade onde se localiza uma das entradas do PNC ainda é baixo, pois a maior parcela dos gastos está em torno de R\$1 a R\$50 reais, o que ocasiona poucas modificações na circulação de renda. Em médias proporções, estão os gastos entre R\$51,00 a R\$400 reais, o que já pode incluir algum pernoite, acesso a restaurantes, posto de combustíveis, farmácia, loja de aluguel de equipamentos de camping etc. Em mínima proporção há a relação de gastos de R\$801 a R\$1500, onde pode ser considerada a estada em hotéis de Padrão mais alto, consumindo ainda os demais serviços descritos acima.

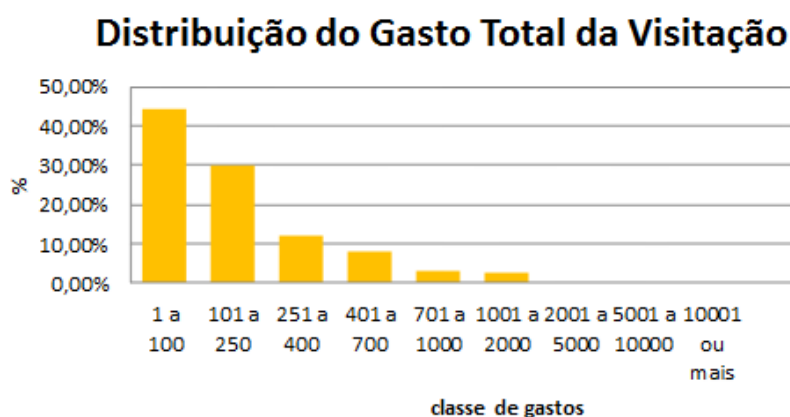


Figura 45 – Gráfico: Distribuição do Gasto Total da Visitação.

Fonte: Embratur (2002), p. 102.

Esses aspectos indicam que o custo da viagem para Alto Caparaó é baixo, o que pode fazer com que aumente a margem de visitação. Todavia, o turista que possui menor poder aquisitivo pode não ser o mais visado como nicho, pois não poderá participar com uma renda maior deixada em sua visitação. Em linhas gerais, seriam “muitos turistas para pouco dinheiro”. Não obstante, a participação deste tipo de turista não pode ser desprezada, pois mesmo que em menor quantidade, a renda deixada ali fará diferença quando for entrar em circulação e trará benefícios à região de alguma forma.

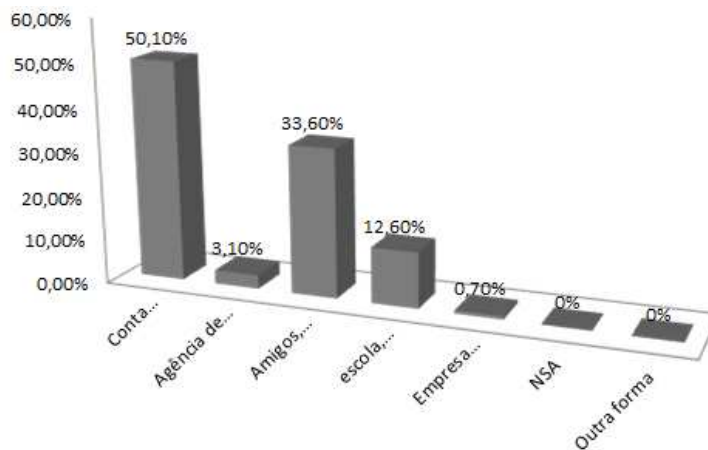


Figura 46 – Gráfico: Forma de Organização da Viagem.
Fonte: Embratur (2002), p. 106.

A forma de organização da viagem para a maioria dos entrevistados foi por conta própria, seguida por amigos, colegas, parentes, além de escolas, igrejas ou bairros e, em menor proporção, por agência de viagens. O turista não recorre a operadoras e agências de turismo para formatação de seu roteiro, mas segue a motivação individual ou coletiva, o que, além de proporcionar maior liberdade para escolha do seu destino e do que consumir por lá, também colabora para reduzir os custos de viagem para o viajante.



Figura 47 – Gráfico: Número de vezes que já visitou o Parque.
Fonte: Embratur (2002), p. 107.

Em relação ao número de vezes em que foram ao Parque, a maioria dos turistas entrevistados respondeu que foram mais de 1 ou 2 vezes, em seguida 3 ou 4 vezes. Algumas respostas informavam terem retornado mais de 5 a 13 vezes ao Parque. O motivo desse retorno pode ser associado à satisfação pelos serviços prestados no interior do PNC ou de seu entorno, bem como pela hospitalidade com que foram recebidos, ou ainda, por considerarem a UC importante para a visita, além de visitas de cunho pedagógico, pesquisadores, entre

outros. Este retorno se faz importante, uma vez que as pessoas conhecem o local, sabem as normas de visitação e movimentam a economia local, divulgam e podem, indiretamente, aumentar a circulação de pessoas e renda na região.

SIM	97,2%
NÃO	2,8%

Tabela 11 – Intenção de Retornar à área conservada.
Fonte: EMBRATUR (2002), p. 117.

A maioria dos entrevistados que foram ao Parque Nacional do Caparaó afirmaram que gostariam de retornar ao local. Há motivos para voltar e não voltar ao Parque, alguns foram listados de acordo com as respectivas respostas.

Turistas que gostariam de retornar ao Parque, alegaram os motivos pelos quais voltariam, em ordem decrescente em relevância³⁹⁰: Beleza natural, subida ao Pico da Bandeira, Contato com a natureza, conhecer melhor e visitar mais todos os atrativos, lugar agradável, fuga da rotina, acampar, desfrutar do Parque em boas condições climáticas, proximidade e boa infraestrutura.

Os turistas que não gostariam de retornar ao Parque, elencaram como principais motivos: já conheceram tudo o que podiam/queriam, dessa forma iriam visitar outros Parques, e que a subida ao pico da Bandeira era difícil e muito cansativa³⁹¹.

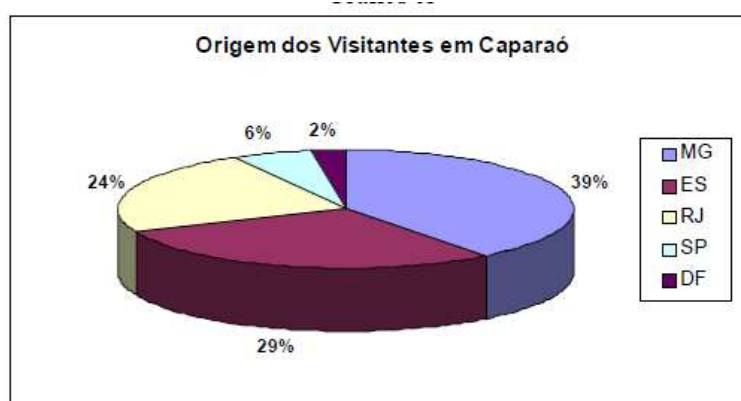


Figura 48 – Gráfico: Composição das origens (U.F), por UC.
Fonte: Embratur (2002), p. 119.

³⁹⁰ EMBRATUR. op.cit. p. 157.

³⁹¹ EMBRATUR, op. cit. p. 118.

A maioria dos visitantes que visitam o PNC são provenientes dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Devido à sua localização, o PNC tem suas áreas entre os dois primeiros estados e o último, pela proximidade entre eles, o que facilita o acesso à região. São Paulo e o Distrito Federal apresentam participação menor nessa estatística, entre os motivos, certamente está a maior distância destas regiões em relação ao parque.

Portanto, o PNC, devido à sua localização, implica menos acesso do público estrangeiro, pois além de não estar localizado em região de fronteira, encontra-se distante dos aeroportos localizados na região (Belo Horizonte e Vitória seriam os mais próximos), o transporte rodoviário não se apresenta muito eficiente, o Parque se localiza distante de outras cidades que possuem maior atratividade, como o Rio de Janeiro, além de uma divulgação de abrangência maior.

4.7 O Parque Nacional do Caparaó e o município de Alto Caparaó

Fazendo uma reflexão dos dados mostrados acima, é importante destacarmos alguns elementos que são inerentes ao estudo proposto neste trabalho. O PNC está entre um dos mais visitados no Brasil, o que traz alguns benefícios e danos para a região, principalmente para o município de Alto Caparaó, que é a principal porta de acesso ao Parque, onde recebe o maior número de visitantes se comparado à portaria de Pedra Menina.

Algumas repercussões positivas do turismo na cidade de Alto Caparaó têm sido sentidas, como o aumento da construção de equipamentos turísticos, como as pousadas e lojas especializadas, maior oferta e diversificação de trabalho, incremento da renda das famílias que se dedicam ao café e/outra atividade, permanência do morador local, englobando os aspectos sociais, econômicos e culturais, principalmente após a institucionalização do Parque, datada por volta de 1979.

Contudo, esse aumento do fluxo de turistas pode acabar influenciando a cultura local, modificando hábitos, causando maiores ações de degradação ambiental, principalmente com o acúmulo de lixo, depredação do patrimônio natural, aumento da especulação imobiliária, supervalorização de lotes, consumo excessivo de drogas, álcool; prostituição, além de outros fatores que podem ser sentidos na economia.

É necessário pensar em uma estratégia de promoção do destino, com olhar atento aos problemas que podem ser causados. Não é interessante massificar o destino, nem tampouco

diminuir a sua frequência, mas seria importante agregar outros atrativos, para que o impacto causado pelo fluxo turístico não se limitasse ao Parque.

Além disso, a cidade precisa se estruturar melhor, em função da atividade turística, através de capacitação dos trabalhadores ligados aos setores de hospedagem, alimentos e bebidas, comércio, os próprios funcionários do PNC, os jipeiros, guias locais e os proprietários rurais que pretendem diversificar as atividades produtoras, incluindo o turismo como segunda modalidade econômica precedida pelo café.

O parque é importante para a permanência do turismo do Alto Caparaó, mas não há possibilidade de haver a prática turística sem a interação entre os atores envolvidos com esse ofício: poder público, oferecendo infraestrutura básica mínima para o recebimento dos visitantes, além de políticas que otimizem o turismo de maneira que o município se beneficie com o público ali presente, diminua os efeitos da sazonalidade, que é um dos grandes desafios que o turismo enfrenta.

Os autóctones devem ser outra parte importante a ser incluída neste processo de desdobramento do turismo como instrumento de desenvolvimento local, pois pensar em desenvolvimento local é pensar em modificar a situação atual de uma localidade tornando-a aperfeiçoada, melhorada, aprimorada³⁹². Ainda assim, esta discussão tem-se tornado muito acadêmica e pouco prática, os discursos frisam a importância da comunidade na tomada das decisões, porém o que acontece, na realidade, é a concentração dos pareceres nas mãos dos proprietários mais significativos e do poder público, em que muitas vezes visualiza o morador apenas como “mão-de-obra barata”.

O PNC, apesar de seus 55 anos de existência e de todos os avanços implementados ao longo deste período, ainda necessita de uma série de intervenções, no que diz respeito à estruturação básica e de pessoal, além de promover mecanismos que de fato possam angariar renda para as melhorias presentes nos discursos dos funcionários, pessoas ligadas ao turismo e a própria comunidade. A questão financeira exige cuidado e observação, pois ao se tratar de uma autarquia federal, o Parque é subordinado ao ICMBio, que possui ligação ao Ministério da Agricultura. Há uma divisão entre os órgãos responsáveis, o que diminui a tomada de decisão específica para aquela região, que envolve o emprego de seus recursos em itens realmente necessários.

³⁹² SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. CULTUR: Revista de Cultura e Turismo. Ano 9, N. 01, Fev 2015. Disponível em: < www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano9-edicao1/2.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2015.

Os cidadãos ligados ao trade turístico local são, de maioria, moradores locais, mas que desempenham as funções neste tipo de mercado como maneira de crescer a renda familiar, que muitas vezes é ligada à cafeicultura. As estruturas desses empresários são consideradas pequenas, em sua maioria, de propriedade particular e administração familiar, o que, em muitos casos, deixa de abrir contratações para “os de fora da família”, além de não oferecer serviços e condições diferenciadas aos turistas, em virtude do problema da sazonalidade, que implica em prejuízos para o setor turístico. Haja vista que o turismo vende produtos intangíveis, no caso da hotelaria, não há como estocar a pernoite, se não vender naquela noite, já seria um prejuízo, além do investimento alto em infraestrutura e a manutenção de funcionários sob uma carga tributária que não beneficia o microempreendedor.

O que pode ser verificado aqui a respeito da criação do PNC é que se tratou de uma iniciativa de pequenos grupos que, como a AMPS, o vereador Inimá Novaes de Campos, pensavam nessa unidade como propulsora da atividade turística na região, a fim de que houvesse uma desvinculação da atividade cafeeira, que era e ainda hoje é a que produz maior renda e empregos para a comunidade. Por outro lado, o grupo de excursionistas Pico da Bandeira visualizava esse Parque como algo importante a ser feito a fim da garantia da preservação da natureza, com permissão para entrada de turistas; no entanto os moradores deveriam ser retirados dentro desse perímetro pois, sob a ótica deste grupo, eles seriam os seus maiores degradadores.

Por outro lado, os moradores possuíam um relacionamento de subsistência, cultivo e cultura dentro daquelas terras. Devido à distância em relação aos grandes centros, as ideias preservacionistas que se iniciaram no início da década de 1950 e atingiram seu ápice na década de 1970, uma pequena comunidade rural não fazia ideia do que era uma UC e desconheciam o motivo pelo qual eles seriam considerados como danosos àquelas terras. O parque, criado através de um decreto, modificou a estrutura local de uma maneira significativa para todos, pois a partir daquele momento, moradores seriam desapropriados, fazendo com que comprassem casas “na rua”, a proibição do uso das terras para a pecuária e o extrativismo causaria maior dependência desses moradores com o café e, mais tarde, se ligariam ao setor turístico. No entanto, o início dessa nova configuração espacial trouxe à tona insatisfação por parte dos moradores desapropriados, que foram considerados como responsáveis por incêndios que atingiram o PNC.

Apesar dos conflitos, houve uma ressignificação daqueles espaços antes habitados e cultivados, pela nova forma de utilização, dessa vez com o turismo, que ao invés de queimar e

extrair importantes tipos de madeira, surgia com inúmeros visitantes e dinheiro. Todavia, essa troca não pode ser analisada de maneira superficial, pois em todas as relações existem pontos favoráveis e desfavoráveis ao processo de inclusão e exclusão dos locais, assunto que será debatido no próximo capítulo.

5 O TURISMO COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ALTO CAPARAÓ

O Secretário da Agricultura anunciou hoje o próximo início dos trabalhos de formação do Parque Nacional do Caparaó, com o aproveitamento total da flora e da fauna existentes no Pico da Bandeira, ponto culminante do país. O projeto que criou o novo parque nacional, prevê a construção de moderna rede de hotéis, rodovias, visando a incentivar o turismo naquela pitoresca região, situada entre Minas e o Espírito Santo³⁹³.

Esse capítulo trata do debate sobre a amplitude da inserção do turismo no território de Alto Caparaó. Partimos da hipótese de que a criação do PNC trouxe o turismo como uma atividade alternativa em que os moradores de Alto Caparaó pudessem trabalhar, de forma a diversificar a cultura produtiva aproveitando as potencialidades naturais. Temos como objetivo analisar como a inserção da atividade turística contribuiu para o processo de desenvolvimento local por meio da inserção da comunidade local e dos grupos interessados neste eixo.

No que diz respeito à história da localidade, “muito se conta, mas pouco se sabe”³⁹⁴. Este fato pode ser observado pelo escasso número de trabalhos historiográficos sobre o local. Utilizamos as obras de Santos e Cunha³⁹⁵, como referência para o endossamento da pesquisa, visto que discutiam a história local, o café e o turismo, além da criação do PNC. Afim de atender os objetivos propostos, também realizamos entrevistas com pequenos grupos ligados ao trade turístico, poder público, os proprietários da Fazenda Ninho da Águia e representantes da comunidade, para que pudessem elucidar a história da comunidade alto caparoense

Fez-se necessária a observação *in loco*, fomos à campo, no município de Alto Caparaó, para coletar as informações necessárias afim de comprovar ou negar as hipóteses apontadas. Buscamos realizar uma observação pautada na análise de fotos, objetos, estruturas e a realização de entrevistas, que foram fundamentais para o diálogo entre a teoria e as hipóteses levantadas.

No que diz respeito ao listamento de dados e informações referentes ao PNC, houve entraves que impossibilitaram a maior abordagem e discussão que tem como proposta o

³⁹³ CAPARAÓ, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 7 nov. 1961. 1º caderno, p. 4.

³⁹⁴ RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó. COLTEC-UFGM, p.14.

³⁹⁵ CUNHA, Daniela Martins. op. cit. p.39.

período compreendido entre 1961 a 2014. Segundo a gestão do PNC há falta de pessoal para a sistematização dos dados que por sua vez, compromete a proposta da pesquisa. Os dados obtidos dizem respeito ao período compreendido ente 1979 a 2014, o que dificulta a maior projeção dos efeitos desencadeados pela atividade turística no município de Alto Caparaó, a partir do momento em que a UC foi criada em 1961.

Os métodos de observação foram utilizados para que dessem suporte à discussão proposta, bem como a análise de dados mensuráveis como, por exemplo, as receitas e as despesas relacionadas à atividade turística, além da análise das entrevistas e pesquisas que discutem os efeitos culturais, sociais e econômicos que foram modificados pela atuação do turismo, juntamente com a cafeicultura.³⁹⁶.

As visitas a campo ocorreram em dois momentos: o primeiro para o reconhecimento do local estudado, além da realização das entrevistas com os grupos listados, além do registro da área do Parque, a cidade e a Fazenda Ninho da Águia. Em um segundo momento, a visita a campo consistiu para a realização do curso com intuito de qualificação profissional do segmento, que será melhor discutido no capítulo 5.

Farei a seguir um pequeno histórico da atividade turística na na região e da criação do PCN, desde as primeiras explorações até a implementação da infraestrutura turística no parque e região.

5.1 A trajetória do turismo no município de Alto Caparaó

5.1.1 A chegada do cientificismo à Serra do Caparaó

O Pico da Bandeira, localizado em Alto Caparaó, já era visitado anteriormente à criação do PNC, por volta da década de 1920. Por outro lado, não há data exata sobre o início da visitação de cunho turístico no local. Entretanto, foi no início do século XX, que se iniciaram as expedições para pesquisa na região com intuito científico. Posteriormente as visitas para a contemplação da natureza e o turismo se tornaram frequentes, que se fortaleceram a partir da década de 1950.

“A primeira visita científica aconteceu na década de 1880, quando o botânico W. Schwack realizou uma excursão à Serra do Caparaó para estudar a fauna e a flora da região,

³⁹⁶ A produção do café é a atividade que possui até o momento maior amplitude e representação no município, quando se refere ao oferecimento de postos de trabalho e geração de renda para a maioria dos moradores.

que até então mostrava-se de difícil acesso devido à presença de indígenas³⁹⁷. No ano de 1911, houve o registro de outra visita a serra por mais um pesquisador³⁹⁸. Em ambas as expedições, o intuito destes pesquisadores era o de conhecer mais detalhadamente a região, além de retratar os desafios encontrados durante a pesquisa. No entanto, o pensamento em se preservar o local ainda não era utilizado por essas expedições.

Em 1922 ocorreu na região a visita da missão belgo-brasileira. Pesquisadores, que já haviam visitado a região onde hoje se localiza o Parque Nacional de Itatiaia, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, se dirigiram à Serra do Caparaó para realizar estudos comparativos da flora e da fauna da região. Com o objetivo de conhecer primeiramente os aspectos naturais, logo a missão começou a pensar na possibilidade de se conservar integralmente aquele patrimônio³⁹⁹. Havia um consenso entre os pesquisadores da necessidade de que a área fosse preservada e que ali fosse criada uma Reserva Florestal como a de Itatiaia, para o recebimento de estudiosos e cientistas.

O ano de 1937, marca a criação do primeiro parque nacional com o nome de Parque Nacional de Itatiaia, pelo decreto presidencial nº 1.713 de 14 de junho de 1937⁴⁰⁰, logo em seguida, estabelecendo-se um empenho em prol de abertura de mais parques como o mesmo intuito de preservação do ecossistema⁴⁰¹.

Dessa forma, algumas expedições foram realizadas com intuito de “catalogar” as espécies de fauna e flora presentes nas áreas que deveriam ser preservadas. Deixou-se a cargo do IBDF produzir relatórios para a aprovação do Ministério da Agricultura sobre a criação de reservas florestais.

No ano de 1948, pelo lado capixaba da atual área do PNC, mobilizaram-se forças, ligadas a vários tipos de natureza, para a criação de uma unidade que conservasse a natureza local, o que, mais tarde, juntamente com os grupos do “lado mineiro”, ganharia força e representatividade para, no ano de 1961, receber a assinatura da criação do PNC.

³⁹⁷ SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 86.

³⁹⁸ Não há dados referentes a identificação deste pesquisador. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Loc. Cit.

³⁹⁹ BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p. 90.

⁴⁰⁰ BRASIL. DECRETO nº 1.713 de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/6/1937, Página 13141.

⁴⁰¹ DRUMMOND, José. op.cit. p.110.

Portanto as primeiras visitas à Serra do Caparaó teve o caráter científico e a criação do parque na região teve como objetivo a preservação da fauna e flora, porém como será discutido a seguir, logo o turismo começou a fazer parte do cotidiano da região.

5.2 Fatores de atratividade turística à Região do Caparaó

A atividade turística em Caparaó surgiu após o interesse por pesquisadores que elaboraram estudos na região iniciados a partir das décadas de 1930. Foram criados grupos de estudos ou de pesquisas ligados a área botânica, que realizavam expedições com o intuito de conhecimento e contemplação da área, ao mesmo tempo em que pretendiam a defesa de que o local fosse preservado e desabitado, pois entendiam que a ação do homem na natureza poderia gerar riscos para a região.

Segundo Santos, “a visita à região com o intuito de se chegar ao Pico da Bandeira, mesmo que insípida, fez parte da vida do então arraial de Alto Caparaó desde o início do seu povoamento⁴⁰²”. A subida ao pico foi a primeira motivação que estimulou a visita turística àquele lugarejo. A área em que atualmente encontrar-se o PNC era conhecida pelos moradores locais, que lá desenvolviam atividades extrativistas, agrícolas e cafeeiras, com a criação do PNC, começaram a trabalhar como “guias”, pois tinham conhecimento privilegiado da área. Como podemos observar na fala do entrevistado 2:

Quando eu tinha 15 anos, eu fui com colegas, que eu sou de Alto Jequitibá, nós todo ano fazíamos excursão ao Pico da Bandeira, levava um burro, uma mula, um cavalo, com aqueles balaios (você já viu né?). E mantimentos, carro para dormir, a gente ia lá fazia comida, então com 15 anos eu fiz a minha primeira visita ao Pico da Bandeira. Depois eu voltei lá mais 22 vezes, mais 21, para inteirar 22 vezes, né?⁴⁰³

Através do depoimento desse entrevistado, percebe-se que a visita ao Pico do Bandeira era algo realizado por jovens que buscavam aventura e conhecer a natureza de “perto”. Era corriqueiro que os moradores apresentassem aquela parte aos visitantes, transformando-se em guias competentes, que subiam o Pico por várias vezes e sabiam narrar e advertir sobre o que se encontraria pelo caminho.

De acordo com o entrevistado 3, “toda vida ia pessoas no pico, muito antes de ter o parque. Desde que descobriu pico da bandeira, agora tem muito mais turista”⁴⁰⁴. O fluxo de

⁴⁰² SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 88.

⁴⁰³ Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁰⁴ Entrevista n° 03 a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

visitantes na região iniciou quando houve a descoberta do Pico. Podemos então considerar esta descoberta como um marco para a localidade, que a partir daquele momento passou sofrer a influência da atividade turística, a qual será discutida a seguir.

5.3 A influência do turismo sobre a mudança da paisagem em Alto Caparaó

O município de Alto Caparaó passou por inúmeras mudanças no decorrer de sua história, desde o início de sua ocupação até a atualidade. Vários foram os fatores que contribuíram para a diversificação das estruturas locais que refletiram sobre a sociedade, a economia e a cultura local. Analisaremos as mudanças ocorridas na paisagem do município de Alto Caparaó ocorridas principalmente após a criação do PNC.

Entende para efeito da discussão vigente neste trabalho, que “paisagem pode ser percebida como uma realidade que comporta traços físicos e sociais, ou seja, como um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”⁴⁰⁵. O que deve ser pensado aqui, o que em Alto Caparaó foi modificado em aspectos intangíveis por influência do turismo.

Sobre a ocupação da cidade, existem apenas alguns relatos e uma fraca historiografia que apontam alguns fatos pertinentes a essa trajetória histórica, o que dificulta a reflexão e o entendimento de sua dinâmica como um todo. Desta forma, utilizaremos aqui alguns relatos que foram obtidos através de entrevistas durante a visita ao campo.

Alto Caparaó, pelo que eu tenho informação, começou a ser povoado aqui próximo a 1870, 1880, por aí. Por grupos de descendentes suíços e alemães. Que eles vieram para Nova Friburgo, da Alemanha para Nova Friburgo, não se deram bem lá, depois eles vieram para aqui. Os alemães ficaram em Alto Jequitibá e os suíços vieram para Alto Caparaó e alguns alemães também para Alto Caparaó⁴⁰⁶.

Essa ocupação de descendência europeia é percebida pelo entrevistado através das características das pessoas e dos sobrenomes, presente em muitas famílias região. “Você vê aqui que Alto Caparaó tem muita gente loira, descendentes de suíços”⁴⁰⁷. Como herança dessa “colonização”, foi a implementação da atividade cafeeira desde cedo na região, característica essa que se mantém até a atualidade.

⁴⁰⁵ SANTOS, Milton. op. cit. p. 8.

⁴⁰⁶ Entrevista n° 01 a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁰⁷ Entrevista n° 01 a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

De acordo com Milton Santos, “a evolução que define as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos⁴⁰⁸”. Dessa forma, a partir dos relatos verificados nas entrevistas buscaremos analisar parte destes processos ocorridos no município de Alto Caparaó que se relacionam ao turismo.

O entrevistado 3 descreve o então distrito de Caparaó Velho, na primeira metade do século XX, da seguinte forma:

Minha filha, são tantas coisas, tantos anos que tem, agora estou com 93 anos, eu vim pra cá com 12 anos. É muita raça de anos. Isso era um deserto, só tinha umas casinhas, muito poucas e um caminho no meio, que servia de rua. Caminho cheio de buracos, cheio de pedra. As pessoas já plantavam café naquela época⁴⁰⁹.

O que podemos observar, segundo o relato, é que por volta do ano de 1934, o entrevistado 3 chegou ao arraial de Caparaó Velho. Segundo sua descrição, o povoamento era pequeno, mas já havia a presença da cafeicultura. Porém, o café foi cultivado em locais específicos, pois existiam locais que “não davam café”⁴¹⁰. Onde não havia plantação de café, havia criações e nas áreas mais altas do Parque, a principal atividade era extrativismo.

A diversificação das atividades econômicas desenvolvidas dentro deste cenário, foram capazes de modificar a paisagem, onde deixaram suas marcas no espaço, através da derrubada de árvores para o extrativismo, a queimada do solo para plantação do café, como também o desgaste do solo pela pecuária, além da construção de algumas pequenas casas, que aos poucos foram aumentando e ocupando as áreas “vazias”.

Mesmo com a intensa extração de madeira e a criação em menor número de gado, além do cultivo de frutas, como o marmelo, a maçã, entre outros, havia a predominância do café, produto que dava maiores condições de gerar renda, mesmo que em pequenas escalas, aos moradores daquela localidade. Contudo este período é lembrado como uma época de pobreza.

⁴⁰⁸ SANTOS, Milton. op. cit. p. 61.

⁴⁰⁹ Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴¹⁰ Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.



Figura 49: Arraial Alto Caparaó a 1030 metros.
Fonte: Arquivo pessoal de Inimá Novaes.

As pessoas eram pobres, muito pobres. Hoje graças a Deus todo mundo tem o que beber, tem o que comer, não pode reclamar da vida. Não é tão bacana, mas tem tudo do que comer e beber, aquele tempo era difícil. Tudo o que você pensar era difícil”⁴¹¹. Não havia luz elétrica, a assistência médica mais próxima era Manhumirim além de não haver acesso pavimentado à localidade.



Figura 50 – Alto Caparaó, sem data.
Fonte: Arquivo pessoal Inimá Novaes.

Pensando na questão da dependência do setor cafeeiro, alguns grupos, como a AMPS e o vereador Inimá de Campos Novaes, iniciaram, sobretudo na década de 1950, as mobilizações para que houvesse a criação do parque, para que a partir daí, surgisse a possibilidade de implantação da atividade turística de larga escala, que poderia ser um mecanismo para melhorar a infraestrutura local, fazendo com que a população fosse

⁴¹¹ Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

beneficiada com abertura de novos postos de trabalho, além de condições básicas satisfatórias para a sobrevivência no local.

O gradativo incremento do fluxo turístico na região após a abertura do PNC é percebido pelo entrevistado da seguinte forma:

Depois que os turistas vieram, melhorou muito. No princípio era uma dificuldade doida. Agora hoje a gente tem recurso pra tudo. Naquele tempo se uma pessoa adoecesse, tínhamos que levar na cadeira de rodas. Teve uma vez que um rapaz cortou a perna, não podia andar a cavalo, não tinha estrada pra vir carro aqui, nós tivemos que levar ele até no Jacutiba pra ele ir, amarrou dois varões numa cadeira pra poder levar⁴¹².

No período anterior ao PNC, já havia influxo de muitos excursionistas ao Pico da Bandeira, atraídos em parte pela “divulgação” através dos jornais cariocas como: O Correio da Manhã e O Globo, que mostravam a chegada de visitantes, suas belezas cênicas e a importância de se preservar essa área, com intuito de transformá-la em área de preservação, como havia sido feito em Itatiaia e na Serra dos Órgãos, na década de 1930.

A figura do vereador Inimá Novaes de Campos teve papel importante na inserção do turismo em maior escala em Alto Caparaó, devido ao fato de ter sido responsável pela abertura de estradas, melhoria de infraestrutura e outros elementos que possibilitariam maior acessibilidade e facilidade da circulação de pessoas por ali. O entrevistado 3, comenta:

Inimá Novais eu me lembro. Ele era um homem inteligente, trabalhador, essa rua por exemplo era estreitinha, ele abriu ela, fez muita estrada, muita coisa, fez muita obra. Era um homem inteligente pra fazer as coisas. Estrada para o Pico: O caminho era antigo, desde a antiguidade, agora quem abriu a estrada foi ele (Inimá Novais), Tem bastante tempo (da morte de Novais)⁴¹³.

Sem dúvida, o papel do vereador Inimá foi crucial para o aumento da atividade turística na região. No entanto, ainda faltavam estruturas que pudessem, de fato, contribuir para o acréscimo do fluxo turístico e a permanência dos mesmos no distrito, como locais para pernoite, mercados, e o transporte que ligava Alto Caparaó a Manhauçu, Manhumirim, Carangola, pois estas cidades eram consideradas polos na região, onde poderiam ter acesso aos serviços básicos como saúde, alimentação, vestuário etc.

Como define Penna, “a infraestrutura para receber o turismo não diz respeito somente à rede hoteleira, mas todo o conjunto que envolve rodovias, restaurantes, sinalização

⁴¹² Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴¹³ Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

turísticas, segurança pública, diversão noturna, comunicações e limpeza pública”⁴¹⁴, assim pelo relato do entrevistado 2: “Antigamente as pessoas vinham de Alto Jequitibá até o Pico da Bandeira a cavalo. Subia isso aqui tudo através de trilhas”⁴¹⁵. Podemos perceber a precariedade da estrutura turística apresentada pelo município de Alto Caparaó.

Houve ampliação do número de turistas, juntamente com outros fatores, com a melhoria das condições de deslocamento até o Caparaó Velho, mas isso ocorreu dentro de um longo prazo. No entanto, faltavam outros recursos que pudessem alocar os visitantes e proporcionar condições mínimas para a permanência no local e, a partir daí, alcançar o “desenvolvimento” pelo turismo, tão presente nos discursos da AMPS e do vereador Inimá Novaes.

Com a criação do PNC, em 1961, pouco em termos perceptíveis foi alterado na paisagem local, interpretada aqui como condições físicas e relacionadas a infraestrutura, pois, em um primeiro momento, não houve grandes investimentos na implementação deste e poucas ações foram empenhadas na preservação do ecossistema local.

A primeira ação concreta promovida para o funcionamento de fato do PNC foram as desapropriações promovidas pela Secretaria da Agricultura, com a saída dos residentes na área demarcada como pertencente ao parque mediante a indenização. No entanto, essa ação se iniciou no “lado mineiro” tardiamente. Em julho de 1961, noticiava o Correio da Manhã: “A Secretaria da Agricultura já iniciou o levantamento da região do Caparaó, na divisa de Minas com o Espírito Santo, local onde será construído em futuro próximo mais um parque nacional. As terras do vizinho já foram desapropriadas e doadas à União para este fim, mas em Minas ainda nada se fizera para este fim”⁴¹⁶.

Quando foram iniciadas as desapropriações, o entrevistado 3 saiu do parque, onde possuía uma fazenda com produção voltada ao plantio frutífero, como o marmelo, e se viu de mãos atadas para sustentar a sua numerosa família. Em relação ao dinheiro recebido, afirma que foi uma quantia suficiente para comprar duas casas “na rua”, e que o Parque pagava bem. Porém, os imóveis comprados não poderiam ser utilizados para o plantio de suas antigas culturas. Neste momento, encontrou no turismo uma oportunidade de sobrevivência e o tornou como profissão durante os anos seguintes.

⁴¹⁴ PENNA, Adriana Maria. *Infraestrutura e Recursos humanos necessários no turismo*. Módulo 9. Instituto Prominas. Ed. Prominas. p. 35.

⁴¹⁵ Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴¹⁶ CAPARAÓ. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro 07 jul. 1961. 2° Caderno, p. 4.

Ainda hoje, a questão relacionada as desapropriações, estão longe de serem resolvidas. Tem-se investido em tentativas de compras de terras que situam-se próximas a UC, por ocasião de compensação social da reserva legal. Dessa forma, a postura da parte administrativa sobre esses procedimentos se enquadram a:

O objetivo é a busca da compensação de reservas legais de propriedades que não dispõem de áreas para averbação, comprando-se terras no interior de UC e a posterior doação para os seus órgãos gestores. Ainda encontra-se em discussão os critérios para a mensuração dos valores a serem compensados. Tal perspectiva mostra-se de extrema importância para a efetivação dos processos de regularização fundiária das UC em MG, incluindo o PNC⁴¹⁷

Apesar dos esforços, as desapropriações ainda não foram terminadas como havia previamente definido. A maioria das propriedades que ainda não estão regularizadas, cerca de 90% é de pequenos imóveis, somente um proprietário de médio imóvel, quem não aceitou a indenização proposta e essa indenização foi ajuizada na justiça⁴¹⁸. Essas questões ainda necessitam de um acordo entre as partes envolvidas para que haja a regulamentação das terras e reassentamento dessas famílias.

Mesmo com a chegada dos visitantes, o PNC continuava a enfrentar problemas para a sua verdadeira implementação. Solicitações eram realizados pela AMPS e por outras frentes como o vereador Inimá Novaes, que lutavam para que as obras de infraestrutura necessárias para o recebimento de turistas fossem realizadas, porém poucos recursos foram destinados para este fim.

Contudo os ganhos com o turismo por parte dos moradores foram iniciados com o guiamento de visitantes ao Pico da Bandeira. Os “guias” estavam se tornando conhecidos e eram procurados para fazer o percurso, garantindo o sustento de sua família, apesar do trabalho ser muitas vezes considerado difícil e pesado, pois havia situações que esses guias subiam e desciam o Pico em pouco tempo, tornando o trajeto desgastante e cansativo.

Uma vez, no Vale Verde quando tinha voltado era duas horas da tarde, com os burros com a bagagem no lombo. Ai tinha uma turma deitada no terreiro, pra mim levar eles para o pico. Ai eu disse, mas eu to chegando agora. Eles responderam. Não, o senhor tem que levar, porque nós decidiu ir hoje. Nós quer ir hoje. Eu falei assim, eu arranjo um burro aqui, por que aí você desce e encontra outro tropeiro aqui embaixo, e ele pega a bagagem de vocês. Eles responderam, não, nós viemos pra ir com o homem da tropa preta. Meus burros eram todos pretos. Nós viemos pra ir com o senhor. Aí outro rapazinho levantou e disse, se o senhor levar nós, eu pago a viagem dobrada. Isso mexeu comigo, eu estava precisando do dinheiro. Ai a Nezinha fez uma comida pra mim, eu piquei cana, capim, fubá, coloquei no cocho,

⁴¹⁷ BRASIL, ICMBIO. Plano de Manejo Parna Caparaó. p. 19.

⁴¹⁸ Ibidem

tratei bem dos burros e arriei eles outra vez, peguei a mudança, dez horas da noite estávamos no pico, num dia só duas vezes. Foi muita raça de vez⁴¹⁹.

A partir desse relato, podemos imaginar que o turismo começa a ser visualizado com uma forma de obtenção de renda, para aqueles que não possuíam outra forma de trabalho, ou aqueles que queriam conciliar o serviço cotidiano com os “extras” do turismo, pois com o aumento do número de visitantes, alargava a procura por guias, visto que a região era de difícil acesso e sem sinalização.

Assim, a primeira oportunidade de trabalho ligada ao turismo no município foi a atividade de guiamento, sendo a utilização de mulas como principal meio de transporte. Além disso esta atividade foi realizada em um primeiro momento pelas pessoas desapropriadas das terras demarcadas para o PNC. Em seguida será discutido a relação entre o PNC e a cidade de Alto Caparaó.

5.4 O turismo e o PNC

Segundo Coriolano, “apesar de a expectativa principal do turismo ser o lucro e concentrar riqueza e renda, também cria oportunidades de ganhos para os trabalhadores e os lugares mais pobres⁴²⁰. Assim a atividade turística se mostra como uma oportunidade de desenvolvimento local, desde que sua população seja inserida de fato neste processo.

As cidades de pequeno porte como Alto Caparaó que possuem características “chamativas” para os visitantes, podem aproveitar o potencial turístico, que muitas vezes, é o meio mais rápido de se conseguir obtenção de renda, pois em muitos casos, esses lugares não despertam interesses em indústrias ou não possuem condições favoráveis para a propagação de atividades agropecuárias.

Para Rodrigues o turismo altera “tanto a ‘paisagem’ física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da prestação de serviços”. Dessa forma, o turismo entra como um agente que induz as transformações paisagísticas naquele local, à medida em que vai se desenvolvendo de maneira mais estruturada, o que busca a consolidação de destino e a ampliação do ganho de rendas. O turismo se inicia e toda a dinâmica vai se modificando, à medida com que o mesmo ganha força e aderência.

⁴¹⁹ Entrevista n° 03 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴²⁰ CORIOLANO, Luzia Neide. op. cit. p. 371.

Neste sentido a implementação do PNC é visto como possuidor de importante papel no fomento do turismo no município de Alto Caparaó como demonstra a entrevista n° 01:

Isso puxou vários, como a construção do hotel, por exemplo, Caparaó Parque Hotel, foi construído antes de ter asfalto trouxe para aqui, o próprio asfalto vindo de Alto Jequitibá até Alto Caparaó foi em função do parque. Então muitas melhorias que foram feitas para a cidade aqui de Alto Caparaó, foi em função da existência de um Parque Nacional aqui. Com isso trouxe outros grupos de pessoas para investir aqui, na área de turismo, pousadas⁴²¹.

Com o decorrer dos anos, a estruturação do parque, suas políticas de preservação ambiental e estímulo ao turismo, condicionaram as mudanças profundas, como a construção do primeiro hotel em Alto Caparaó. Além disso, o parque tem se adaptado para o recebimento desse público, que vem crescendo muito com o passar dos anos, fazendo com que possa haver uma injeção expressiva de dinheiro na economia local, gerando o efeito multiplicador, “em que se dá pela troca, que se manifestam nas relações de produção e nas de mercado, e essas das esferas constituem um sistema econômico. Podemos dizer que a troca se dá a partir de dois fluxos turísticos: o físico e o financeiro⁴²².”

Segundo Lemos, “Os agentes econômicos são aqueles que participam do sistema econômico, produzindo bens e serviços, recebendo a renda gerada nessa economia e consumindo esses bens e serviços”. Os agentes do turismo podem ser classificados, ainda de acordo com o autor⁴²³, com tais categorias: o governo da localidade receptora; a comunidade receptora; os trabalhadores do setor; as empresas de maneira geral; as empresas de hospedagem; o sistema financeiro da localidade, as operadoras turísticas; as empresas de transporte; as agências de viagens; os turistas; o sistema financeiro da localidade emissora e os governos das localidades emissoras.

Contudo, estas questões dependem muito da estrutura do município, pois, no caso de Alto Caparaó, existem variáveis que não estão presentes nesses itens listados por Lemos, como as agências e operadoras de viagem, que possuem dificuldades em trabalhar com a fomentação do produto turístico, principalmente pela emissão de bilhetes do parque, pois as agências trabalham com sistema de compra e venda antecipados, o que diverge da postura do parque.

Não existe relação sem confrontos, fato este que vem sendo sentido por moradores que se dedicam ao turismo e a gestão do PNC. O primeiro conflito entre as partes foi a proibição

⁴²¹ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴²² LEMOS, Leandro de. Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo. 3. ed. Campinas: Paripus, 2001. (Coleção turismo) p. 38.

⁴²³ Ibidem, p. 38-42.

do uso de mulas dentro do Parque, animais estes utilizados desde o início da visitação. O auxílio destes animais era vantajoso aos turistas e aos profissionais que atuam nesse setor pois, com o “aluguel” desses animais, a carga era levada por eles, facilitando o deslocamento para a caminhada e a conclusão do percurso.

Até pouco tempo atrás era permitido o uso de animais. A pessoa tanto ia a cavalo quanto contratava o burro para levar as mochilas, mas isso degrada muito as trilhas. E também no plano manejo não prevê essa utilização de animais no parque. Inclusive é proibida a entrada de animais domésticos no parque. Então está fechada, proibida, quem quiser vir no terreirão tem que levar a mochila nas costas. Já teve durante o tempo todo, sempre teve. É recente que houve essa limitação⁴²⁴.

Segundo o entrevistado número 1 “A questão dos animais, é por que ele pasta, come a vegetação, pisa, o casco dele naquela terra dura, degrada mais a trilha e além do impacto negativo que ela traz. E também no plano manejo não prevê essa utilização de animais no parque⁴²⁵”. Mas, para aqueles guias, os “jipeiros” ou outros tipos de profissionais que trabalhavam com essas mulas, sentiram as dificuldades relacionadas à queda de arrecadação, além de desconforto dos turistas.

O entrevistado 4, por outro lado, defende que essa proibição do acesso das mulas ao interior do parque é equivocada, pois sempre houve a criação de gado naquela área, anterior ao funcionamento do mesmo, onde ele relata que sua família criava gado naquelas redondezas. Além disso, esses animais contribuem para o auxílio, inclusive de pessoas quando se machucavam, por exemplo, que o transporte das mesmas era facilitado por esses animais. Com a proibição, prejudica o trabalho dos guias e dificulta a vida do visitante e ainda gera gastos para o estado, em caso em prestação de socorro.⁴²⁶

Outro ponto a ser considerado nesta discussão é o serviço de guias, em que os moradores locais, desde quando viram as possibilidades de trabalho com esse ofício, começaram a executá-lo e fazer desse meio sua fonte de renda. Todavia, não eram registrados e capacitados por cursos ou afins. Dessa forma, o trabalho não era regulamentado, sendo realizado pelos locais por conhecerem os caminhos para o Pico e mesmo às cachoeiras e outros atrativos dentro do Parque.

Contudo no ano de 2015, houve uma iniciativa do PNC, juntamente com o apoio do poder público local e moradores, para a realização de um curso de capacitação de guias com o objetivo de trabalhar na capacitação dos mesmos. Já em 2016, com a publicação da Portaria

⁴²⁴ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴²⁵ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴²⁶ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

nº 30, 26/04/16⁴²⁷, torna-se obrigatória a capacitação e o credenciamento dos condutores, que só poderão executar a função de guia mediante a realização do curso e o seu credenciamento, quando ainda poucos preenchem tais requisitos. Assim esta decisão pode impactar negativamente o mercado de trabalho local, caso seja de implementação imediata, podendo causar um processo de inviabilização de uma atividade que estava presente no cotidiano de muitos na cidade.

O PNC não disponibiliza o serviço de guias e apesar de aconselhar aos visitantes que os utilizem, do ponto de vista da administração, dispor guias e monitores é uma maneira de aumentar gastos e como frequentemente é afirmado nas entrevistas, é disponibilizado poucos recursos para o funcionamento da instituição, ou seja, não é algo que o parque tem intenção de oferecer.

Sobre o relacionamento entre a administração do PNC e os guias locais se dá de forma contraditória, como demonstra a fala do entrevistado 4.

O que nós pensamos em relação aos guias, é que os guias são importantes, os guias são uns parceiros nossos. E contribui com um parque, no final das contas é como se ele fosse um funcionário nosso lá, agora ele precisa ser melhor treinado, melhor capacitado para falar a nossa linguagem com o visitante, como se diz: “não falar mal de nós”. Tem que falar bem de nós. Não bem no sentido de elogiar a gente, mas falar bem no sentido de ajudar o visitante a preservar o parque⁴²⁸.

Além da exigência de credenciamento, outro ponto de discordância entre estes dois atores envolvidos na atividade turística está relacionado ao funcionamento da portaria do Parque. A progressiva redução do horário de funcionamento deste é visto com maus olhos pelos guias, sob alegação de prejuízos aos serviços oferecidos.

Esse descontentamento é descrito por um dos profissionais que está ligado ao trade há cerca de 40 anos e que faz uma comparação com as mudanças de horário de entrada e saída do PNC e suas influências sobre a atividade exercida por eles e que, de certa forma, o parque acaba perdendo clientes com essa mudança de funcionamento, porque impossibilita algumas coisas, pois há necessidade de fechamento do local.

“Antigamente era aberto 24 horas, como ganhei dinheiro no parque! e os colegas que também trabalhavam na época. Passou para fechar à 0 hora, já foi um baque. Primeiro caiu para 23 horas, depois para 22, agora para 18 e o que acontece às 18 horas? Tem o pôr do sol, o pôr do sol é quase em cima das 18 horas. Quando a gente leva um grupo lá pra cima, que tem a hora para passar lá para cima, aí o que

⁴²⁷ Portaria nº 30, 26/04/16. Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para o cadastramento e a autorização para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional do Caparaó. ICMBIO, Parque Nacional do Caparaó. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/Portaria_128.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

⁴²⁸ Entrevista nº 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

acontece, ah, mas torce o pé! Tem pessoas que andam a pé lá em cima, se acidentarem, olha o problema. Deu 18 horas, jipes e carros não entram mais no parque⁴²⁹.

Através dessa limitação do horário de entrada e saída dos “jipeiros” e guias, iniciaram transtornos relacionados à logística pois, de acordo com um deles, criou-se uma espécie de desconforto para a empresa e incômodo para os turistas, devido à mobilização dos jipes na descida para a portaria e entregá-los ao ônibus que os levarão até o hotel, que é um hotel de alto padrão, se comparado aos demais meios de hospedagem presentes na cidade. “Eu tenho 40 anos de prestação de serviços, pelo atendimento que eu tenho dado, nada de correria, mas isso obriga correria, por quê? Está chegando 18 horas, então você tem que ir. Incômodo e insegurança para o turista, é ruim⁴³⁰”. A alternância do horário de funcionamento afetou diretamente o trabalho de prestadores de serviços, o que causou desconforto e desgostos.

Em contrapartida, o questionamento do PNC sobre essa questão é relatada da seguinte maneira: “essa redução de horário, é em função do número de funcionários, para não fechar, reduziu-se o horário. Foi uma medida adotada, que eu acho que foi boa⁴³¹. Dessa maneira, percebemos que essa mudança foi condicionada pela redução de carga horária, devido ao número de funcionários por falta de recursos financeiros e humanos.

No entanto, se para o parque é uma medida de cortar os gastos, para as organizações ligadas ao turismo, como hotéis, condutores, jipeiros, há juntamente uma redução de público, pois cria um limite de tráfego dentro do parque, o que também influencia na ocupação dos meios de hospedagem, pois para a caminhada noturna é necessário que o turista pague pelo camping, deixando de pagar uma reserva.

Porém o fator que mais tem se mostrado prejudicial, segundo a ótica dos pequenos empresários, é o sistema de reservas que o parque tem realizado para a sua entrada à unidade de conservação. Os impactos sentidos por essa modificação, são relatados da seguinte maneira:

[...] agora eles estão exigindo que eles façam reservas somente pelo e-mail, e acontece o seguinte, tem o movimento das pessoas que fazem reserva por exemplo, como a Booking, eu tive um problema com um cliente da Booking aqui, fez uma reserva e cancelou a reserva por que não achou vaga no parque, então assim, a agenda do parque ela tem o direito de normalizar, o direito de melhorar e tudo, mas eu acho que ela tem que ver também o que pode afetar ou não, porque eu nunca tive prejuízo com o parque, esse ano eu vou ter que falar que eu tive

⁴²⁹ Entrevista n° 04 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴³⁰ Entrevista n° 04 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴³¹ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

prejuízo com turistas, porque essa medida adotada pelo parque, ela de uma certa forma me provocou esse tipo de problema⁴³².

Apesar de hoje a internet ser um dos mecanismos que mais proporcionam facilidades e agilidade em várias ações que desempenhamos, nesse caso, ela é apontada como um entrave para o sistema de reserva para a visita do parque. Além disso não há controle sobre a efetivação da visita como denuncia o entrevistado 5.

Tem grupos que chegam aqui. 500 pessoas ou 20, não podem entrar, porque não cabe ninguém no parque. Mas é uma coisa engraçada, não é como no hotel, que se uma pessoa desiste da reserva tem que comunicar, nem como a Transjeep, que usa o mesmo esquema, que meus professores é o Caparaó Parque Hotel. Sinal de negócio, a pessoa faz um compromisso, se a pessoa não puder vir, liga para cá e fala. Mas como no parque não é assim, de repente 40, 60 pessoas não vêm, nem comunica e fica a reserva contando ali. Isso é até onde eu sei. Aí, se chega um grupinho de 15 pessoas, não deixam entrar, porque já está cheio e tem reserva. Mas 100 deixaram de vir, mas não comunicaram, aí dificultam⁴³³.

Em contrapartida, o mecanismo de reservas realizado pelo PNC é percebido pela administração como uma questão de comodidade para o público, trazendo mais facilidade para esse processo. O órgão declara ainda que desenvolveu um processo eficiente para o controle de reservas nas seguintes palavras:

A pessoa faz a reserva, quando estiver faltando 5 dias para a vinda dele, tem que confirmar a reserva. Para a gente ter certeza que ele está vindo mesmo. Aí ele confirmou. Se ele não confirmou, a gente considera que ele não vem, e abre espaço para outro. Aí o número de vagas, o número de pessoas que reservavam e não vinha, diminuiu drasticamente. Agora não, está reservado para 500, confirmou 500, lógico que não vem os 500, mas vem 450, 480. O número de pessoas que confirmam realmente vem⁴³⁴.

Apesar da modificação desse conjunto de medidas adotadas para otimizar e facilitar o acesso à visita do parque, este ainda é falho, no que diz respeito à certificação do público e arrecadação. Sendo que não há o pagamento prévio da reserva, a desistência do visitante acaba por tirar a oportunidade de arrecadação.

De tal modo o problema da limitação do número de turistas e a não efetivação da visita interfere na movimentação e na obtenção de recursos de ambos os setores. Fato este, que pode ser “sentido” pela cidade, quando deixa de receber turistas e assim, a possibilidade de angariar renda.

⁴³² Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴³³ Entrevista n° 04 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴³⁴ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

Ao considerar este fato, faz-se necessário o diálogo entre os envolvidos, para que todos os integrantes sejam consultados e que cheguem a um acordo ou tentem ajudar as partes, pois esse desgaste acaba gerando desconforto entre eles, fazendo com que, ao invés de cooperação, haja disputa e mal-entendidos.

As divergências ultrapassam os limites do mercado ou simplesmente de fluxo de carga que a UC comporta, a gestão do PNC é um dos fatores que mais causam desacordo entre as partes, devido à instabilidade do diretor, suas metas e planos, o que interfere na condução do diálogo⁴³⁵. Sob essa perspectiva, há o entendimento pelo “outro lado”, que embora os diretores do PNC tenham iniciativas eficientes, muitas vezes eles ficam de mão atadas em relação às ordens vindas “de Brasília”⁴³⁶.

Portanto a sazonalidade do cargo de diretoria, além do aspecto pessoal, reflete no gerenciamento da instituição e nas relações com os atores envolvidos à atividade turística. Exatamente neste ponto a elaboração do plano de manejo se mostra necessário, para garantir uma uniformidade de ação ao propor orientações para a preservação e uso daquela área, de acordo com a sua categoria, classificada segundo o SNUC.

Entende-se como Plano de Manejo um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade⁴³⁷. Desse modo, esse documento norteador do uso da unidade em foco deve ser elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário, quando for o caso⁴³⁸.

No entanto, a elaboração do plano de manejo deve levar em relevância as especificidades região e da comunidade em seu entorno, sendo para isso necessário a criação de interlocuções para com os diferentes setores desta. Porém a comunidade de Alto Caparaó se sente excluída deste processo.

“Parece que agora foi refeito o plano de manejo, não foi consultado a ninguém da comunidade para refazer o plano de manejo. As pessoas que editaram o plano de manejo, nunca às vezes, eu digo às vezes, nunca nem vieram aqui”⁴³⁹. Logicamente este discurso não

⁴³⁵ Reflexão sobre as entrevistas n° 04, 05 e 02.

⁴³⁶ Reflexão sobre as entrevistas n° 04 e 05.

⁴³⁷ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2009, p.13. Disponível em: www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc. Acesso em: 20 maio 2014. p. 8-9. Art. 2° XVII - plano de manejo:

⁴³⁸ Ibidem, p 33. Art. 12.

⁴³⁹ Entrevista n° 04 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

pode ser entendido simplesmente como representação da realidade, mas como parte do interesse na maior participação nas decisões referentes ao Parque.

Porém a exclusão da sociedade nas decisões referentes a gestão do PNC pode ser percebida no caráter puramente consultivo dos dois principais canais de intercâmbio, o Conselho Municipal de Turismo e o Conselho do Parque. Assim o atropelo à fase de negociação e conscientização da sociedade do entorno, pode abalar ainda mais a relação entre a gestão e a comunidade a alto caparoense.

Todavia, há, por outra parte, o conhecimento sobre esse plano e criou-se certas expectativas em relação a ele, pois almeja-se conseguir meios de ampliar a infraestrutura do parque, além de regulamentação de atividades e demais fatores que possam contribuir para o bom funcionamento do parque e as atividades desenvolvidas em seu entorno:

Agora está saindo um plano de manejo novo, está saindo uma estrutura nova, uma modalidade nova, nós estamos com diretor novo, então a gente está esperando também para ver com o que a gente vai poder contribuir ou de que maneira o parque vai se comportar, mais assim, a gente não sabe se essas normas restritivas, elas vão beneficiar só o parque, e a comunidade? A gente não percebe que tem que esperar agora para ver qual vai ser a real intenção do governo também⁴⁴⁰

O PNC possuía somente um plano, que foi elaborado em 1981, ou seja, somente 20 anos após a assinatura do decreto em que se criou um parque, um documento importante para o manuseio da unidade de conservação e que deve ser atualizado, justamente para autorizar as atividades que poderão ser desenvolvidas ali, além de adequação às novas exigências. O segundo plano de manejo foi elaborado e publicado em dezembro de 2015. Isso mostra a estática em relação ao movimento para modernizar esse documento, que levou cerca de 34 anos para ser refeito.

O novo Plano de Manejo necessita de uma análise profunda e cautelosa, para elencar as mudanças ocorridas entre os planos de 1981 e 2015, o que seria interessante como proposta de investigação, já que em 34 anos houve grandes mudanças de paradigmas do pensamento ambiental e o turístico.

Esta análise se torna ainda mais importante ao se constatar a dependência apresentada por parte da atividade turística no município para com o Parque, uma vez que este representa o maior atrativo turístico presente no local.

Contudo a adição de novos nichos de mercado e segmentação turística como o turismo rural, o turismo de eventos, além da criação de outro parque, porém sob domínio privado, que

⁴⁴⁰ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

dispõe de infraestrutura diferenciada e que, aos poucos, vem aderindo ao roteiro daqueles que vão com o intuito de visitar o PNC e acabam conhecendo outros atrativos da localidade.

Sendo assim, não poderíamos afirmar com total certeza que, se não houvesse o parque não haveria o turismo, mesmo que existam indícios pensar por esse lado. Mas, o parque foi e continua sendo importante para a consolidação do turismo no local e, mesmo com alguma medida restritiva de visitação, tem-se incentivado o surgimento de outros mecanismos de sobrevivência do turismo fora da relação com o PNC.

Portanto o PNC e a sua administração possuem grande impacto no turismo de Alto Caparaó, causando até mesmo conflitos com os diferentes setores envolvidos. Porém outras possibilidades vêm surgindo, juntamente a novas fontes de receita e investimento. Em seguida será ventilado a relação entre a produção cafeeira e a atividade turística em Alto Caparaó.

5.5 A produção cafeeira e o Turismo

Não existe uma data exata para o início da produção de café na região, porém pode-se afirmar que seu começo ocorreu no início do século XX, atingindo larga escala de produção e qualidade por volta da década de 1950, inclusive com reconhecimento nacional, ao conquistar o prêmio de melhor café do Brasil em alguns concursos a partir dos anos 2000.

Como foi abordado no capítulo 2, o café possui grande importância no que se refere à geração de renda e, conseqüentemente, emprego da mão-de-obra no município de Alto Caparaó, fazendo da produção a principal atividade econômica da região durante muito tempo.

Ainda hoje, o café é percebido como o principal produto de Alto Caparaó e a ele, em boa parte, se deve as oportunidades de melhoria de vida: “cresceu por que a principal renda de Alto Caparaó é o café, porque durante muitos anos foi o café. Hoje continua sendo este produto, mas já tem uma boa parte desse montante vindo do turismo. Muitas famílias já sobrevivem do turismo, muitos empregos vêm do turismo”⁴⁴¹. Podemos perceber que o discurso da sobreposição do café sobre o turismo vem perdendo a intensidade, pois, na medida em que o turismo vem sendo estruturado, possibilita percepções mais nítidas sobre seus efeitos.

⁴⁴¹ Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

As características produtivas da região, desde o seu início, são representadas por pequenos produtores de café, com algumas propriedades de maior extensão. Essas propriedades menores estão ligadas, em sua maioria, a uma agricultura familiar, com um montante produtivo pouco expressivo para a venda em maior escala. “Aqui todas são pequenas propriedades rurais. A gente não tem propriedades grandes e todas novas. Quando eu falo novas, eu falo de um período de (século XX) daí para depois”⁴⁴².

A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens⁴⁴³. Desse modo, as produções no campo são gerenciadas pelos núcleos familiares, que são uma forma de garantir as subsistências e as possibilidades de comércio e obtenção de renda.

No Brasil, a agricultura familiar tem se tornado centro de discussões, e programas voltados ao seu fortalecimento, pois se pautam na estruturação desses produtores, que são responsáveis, muitas vezes, pelo abastecimento dos centros urbanos. Os produtores familiares podem ser uma das bases para o sustento do turismo, pois o alimento que é consumido pelo visitante é, por vezes, oriundo desse tipo de organização, o que, ao ver do sistema produtivo local, possui grande importância.

Para a inserção dos produtos vindos da agricultura familiar, são necessários vários fatores, como a organização de cadeias produtivas e dos produtores, inovação tecnológica e condições institucionais favoráveis, como crédito e infraestrutura, mas, na maioria dos casos, esses produtores não tem essas características⁴⁴⁴, o que dificulta a possibilidade de integração desses produtos no mercado e, por consequência, a movimentação de renda na localidade.

Como, em muitos casos, os pequenos agricultores não possuem renda suficiente para o investimento em produção, houve, por parte do estado, o fomento de concessão de créditos para esse fortalecimento com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, em 1996. A partir desse momento, o governo federal brasileiro passa a considerar a agricultura familiar como uma categoria social específica,

⁴⁴²Entrevista n° 06 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁴³Ano Internacional da Agricultura Familiar. **Family Farming 2014**. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>> Acesso em: 10 jun. 2016.

⁴⁴⁴SACHETO, Raquel. Agropolos: sustentabilidade para a agricultura familiar. Scielo. Disponível em: <<http://inovacao.scielo.br/pdf/inov/v2n1/a12v2n1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014. p. 20.

direcionando créditos para intensificar as produções agrícola e não-agrícola nas Unidades de Produção e Vida Familiares⁴⁴⁵.

Além da agricultura familiar voltada principalmente para atividade cafeeira, começou-se uma nova modalidade do uso da terra, como aponta o entrevistado 7 “A única propriedade do município que está começando com a prática do turismo rural é o senhor Aides, não tem outra no município que mexe com isso”⁴⁴⁶. A propósito, essa fazenda, nomeada como Fazenda Ninho da Águia, possui grande divulgação e destaque no município, pois teve seu nome ligado a concursos que julgam a qualidade do café em níveis estaduais e nacionais, em que obteve vitória nos concursos de 2013, 2014 (melhor café de Minas) e, em, 2014 e 2015, como o melhor café do Brasil.



Figura 51 – Prêmio de Melhor Café do Brasil de 2014.
Fonte: A Autora (2015).



Figura 52 – Prêmio de Melhor Café do Brasil de 2015.
Fonte: A Autora (2016).

⁴⁴⁵ CANDIOTO, Luciano Zanetti Pessoa. O discurso da viabilidade do turismo rural na Agricultura Familiar: O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) e o papel do Estado do Paraná no contexto. Disponível em: < CULTUR: Revista de Cultura e Turismo. CULTUR, ano VII, n. 2, p. 116, jun. 2013>. Acesso em: 5 set. 2014.

⁴⁴⁶ Entrevista n° 07 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.



Figura 53 – Prêmios recebidos pela Fazenda Ninho da Águia em concursos de café.
Fonte: A Autora.

A produção do café de alta qualidade no município foi possível graças modificações estruturais e técnicas na cadeia produtiva, como demonstra o entrevistado 8: “Aqui tinha um problema sério de falta de estrutura e muita umidade, então os cafés daqui não tinham o manejo correto de pós colheita, não tinham estrutura. Depois começou-se a estruturar um pouco, começou a apresentar um café melhor”⁴⁴⁷. A busca pelo café de qualidade modificou as estruturas da localidade, gerando renda para uma população pois, com o aumento da venda do café, que apesar de ser voltado para a exportação, emprega mão-de-obra local e traz benefícios à região pela visibilidade, visitação e o surgimento do interesse no turismo.

A relação do café com o turismo, neste contexto, se mostra a partir da articulação entre o setor ligado ao turismo e à Fazenda Ninho da Águia, pois divulga-se o local, o que acaba atraindo visitantes e, sucessivamente, aumentando a venda de seu café. “Vende muito, vende muito mais, eles vem aqui, toma café, compra o café e leva, e se tiver outras coisa que por aqui, alguma coisa que tiver, se fizer eles também compram, porque é muito interessante, porque o turista, ele chega em um lugar, ele quer levar alguma coisa do lugar, não é verdade?”⁴⁴⁸

Existe, por parte dos proprietários da fazenda anseio em se criar uma categoria dentro do turismo, a qual eles atribuem o nome de “turismo de vivência”, em que se enquadra o novo perfil do turista brasileiro como propõe o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE.

Hoje, o turista não se contenta em apenas visitar os atrativos históricos e naturais de uma cidade: quer vivenciar a cultura local, experimentar a comida típica, participar

⁴⁴⁷ Entrevista n° 08 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁴⁸ Entrevista n° 08 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

de festas típicas e acompanhar ativamente a realidade do local para sentir como vivem os moradores dessas cidades⁴⁴⁹.

Esta modalidade turística é percebida como mais uma forma de gerar lucro e diversificar a atividade das unidades produtoras, como podemos ver nas palavras do entrevistado 9. “Talvez não tenha falado uma coisa aqui, aquele do turismo fala muito, aquele sistema de vivência, ele pode receber um turista aqui que queira acompanhar, que vá lá no meio rural, ele vê como é que tá trabalhando, depois ele traz o café e vai acompanhando até chegar no ponto”⁴⁵⁰. Essas experiências de acompanhar a vida de um trabalhador da lavoura e o preparo do café é um dos motivos mais fortes para que os donos da fazenda abram as portas para o turismo, que vem sendo cada vez mais procurado.

Esse turismo de vivência, meu filho está até querendo ver isso, já conversou com esse americano, tem um outro de outro país também da Noruega, que falou que eles vêm, ficam aqui por exemplo, ficam aqui um mês, dois meses, colhendo o café, aprendendo, torrando, eles fazem um turismo de vivência e eles não cobram nada, só você dar alimento e estadia aqui para eles, eles vão ajudar na colheita do café pra fazer todo o processo. Teve um americano aqui, esse Wilians Sows, veio aqui, colheu uma peneira cheia de café, aí eu até ajudei ele, ele filmou aquilo tudo, aí meu filho falou, vou preparar esse café bem no ponto, deixar secar bem, depois torrar, pra colocar ele nos pacotes pra você levar o café, pra você tomar o café. Ele gostou muito, fez um trabalho interessante, então eu acho...⁴⁵¹.

Esse anseio em inserir o turismo aliado ao principal produto da fazenda, o café, no chamado o “turismo de vivência”, vem despertando o interesse em ampliar a estrutura da fazenda para o recebimento de turistas, tem ainda como proposta a construção de chácaras dentro da propriedade, segundo o proprietário, “para as pessoas que quiserem ter uma coisa aqui no nosso lugar aqui para passar 6 meses, um mês. Eu já tenho vários pedidos no livro que eu marco, que eles querem vir para comprar”⁴⁵². Além dessa estrutura, pretende-se ampliar o salão para o recebimento dos visitantes para “tomar café” na propriedade.

Mesmo diante do cenário atual, que se encontra em crise, o café dessa fazenda não apresenta impactos relacionados a essa instabilidade financeira, como se observa na fala do entrevistado 9: “O nosso café não tem crise, o que tem crise é o café de commodities, o café

⁴⁴⁹MENESES, Roberto. Sebrae lança projeto de incentivo ao turismo de vivência. Disponível em: <http://www.noticenter.com.br/?modulo=noticias&caderno=gestao¬icia=07157-sebrae-lanca-projeto-de-incentivo-ao-turismo-de-vivencia>. Acesso em: 10 jun. 2016.

⁴⁵⁰Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁵¹Entrevista n° 09 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁵²Entrevista n°09 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

de alta qualidade não tem crise não⁴⁵³. Essa fala é justificada, por exemplo, quando este entrevistado se refere ao preço que esse café é vendido atualmente: “esse aqui eu vendo ele a gramas a duzentas e cinquenta gramas a cinquenta reais, ele dá duzentos reais o quilo e nós vendemos bastante dele aqui, vende bem mesmo”⁴⁵⁴.

Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que a Fazenda Ninho da Águia está inserida no contexto da Pluriatividade, que “refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração”⁴⁵⁵.

Já existe algo similar ao projeto dos proprietários da Fazenda Ninho da Águia, localizado na Colômbia, intitulado de “Rotas da Paisagem Cultural do Café”. O projeto é pautado em uma proposta turística que aglutinou cerca de 400 empresários nos departamentos de Caldas, Quindío, Risaralda e Valle del Cauca, conseguindo cativar visitantes nacionais e estrangeiros e beneficiar várias famílias camponesas⁴⁵⁶. A Colômbia é conhecida por ter o melhor café do mundo, e tem aproveitado dessa “fama” e desenvolvido outros significados e meios de angariar renda, proporcionando uma experiência turística e de aventura pelas fazendas e paisagens onde estão seus cafezais.

O projeto, que começou a tomar forma em 2011 em Quindío, oferece aos visitantes 27 experiências agrupadas em quatro linhas de produto: degustação, esportes extremos, natureza e artesanatos. “Saboreie a cultura do melhor café do mundo” é uma das ofertas das rotas, e consiste em uma viagem na qual, pelas mãos de camponeses, o visitante semeia, colhe, seca, torra e degusta a bebida⁴⁵⁷.

As propostas são similares no que se refere ao aproveitamento da notoriedade que os cafés de ambas as localidades possuem, além das estruturas existentes para o recebimento de turistas, propiciando experiências do trabalho até a degustação do plantio. É importante

⁴⁵³ Entrevista n°09 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁵⁴ Entrevista n°09 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁵⁵ MARAFON, Gláucio José. Agricultura Familiar, pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, p. 17-60. Uberlândia, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11776/6891>>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁴⁵⁶ VIAGENS EFETUR. Colômbia oferece o café como uma experiência turística inovadora. Disponível em: <<http://viagens.efetur.com/noticia/colombia-oferece-o-cafe-como-uma-experiencia-turistica-inovadora/>>. Acesso em: 07 out 2015.

⁴⁵⁷ Estas alternativas “fizeram com que os estrangeiros passassem de 4% do total de turistas que chegavam ao Eixo Cafeicultor anos atrás a 10% atual, principalmente procedentes dos Estados Unidos, Espanha, Equador, Venezuela e México”, explicou Campo. Números da Migração Colômbia indicam que 24.664 turistas visitaram o Eixo Cafeicultor entre janeiro e setembro de 2014. VIAGENS EFETUR. Colômbia oferece o café como uma experiência turística inovadora. Disponível em: <<http://viagens.efetur.com/noticia/colombia-oferece-o-cafe-como-uma-experiencia-turistica-inovadora/>>. Acesso em: 07 out. 2015.

pensar que, através dessa estruturação, o comércio local poderá se beneficiar na venda de alguns produtos e, conseqüentemente, auxiliar ainda mais o município através da atividade turística mais consolidada. No entanto, no caso da Colômbia, há grande número de empresários e famílias que estão inseridas nessa rota, o que difere de Alto Caparaó, em que ainda há muito o que se fazer no intuito de consolidar essa articulação no mercado.

5.6 As conseqüências do PNC

Apesar de muitas contradições no que se diz respeito tanto à ocupação e datas precisas referentes às atividades desenvolvidas no Caparaó Velho, que hoje é Alto Caparaó, há muito o que se pensar sobre de que forma o turismo começou a ser introduzido nas práticas que se voltavam quase que exclusivamente ao extrativismo, pecuária e a cafeicultura.

O turismo começou a ser inserido nos discursos como uma prática a ser desenvolvida que culminasse no melhoramento das condições do arraial e dos seus moradores, deixando um pouco de lado a predominância que o café já havia conquistado desde o início do século XX, pela região da Zona da Mata mineira. Mas, por que o turismo, desde a década de 1950, já era percebido como chave para o desenvolvimento daquele pequeno arraial rural?

O que podemos dizer é que esse pioneirismo surgiu de pequenos grupos que acreditavam que a presença do Pico da Bandeira era um fator mais do que determinante para a motivação de muitos visitantes irem ao local. No entanto, para receber esses turistas, era necessário realizar uma profunda investidura na parte relacionada à infraestrutura, bem como na organização social, que fosse capaz de atender à atividade turística.

Assim, a AMPS, o vereador Inimá Novaes de Campos e os Excursionistas de Alegre, tiveram papel importante na consolidação desse turismo que conhecemos em Alto Caparaó, sob o discurso pautado na criação do PNC como forma de assegurar aquela riqueza natural para que turistas pudessem vê-la e apreciá-la, trazendo renda para a localidade.

Dentre as possibilidades econômicas do Leste Mineiro como atrativo turístico, no caso presente, A Serra do Caparaó oferece o Pico da Bandeira, além da variedade da paisagem, a água, o clima e muitos outros pontos pitorescos e amplos nas adjacências. Enfim, o PNC oferece vastas oportunidades para se explorar o chamado “Turismo de Montanha”⁴⁵⁸. É notória a ênfase dada ao turismo voltado para a natureza e sua contemplação. O que poderia

⁴⁵⁸ TURISMO na Serra do Caparaó. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 17 jun. 1960, 2º CADERNO, p. 8.

ser ofertado ali eram os aspectos naturais que estavam sendo procurados aos poucos, na medida em que o Brasil aumentava a sua urbanização.

Não obstante, sabemos que não há meios de utilizar a terra para se produzir algo, sem de alguma forma degradá-lo. O que há é uma espécie de escala de transformação e uso do território, que pode conservar os aspectos naturais, como fauna e flora. Dessa forma, as colocações do Entrevistado 2 podem parecer contraditórias, pois não há interação entre homem e natureza que não gere, mesmo que seja mínimo, algum impacto sobre a paisagem.

Em virtude da constelação de sentidos, significados e aplicações possíveis, é necessário incorporar uma abordagem multidimensional e conjuntiva da paisagem. A partir de uma série de pontos de vista é possível abarcar a paisagem de diferentes modos. A visão horizontal ou oblíqua do turista, do pesquisador ou do senso comum⁴⁵⁹.

Cabe aqui pensar que o turismo modifica não somente aquilo que é entendido como natureza, pois a paisagem, como definido anteriormente, vai além do que se pode ver, modificando-se de acordo com a visão que o ser humano tem de suas relações, além dos fatos e ações perceptíveis nessa “paisagem”, evidenciadas em superfícies, organizações, costumes, entre outras ações que exemplifiquem a mudança de quaisquer âmbito humano que deixe seu registro sobre algo que se possa visualizar, contestar e relembrar⁴⁶⁰.

Ainda segundo Luchiari: “a força da estrutura movida pelas determinações culturais, econômicas, políticas e tecnológicas se expressa na paisagem de cada tempo. Dito dessa forma, é possível afirmar que as funções e os valores integram a paisagem ao sistema social, desnaturalizando o seu conteúdo”⁴⁶¹. Portanto, podemos indagar sobre uma forma de analisar as mudanças ocorridas em tal localidade, a partir de sua análise de impactos sobre a paisagem que podem abranger os diversos níveis que estão relacionados com o ser humano.

Como mencionado, o primeiro motivo para se buscar o desenvolvimento do turismo em Alto Caparaó estava pautado no âmbito econômico, geração de riqueza e desenvolvimento para a região. Esse discurso está presente desde os anos de 1950, vinculado à Serra do Caparaó, visto como possibilidade de modificar as estruturas locais em prol do atendimento ao turismo, que por sua vez resultaria na transformação da infraestrutura, modos de produção e cultura local, que poderiam caracterizar as mudanças proporcionadas pelo turismo sentidas na paisagem.

⁴⁵⁹ LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. op. cit. p. 28.

⁴⁶⁰ LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. loc. cit.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 31.

Estas mudanças promovidas pela criação do PNC podem ser pensadas como alterações na paisagem cultural, definida por Luchiari como “híbridos da natureza e cultura. Mesmo contemporaneamente, paisagens tidas como produtos exclusivos da natureza são, muitas vezes, resultados da ação humana”⁴⁶². Além da criação dessa UC, houve uma série de mudanças condicionadas pela proibição de extração de madeira, pecuária e plantio de café nessa região, o que traz para as relações sociais e econômicas grandes influências e transições.

Analisando agora no sentido de paisagem no que se refere à infraestrutura, que para se receber o turista, “pode-se dizer que a exploração do turismo implica em oferecer ao “turista” ou “visitante”, um mínimo que ele requer para a sua desejada excursão”⁴⁶³. Segundo a fala do entrevistado 2, há uma clara necessidade de investimento em infraestrutura mínima que seja capaz de receber os turistas, bem como aumentar a sua permanência no local, aumentando os gastos durante o seu período de estadia.

Investimentos desse tipo podem ser percebidos, por exemplo, na obra de calçamento das poucas ruas existentes ali, modificação está também citada por outros entrevistados como consequência do turismo.



Figura 54 – Alto Caparaó nos anos 2000.
Fonte: Lovantino (2009).



Figura 55 – Alto Caparaó nos anos 1970 - 1980.
Fonte: Lovantino (2009).

⁴⁶² Ibidem, loc. cit.

⁴⁶³ TURISMO no Serra do Caparaó. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 17 jun. 1960, 2º CADERNO, p. 8.

Meios de locomoção, acomodações, comunicações etc. são indispensáveis ao turismo. Entretanto, é essencial que haja uma ou mais fontes de atração⁴⁶⁴. A importância de uma infraestrutura condizente para o aumento da demanda era vista como uma prioridade, mas, para o entrevistado 2, “o Parque sozinho não era um atrativo forte capaz de ‘segurar’ o turista na região, para que ele pudesse consumir e ajudar a desenvolver as relações monetárias, que reproduziriam nas demais relações sociais⁴⁶⁵”.

O principal investidor no turismo em Alto Caparaó é o poder público municipal, interessado na receita gerada pela atividade turística e de serviços, que nos últimos anos vem sendo sua principal fonte de recursos, ultrapassando até mesmo os impostos provenientes do café.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o turismo tem crescido substancialmente nos últimos anos como um fenômeno econômico e social, razão pela qual as tradicionais descrições dessa atividade, baseadas, sobretudo, nos aspectos socioculturais dos visitantes, têm sido complementadas por uma perspectiva de caráter econômico visando identificar e valorar as contribuições geradas por este segmento à economia dos países⁴⁶⁶.

Uma análise econômica sobre o turismo pode ser realizada “a partir da mensuração dos produtos (bens e serviços) que os visitantes consomem durante suas viagens e sobre os impactos que a oferta destes produtos exerce sobre as variáveis macroeconômicas e sua inter-relação com as demais atividades da economia”⁴⁶⁷. Ou seja, através do que o turista consumir durante a “experiência turística”, é contado como efeito da atividade turística, como alimentação, hospedagem, meios de transportes, além de serviços de guias, agências etc.

Essa mensuração em nível local pode ser um indicador do tamanho do fluxo do turismo, evidenciando o que se produz, o que se consome, o que gera, gasta e investe. Para esse feito, pode-se aí, estimar o seu desenvolvimento em domínio espacial, quando há percepções na sua reorganização nos seguintes âmbitos: social, com aumento de oferta de trabalho; político, com políticas públicas voltadas para o fomento desse setor; cultural, com fortificação ou enfraquecimento de suas expressões culturais com o contato com o turista; e o

⁴⁶⁴ Ibidem, loc. cit.

⁴⁶⁵ SANTOPS, Elisângela Maria Barbosa. op. cit. p. 79.

⁴⁶⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/default.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

⁴⁶⁷ Ibidem.

econômico, com aumento de circulação de renda, que influencia, de certo modo, todos os outros componentes analisados.

O contexto econômico é o primeiro a ser analisado como importante para a implantação do turismo em localidades, pois existem leis, como a Lei Robin Wood, vinculada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS Turístico, que tem estimulado as cidades mineiras a desenvolverem políticas voltadas ao desenvolvimento e estruturação do turismo, como atividade econômica, sendo devolvida ao município parte de uma alíquota de arrecadação de impostos estaduais, que é calculada de acordo com a pontuação alcançada dentro dos critérios estabelecidos.

Participar de um circuito turístico reconhecido pela Secretaria de Turismo - SETUR nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais; Ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo; Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em regular funcionamento; Possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituído e em regular funcionamento⁴⁶⁸.

Dessa forma, o ICMS Turístico atua como motivador e catalisador de ações, visando estimular a formação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável, em especial os que se relacionam com as políticas para o turismo dos Governos Estadual e Federal⁴⁶⁹. Desde a sua implantação, no ano de 2009, esse recurso tem sido utilizado em várias cidades para a sua promoção como destino turístico, o que auxilia na estruturação da atividade turística como outra forma de gerar renda, emprego, melhorias na qualidade de vida.

No entanto, para o recebimento desse subsídio, é necessário atender a uma série de critérios técnicos, o que, muitas vezes, acaba sendo um empecilho para a inserção de pequenos municípios no ramo turístico. A entrada em um Circuito Turístico, muitas vezes é realizada somente com intuito de atenderem a esse critério, não executando os seus devidos papéis, como auxílio aos municípios filiados no desenvolvimento de suas organizações turísticas. Além disso, exige-se a criação do COMTUR, que é necessária para a elaboração e fomento de mecanismos para desenvolverem as ações no âmbito turístico no município, bem como o FUMTUR como fonte de recursos para as ações delimitadas pelo conselho.

⁴⁶⁸BRASIL. Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais. ICMS Turístico. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

⁴⁶⁹ Ibidem.

Alto Caparaó não possuía até o ano de 2014 uma secretaria ou diretoria que cuidasse das políticas de turismo no município. Neste caso, o turismo surgiu anteriormente à demanda criada em virtude do ICMS Turístico. Porém, a sua devida organização se fundou com o intuito de receber os repasses referentes a esse benefício - o que é relativamente comum, posto que muitas cidades mineiras agem da mesma forma. “O município recebe ICMS desde 2009 e até 2014 essa empresa fazia consultoria para recebe-lo. Metade do ICMS ficava com a empresa. Então, a partir de 2014, nós reformulamos o conselho, e funciona como deve-se funcionar: apresenta-se um plano num dia normal, aprova ou não aprova, aprova recursos, confere resultados, planejam evento”⁴⁷⁰.

Alto Caparaó, atualmente, possui repasses de três categorias de ICMS: ambiental, cultural e turística. Na categoria ambiental, por ter uma UC em seu território. Na categoria cultural, muito em função dos eventos tradicionais, principalmente pelo patrimônio imaterial pela festa religiosa Fest Gospel. E na categoria turística, por estar dentro das normas estabelecidas para tentar a habilitação para o repasse. É importante ressaltar que o repasse do ICMS é mensal e auxilia o desenvolvimento de investimentos nas áreas da cultura, turismo, meio ambiente e outras áreas⁴⁷¹.

Tipo do ICMS	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Patrimônio Cultural	R\$45.891,52	R\$31.321,86	R\$32.103,61	R\$32.103,61	R\$93.786,73	R\$121.505,65
Unidade de Conservação	R\$88.724,79	R\$98.379,80	R\$114.985,75	R\$114.985,75	R\$118.480,17	R\$123.536,85
Meio Ambiente	R\$117.715,19	R\$98.379,80	R\$114.985,75	R\$114.985,75	R\$118.480,17	R\$123.536,85
Receita Própria	R\$82.220,44	R\$80.802,81	R\$94.830,59	R\$94.830,59	R\$105.688,48	R\$123.536,85
Turismo	—	—	R\$51.671,1	R\$51.671,10	R\$50.638,65	R\$31.787,76

Tabela 12 – Repasses de ICMS em Alto Caparaó: 2010 - 2015.

Fonte: FJP adaptada (2016).

Ao analisarmos a tabela com a quantidade de repasses ao município de Alto Caparaó, percebemos que houve um aumento em algumas categorias do ICMS: o maior destaque vai

⁴⁷⁰ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁷¹ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

para o ICMS Cultural, pois apresentou crescimento superior a 100% dentro de 5 anos. Entretanto, os critérios de Meio Ambiente e Receita Própria também tiveram um expressivo aumento.

O uso destes repasses de ICMS em Alto Caparaó (Ambiental, Patrimônio Cultural e Turístico) é utilizado dentro dessas três categorias, porém, os valores destinados a eles sofrem diferenças. Mas, como há poucos recursos para o investimento em turismo, retira-se parte de um critério e a metade de outro. Funcionando da seguinte maneira:

Tudo é através das somas do ICMS turístico e dos 50% que o cultural me permite que são aqueles não vinculados aos patrimônios tombados nos inventariados. Não sai um real dos cofres públicos que não seja esses do ICMS que não seja desses eventos anuais, então ninguém na cidade terá como provar, “ah então você tirou dinheiro da saúde da educação pra fazer festa”⁴⁷².

O gasto com o turismo, segundo o secretário Municipal de Turismo da cidade, gira em torno de R\$150.000,00, onde este recurso provém dos repasses destes ICMS, “esse ano eu vou receber dos meus três ICMS algo próximo até R\$ 350.000, cento e cinquenta mil vão para eventos”⁴⁷³. Dentro do turismo, a área de eventos foi a escolhida para ser trabalhada em virtude dos altos gastos referentes a investimento em infraestrutura e a falta de recursos para isso. “Como toda obra de infraestrutura é cara e não temos recurso para, a gente agradece as boas ideias e tenta através de convênios com estados e com o governo federal, além de trabalhar mais sobre os eventos, que é uma das estratégias de promoção do destino”⁴⁷⁴.

O Turismo de Negócios & Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social⁴⁷⁵. Ao relacionar com a localidade estudada, percebemos que há possibilidade em se discutir sobre o turismo no âmbito de eventos e no de negócios, que é movimentado pela cafeicultura. A atividade turística principal ao longo do tempo girava exclusivamente sobre o PNC, no entanto, há uma busca pela diversificação de atrativos para a permanência do turista.

“Sobre o calendário de eventos, a lógica de pensá-lo é o seguinte: a gente tem eventos pensados para a comunidade interna e a região absorver até o mês de julho porque até o mês

⁴⁷² Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁷³ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁷⁴ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁷⁵ BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo de negócios e eventos: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 61 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

de julho a gente tem período de alta temporada”⁴⁷⁶. Assim, os eventos funcionam como um mecanismo de indução de demanda e de marketing de destino, gerando otimismo diante das dificuldades da sazonalidade, pois pretende-se utilizar os bens e serviços do turismo em uma época que não possui grande fluxo turístico.

Sobre essa importância do turismo de eventos para a localidade, Silva salienta: “em um momento que é necessário contornar os efeitos da "alta e baixa estação", visando fomentar o turismo em diferentes épocas do ano, para existir um maior equilíbrio da demanda, o Turismo de Eventos apresenta-se como uma solução ideal para os destinos turísticos⁴⁷⁷. Seguindo este raciocínio, a secretaria de Turismo de Alto Caparaó elaborou um calendário de eventos, totalizando 14⁴⁷⁸, para o ano de 2015, com intuito de diminuir as complexidades da baixa temporada.

Para esse efeito, com viés econômico, Silva explica que:

O Turismo de Eventos pode gerar muitos benefícios, tais como incremento na receita global do local-sede do evento, (um turista participante gasta três vezes mais do que um turista comum); melhora a imagem da cidade-sede do evento (o participante é um elemento divulgador do local). Além do emprego e da receita, e, igualmente, melhorias na infraestrutura como consequência do desenvolvimento turístico⁴⁷⁹.

Alto Caparaó pode se beneficiar tanto com o Ecoturismo, utilizando da presença do PNC, o Turismo de Eventos, que vem recebendo destaque pelo poder público como forma de atratividade para um novo mercado do turismo, e o desenvolvimento e estruturação do Turismo Rural, como já tem sido apontado como um interesse da maior propriedade da região. Em qualquer destes segmentos, o turismo será capaz de gerar renda para a localidade, o que se deve refletir aqui é, que muitas vezes essa renda acaba por se concentrar em algumas partes do trade, se afastando da perspectiva de desenvolvimento local sustentável, que é entendido como:

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de

⁴⁷⁶ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁷⁷ SILVA, Nilza Costa da. Turismo de Eventos. Revista Turismo. Maio, 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/eventos.html>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

⁴⁷⁸ Os eventos são: Fest Gospel, Motocross, Downhill, Concurso do Café, Campal, Encontro de Mountain Bike, Encontro de Trilheiros, Concurso de marcha de cavalos, Festa da Padroeira, Festa das Crianças, Quermesse da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Concurso de voo livre, Festa da cidade e Copa Turismo de Futsal.

⁴⁷⁹ SILVA, Nilza Costa da. op. cit. p. 1.

desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade⁴⁸⁰.

O desenvolvimento só é considerado local se houver a participação ativa de seus atores, bem como as reivindicações e sugestões vindas da população. Ela deve ser inclusiva e não concentrar a renda, oportunidade de melhorias e outros “privilégios” a uma pequena parcela dos envolvidos. É importante pensar como instituir o diálogo entre as partes para que juntas possam desenvolver um importante papel na produção do turismo como alternativa para emprego e vida para muitos da comunidade.

Apesar de ser necessário, em muitas vezes, utilizar apenas os fatores quantitativos para provar que houve mudanças em um território é falho. Devemos indagar sobre a subjetividade implícita no olhar sobre o desenvolvimento humano. Não cabe só ao município “melhorar numericamente” se continuar havendo restrições ao mercado de trabalho, restrições na capacidade de obtenção de renda, pouca melhoria de infraestrutura básica e turística. Para que o local seja estruturado de maneira mais hegemônica e sem orquestrar a atividade turística como destruidora, exploradora e que proporciona a marginalização de sua comunidade é preciso, conforme afirma Coriolano:

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização. Concretamente, espera-se que sejam programadas atividades de revalorização do lugar e de crédito aos habitantes do lugar⁴⁸¹.

O grande impasse a se pensar aqui é, a implantação da atividade turística muitas vezes não vem como ideal da própria comunidade, e sim de pessoas que possuem interesses em desenvolvimento em escala econômica, com o aumento de receitas, fortalecer a circulação de renda por ali, além da obtenção de lucros. Quando há o interesse por essa atividade pelo Estado, também está inserido o propósito inicial de lucrar, visualizando os números gerados pelo turismo. Conquanto, em última instância a comunidade é “indagada” por essa iniciativa, além de sofrer com possíveis perdas de autonomia e voz.

No caso de Alto Caparaó, a cidade teve seu foco turístico idealizado pelo entrevistado 2, membro da AMPS que, mais tarde, construiria o maior grupo ligado ao trade turístico na

⁴⁸⁰ CORIOLANO, Luzia Neide. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira et al. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 62.

⁴⁸¹ CORIOLANO, Luzia Neide. op. cit. p. 65.

cidade. Na década de 1970 decidiu investir em um equipamento turístico em meio a uma localidade rural, sem muitos recursos, mas acreditando em seu potencial turístico ligado ao PNC.

Depois que criamos o parque eu fiquei um ano como funcionário do parque, foi o primeiro e último emprego que eu tive. Daí nós fomos, eu fui liderar a criação de uma cooperativa de leite, em Realeza. E dali eu fui pro Vale do Rio Doce, criamos uma empresa particular de laticínios, e vendemos tudo com o recurso, fizemos primeiro o hotel com trinta apartamentos, aqui em Alto Caparaó. Não havia estrada, uma ocasião eu atolei um jipe, na cidade onde em frente é a câmara municipal hoje, foi preciso boi pra puxar, daí “cê” pensa bem na estrada pra frente⁴⁸².

O pioneiro na aposta do turismo justificou o motivo pelo qual criou o Caparaó Parque Hotel, por já conhecer a região e, mesmo na década de 1970, após a criação do PNC, “não havia estrutura para recebimento de visitantes, não havia restaurante, lanchonete. Então de turismo tem três centros de turismo, três “Cs”: o caminho, comida e a cama⁴⁸³. Essa ótica representa uma oportunidade ligada ao turismo, pois diante das condições reais daquela época, se pensar em investimento em algo incerto, era perigoso e exigia bastante cautela. Apesar das incertezas, o projeto seguiu adiante.

Você chegar aqui já era difícil, você tinha que chegar e não tinha comida, cama não existia, quer dizer, tinha que trazer a particular, é isso? Bem, por que que não tinha? Porque alguém que pensava em fazer falou o seguinte: “eu não vou fazer porque eu não venho”, e a pessoa que não vinha: “eu não vou porque não tem”, então, não vem porque não tem e não vem porque não vem. Alguém tinha que quebrar esse ciclo, né? E fomos nós, eu e a minha esposa. Essa decisão exigiu coragem, muita coragem, então foi daí que começou⁴⁸⁴.

Devido à visão sobre a capacidade de desenvolver o turismo em Alto Caparaó da AMPS, em especial Ronald Gripp, se fez importante, pois, a partir da criação desse meio de hospedagem hoteleiro, abriram-se oportunidades mais adiante para a construção de mais pousadas e estruturas que se beneficiariam desse novo ofício, que entrava em cena para tirar a dependência do café para a sobrevivência das famílias daquela comunidade.

A metamorfose propiciada pela incorporação do pensamento turístico na região trouxe, além de mão de obra para a construção do Caparaó Parque Hotel, futuros empreendedores que também apostariam na atividade promissora que viriam ser construídas naquele local. Como fora constatado que havia carência de uma “pousada que pudesse atender uma demanda de turistas que procuravam o meio ambiente e não queriam um hotel tão no

⁴⁸² Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁸³ Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁸⁴ Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

potencial que era o Caparaó Parque Hotel e procuravam um local geralmente para dormir e descansar, não precisaria ser uma pousada mais de classe média e alta”⁴⁸⁵. Foi assim que um mestre de obras mudou sua direção depois de trabalhar nessa construção, e virou gerente do hotel, comprou terreno e tornou-se um empreendedor.

Isso se deu no início dos anos 1990, onde o povo de classe média estava começando a fazer turismo e ecoturismo e não estavam encontrando um ambiente onde poderia ter o meio termo, aí ele viu essa brecha no mercado e falou: eu vou investir em uma pousada no Alto do Caparaó. E nisso começou a Pousada Bezerra⁴⁸⁶.

É notória a mudança ocorrida na paisagem, a partir da (re)organização do espaço para atender à nova demanda, pois necessitou-se utilizar de intervenções no solo, nas estruturas, localizações, mão-de-obra, para que pudesse iniciar o processo de “turistificação” de Alto Caparaó.

Relacionado aos meios de hospedagem, “todo mundo que tá aqui, que tem pousada aqui, que só tem dois que são daqui nativos, o resto é tudo gente de fora, que veio pra cá. Porque o pessoal daqui ainda não acredita muito em turismo, e tem medo de investir e ter problema com o investimento”⁴⁸⁷. Apesar da proeminência do investimento público acompanhado pelo discurso de importância do turismo para a população local, esta fala demonstra que os maiores beneficiados pelo trade no município não são provenientes desta comunidade.

Esta discrepância entre a procedência do investimento, do discurso e os detentores dos benefícios gerados pelo turismo e conseqüentemente das mudanças na paisagem de Alto Caparaó também pode ser observada na ocorrência cada vez maior da compra e construção de moradas por parte de não residentes com a finalidade de casas de veraneio, como demonstra o entrevistado 12.

A questão do investimento é um entrave quando se pensado em otimizar a atividade turística, pois existem dificuldades para se conseguir financiamentos, empréstimos, para pessoas físicas com uma renda não muito alta, além dos altos cargos tributários empresariais e empregatícios, o que, por sua vez, impõe desconfiança e instabilidade no manejo do ofício turístico.

Após a construção do Caparaó Parque Hotel, surgiram dificuldades para a sobrevivência do negócio em condições imprecisas, inserindo na paisagem mais uma

⁴⁸⁵ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁸⁶ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁸⁷ Entrevista n° 02 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

mudança significativa, a “evolução” dos equipamentos turísticos em Alto Caparaó: “Dali pra diante nós fomos crescendo, apesar de que foi preciso criar uma loja de artesanato, o restaurante, uma pizzaria e uma cafeteria, porque se não, nós também tinha que fechar, que o número de hóspedes de noite é muito fraco e essa ocupação nunca atingiu 25%”⁴⁸⁸. Apesar de ter sido o primeiro meio de hospedagem erguido no entorno do PNC o proprietário do Caparaó Parque Hotel investiu em sua ampliação, com cafeteria, loja de artesanatos e “lembrancinhas”, pizzaria e restaurante, além de ter um perfil de turista já delimitado de acordo com a estrutura oferecida a estes.

Existem, atualmente, oito pousadas em Alto Caparaó: Pousada Querência, Pousada do Rui, Pousada Serra Azul, Pousada Vale Verde, Pousada Vale do Caparaó, Pousada Chalés Pico da Bandeira, Pousada do Bezerra, Pousada Serra do Caparaó, além do Caparaó Parque Hotel. Em relação aos alimentos e bebidas, a infraestrutura da cidade se concentra em: Estância Gourmet, All Forno Gourmet-Pizzaria e Forneria, Chocolataria e Cafeteria Cacau Bandeira, Restaurante Cantinho Bistrô, Restaurante e Pizzaria Serrano, Estorinos Pizzaria, Restaurante Mineiro e Restaurante e Pizzaria Pé da Serra. No segmento do turismo rural, Fazenda Ninho da Águia e estruturas de lazer: Serra Paintball Wood Style e Cachoeira das Andorinhas⁴⁸⁹.

A infraestrutura é importante para que o turista tenha condições de permanecer no destino e assim, além de visitar os atrativos, movimentar a economia local, influenciando na vida de uma parcela da população, pois quanto mais condições para aumentar a sua permanência, mais gastos ele poderá gerar enquanto estiver no município.

Não somente os meios de hospedagem que cresceram na cidade, mas também o serviço de jipes se desenvolveu. O fato desse meio de transporte ser mais “forte” e resistente é utilizado muitas vezes por grupos que não vão de automóveis particulares e necessitam de meio de transporte para a chegada ao PNC, sendo estes provenientes principalmente da comunidade de Alto Caparaó.

O serviço de traslado e o de guiamento é oferecido por essas pessoas, que muitas vezes, podem possuir demais atividades, como o próprio café, estabelecimento comercial e outros, mas aproveitam da demanda e iniciam seus trabalhos provenientes da atividade turística. Percebe-se que, aos poucos, a população local vai se inserindo neste mercado e que

⁴⁸⁸ Entrevista n° 10 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁸⁹ Dados fornecidos por material de divulgação, FOLDER, da Prefeitura Municipal de Alto Caparaó.

confere a sua diversificação de trabalho e aquisição de renda. O turismo é um dos meios de desenvolvimento local.

“Dentro do parque você não encontra nada para comprar, toda parte de alimentação e qualquer outro utensílio, você tem que adquirir tudo fora do parque”⁴⁹⁰. Essa política que pode ser interpretada por visitantes como um empecilho, contudo, para a cidade pode ser mais uma alternativa em ganhar com o consumo na localidade. Todavia, depende muito do perfil do turista, bem como das opções oferecidas, pois estas variáveis influenciam diretamente no montante de gastos.

Com o aumento do número de turistas na cidade, os efeitos seguem essa proporção, pois estes “visitantes almoça nas cidades, tem várias lojas de artesanatos nas cidades, que eles compra, postos de gasolina vendem mais combustível, a padaria vende mais pão, o leiteiro vende mais leite, então traz divisas para a cidade com certeza”⁴⁹¹.

Este efeito pode ser explicado por Lemos o chamado “efeito multiplicador do turismo”, que tem o potencial para contribuir e muito com o desenvolvimento da localidade, contribuindo para o crescimento dos diversos setores presentes na região e, não necessariamente, aqueles ligados ao turismo.

No entanto, nem sempre número de visitantes na cidade quer dizer que há geração de gastos por parte deles, pois nem todos os visitantes compram na localidade e consomem algum tipo de serviço do turismo. Mesmo aqueles que optam por pernoitarem no parque, via camping, podem “levar tudo de casa”, não influenciando muito sobre a dinâmica local, muitas vezes, só pelo lado ruim, como acúmulo de lixo, depredação do patrimônio e outro tipo de atrito.

O mercado de trabalho em Alto Caparaó tem se beneficiado com as culturas mais evidentes: café e turismo. Contudo, há um obstáculo na conciliação dessas atividades, pois a alta temporada de turistas coincide com alta temporada na lavoura, o que reduz e muito a oportunidade de encontrar mão de obra, principalmente nos meses de junho e julho, gerando dúvidas desse trabalhador que pode “escolher” entre a lavoura ou o receptivo.

O que acontece aqui em Alto Caparaó que eu vejo aqui, isso é real, as pessoas de outra cidade vêm trabalhar aqui. Quer dizer, a oferta de emprego aqui é maior que a demanda. Porque muitas pessoas vêm de fora para trabalhar aqui. Tanto na área de turismo quanto na área do café. Vêm pessoas de fora para trabalhar aqui, vêm professores de Auto Jequitibá trabalhar aqui. Vêm pessoas de fora trabalhar aqui na pousada, nos hotéis, restaurantes. Então a oferta de trabalho aqui não falta emprego,

⁴⁹⁰ Entrevistado 1. Entrevista a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁹¹ Entrevistado 1. Entrevista a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

a pessoa que estiver parada aqui é porque não quer trabalhar. Porque emprego tem muito e trabalho tem muito⁴⁹².

Há uma permanência significativa em relação à comunidade local, que se vê em possibilidade de se inserir no mercado de trabalho com menor dificuldade em relação a outros municípios, inclusive vizinhos. Esse fator, sobre o mercado de trabalho, foi muito referenciado durante as entrevistas como farto, em que alguns trechos diziam “só não tem trabalho que não quer trabalhar”. Mas não podemos deixar de mencionar a questão da legalidade no vínculo empregatício, o que gera muita preocupação tanto para os trabalhadores, quanto para os empresários, que deixam de empregar mais, devido à alta carga tributária e o turismo ser um a variável sazonal, o que dificulta investimentos altos com uma chance de obter prejuízos.

“A gente sente todo ano, temos esse problema, acaba a colheita do café a gente tem uma oferta de mão de obra absurda, gente que trabalha, gente que quer serviço, chega na época de colheita de café a pessoa não vem trabalhar, a pessoa some”⁴⁹³. O contratempo que é presenciado nesta questão é que, para conseguir “segurar” este funcionário, deve-se assinar a sua carteira, pois assim consegue “mantê-lo firme” ao empreendimento, mesmo se o custo ser muito alto para os patrões e que, de certa forma, diminuam a sua lucratividade.

Uma forma de contribuir de modo mais abrangente com a movimentação da economia local seria o consumo de produtos vindos dos produtores rurais, por exemplo, como leite, queijo, café, doces e etc. No entanto segundo o entrevistado 5:

A maioria dos produtos hoje, devido à vigilância sanitária somos obrigados a comprar de produtor não rural, tem que ser produtos identificados com SIF... antigamente no começo a gente trabalhava com produtos rurais, com a dificuldade hoje da desilusão de se conter também o perigo da contaminação dessas coisas a gente ficou um pouco... eu compro tudo no comércio local porém, carne tem que ser de frigorífico, o queijo tem que ser do laticínio, onde tem o SIFE que tem o Selo essas coisas... então a gente ficou impedido um pouco de trabalhar com essas coisas rurais, apesar de ter um valor aqui ainda não tem uma certificação dos produtos rurais⁴⁹⁴.

Em alguns casos, as práticas burocráticas tornam-se entraves para o funcionamento e a organização dos produtores. Porém a fiscalização sobre o manuseio de produtos alimentícios,

⁴⁹² Entrevista n° 01 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁹³ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁹⁴ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

para que haja controle e qualidade sobre o fornecimento de alimentos aos consumidores se faz necessário. O caminho possível seria a ação conjunta entre os produtores, poder público e órgãos de fiscalização para a adequação da produção aos critérios estipulados.

A atividade turística tem absorvido parte da população do entorno do PNC com suas ocupações e investimentos, segundo o entrevistado 5, há “falta de alguém que trabalhe com turismo sem visão política, que tivesse ‘sensibilidade turística’, pois ainda não entende que o turismo é um potencial que vem e gera renda, o público vai embora, mas deixa o dinheiro para rodar aqui no comercio local”⁴⁹⁵.

O poder público, representado pela Secretaria Municipal de Turismo, tem sido visto como promotor de pontos positivos sobre a atividade turística, de acordo com o trade:

Pois estamos aí com dois anos com a Secretaria de Turismo, quer dizer ela já está provocando resultados bons para nós, já tem promovido roteiros, acabou de inaugurar um roteiro integrado, com Caratinga e com Ipatinga, quer dizer acaba desenvolvendo o nome do Alto Caparaó em duas cidades maiores e vizinhas, uma a 120km daqui e outra a 220 km daqui, isso vai provocar conhecimentos, vai provocar as pessoas chegarem na cidades grandes e que às vezes também falta é uma política pública tranquila mais transparente, ter uma agente, e falar vamos fazer isso⁴⁹⁶.

Por outro lado a “falta de visibilidade” do destino de Alto Caparaó é argumentada de forma a condenar o “descaso” do poder público de instâncias maiores, pois alegam que há carência de interesse em investir nessa pequena localidade, que há conjuntura de desenvolver “uma comunidade que tem potencial para oferecer, tem condições e dá para se ordenar e que todo lugar cresce por si só, independente se há ordenamento ou não, então se tem condição de ordenar eles estão perdendo uma grande oportunidade de ordenar o turismo de fazer a coisa acontecer de forma sustentável”⁴⁹⁷.

Nesse discurso, percebemos que o sentimento de indiferença do poder público é grande, pois ele deveria entrar com investimentos mais caros, principalmente no que diz respeito à infraestrutura, o que a prefeitura não consegue. Ainda que haja iniciativas, não há visibilidade suficiente para o Estado injetar o investimento nessa cidade.

As empresas de pequeno e médio porte, hoje, possuem uma perda relacionada aos grandes empreendimentos, pois, as formas de pagamento modificaram-se ao decorrer dos anos, o que implica em geração de despesas que os pequenos proprietários não possuem condições viáveis para poder subsidiar tais custos, como cartão de crédito, por exemplo. Os

⁴⁹⁵ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁹⁶ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁴⁹⁷ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

equipamentos turísticos estão começando a adequarem-se às condições de uso das funções crédito e parcelamentos, por exemplo, o que facilita a compra para o consumidor, que, em alguns casos, só pode viajar mediante condições “mais facilitadas”.

Através de uma comparação com um destino já consolidado no turismo, feita por um empresário, evidencia a real situação em que as localidades do interior e de menor estrutura enfrentam diante de uma “concorrência desleal”: “Porto Seguro tem mil hotéis hoje, a gente aqui tem um hotel e sete pousadas na cidade, não tem uma estrutura que dá para fazer isso, apesar que a gente tem tentado, vender a diária parcelada, uma, duas, umas três, então estamos tentando adequar no mercado, mas não é fácil”⁴⁹⁸.

A crise é mundial, mas na economia brasileira tem refletido de formas diferentes nessa localidade, pois, segundo o entrevistado 5, causou declínio em reservas e no consumo, afetando a circulação de renda na região. Por outro lado, essa mesma crise tem induzido muitos turistas a esse destino, pois, com o aumento do dólar, o turismo doméstico ficou mais barato em relação ao internacional.

A mídia e redes sociais, através de programas televisivos, vídeos em canais do youtube, uso de hashtags, check in e outros, vem sendo utilizadas a favor da promoção da atividade turística em Alto Caparaó. Através da internet, as notícias têm se propagado de maneira muito rápida e atingindo diversos nichos de público. Além desses meios, a presença da cidade em um Circuito Turístico, o Pico da Bandeira, além de seu nome ligado ao café, que detém o título de melhor café do país, tem conseguido atingir grande perceptibilidade em âmbito nacional e internacional.



Figura 56 – Placa localizada na entrada da cidade.
Fonte: A Autora (2016).

⁴⁹⁸ Entrevista n° 05.

Porém as grandes operadoras de turismo sofrem com obstáculos para a disponibilização de pacotes para o destino de Alto Caparaó. Os motivos apontados pelo entrevistado 5 se caracterizam pela falta de aeroporto próximo, o sucateamento das estradas de acesso e localização da cidade, que apesar de estratégica quando se pensa em divisa de estados, está a distâncias consideráveis das principais metrópoles regionais, a ponto deste afirmar que “o turismo, parou, né, de ter o turismo terrestre, facilitou muito viajar de avião, então isso também diminuiu um pouco o turismo terrestre”⁴⁹⁹.

Por outro lado, de acordo com o Secretário de Turismo, as dificuldades dessas operadoras em formatar esse pacote consistem principalmente na forma de reserva para entrada no PNC: como não há maneira de “garantir a entrada” e como o principal atrativo é este, não possui segurança para a venda desse roteiro. Nesta mesma lógica, há a dificuldade em se estabelecer uma empresa de turismo receptivo, porque o que mais quer se consumir, que é a visita ao PNC, não é comercializado, dificultando a dinâmica local.

Mediante esta questão, está sendo desenvolvido uma estratégia para o aumento da atratividade no município para além do PNC. Nesse sentido, o turismo de eventos vem despontando como grande promessa, sendo constituído principalmente por eventos de cunho religioso, esportivo, de produção rural, como o concurso do café, além do aumento da procura por eventos de casamento, na busca do “exótico” para ser registrado neste momento.

É evidente que a existência do PNC não pode ser desprezada, haja vista que o turismo surgiu pela existência do seu maior atrativo, o Pico da Bandeira, e é esta UC que atraiu milhares de turistas ao longo desses anos. Sua importância permanece diante de todas as outras formas de indução de turistas e sua representatividade ultrapassa o valor econômico e entra no valor simbólico. “Ele (o PNC) representa uma importância muito grande, a segurança, natureza, representa Alto Caparaó em 90% em mídia nacional e internacional, se o Alto Caparaó é conhecido, é por causa do parque, ele é o principal meio de desenvolvimento sustentável, vou dizer que, regionalmente ele é o maior promotor do desenvolvimento”⁵⁰⁰.

A ocupação desse território por empreendimentos turísticos e o incentivo à sua prática, desencadeou uma ocorrência típica nas localidades turísticas: a supervalorização da terra. “‘Nossa mãe’, aqui houve demais, até por parte da prefeitura a tributação aumentou muito, houve um aumento em mais de 300% só no nosso Imposto Predial e Territorial

⁴⁹⁹ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁵⁰⁰ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

Urbano-IPTU. Nos últimos dez anos para cá, houve uma supervalorização enorme da área, no metro quadrado uma das áreas o metro quadrado mais caro é aqui”⁵⁰¹.

O preço dos lotes na cidade tem aumentado muito, conforme alguns entrevistados, que alegam que o crescimento do perímetro urbano tenha condicionado ao aumento da infraestrutura e, conseqüentemente, o aumento do valor das terras. A construção de casas e pousadas aumentou de maneira significativa, fazendo subir o valor do lote, em um período de uma década, cerca de 5 vezes o valor pago inicialmente. “O lote há 10 anos atrás, eu comprei um por 6 mil. E hoje se eu fosse vender ele seria um R\$50.000 mil. Hoje um lote, no loteamento novo, você acha por R\$20.000, R\$30.000 mil”⁵⁰².

Existe a intenção por parte da prefeitura e demanda vinda dos setores ligados ao trade para a construção de um centro de informações ao turista, logo próximo à entrada da cidade, uma loja de souvenir, uma estação rodoviária, um centro de convenções e um parque de exposições. Contudo, os investimentos necessários, segundo o poder público, não condizem com a realidade orçamentária disponível.

Além das demandas e ações oriundas da Prefeitura de Alto Caparaó, da administração do PNC e do setores ligados ao turismo podemos destacar a associação Circuito Turístico Pico da Bandeira Como já mencionado, a adesão a um circuito turístico é critério obrigatório para o recebimento de ICMS Turístico. Alto Caparaó faz deste circuito, que é formado por 17 municípios mineiros e destaca-se pela beleza natural do PNC⁵⁰³. Além deste critério, o município que é associado possui alguns benefícios, como a divulgação do nome, sua ligação com os demais municípios, proporcionando a integração das cidades de seu entorno.

O Circuito Turístico Pico da Bandeira tem por missão orientar e estimular os associados para atuarem na construção do desenvolvimento sustentável do turismo local e regional. Além de agir em consonância com os Programas de Regionalização do Turismo Nacional e Estadual, cumprindo a função de Instância de Governança Regional para o desenvolvimento sustentável do turismo⁵⁰⁴.

⁵⁰¹ Entrevista n° 05 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁵⁰² Entrevista n° 07 concedida a AMARANTE, Fahrenheit Barbosa.

⁵⁰³ O Circuito é composto por tais municípios: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Durandê, Espera Feliz, Faria Lemos, Lajinha, Luisburgo, Manhauçu, Manhumirim, Martins Soares, Pedra Dourada, Santana do Manhauçu, Simonésia e Tombos. Circuito Turístico PICO DA BANDEIRA: A aventura de viver dias inesquecíveis. Agência do Desenvolvimento Regional do Circuito Pico da Bandeira, Espera Feliz, p.11.

⁵⁰⁴ Estatuto Social do Circuito Turístico Pico da Bandeira. Disponível em: <<http://www.circuitopicodabandeira.com.br/index.php/o-circuito/estatuto-social>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

Alto Caparaó também participa de um roteiro intitulado “Caminho da Luz”, que inicia o percurso em Tombos e termina em Alto Caparaó. A princípio, a pretensão foi montar uma rota que era percorrida pelos tropeiros, religiosos e aventureiros na travessia dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, passando por Minas Gerais, e também proporcionar à região uma alternativa turística⁵⁰⁵. Esse caminho é “nos moldes” do Caminho de Santiago de Compostela (Espanha), em que é dedicado à peregrinação, além de ter fazendas “históricas” preservadas⁵⁰⁶.

Poderíamos presumir que o turismo em Alto Caparaó passa por uma fase de consolidação e crescimento, contando com ações provenientes das esferas públicas e privadas, além da comunidade local, que mesmo em menor escala, começa a receber os efeitos do turismo no município, sendo que, muitos deles, se inserem nesse contexto como empreendedores e mão de obra.

Há, contudo, ideias e propostas para a potencialização do turismo na cidade, através de políticas públicas vinculadas a órgãos, como do circuito turístico, diversificação de oferta, ao se estabelecer um calendário de eventos, que contribui para a diminuição dos impactos negativos oriundos da sazonalidade, buscando a movimentação constante, mas em menor escala, propiciando uma melhor circulação de renda e inserção dos autóctones dentro desse sistema.

Este fato pode ser vislumbrado pela mudança de proposição da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Turismo de Alto Caparaó–ACIAT, antiga AMPS, que em um primeiro momento defendia a criação do PNC como a maneira de inserir Alto Caparaó em um dos destinos turísticos no Sudeste, discute hoje maneiras de diversificar os atrativos da cidade.

Faz-se necessário, assim, o diálogo em meio aos jogos de interesse dos diferentes atores sociais envolvidos com o turismo, que se pautem na premissa de um desenvolvimento que possa contribuir com as melhorias de todos os setores de maneira que não se privilegiem apenas o grupo mais forte economicamente.

Através do exposto, apesar de notarmos a importância da atividade turística no território de Alto Caparaó, que tem proporcionado melhorias de estruturas físicas e sociais, como implementação de infraestrutura, aumento de postos de trabalho, possibilidade de fomentar uma agricultura familiar parceira do turismo, percebemos que ainda não se faz tão

⁵⁰⁵CAMINHOS da luz. Caminho do Brasil. Disponível em: <http://www.caminhodaluz.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=73>. Acesso em: 2 jul. 2016.

⁵⁰⁶ PLANO municipal de Turismo (2013-2016). Prefeitura de Alto Caparaó: 2013-2016. p. 23

significativo perante aos moradores locais que ainda se mantêm ligados à cultura do café, que permeia na localidade desde o início do século XX.

O turismo, é apontado como uma oportunidade, porém a maioria que visualizou são os de fora” que aos poucos ampliam seus empreendimentos, mas que oferecem oportunidade de trabalho para os moradores. Esse item de será discutido no capítulo 5, onde a teoria pode ter um encontro com a prática.

PARTE II

6 A CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Quando você pensa em turismo, certamente pensa em viajar. Mas temos que entender que o turismo é também receber turistas, planejar e organizar sua produção, gerar emprego e renda.⁵⁰⁷

Este capítulo trata do desenvolvimento e cumprimento do curso de capacitação direcionado aos profissionais que atuam na área do turismo, na região de Alto Caparaó. Devido a limitações como disponibilidade do ministrante e dos alunos, a realização do curso tornou-se um processo difícil. Não obstante, os objetivos principais foram alcançados

O curso foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, do Departamento de História da UFV. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES, órgão que orienta os cursos de pós-graduação no Brasil, o mestrado profissional, “é uma modalidade de mestrado criada pela CAPES com o intuito de promover o aperfeiçoamento da qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao mestrado acadêmico, pois confere idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência”. Ao iniciar essa modalidade de mestrado, além de apresentar uma análise teórico-metodológica sobre determinado assunto, deve-se também, a partir daquela reflexão, apresentar uma parte prática. Essa parte prática corresponde a uma atividade ou material no qual sejam aplicados os conhecimentos teóricos obtidos durante a realização das atividades teóricas do mestrado.

A proposta de atividade prática a ser realizada na região de Alto Caparaó foi incentivada para que pudesse abranger não somente o campo teórico, mas também o campo prático. Acredita-se na importância de uma atividade como essa para a localidade, uma vez que os conhecimentos produzidos na academia têm a possibilidade de se tornarem alternativas práticas.

Sendo assim, diante da hipótese de que a atividade turística tem sido um dos elementos propulsores do desenvolvimento local na cidade, foi pensado um Curso de

⁵⁰⁷ LEMOS, Leandro de. op. cit. p. 56.

Capacitação Profissional, com a finalidade de preparar uma mão de obra diferenciada, pronta para ser inserida nesse novo nicho de mercado, o turístico, que tem crescido significativamente nos últimos anos na região.

A conexão dessa proposta com o debate acadêmico torna-se importante e necessário, uma vez que a pesquisa buscou apontar os impactos que o turismo causou ao município de Alto Caparaó, sob uma delimitação temporal de 1961-2014. Após o levantamento dos dados, realização das entrevistas e reflexões sobre o assunto, percebemos a importância de criar uma mão de obra capaz de ser um fator diferencial no momento de abertura de novas possibilidades na área do turismo, bem como fazer uma breve discussão e estabelecer um elo entre a teoria e a prática.

O turismo foi apontado como um dos fomentadores do desenvolvimento local, ele pode ser interpretado como indutor de inclusão e criação de oportunidades e melhorias para a comunidade local. Sendo assim, algo que fosse realizado nesse raciocínio relacionado ao turismo, seria válido e significativo para todos.

Sob essa perspectiva, Fernandes argumenta:

Um outro aspecto a considerar é que, ao trazer recursos para uma determinada localidade, o turismo beneficia de alguma forma o setor público local. Isso se dá com o aumento da arrecadação de tributos. Assim, os grandes desequilíbrios orçamentários são reduzidos nas áreas carentes de recursos, infraestrutura básica imprescindíveis para o crescimento da atividade turística⁵⁰⁸.

O turismo pode ser uma alternativa para as pequenas localidades desenvolverem mecanismos de diversificação das atividades econômicas desenvolvidas no território, fazendo com que haja “melhorias” do ponto de vista econômico que podem desencadear outras, físicas, sociais e culturais. No entanto, essa alternativa deve ser planejada a fim de propor mais benefícios do que prejuízos ao destino e aos seus envolvidos.

A escolha desse projeto para aplicá-lo na cidade estudada, partiu das reflexões obtidas por meio dos dados levantados a partir da pesquisa bibliográfica referente ao turismo, incluindo dados qualitativos e quantitativos, pois este ofício é complexo e requer uma análise mais profunda para conhecer de fato, as reais influências sobre a dinâmica local. Sobretudo, a escolha foi o resultado da percepção, após a realização das entrevistas, da falta de estruturação humana no setor turístico.

⁵⁰⁸ FERNANDES, Ivan Pereira. Economia do turismo. Rio de Janeiro: Campos, 2002. p. 91-92

“Mão de obra desqualificada. Este é um dos grandes desafios de quem atua no ramo do turismo e motivo frequente de reclamação entre empresários do setor, seja da área de hospedagem, alimentação ou agências viagens⁵⁰⁹”. Pensando sobre essa lógica, foi importante refletir sobre as condições em que o trabalhador desse ramo tem se inserido e como o serviço pode influenciar a sua carreira e o êxito da empresa em que o mesmo trabalha.

Nestes casos, o que se deve ter em mente é que “não adianta a gente ter uma demanda de clientes e não ter a qualidade dos serviços que o turista precisa⁵¹⁰”, ou seja, além da oferta dos bens, o turismo se pauta sobre a prestação de serviços que devem garantir a satisfação do cliente, bem como a eficiência do empreendimento.

Em um mercado competitivo como o do turismo, é importante destacar-se com algum diferencial. Quando não há muita diversificação da oferta das acomodações ou produtos comercializados, deve-se ter em mente a importância desse atendimento que pode encantar o cliente, e torna-lo fiel. Este, por sua vez, deverá atrair mais clientes e, conseqüentemente, a empresa deverá obter mais lucro e continuar com o empregado contratado. Dessa maneira, o processo beneficia muitas pessoas e setores, de maneira direta e/ou indireta.

A proposta de realizar um curso que pudesse relacionar a discussão teórica e tentar incluí-la na prática para os moradores de Alto Caparaó, partiu, sobretudo, da influência de alguns fatores que foram classificados como relevantes, como por exemplo:

- A minha formação acadêmica em bacharelado em turismo se fez importante para analisar a realidade em que o município se encontra e sob quais perspectivas esse mercado pode se desenvolver sob o aspecto social, pensando em estratégias de integração e, acima de tudo, de capacitação profissional para uma oportunidade desses habitantes se inserirem no mercado;
- Após a visita de campo, foi constatada a falta de profissionalização da maioria dos setores, mas, o turismo, por ser uma atividade que se insere dentro do setor terciário, requer treinamentos a fim de que haja uma melhor forma de ministrar suas atividades, que se pautam, na maioria das vezes, com o contato direto com

⁵⁰⁹ SANTOS, Marinilda. Falta de mão de obra qualificada é apontada como um dos grandes gargalos para o desenvolvimento do turismo em Palmas. Turismo de Negócios.10 maio 2015. CLEBER TOLEDO. Disponível em: < <http://www.clebertoledo.com.br/n53818>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

⁵¹⁰ TURCATO, Márico. In: SANTOS, Marinilda. Falta de mão de obra qualificada é apontada como um dos grandes gargalos para o desenvolvimento do turismo em Palmas. Turismo de Negócios.10 maio 2013. CLEBER TOLEDO. Disponível em: < <http://www.clebertoledo.com.br/n53818>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

o cliente, o que exige de certo modo cautela e técnicas para a condução do trabalho.

- Apesar das “antigas gerações” não possuírem uma escolaridade completa e isso, de certa forma, pode influenciar a aceitação de treinamentos, a camada mais jovem altocaparaense tem buscado investir em educação e, é um mercado que deve ser considerado com atenção, pois representam o futuro da localidade;
- Para aqueles que já estão ligados ao setor turístico, como em qualquer outro campo de trabalho, cursos de capacitação, reciclagem, entre outros, são sempre vistos como uma oportunidade propulsora de otimizar a qualidade dos produtos e serviços ofertados por esses profissionais, ao se tratar do turismo, quanto melhor o serviço, mais probabilidade em obter êxito nos empreendimentos;
- Ausência de cursos com esse foco, em qualidade no atendimento ao turista, proposto no município, fez com que despertasse o interesse em promover algo inovador, que pudesse chamar a atenção e os motivasse a realizar esta capacitação, com intuito de melhoramento nas atividades desenvolvidas por eles.

A partir dessa soma de itens, este curso foi elaborado com o intuito de melhorar o atendimento de uma comunidade que vem incorporando o turismo como uma de suas atividades que mais geram renda e ocupação. Através do debate proposto neste trabalho, em levantar as mudanças ocorridas em Alto Caparaó em virtude da influência do turismo, partindo do pressuposto que essa atividade representa um dos caminhos para o desenvolvimento local, fez-se valoroso ressaltar a importância da capacitação para que as expectativas possam ser ampliadas em meio a qualificação.

“Educação, treinamento, qualificação para o trato diário com o turista. Quanto mais pessoas treinadas, capacitadas, com formação técnica e universitária, melhor para o desenvolvimento do turismo, melhor para o bem-estar da população⁵¹¹”. Sob a ótica de Fernandes e a aplicação para o território de Alto Caparaó, o treinamento nunca é em vão, ele apresenta como meio promotor de ensejos de melhorias, seja de emprego, de vida, ou de outras variáveis.

⁵¹¹ FERNANDES, Ivan Pereira. op. cit. p. 30.

“Na realidade, a educação deve ser vista como um instrumento de mudança social, já que é por meio dela que se imporá e realizará a sociedade democrática”. Ainda, sobre essa questão, Fernandes elenca uma série de itens que devem ser contemplados através da educação, o que se encaixa diretamente com o tema proposto por ser descrito como: “assimilar que as comunidades locais são o foco do muito que precisa ser feito para implementar essa mudança para a vida sustentável, mas elas podem fazer muito pouco se prescindirem o poder de agir⁵¹²”.

A opção em realizar uma aproximação teórica mais simples, se for comparada às discussões acadêmicas, teve como objetivo atingir o público-alvo inicial, que, muitas vezes, não dispõe de um entendimento técnico mais aprofundado, optando assim, por uma maneira de comunicação que chegasse aos cursistas de maneira mais natural e clara.

Dessa forma, os temas versados além do material oferecido (a apostila), foram utilizados outros recursos como vídeos, dinâmicas como conteúdos complementares para uma melhor apreensão e abertura das discussões que foram incentivadas durante todo o curso. O importante era, além de desenvolver habilidades que fossem capazes de prepará-los ou aperfeiçoá-los para este mercado de trabalho, mas que fossem provocados a discutirem as percepções sobre a atividade turística no município.

A relação deste curso com a pesquisa, é que, o turismo agindo como uma das forças que condicionam o desenvolvimento local, e, através da capacitação desse público, desencadeia novos cenários que podem contribuir para a continuação dessa atividade. A questão da qualidade no atendimento turístico, se pauta na seguinte conjuntura: o “turismo é serviço, e requer qualidade, sempre, dia após dia, noite após noite. Não há espaço para mau humor e cara feia. Quem trabalha com turismo deve, acima de tudo, gostar de lidar com pessoas, mesmo que elas, muitas vezes, não retribuam na mesma moeda⁵¹³”.

Inicialmente, o curso havia sido elaborado para o público alvo que se encontra dentro do campo turístico ou, que planejam ser inseridos neste mercado, que vem crescendo consideravelmente nesse município mineiro. No entanto, algumas dificuldades foram maiores e não permitiram que esse público fosse priorizado, como era o intuito inicial, mas que foi capaz de ampliar os debates e a construção de um conhecimento e as críticas sobre as condições em que a mão de obra na cidade se encontram.

⁵¹² Ibidem, p. 39

⁵¹³ Ibidem, p. 113.

As dificuldades encontradas para a aplicação do curso para o público alvo inicial, podem ser enumeradas como:

- O programa de mestrado profissional não prevê bolsa, o que prejudica o desenvolvimento do trabalho pois, o prazo torna-se ainda mais curto quando se trabalha e, este fator, foi presente durante todo o período curso;
- A coleta de dados foi posterior ao início da pesquisa bibliográfica, o que, somente a partir da observação in loco, pôde-se imaginar uma aplicação que estivesse em consonância com o assunto discutido dentro do texto da pesquisa;
- Diante de uma análise profunda e precisa dos dados do campo, principalmente as entrevistas, que foram importantes para a construção da proposta de prática deste debate;
- Falta de compatibilidade temporal entre a pesquisadora e o público- alvo, pois, o turismo sendo uma atividade sazonal, justamente nos períodos de férias escolares, finais de semana, feriados prolongados é que os destinos possuem o aumento no número de visitação e, sendo essa mesma temporada, que há a disponibilidade da investigante, o que acarretou transtornos em relação ao estabelecimento da data do evento;

Mesmo diante de todos esses fatores supracitados, alguns empreendedores do trade, mobilizaram-se com intuito de auxiliar na execução do mesmo, divulgando para os funcionários, conhecidos e pessoas que atendiam a esse perfil inicialmente traçado. Porém, algumas pessoas demonstraram total desinteresse e, mesmo o curso sendo gratuito, não houve grande demanda para ele. Ao chegar mais próximo do evento, outras pessoas que estavam interessadas, desistiram, alegando excesso de trabalho e cansaço.

Segundo um proprietário de uma pousada em Alto Caparaó, sempre quando há propostas de aplicação de cursos, em diversas áreas, como no meio rural, que é o interesse da maioria das pessoas da região, é um “custo” para se conseguir público. As pessoas não veem uma boa oportunidade ao se qualificarem, alegam “pouco” estudo e resistem a este tipo de coisa.

Módulo	Conteúdos trabalhados	Recursos utilizados	Carga Horária
I- Turismo	Conceituações sobre o turismo; Possibilidades no mercado de trabalho. Atividades.	Apostila, Datashow e lousa.	4 Horas
II-Qualidade no atendimento ao turista	Mecanismos de como realizar o atendimento com o máximo de qualidade. Atividades.	Apostila, Datashow e lousa.	4 horas
III- Clientes	Clientes internos x externos; Perfil dos clientes e como lidar com eles. Atividades.	Apostila, Datashow e lousa.	4 horas
IV-Inserindo no mercado de trabalho	Imagem pessoal; Características profissionais; Processo de encantamento dos clientes. Atividades.	Apostila, Datashow e lousa.	4 horas
“Módulo Extra”:	Explicação, através de um glossário, sobre os termos usados em turismo; Discussão sobre o cenário turístico na cidade.	Datashow; Internet.	4 horas

Tabela 13 – Plano de Curso de Capacitação Profissional.
Fonte: A Autora (2016).

O curso foi pensado em uma carga horária de 20 horas, a ser realizado no município de Alto Caparaó, dividido em 4 (quatro módulos) na apostila. No final do último módulo, as questões, além de abarcarem esse tema, fizeram um apanhado geral do que se discutiu, além de pedir relatos dos cursistas sobre a experiência em realizar essa capacitação e o discernimento sobre o turismo em Alto Caparaó.

O processo de divulgação do curso foi realizado online, sendo realizado através da internet, com o envio de e-mails para os setores ligados ao turismo, principalmente as pousadas, pois possuem o maior número na cidade, como também restaurantes, “jipeiros”, guias, comerciantes e em escolas. Entretanto, é importante salientar que o maior entrave foi o tempo disponível e comum para a execução dessa proposta entre ambas as partes.

As inscrições foram direcionadas a pousadas, “jipeiros”, guias, artesãos, atendentes, pessoas que atuassem na área de alimentos e bebidas, comércios e escolas. A demanda que prevaleceu foi de professoras, mas também havia 1 pessoa que trabalha em um dos restaurantes da cidade, 2 pessoas ligada à Associação de Artesãs, agente comunitário, fiscal sanitário e outras que atuam no comércio da cidade.

As inscrições se deram através do preenchimento da Ficha de Inscrição, que era enviada para o e-mail da pesquisadora, em que já fazia o cadastramento do público. O público que, de fato, fez o maior número de inscrição, foi o de professores, em que buscavam uma complementação aos seus conhecimentos, pois o trabalho com ser humano, tanto na educação, quanto no turismo, requer muitas vezes, técnicas e estratégias para serem realizados com êxito.

Os cursistas eram 11 onze, 7 dessas eram professoras da rede municipal, em que demonstraram interesse em aprimorar os conhecimentos em relação a área de atendimento ao público, 1 (uma) cursista que atua no setor de Alimentos e Bebidas, 2 (duas) que fazem parte da Associação de Artesãs de Alto Caparaó, 1 (um), trabalha na loja de artesanatos do grupo Caparaó Parque Hotel, que além de não ser natural de Alto Caparaó, busca capacitar-se para “se garantir” no emprego.

Apesar de heterogêneo, devido ao campo de atuação no mercado profissional e a formação educacional, o grupo apresentou-se coeso e com muitas possibilidades de discussão, onde foram realizadas várias “provocações” no que diz respeito aos tipos de atendimento ao cliente, o perfil e as questões referentes as mudanças na cidade condicionadas com a atuação da atividade turística, o que foi extremamente valioso.

O curso foi ministrado em três encontros, ministradas no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Noêmia de Oliveira Emerich, no município de Alto Caparaó-MG, entre os dias 04 a 06 de julho de 2016, com carga horária total de 20 horas, quando foram debatidas as temáticas sobre turismo, qualidade na prestação de serviços como um todo, tipos de clientes e a inserção no mercado de trabalho.

No primeiro encontro, houve a apresentação dos cursistas e a fala sobre a expectativa do curso. A maioria dos cursistas é de professores da rede municipal de educação de Alto Caparaó, que viram nesse curso uma capacidade de aprimoramento de suas habilidades e, pelo fato de muitas serem contratadas, é um outro caminho a ser considerado em uma hipótese de saída do setor da educação.

No início, as discussões foram voltadas para a questão do turismo, qual a diferença entre um turista e um excursionista, além dos pontos negativos e positivos da atividade turística como um todo, e as prévias conclusões sobre o turismo como fator de auxílio ou promotor do desenvolvimento local ou não.

O debate sobre os efeitos do turismo nas localidades foi abordada de maneira abrangente, apontando os problemas e as vantagens de ter a atividade turística presente no território. Dentro dessa conversa, foram listadas possibilidades em se amenizar os impactos negativos e otimizar os positivos, sendo uma oportunidade para pequenas localidades, como no caso de Alto Caparaó.

O turismo, em uma perspectiva nacional, tem contribuído muito para a arrecadação de renda e o aumento do PIB nas cidades, regiões e conseqüentemente no país. Além de promover oportunidades de emprego, pode proporcionar melhoria para a população local como uma infraestrutura melhor, saúde, educação, entre outros benefícios. Mas, não podemos deixar de mencionar que, se o turismo não tiver um planejamento, ele poderá ser um problema, que causará transtornos como exclusão populacional, concentração de renda, degradação ambiental, acúmulo de lixo e etc.

Após as discussões sobre os conceitos do turista, a atividade como um todo e sua influência para Alto Caparaó, dentro desse contexto explicitado, podemos observar as seguintes repostas dos cursistas, relacionadas as atividades propostas dentro do material ofertado para o curso:

Ao pensar a atividade turística, quais são os pontos positivos e negativos que você indicaria para a geração de emprego em Alto Caparaó? Faça uma breve análise.

Cursista	Pontos Positivos	Pontos Negativos	Observações
C1	Geração de empregos; Ruas asfaltadas; Melhorias na iluminação, saúde e segurança.	Pessoas fora da cidade que estão abrindo negócios	
C2	Investimentos no turismo rural, geração de capital e renda para o povo	Degradação do meio ambiente, acúmulo de lixo e aumento do consumo de água.	
C3	Desenvolvimento da cidade.	Com o desenvolvimento, pessoas de Má índole passam a frequentar a cidade.	
C4	A prefeitura trabalhar em conjunto com as pousadas, restaurantes etc. inclusive com o parque nacional	A falta de divulgação sobre nossa cidade, sendo que temos uma grande variedade de produtos a oferecer.	
C5	Melhorias da cidade. As atividades turísticas colaboram com os comércios, com o giro maior de capital; aumento da demanda de mais empregos.		
C6	Aumento dos empregos através de restaurantes, casa de artesanato, etc.	São aumento de drogas, lixo, roubos.	

continua

C7	Com o crescimento do turismo gera mais empregos	Mas muita das vezes, as pessoas de que vem de outras cidades conseguem emprego com mais facilidade e as da própria cidade tem alguma rejeição.	
C8		A falta de espaço para construir novos comércios, pois o centro da cidade já não há mais espaço. Muitas pessoas estão desempregadas, e por ser uma cidade pequena, há falta de comércios suficientes para emprega-los.	
C9	A atividade turística colabora com o comércio, maior giro capital, aumento na demanda de funcionários, gerando emprego,	São vistos no aumento do consumo de água, na geração de lixo, possibilidade de transmitir epidemias, degradação ambiental, entre outros.	
C10	Várias pessoas conseguindo emprego em restaurantes, hotéis, no Parque, aumento de lojas artesanais na cidade, etc.	Maior gasto de água, aumento de lixo, etc.	
C11	Melhora na economia do município, além de novos investimentos,	Criminalidade aumentando como também o tráfico de drogas.	

Tabela14 – Exercícios de atividade proposta no módulo 1.
 Fonte: A Autora (2016).

conclusão

As respostas demonstraram que, na maioria dos casos, os cursistas ligam o comércio como principal oferta de emprego que se relacione com o setor turístico. Em termos, não é uma ligação errônea, pois o comércio está ligado ao setor diretamente, no entanto, os meios de hospedagem e o setor de alimentos e bebidas, serviços de transportes podem ser outra alternativa para o trabalho no local. Os impactos negativos estão mais relacionados aos impactos ambientais, onde muito se disse em relação ao uso excessivo de água, acúmulo de lixo, entre outros, mas, faltou abarcarem mais as condições sociais que são muito influenciadas pelo turismo, como possíveis mudanças comportamentais, criminalidade, entre outros fatores.

Logo após as discussões sobre as influências negativas e positivas em relação ao turismo, foi abordada a amplitude da segmentação turística que, além de discussão conceitual sobre cada “campo”, foi realizada uma conexão com os segmentos que se encaixam na realidade de Alto Caparaó, que foram discutidos além de pautadas em teoria, foram mostradas imagens do local e suas segmentações, onde os cursistas comentaram sobre cada segmento.

Turismo: Cultural e Ecoturismo



Figura 57 – Segmentos do Turismo: Cultural e Ecoturismo.
Fonte: A Autora (2016).

Quando perguntado aos cursistas sobre o que Alto Caparaó tem de turismo cultural ficaram confusos, pois, em um primeiro momento se pensa nesse segmento turístico as “cidades históricas” de Minas Gerais, por exemplo, e não conseguiam pensar no evento Fest Gospel como uma prática cultural, que vem acontecendo no município há 12 anos e faz parte da cultura local, em razão da predominância dos moradores serem de religião evangélica. Contudo, ao mencionar o Ecoturismo, tem menção quase instantânea ao PNC.

Turismo de Aventura e Turismo Rural



Figura 58 – Segmentos do Turismo: Turismo de Aventura e Turismo Rural.
Fonte: A Autora (2016).

A maioria dos cursistas não tinha conhecimento que houve a prática do voo livre no PNC, inclusive, em 2014, houve um campeonato promovido pelo Poder Público. Mas, devido a transtornos oriundos desse evento, não foi mais realizado. Sobre o turismo rural, os cursistas logo relacionaram a Fazenda Ninho da Águia como única que está iniciando as visitas na propriedade e disseram que devido às premiações recebidas pela mesma de Melhor Café do Brasil tem ajudado na divulgação da cidade.

Turismo de Eventos



Figura 59 – Segmento do Turismo: Eventos.
Fonte: A Autora (2016).

O turismo de eventos tem sido um dos maiores responsáveis por recebimento de turistas, principalmente nos períodos de baixa temporada em Alto Caparaó, o que foi uma estratégia de promoção do destino e a busca pelo seu público específico. Todos os cursistas tiveram conhecimento e/ou participaram das festividades do município e, logo, alguns manifestaram a importância dos eventos para a região.

Após a discussão da segmentação turística e a associação desses campos com a realidade do município estudado, os cursistas foram provocados para pensarem nas

possibilidades de trabalho relacionadas ao exposto e presente na cidade. Desse modo, utilizamos as atividades de fixação presente no material do curso para o nosso debate.

De acordo com as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, em qual dos segmentos do turismo a cidade de Alto Caparaó possui maior oferta de trabalho? Você trabalha ou já trabalhou em alguma empresa vinculada ao turismo?

Cursista	Em qual segmento Alto Caparaó possui mais oferta de trabalho?	Você trabalha ou já trabalhou na área do turismo?	Observações
C1	Pousadas e em alimentação, como restaurantes e cafeterias	Não	
C2	—	Não	
C3	Hotelaria	Não	
C4	Hotelaria	Sim, em artesanato.	
C5	—	Sim, trabalho com artesanato.	
C6	—	Não.	
C7	Na parte de hotelaria e restaurantes	Nunca trabalhei na área.	
C8	Comércio, lanchonete, hotelaria, mercado	Trabalho como fiscal sanitário e preciso prezar pelo bom estado dos estabelecimentos.	
C9	Em lojas e restaurantes	Sim, já trabalhei em loja.	
C10	Em restaurantes e pousadas	Sim, trabalho em restaurante	
C11	—	—	

Tabela 15 – Exercícios de atividade proposta no módulo 2.

Fonte: A Autora (2016).

Em uma análise global, as respostas que se referem aos campos que possuem maior oferta de trabalho está entre o setor hoteleiro e de alimentos e bebidas, além do comércio e uma pequena menção ao artesanato, dentre os cursistas, apenas três estão diretamente ligados ao setor turístico propriamente dito, onde há duas pessoas que estão ligadas ao artesanato e aos gêneros alimentícios.

A maioria está ligada à área de educação, no entanto é de importante troca este conhecimento pois, a educação é um dos processos que são capazes de construir melhores possibilidades. Pode-se afirmar, também, que a educação é o mecanismo básico para a

constituição de sistemas sociais, bem como de manutenção e perpetuação em forma de sociedades⁵¹⁴.

Além do comércio que foi muito citado pelos cursistas como expectativa de inserção no mercado de trabalho no campo turístico. Mas, há de se pensar também, que a cidade possui 8 pousadas e 1 hotel, além de restaurantes, serviços de guiamento, serviços de transporte para o parque através de jipes, lojas de aluguel de equipamentos (camping,), lojas de artesanato e demais comércios que se beneficiem de maneira direta ao turismo.

No segundo dia de nosso encontro, foram levantados os conceitos “estudados” no dia anterior, bem como a percepção dos alunos em relação a isso. Iniciamos o segundo módulo que aborda a questão da qualidade na prestação de serviços, incluindo o setor de turismo, que, além da necessidade em ter um bom atendimento, faz-se crucial a qualidade de boas estruturas para o seu desenvolvimento.

Para o alcance da qualidade do serviço prestado ao turista, é necessário, além de conhecimento e debate, conhecer cada local de trabalho, com a finalidade de desempenhar o melhor trabalho possível dentro daquela esfera. Contudo, em qualquer serviço que possa ser prestado, deve ter como prioridade a busca pela satisfação dos clientes, pois, dessa forma garantirá condições para que o mesmo possa se fidelizar, garantindo uma “clientela fiel” ao estabelecimento.

Exemplos foram dados para os cursistas explicarem como devem e como acontece o atendimento na região, o que, logo no primeiro momento foi apontada como uma das maiores deficiências na prestação de serviços é o atendimento, que foi evidenciado quando disseram que era ruim, que, infelizmente, as pessoas costumavam atender conforme o tipo de roupa, “aparência de ter recursos”.

Foram trabalhados tópicos, relacionados aos tipos de clientes, além dos mecanismos de um bom atendimento e a uma boa satisfação do funcionário em relação ao seu trabalho pois, é uma das piores armadilhas para uma empresa é ter um funcionário que “denegria” a imagem do próprio estabelecimento onde trabalha.

Após a apresentação dos perfis dos clientes, os alunos assistiram a um pequeno vídeo com intuito de observarem as características do comportamento do atendente e do consumidor e discutiram sobre a importância desse fator para o sucesso do profissional e, conseqüentemente, da empresa.

⁵¹⁴ FERNANDES, Ivan Pereira. op. cit. p. 37.

O vídeo, com a duração de aproximadamente 3 minutos, mostrou um exemplo de como superar as expectativas do cliente. Através do tratamento cordial, a identificação do perfil do cliente, a atenção aos “comandos” repassados por ele, além de feedback rápido com as solicitações demandadas. A apresentação desse material foi recebida com atenção e reforçou os tópicos que já haviam sido discutidos durante o curso⁵¹⁵.



Figura 60 – Cursistas assistindo a um vídeo sobre qualidade no atendimento.
Fonte: A Autora (2016).



Figura 61 – Vídeo sobre Tratamento Diferenciado.
Fonte: A Autora (2016).

Logo após o término desse recurso audiovisual, foi proposto um debate sobre a importância de um bom atendimento para o desenvolvimento pessoal e profissional e que, como explicitado por alguns, em cidade pequena, a “má” fama espalha, podendo inclusive, dificultar uma futura contratação e que, os serviços em Alto Caparaó precisam ser reformulados. Dessa forma, “ao se falar sobre a capacitação dos recursos humanos, não é uma questão exclusiva de treiná-los tecnicamente, mas também de motivá-los para o trabalho⁵¹⁶”.

⁵¹⁵ TRATAMENTO diferenciado. Para assistir ao vídeo, acessar o site YOUTUBE, no canal: glydissonranriere. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MpUrvOGtId8> >. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁵¹⁶ SILVA, Fernando Brasil da. A psicologia dos serviços em turismo e hotelaria: entender o cliente e atender com eficácia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 123.

Em diversos campos, entre eles no turismo, o fator determinante das escolhas dos consumidores já não é o preço, mas a relação qualidade/preço. Isso porque o consumidor é mais consciente, seletivo e exigente. Agora, são os produtos que se adaptam aos gostos e preferências dos consumidores.

Nesse sentido, a qualidade não se limita ao produto em si. Estende-se a todo o processo, desde a concepção até a assistência pós-venda. A relação com o cliente não se inicia nem se esgota no ato de consumo, todo o ciclo exige qualidade. No campo turístico, toda a expectativa da viagem está inserida na busca de sua satisfação, sendo que qualquer momento haja decepção, isso poderá comprometer não somente a experiência malsucedida, mas sim como a viagem como um todo.

É evidente que não é apenas o serviço que deve ser excepcional, pois, por exemplo, se um hotel possui um sistema de caldeira que é responsável pelo aquecimento dos chuveiros dos quartos e esse sistema não possui uma manutenção e acompanhamento, se um hóspede chegar cansado e desejar tomar um banho quente e, se a caldeira não estiver em seu funcionamento, mesmo com o melhor serviço oferecido pelo recepcionista não será o suficiente para que o hóspede não fique insatisfeito com o hotel como todo. Os equipamentos, juntamente com os serviços oferecidos devem estar em consonância.

Após a exposição das opiniões em relação ao procedimento de tratamento com o cliente, os alunos foram submetidos a uma dinâmica em que cada grupo observava uma foto específica e descrevia o processo de seu atendimento. Essa dinâmica teve como objetivo fazer com que eles refletissem sobre a complexidade do ser humano e as maneiras de lidar com as diferenças.

Além disso, foi frisada a importância em se estabelecer uma relação com as formas de atendimento e as respectivas personalidades de seus clientes, que, muitas vezes, serão condicionadas à forma de tratamento que pode causar desconfortos. Vale lembrar, que a personalidade é um traço que pode interferir ou auxiliar o atendimento ao cliente. Do mesmo modo, pode também imaginá-la como um fator que pode facilitar nesse processo.

Como atender estas turistas?



Figura 62 – Como atender estas turistas.
Fonte: A Autora (2016).

As fotografias foram divididas em três grupos que argumentariam a forma de tratamento voltada para cada “perfil” mostrado.

Grupo 1: Ser cortês, dar um sorriso discreto, atende-lo com firmeza e se mostrar pronto a auxiliá-lo a qualquer instante.

Essa resposta encontra-se de acordo com alguns procedimentos que foram discutidos, mas além dessa abordagem, é importante pensar que existe um padrão de atendimento, mas que pode ser adaptado para a situação e o cliente. Além disso, as causas desse semblante podem, em muitos casos, estar ligada a uma insatisfação que ocorreu no trajeto até o destino. O atendimento deve ser preciso e rápido.

Grupo 2: Essa turista é muito mais fácil para atender. Mas, não podemos ficar com muita intimidade e nem rindo alto na recepção e “contando caso”, saudar a cliente, atender de forma educada e mais rápida, pois ninguém gosta de ficar esperando.

Mesmo que a cliente não demonstre alguma frustração, o atendimento tem de se apresentar de maneira mais sutil, sem exageros e com precisão, pois qualquer atraso para alguém que se encontra em viagem pode ser um motivo de aborrecimento.

Grupo 3: Essa mulher tem cara de quem não gosta de esperar e que olha com deboche para a gente, mas em se tratando de emprego temos que engolir. O ideal seria logo chegar com um sorriso, saudar e prestar atenção nas coisas que ela pedir. Atender o mais rápido possível e dizer que está à disposição.

Essa resposta nos mostra a percepção de que o atendente necessita: atenção, cuidado, agir de forma gentil e mostrar presteza. Dessa forma, por qualquer que seja o motivo do desprazer do cliente pode ser amenizado com um atendimento agradável. A partir dessa análise, Silva comenta: “se há duas ou mais pessoas envolvidas nesse momento de

atendimento, cabe ao profissional perceber qual o comportamento básico (ou ainda mais visível) do cliente para tentar moldar-se a ele a fim de atender de forma eficaz⁵¹⁷.”

Posteriormente a exposição das opiniões sobre a maneira de lidar com diversos públicos e, muito frisado pela mediação da ministrante, em exemplificar situações em que já ocorreram ao atuar no setor de serviços ligados ao turismo como recepcionista de hotel e de um museu. As situações expostas foram relatadas a partir da vivência em atendimento ao público e meios de como contornar as circunstâncias do momento.



Figura 63 – Momento em que houve explanação sobre a experiência profissional na área.
Fonte: A Autora (2016).

Foram colocadas algumas “situações-problema” para que o senso crítico fosse despertado e, de certa forma a utilizar essa aproximação com o mercado no ramo turístico, com exemplos de casos reais.

Exemplos

O guia ecológico

“(...) eu não aguentei (...) quando aquele carinha disse que não era camelo para caminhar cinco quilômetros na trilha, eu despejei: (...) “camelo eu sei que não é, pois camelos andam no deserto e aqui é mata (...) mas, com um pouco de vontade, saiba que até os burros andam por trilhas” (...)” (SILVA, 2014,p.27)

A garçonete e a obesidade

“(...) quando a cliente me pediu o refrigerante, inocentemente eu perguntei se era normal ou light(...)

-Light por quê? Tá me chamando de gorda, sua magrela estúpida?(...)posso ser gorda, mas não ganho a vida atrás de um balcão (...).

(...) eu acho que chorei uns três dias (...) ela não devia ter me respondido daquele jeito.”

Figura 64 – Estudo de Caso 1: atendimento ao cliente externo.
Fonte: A Autora (2016).

⁵¹⁷ Ibidem, p. 18.

A análise das situações foi pautada no comportamento do profissional X cliente, que, muitas vezes está sujeito a “força” do cliente, pois, o consumidor insatisfeito pode até causar demissão do seu prestador de serviço e, em segundo caso, onde a freguesa utilizou a sua interpretação pessoal da situação para julgar o atendimento da garçonete. Em todas as duas situações, deve-se atentar ao tipo de postura que o profissional deve se dirigir ao seu consumidor, bem como a interpretação do comportamento do cliente, além disso, a personalidade é um traço que deve ser levada em consideração, pois, como afirma Silva: “Um fato a ser considerado, em um momento de atendimento, a personalidade de ambos, atendente e cliente, estará manifestando-se das mais diferentes formas, contribuindo positiva ou negativamente para o sucesso do atendimento”⁵¹⁸.

A seguir, os cursistas foram direcionados para a realização das atividades de fixação propostas na apostila do curso. Foi falada a importância em não apenas decorar ou copiar as respostas, era necessário pensar de forma crítica e utilizar a busca das respostas dos problemas encontrados em diversas situações. Assim, segue o roteiro da atividade realizado em curso.

Descreva uma situação que demonstre a insatisfação do cliente, relacionada ao atendimento equivocado, de acordo com os itens de má qualidade no atendimento descritos acima. Você já vivenciou alguma situação de insatisfação? Em caso positivo, faça um breve relato do ocorrido?

Cursista 1: A situação em que o vendedor atende conforme a vestimenta do cliente, olhando pela aparência, e já a julgando de imediato.

Cursista 2: Sim, eu e minha colega entramos numa loja e chegou a dona da loja, viu a primeira dama, que também estava, a atenção foi toda para ela. Eu nunca mais comprei naquela loja.

Cursista 3: Chegar a uma loja ou supermercado, perguntar algo a um atendente e ninguém responder.

Cursista 4: Muitas pessoas, até mesmo da cidade, reclamam a falta de simpatia, boa vontade em relação aos atendentes.

Cursista 5: Uma pessoa mais bem vestida ela é mais bem atendida. Quanto uma pessoa mais pobre, o atendimento é diferenciado.

Cursista 6: Já.

Cursista 7: Quando você chega em um estabelecimento e é mal atendida por causa da aparência.

Cursista 8: Não respondeu.

Cursista 9: Pessoas que são mal atendidas por causa das condições financeiras

⁵¹⁸ Ibidem, loc. cit.

Cursista 10: Quando lhe é vendido um serviço e ele não o recebe como foi combinado.
Ex: Pela Internet, vendo um passeio para um ponto turístico marcando um horário que não consigo cumprir.

Cursista 11: Não respondeu.

De uma maneira geral. As causas relacionadas ao mau atendimento na prestação de serviços e venda de bens está, na maioria dos relatos, ligada ao julgamento da aparência, que induzem o prestador do serviço como cliente em potencial ou não. Isso pode proporcionar prejuízos ao negócio, que irá interferir na vida do trabalhador. Silva sintetiza a importância dessa relação: Seja um turista ou um hóspede, não importa. O que vale é lembrar sempre que esse cliente mantém os empregos, a dignidade e, por que não, a vida⁵¹⁹.

Além da importância em procurar sempre em atender o cliente de maneira mais eficaz possível, é preciso pontuar que existem dois tipos de clientes: o interno (que é o funcionário) e o externo que é o “freguês”. Não é pertinente apenas dar ênfase ao cliente externo e esquecer de trabalhar com motivação e valorização do seu cliente interno pois, uma vez o empregado insatisfeito, isso acarretará possíveis prejuízos ao estabelecimento de uma forma geral.

Exemplos

A desmotivação do garçom:

“(...) durante um ano e meio dei o sangue pela empresa (...), cumpria todos os horários, ajudava, carregava, lavava, limpava(...), eu era o mais motivado dos funcionários porque fazia o que gostava e ainda por cima recebia elogios (...) um dia, por motivos de doença na família, cheguei duas horas atrasado (...), só me lembro do grito do chefe e do carão que fiquei perante os colegas (...) o pior foi ouvir deles que esse era o final de todo puxa-saco (...) só me acalmei quando, depois de duas semanas que fiz tanta bobagem, (...) fui demitido”. (SILVA, 2004,p.3)

Figura 65 – Estudo de caso 2: problemas com o cliente interno.
Fonte: A Autora (2016).

Após a mostra desse exemplo, foi constatada a maneira errada em que a administração apresentou em relação ao seu funcionário, pois, na medida em que houve um exagero na punição, ela acarretou desmotivação de seu servidor, fazendo com que ele perdesse o controle do trabalho, propiciando uma perda de clientes e, do funcionário que até então era dedicado. Um tiro na motivação, pode ser capaz de matar o funcionamento de uma firma. A partir dessa visão, Silva complementa: “Vale dizer que a qualidade dos serviços prestados aos clientes está imensamente relacionada ao grau de percepção que os funcionários têm da empresa em

⁵¹⁹ Ibidem, p. 136.

que trabalham. Dessa percepção, geralmente são afetadas as questões motivacionais e comportamentais, fato claro que ainda é tabu em várias empresas⁵²⁰.”

Fechando tais posicionamentos, entende-se aqui que há muito o que se deve levar em consideração quando o assunto é qualidade no atendimento e, sobretudo, a capacidade em tornar esse cliente fiel, proporcionando encantamento com o mesmo. Para encantar o turista, por exemplo, é necessário ir além do que se imagina e, surpreender sempre, pois não existe comércio sem compradores, sejam eles de serviços ou bens.

Cabe aos profissionais que atuam em serviços especializarem-se cada vez mais, buscarem o conhecimento de si próprio e do outro, motivaram-se pelo prazer de crescer como pessoa e como profissional, pois, somente assim, as frustrações inerentes à profissão poderão ser percebidas como algo corriqueiro no processo, não um obstáculo intransponível⁵²¹.

No último dia de encontro, as discussões se nortearam a partir da importância de uma imagem pessoal que seja capaz de passar confiabilidade, além da postura profissional que é um item obrigatório e que deve sobrepor sobre as características da personalidade que podem dificultar o desenvolvimento de um bom trabalho.

O item que ganhou mais destaque nesse encontro foi a discussão sobre o turismo em Alto Caparaó, que não era conhecido “por outro viés” pelos seus moradores, em que souberam de dados relacionados ao início suposto da visitação, estruturas que foram se constituindo para atender a essa nova demanda, além do conhecimento sobre o parque e a visitação. Depois de realçar esses itens, as comparações foram utilizadas com o intuito de provocar a reflexão sobre esse processo que tem movido a reorganização social, espacial e cultural do município, mesmo que, de maneira gradativa.

A partir do diálogo com os cursistas, abordamos as relações entre a atividade turística e a sua capacidade em transformar as localidades em que estão inseridas nos diversos âmbitos: econômicos, sociais e culturais, onde foram mostradas fotografias que fazem a comparação de Alto Caparaó por volta da década de 1960 e no século XXI. Os detalhes foram acompanhados pelos moradores que, reconheceram os lugares e apontaram as diferenças que ali foram acontecendo.

⁵²⁰ Ibidem, p. 117.

⁵²¹ Ibidem, p. 114.

Alto Caparaó: ontem



Figura 66 – Alto Caparaó no século XX.
Fonte: A Autora (2016).

Alto Caparaó: hoje

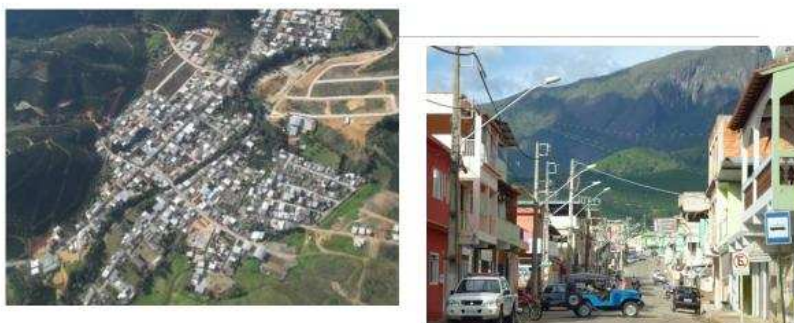


Figura 67 – Alto Caparaó no século XXI.
Fonte: A Autora (2016).

As fotografias que foram expostas para que os cursistas pudessem visualizar as mudanças perceptíveis na paisagem de Alto Caparaó. Foi solicitado que, prestassem atenção e tentassem observar quais aspectos teriam sido influenciados pelo turismo e essa influência sobre a mudança da paisagem local, onde percebe-se que houve uma reestruturação significativa.

Alto Caparaó: As contradições da atividade turística.



Figura 68 – As contradições da atividade turística.
Fonte: A Autora (2016).

Essa outra justaposição de fotografias referentes a Alto Caparaó, foi posta uma provocação a respeito das dualidades desencadeadas pelo turismo, pois, pode proporcionar melhoria de vida, mas também pode aumentar as discrepâncias sociais, o que pode ser evidenciado em algumas fotografias. O que chamou a atenção dos cursistas, de maneira geral, foi a forma com que o estabelecimento de requinte da esquerda se contrapõe com a vista parcial da cidade, e que eles “nunca haviam feito esse tipo de comparação” e analisaram sobre essa nova ótica.

A partir dessas discussões e reflexões sobre a capacidade de transformação paisagística ou, simplesmente, a transformação espacial que evidencia as modificações que vigoram sobre o município, foram utilizadas atividades de fixação da apostila que, almejavam, a capacidade de dialogar, fazer críticas entre a oportunidade de inserção no mercado e, interpretando o turismo como uma forma de melhoria da condição social, como também quais foram as reais transições oriundas do turismo sobre a vida local.

Você acredita que o turismo possa realmente mudar a realidade de Alto Caparaó? Por quê? Expresse aqui, a sua opinião sobre o turismo e o desenvolvimento no município.

Cursista 1: Sim, por causa do turismo, as melhorias na cidade tão aparecendo com o tempo, para que a cidade fique mais atrativa e, assim, deixando o turista com vontade de voltar mais vezes.

Cursista 2: o turismo já mudou muito a realidade de Alto Caparaó, tem gerado muito capital para a cidade, emprego.

Cursista 3: Sim, a partir do momento em que o café é marca registrada da cidade, fizer parte do plano, aumento turístico de forma a acrescentar.

As relações entre o café e o turismo tornaram-se confusas e imprecisas. O café tornou-se um símbolo ligado ao município, mas o Parque Nacional do Caparaó é outro ícone ligado à cidade. Um representa maior reconhecimento econômico (o café) e o outro, o ambiental. Talvez a ideia aqui, era de apresentar uma junção entre essas potencialidades, para alavancar o município economicamente.

Cursista 4: Sim, traz desenvolvimento para a cidade. E se os líderes da cidade investir, a cidade só tem a ganhar.

Cursista 5: Sim, porque o turismo tem sido muito bom para a cidade de Alto Caparaó, gerando renda e empregos.

Cursista 6: A meu ver, já mudou muito, gerando emprego, trazendo capital, cultura para a nossa cidade.

Cursista 7: Talvez, porque em Alto Caparaó que predomina é o café. O turismo vem aumentando aos poucos e gradativamente.

Essa resposta, poderia ser considerada a síntese do pensamento de vários moradores da cidade, o café é interpretado pelos locais como maior gerador de empregos e renda, porque apresentam um volume grande de empregos e que, aos poucos, o turismo vem se inserindo na “importância” dada como possibilitado de melhorias para a comunidade local.

Cursista 8: Sim, pois surgirá novos comércios, novas oportunidades de emprego. Além de melhorar a comunicação, a economia, a cultura da cidade.

Cursista 9: Sim, pois já é visível o desenvolvimento do município quando comparado a alguns anos atrás. O fluxo de pessoas vindas de vários lugares permite o desenvolvimento do comércio em suas várias formas e a cidade precisa estar estruturada para receber essa demanda.

No primeiro momento, os turistas são visualizados como condutores do processo de abertura de comércio, que é o segmento que mais se beneficia desse ofício. No entanto, o setor da hospedagem, alimentação, que são setores que se interagem diretamente com o turista. O comércio não é algo que esteja ligado ao turismo somente, mas por exemplo, o aumento de aluguéis de equipamentos para a prática de turismo, jipes e outros são um tipo de comércio que estão interligados com a atividade.

Cursista 10: Sim. Porque é uma fonte de lucro que infelizmente só pessoas que vem de fora para cá conseguem enxergar. As pessoas ficam muito presas ao campo, a agricultura (café) e não investem na área do turismo.

Outro ponto chave tocado nessa fala é, como relatado em discussões dentro da sala de aula, o interesse em investir no turismo, parte das pessoas de “fora”, que conseguem ter visão sobre a potencialidade local, pois os da cidade, estão presos à cultura do café, como única atividade capaz de “dar dinheiro”.

Cursista 11: Sim, acredito que com o desenvolvimento do turismo, aumentaria a fonte de renda e daria para as pessoas novas perspectiva de vida.

O que se entende, através deste relato, é que o turismo seria uma alternativa para o aumento da receita que seria posta em circulação e, poderia ser visualizada pela “nova geração” como um outro caminho a ser seguido e aproveitado, porque os “mais velhos” conseguem visualizar somente a cafeicultura como escolha.

Consoante com os informes referentes as influências do turismo sobre a cidade, é possível dizermos que esse ofício faz parte do imaginário de promoção de renda, mesmo que muitas vezes, as melhorias em outros aspectos não sejam relativamente consideradas. Outro quesito a se ponderar é que, não há ainda uma visibilidade sobre as reais capacidades em se promover o turismo e, juntamente, proporcionar melhores condições para o avanço da sociedade em termos econômicos, sociais, políticos, culturais, principalmente, enquanto a “cultura do café” for predominante.

Utilizando mais uma vez o material de apoio ao curso, foi solicitado aos cursistas, que descrevessem as relações entre a mudança que o turismo pode ter causado para as pessoas o que atuam na área e o que esse ofício trouxe de bom e ruim para o município.

Você acredita que o turismo mudou as condições das pessoas que atuam na área e na cidade? Quais foram os benefícios e malefícios que essa área trouxe para Alto Caparaó?

Cursista 1: Mudou sim, com a geração de mais empregos na vida dessas pessoas, sendo esses os benefícios, já os malefícios, são que geralmente pessoas de fora também vem para trabalhar e tirar a oportunidade de pessoas da própria cidade.

O turismo está sendo concebido como fator contraditório, pois, ao mesmo tempo em que ele gera renda, empregos, ele abre essas oportunidades para as pessoas que vem de fora, “tomando o lugar” dos locais. Essa visão pode ser equivocada pois, muitas pessoas estão envolvidas nesse campo, mas o que pode ser verídico é que em alguns casos, os forasteiros possuem uma maior capacitação ou outro fator que possa ser decisório no momento de sua contratação.

Cursista 2: Sim. O crescimento da cidade financeiramente, moradias, empregos, comércios.

Os pontos positivos aqui, são elencados pelos aspectos demográficos (aumento de moradias, ou seja, mais pessoas habitando a região), empregos e empreendimento. O aumento demográfico e a ocupação do solo pode ser positiva, mas também como maléfica, pois pode suscitar a especulação imobiliária, valorização de terras e imóveis e “marginalização” dos detentores de menor poder aquisitivo.

Cursista 3: Não, ainda é cedo para tal conclusão, e a maioria das pessoas que trabalham neste ramo na cidade são funcionários e não proprietários.

O que este cursista aborda, pode ser visto como uma opinião ponderada, o que em partes, ainda não dados suficientes que provam a exata participação do turismo na política de geração de empregos, rendas. Mas, o importante a ser pensado é que, os proprietários é que são os maiores beneficiados com o turismo e não os empregados.

Cursista 4: Na área do turismo sim. Para as pessoas da cidade tem muito ainda a ser explorado.

Cursista 5: Sim. A cidade melhorou muito, beneficiando também toda a população gerando renda para novas obras para as melhoras da nossa cidade.

Cursista 6: Eu acredito que para melhorar mais, mas já trouxe um avanço em relação a emprego, ao desenvolvimento da cidade, gerando opções de pousadas, restaurantes e lojas, etc.

Cursista 7: Acredito que sim. Os pontos positivos é que a cidade vem recebendo muitos visitantes. Os malefícios é que tem pessoas que vem apenas para fazer baderna, deixam lixo por onde passam e as drogas e prostituição aumentou infelizmente.

Esse relato apresenta principalmente o lado negativo do turismo, como a descaracterização do ambiente, as mazelas sociais, como interferência no modo de vida, costumes e geração de lixo. Nesse caso, para esse depoente, os aspectos negativos sobressaltam os benefícios.

Cursista 8: Não de todas as pessoas, mas da cidade sim, pois é uma cidade dependente do turismo. Benefícios: cultura, comunicação, amizades, economia. Malefícios: não há estrutura adequada para receber turistas, falta de sinalização.

Podemos discordar dessa opinião, quando é afirmando que o turismo é a principal atividade desenvolvida pelo município, que é por enquanto o café. Mas, no quesito referente a falta de estruturas adequadas para o recebimento dos visitantes

Cursista 9: Não há dúvidas de que o turismo permite melhorias nas condições de vida da população local. O giro do capital e as possibilidades de emprego são prova disso. A

cidade está sendo reconhecida pelos seus atrativos naturais, culturais e históricos. No entanto, os maiores beneficiados são poucos que não pertencem ao município, por terem uma visão diferente dos municípios que se abstém a produção do café, conseguem explorar outros meios de aproveitamento do turismo.

Essa informação pode ser considerada como ampla e, ao mesmo tempo precisa, pois apesar de todas as possibilidades ligadas ao setor turístico, ela exemplifica a verdadeira realidade do município e que precisa ser reformulada para a ampliação de seu desenvolvimento.

Cursista 10: Sim. Aumento de renda e empregos (benefícios) e aumento de lixo e gastos de água, etc. (malefícios)

Cursista 11: Ainda não. O turismo ainda proporciona benefícios para uma pequena quantidade de pessoas. Ainda é muito cedo para falar em malefícios.

Essa descrição se faz coerente quando se menciona a questão do turismo na localidade, pois ainda encontra-se beneficiando uma pequena parte, onde a maioria que se liga ao setor não detém essa magnitude e, enquanto prevalecer a cafeicultura como a possibilidade de desenvolver o local em primeiro plano, será difícil o melhoramento para a otimização dessa atividade.

Foi impetrado aos alunos, uma análise do decorrer do curso, apontado para futuras reestruturações para que possam, por união de poderes ligados ao turismo, ser aplicado para o público-alvo inicial que, diante de uma outra oportunidade, demonstraram interesse em realizar essa capacitação, com propósito de melhorar a oferta de mão de obra local e oferecendo serviços cada vez mais satisfatórios.

Essa visão é importante, conforme Silva que defende:

Se há serviços de baixa qualidade em vários pontos do planeta, há também excelentes serviços prestados que devem ser estudados, modificados e implantados em cada realidade de determinada região ou conforme o tipo de cliente pois, somente assim, haverá profissionalismo e clientes satisfeitos (se possível, deslumbrados!)⁵²²

Deixe aqui, a sua opinião sobre o curso. Quantos foram os pontos positivos ou negativos? O que você acredita ter acrescentado ao seu conhecimento e sua experiência? Quais os setores que mais necessitam de mão-de-obra qualificada na cidade de Alto Caparaó?

Cursista 1: Foram bastante os pontos positivos, e com o curso aprendemos como tratar e agir com as pessoas que visitam a cidade, mesmo que não trabalhem na área do turismo.

⁵²²Ibidem, p. 127.

O setor de hospedagem deve ter mais mão de obra qualificada, para que o turista queira sempre voltar.

Cursista 2: valorização do turismo como tratar bem as pessoas. O turismo precisa expandir, mas porque a natureza já nos deu um grande presente.

Cursista 3: Gostei muito deste curso, ele nos trouxe conhecimentos de muito valor que muitas vezes ficam despercebidos podendo nos ajudar no campo turístico, podendo ser utilizado também em outros rumos de trabalho, assim como postura, aparência, comportamento e outros.

Cursista 4: O curso foi muito bom. Foram apresentados muitos pontos importantes de como prestar um atendimento ao público. Os diversos tipos de situação, identificar alguns tipos de possibilidades para saber abordar cada um com seu tipo de personalidade.

Cursista 5: o curso foi muito importante, pois nos ajudou a ter uma visão diferente sobre o turismo na nossa cidade. A importância na evolução da cidade, aprendemos, ou melhor, ficamos sabendo como adquirir lucros com o turismo.

Cursista 7: o curso permitiu um departamento quanto às possibilidades que o turismo oferece em empreendimentos e mostra. O comércio é uma das áreas que necessitam de aperfeiçoamento.

Cursista 10: gostei muito, me ajudou a entender muitas coisas que eu não sabia, me fez olhar o meu trabalho de uma forma diferente e não encontrei ponto negativo no curso. Mercados e algumas lojas e pousadas, resumindo em quase todos os setores.

Cursista 11: Foi muito válido, tivemos uma boa convivência e informações das quais eu não tinha conhecimento. Obrigada pela oportunidade.

Após o fechamento das discussões, foi sugerido aos cursistas que, ao término de nosso encontro, fizessem uma análise individual e particular sobre a percepção sobre quais foram as influências sobre o turismo para o desenvolvimento local de Alto Caparaó. Algumas opiniões foram repassadas, mas infelizmente nem todos os participantes quiseram realizar essa pequena análise. Os relatos estão em sequência abaixo:

Nossa cidade se desenvolveu ao longo do tempo de uma maneira organizada por ter uma boa administração. Estamos crescendo como uma cidade turística. Antes nossas ruas eram todas de terra, agora todas as ruas são calçadas, vieram com o turismo muitas lojas de artesanatos, restaurantes com coisinhas internacionais. Temos hoje em nossa cidade, o melhor café há 2 anos consecutivos. Devido a isso, algumas igrejas foram restauradas e o pessoal local ficou mais desinibidos perante os turistas⁵²³

⁵²³ Cursista 10.

Penso que o turismo contribui com a percepção dos moradores e seu reconhecimento sobre a importância da preservação ambiental, respeitando os limites do parque em suas atividades. O turismo também permite que os fatos históricos da região, a exemplo temos a guerrilha que aconteceu no território do Parque, fazendo com que esses momentos sejam lembrados. O turismo também revela as diferentes possibilidades de ingressar no mercado não dependendo apenas da produção do café, que por sinal, que cada vez mais está sendo reconhecido devido a boa qualidade do café⁵²⁴.

O turismo ajudou muitas pessoas da cidade, pois dependem dele para sobreviver. Por ser uma cidade tranquila, sem violência, muitas pessoas procuram aqui para passar as férias, conhecer, subir ao Pico, visitar outros atrativos, parando em lojas, restaurantes, artesanatos, e comprando até lembrancinhas. Uma das coisas que vem contribuindo para o melhoramento da cidade, o crescimento e os novos pontos de comércio, é o turismo. Sem ele, a cidade teria menos infraestrutura ainda, e não haveria uma economia melhor para comerciantes e hotelaria⁵²⁵.

A atividade turística pode constituir um investimento inicial que gere ramificações da produção econômica local e se estenda inclusive regionalmente. É com esta ideia que o investimento no turismo no turismo pode ser uma alternativa positiva para os municípios que buscam uma alternativa para desenvolver a economia local. O emprego de mão de obra em geral aumentará consideravelmente, fazendo crescer a rentabilidade de famílias de menor poder aquisitivo. A necessidade de mão de obra especializada, como guias, recepcionistas, recreadores, etc. Incentivará a população local a se profissionalizar e também fomentará a vinda de pessoas de outros lugares. Com a movimentação de turistas, o setor gastronômico, como restaurantes e lanchonetes terão a oportunidade de expandir seus empreendimentos e trará a possibilidade da criação de novos estabelecimentos⁵²⁶.

As mudanças foram muitas, vou citar algumas como: aumento de empregos, capital cultural e melhorias no atendimento, etc. O turismo é uma das principais rendas da nossa cidade, apesar de algumas pessoas ainda não perceberem e não verem essa forma. Com o aumento do fluxo do turismo, a cidade necessitou de construir mais pousadas, restaurantes, casa de artesanatos, dentre outros atrativos para o mesmo, assim fazendo com que os visitantes deixem aqui seu dinheiro, gerando renda e emprego para nosso povo. Com tudo isso, Alto Caparaó passou a ser conhecida nacionalmente, estando sempre cheia e admirada por todos⁵²⁷.

O turismo em Alto Caparaó influenciou muito na geração de empregos, na economia da cidade também, porque gira muito dinheiro com a vinda de turistas que dão lucros para restaurantes, lanchonetes, etc. Contribuiu muito na melhoria da cidade, na limpeza das ruas⁵²⁸.

A cursista 11 quis, ao invés de enviar o seu depoimento, optou pelo envio de uma fotografia, que, aos olhos dela, nos fazem pensar como Alto Caparaó se modificou através dos anos. Os aspectos que foram ressaltados pela mesma se voltam para o cenário atrás das pessoas que se encontram em destaque na fotografia; a onça-pintada que era comum na região, animal que habitava em grande número de espécies na atual área do Parque.

⁵²⁴ Cursista 7.

⁵²⁵ Cursista 8.

⁵²⁶ Cursista 1.

⁵²⁷ Cursista 7.

⁵²⁸ Cursista 9.



Figura 69 – Foto de uma cursista em que são mostrados o distrito de Alto Caparaó e a onça pintada (década de 1970).

Fonte: Cursista 11 (2016).

A partir dos depoimentos, podemos supor que o turismo tem sido visto como uma alternativa de desenvolvimento de atividade econômica que se concilie com o café, que ainda é predominante. Mas, aos poucos, ele tem se tornado importante e significativo na visão dos moradores e do poder público local, que está aproveitando essa potencialidade para a sua diversificação de sua oferta turística.

A partir disso, o curso de capacitação em qualidade no atendimento ao turismo se propôs, a levar os seus participantes a, além de adquirirem bagagem intelectual, a serem pensadores e questionadores do desenvolvimento da atividade turística como mecanismo de um desenvolvimento local, capaz de produzir novos agrupamentos e oportunidades aos moradores proporcionando não somente geração de empregos e renda, mas mudanças sociais significativas que possam reorganizar o espaço e entender as mudanças ocorridas na paisagem a partir de sua execução.

6.1 Apostila



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de História
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO TURISTA: ENTENDENDO A DINÂMICA DO TURISMO E SUAS POSSIBILIDADES PARA O MERCADO DE TRABALHO

Fahrenheit Barbosa Amarante

Orientador: Prof. Dr^o Ângelo Adriano Faria de
Assis

SUMÁRIO

1. Introdução	1
O Turismo	2
2.1. O que é turismo?	2
2.2. Segmentação do turismo	3
2.3. Turismo e possibilidades no Brasil	5
2.4. Mercado de trabalho	6
2.5. Atividades	8
3. Qualidade no atendimento ao turista	9
3.1 Qualidade	9
3.3. Qualidade no turismo	9
3.4 Atividades	11
4. Clientes	12
4.1. Tipos de clientes	12
4.2. Perfil dos clientes	12
4.3. Atividades	15
5. Inserindo no mercado de trabalho turístico	16
5.1. Apresentação pessoal	16
5.2. Postura Profissional	16
5.3. Formas de atendimento	17
5.4. Buscas pelo encantamento dos clientes	19
5.4.1. Características do encantamento dos clientes	19
6. Glossário do turismo	21

7. Finalizando	24
8. Bibliografía	25

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO TURISTA: ENTENDENDO A DINÂMICA DO TURISMO E SUAS POSSIBILIDADES PARA O MERCADO DE TRABALHO

Mensagem

Durante o nosso curso discutiremos questões referentes ao importante ato de atendimento na atividade turística, que tem se tornado expressiva tanto economicamente, quanto socialmente. O turismo é apontado como uma das formas de proporcionar desenvolvimento local e capaz de modificar a realidade atual de pequenas localidades que apostam nesse ofício como uma das formas de haver maior criação de empregos e assim uma melhor distribuição de renda.

O município de Alto Caparaó, está situado na zona da mata mineira, caracteriza-se pela exploração do café e, a partir principalmente da década de 1980 do turismo. Esta importante atividade econômica tem crescido nos últimos anos, chegando a mais de 50 mil visitantes/ano (PARNA Caparaó, 2016), trazendo uma diversificação na renda dos moradores, além de mais oportunidades de inserção ao mercado de trabalho.

Neste material, serão abordados os debates referentes ao turismo, suas implicações e o valor perante ao incremento econômico, além da capacitação na qualidade do atendimento ao turista, que aqui é nomeado por cliente e consumidor, elementos essenciais para a realização de tal ofício. O sucesso do turismo depende de uma série de fatores, destacando-se: a qualidade no recepcionamento de seus clientes, infraestrutura básica e turística, dentre outros. A atividade turística está inserida no setor de serviços, portanto, o atendimento é peça fundamental desta construção. Um cliente bem atendido, contribui de forma positiva para todo o desenvolvimento desta atividade.

A troca de conhecimentos, bem como a atualização conceitual e de informações/dados, pode contribuir para a formação de uma mão-de-obra qualificada e, que contribua para o desenvolvimento local.

Esta proposta aborda teoria e prática, procurando através de uma relação dialógica, construir um ambiente de aprendizagem dinâmico.

Bom curso!

Fahrenheit Barbosa Amarante

INTRODUÇÃO

Nome do curso: Qualidade no atendimento ao turista.

Carga Horária: 20 (teórica e prática) horas

GUIA DO CURSISTA

Competências gerais a serem adquiridas

O intuito deste curso é possibilitar aos participantes a construção de competências e habilidades necessárias para conhecerem as etapas necessárias para um processo de atendimento ao turista, englobando hóspedes, clientes de restaurantes, por exemplo, que são as linhas de frente dos serviços turísticos. Um bom atendimento é crucial para a garantia da fidelização do cliente e assim, o sucesso do empreendimento.

Metodologia

O método a ser utilizado está relacionado ao estudo teórico dos principais conceitos ligados com o turismo e a hotelaria, além de atividades expositivas, participação dos cursistas e discussão em prol da qualidade do atendimento ao turista.

Objetivo do curso

Capacitar a população local (interessados) para atuar no mercado de trabalho turístico local, tendo como foco a excelência no atendimento.

Público-alvo

Moradores do município de Alto Caparaó e da região que pretendem ou estão inseridos no mercado de trabalho, atuando no segmento turístico ou não, mas que visualizam o setor turístico como promissor e que possam atuar nesse mercado de trabalho.

1) O Turismo

2.0) O que é o turismo?

“O turismo compreende as atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios, ou outros”⁵²⁹. Considera um espaço (fora do domicílio) e um tempo (até um ano) delimitados e que também deixa aberturas em sua concepção.

Este deslocamento de homens e mulheres pelo espaço só poderá ser considerado turismo desde que essa ação de se movimentar esteja relacionada ao consumo e estímulo para implantação de uma infraestrutura⁵³⁰ condizente com as atividades ali desempenhadas, como: agências de viagens, transportes, alimentos e bebidas, hospedagem, atividades recreativas, entre outros, além de ter uma permanência mínima superior a vinte e quatro horas fora de sua residência.

O turista é aquele indivíduo que se desloca motivados por razões diferentes, como lazer, descanso, eventos, pesquisas, utilizando os equipamentos turísticos, que compreendem: hotéis, pousadas, restaurantes, transportes, além de visitação de atrativos como museus, unidades de conservação, entre outras categorias, permanecendo fora do seu local de residência no mínimo de 24 horas.

O visitante é toda pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência de hábito, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de exercer nesse local uma profissão remunerada. Já o excursionista é todo visitante temporário que permanece no local visitado, fora da residência habitual menos de 24 horas.

⁵²⁹ World Tourism Organization. Disponível em: < www.wto.com >. Acesso em: 10 ago. 2015

⁵³⁰ Propicia as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias turísticos, pontos ou centros de informações turísticas. In FERREIRA, L. F., COUTINHO, M. C. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002. Entende-se assim infraestrutura de apoio turístico: Informações básicas do município, sistemas de transportes, comunicação, segurança, médico hospitalar e educacional. Disponível em: < www.uff.br/entretete/index_files/oferta_turistica.ppt >. Acesso em: 15 maio 2016.

Apesar do turista contribuir de uma maneira mais expressiva para a movimentação da economia local, o visitante e o excursionista pode contribuir com a dinâmica local, porém, temos que refletir sobre os impactos positivos e negativos que os visitantes, excursionistas e turistas podem acarretar nas localidades onde eles visitam.

No entanto, cabe aqui ressaltar que apesar dos pontos positivos destacados em relação ao turismo, devemos nos atentar aos efeitos negativos, pois essa atividade se não bem planejada e integrada, esse ofício poderá trazer danos nos âmbitos sociais, econômicos, ambientais e culturais. O turismo pode ser o responsável pelo desenvolvimento local, bem como promotor de grandes desigualdades em seu território.

Diversamente, Pereira atribui as esferas inclusas na pauta do desenvolvimento local, o poder e a representação dos sujeitos locais, onde passam a assumir papel de protagonistas e organizadores da atividade turística, por exemplo, o que “gera um agrupamento com interesses diferenciados, almejando a sobrevivência econômica na atividade, levando a valorização do modo de vida, da cultura e defesa do meio ambiente⁵³¹”.

Sobre o desenvolvimento local ordenado no turismo, Coriolano considera que ao se iniciar a atividade, “os processos podem concentrar ou distribuir a renda, diminuir ou aumentar a exploração do trabalhador, além da entrada ou fuga das divisas requer como toda atividade capitalista, controle governamental e participação social⁵³²”. A execução do turismo pode concebê-la como dialética, pois ela tem a capacidade de trazer tantos benefícios quanto danos no âmbito social, pois tende a ser um processo que inclui ou exclui, além de precisar da atuação do governo como mediador e a sociedade como executora.

Para tanto, a atividade turística deve ser um ofício que propõe a interação entre os atores sociais envolvidos, como representantes da comunidade, pessoas ligadas aos empreendimentos turísticos, bem como o poder público local, que busca melhores condições para o desenvolvimento de uma atividade capaz de aumentar a renda,

⁵³¹ PEREIRA, Maria Fernanda Sales Nogueira. **Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE**. Dissertação de mestrado: Centro de Ciências e Tecnologia, Centro de Estudos Sociais Aplicados, UECE, Fortaleza, 2015.p.17

⁵³² CORIOLANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7 Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>. Acesso em: 07. Maio 2016. P. 370.

promover o desenvolvimento e a integração de todos envolvidos com o turismo, fazendo com que o mesmo possa proporcionar melhores condições de vida a seus moradores.

2.1) Segmentação do turismo

O turismo é uma atividade que possui muitas categorias, várias práticas podem ser consideradas como turismo, porém, o que vai mudar é o seu segmento. Então, se turistas visitam Aparecida do Norte (SP), eles praticam um turismo religioso, em contrapartida se turistas visitam o Parque Nacional do Caparaó, estão praticando o ecoturismo ou turismo de aventura, conforme os interesses envolvidos.

Para tanto, iremos descrever algumas das segmentações⁵³³ do turismo que mais tem crescido nos últimos tempos no Brasil, principalmente na região da Serra do Caparaó:

- **Turismo Cultural:** compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura
- **Ecoturismo:** é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
- **Turismo de Aventura:** compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. A prática de atividades de aventura, aqui referidas como atrativo principal, identifica o segmento de Turismo de Aventura e pode ocorrer em quaisquer espaços: natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não.
- **Turismo Rural:** conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

⁵³³ NOÇÕES básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Senso. Instituto Prominas. Ed.Prominas.p.18-22.

- **Turismo de Negócios e Eventos:** Turismo de Negócios & Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

Todas as categorias que o turismo está inserido são importantes para a consolidação deste mercado que tem se mostrado cada vez mais promissor, capaz de gerar rendas, possibilitar melhoria nas condições de vida, inclusão da comunidade no mercado de trabalho e aprimoramento de uma infraestrutura básica que tanto o turista, quanto o morador local são beneficiados.

Para Buarque⁵³⁴, o turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele, ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. “Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação política econômica de todos os países, regiões e municípios⁵³⁵”.

O que se pretende aplicar na prática, é essa junção dos que de alguma forma vivem diretamente ou indiretamente da atividade turística, a capacitação para um atendimento mais eficaz e eficiente, além de proporcionar ganhos para a comunidade de maneira geral, pois, se a atividade conduzida for realizada de maneira cautelosa e bem planejada, ela poderá proporcionar inúmeras mudanças positivas na região.

2.2) O turismo e suas possibilidades no Brasil

De acordo com o Ministério Brasileiro de Turismo, nos últimos anos, no Brasil, o turismo teve bons resultados, tanto no recebimento de turistas nacionais quanto os internacionais, além do aumento de gastos com essa atividade. Sendo assim, a atividade toma um grande passo para o desenvolvimento econômico do país, sendo que os principais fatores para esse fato foram: o aumento do número de produtos turísticos com

⁵³⁴ BUARQUE, S.C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia do planejamento. Rio de Janeiro. Ed Garamound, 2008. 4 ed. P.20.

⁵³⁵ BARBOSA, Fábila Fonseca. Turismo e Desenvolvimento Local. **Caminhos da Geografia Online**. Disponível em: <<http://teste.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>>. Acesso em: 20. set. 2015. p. 108.

qualidade e a diversificação, como a riqueza natural e as diferenças regionais e culturais.

Desde 2010, o Brasil figura entre os principais destinos turísticos do planeta, o que gerou uma receita em torno de US\$ 27.381 milhões de dólares, no mesmo ano. Em 2012 esses números alavancaram e só a receita gerada pelos turistas estrangeiros foi de US\$ 6,6 bilhões de dólares. Nestes mesmos períodos os investimentos financeiros federais giraram em torno de R\$ 6,68 bilhões em 2010 e R\$ 11,20 bilhões em 2012. Estes números só comprovam a evolução que o Brasil vem apresentando⁵³⁶.

No sentido da amplitude da influência do turismo, Barbosa exemplifica a relação entre esta prática e o desenvolvimento local, em que a mesma age sob um efeito “multiplicador”, em que qualquer cidade pode se beneficiar com o turismo de maneira direta/indiretamente, “pois se o município não tiver a presença do turistas, mas tenha bens para serem fornecidos e consumidos pelos turistas, como produtos artesanais, industriais, agrícolas, alimentícios, mão de obra⁵³⁷”, ele já terá influência dessa atividade.

A atividade atua indiretamente, gerando renda (ou não só) no campo turístico complementar, mas em quase todos os setores econômicos. Seu reflexo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentar, na produção de móveis e utensílios domésticos, nos serviços domésticos, nos serviços de profissionais liberais e em movimento bancário. O setor público é afetado pela realização de obras, no incremento do comércio em geral, especialmente ligados aos produtos típicos⁵³⁸.

A geração de renda varia em função da capacidade de investimento e, da forma de inserção de cada um dos envolvidos na atividade. Este fator deve ser analisado com muito cuidado, principalmente, pelo poder público, para não acentuar as desigualdades locais e aumentar a concentração de renda. Os investimentos em infraestrutura básica devem privilegiar a população local.

⁵³⁶ CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva, PINHEIRO Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS.2014.**Anais**. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014 p. 1-20. Disponível em: < <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf>>. Acesso em: 08 outubro 2015.

⁵³⁷ BARBOSA, Fábila Fonseca. Turismo e Desenvolvimento Local. **Caminhos da Geografia Online**. Disponível em: <<http://teste.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>>. Acesso em: 20. Set. 2015. p.108..

⁵³⁸ Ibidem. p. 112.

2.3) Mercado de Trabalho no setor turístico

O turismo é um dos segmentos que mais tem crescido nas últimas décadas, sendo responsável pela geração de empregos, renda e capaz de se destacar dentro dos principais produtos de consumo para a localidade. No entanto, como o turismo é uma atividade que se insere na prestação de serviços, é importante que exista qualidade no atendimento ao consumidor pois, é de acordo com essa prestação de serviços e mais os outros elementos, como a acomodação de um hotel, fazem o sucesso do empreendimento e daquele serviço prestado.

A seguir, elencou-se algumas das possibilidades de se trabalhar no setor turístico⁵³⁹:

- **Agências de viagens:** é a empresa que, geralmente, só comercializa produtos turísticos e atende diretamente ao público consumidor. O trabalho do agente varia de acordo com a categoria da empresa, como receptivo, emissivo.
- **Transporte:** O transporte é uma das estruturas de apoio mais importantes, não só para o turismo, mas como para as demais atividades sociais e econômicas. Os profissionais que atuam nesse ramo, quando podem trabalhar como motoristas de táxi, ônibus (fretado ou turístico), piloto de avião e etc.
- **Meios de Hospedagem:** são empreendimentos ligados ao recebimento e acolhimento do hóspede, variando na categoria de meios hoteleiros e extra hoteleiros. Estão dentro das categorias: hotéis, pousadas, “cama e café”, flat. O campo de trabalho nessa área pode ser em recepção, camareira, mensageiro, agente de reservas, dependendo do porte e da demanda do meio de hospedagem.
- **Comércio:** o comércio é um dos setores que são mais beneficiados com o turismo, pois estes tendem a consumir diversos tipos de produtos. Na atuação no comércio, pode-se trabalhar como balconista, caixa, estoquista e etc.
- **Serviços de apoio:** esses serviços de apoio estão relacionados ao aluguel de equipamentos como barracas para camping, aluguel de carros, itens para eventos como tendas, sonorização, entre outros, O campo é similar ao do comércio.

⁵³⁹ NOÇÕES básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Senso. Instituto Prominas. Ed.Prominas.p.26-28.

- **Eventos:** o setor de eventos tem crescido muito atualmente, movimenta estruturas de equipamentos, aluguéis de espaços, mão-de-obra, alimentação, hospedagem. O campo de atuação é como mão de obra e no fornecimento de estrutura.
- **Guias:** o guia é responsável pela condução do turista dentro de uma visita guiada por ele, através de cidades, unidades de conservação, museus. A atividade é regulamentada, portanto existe a necessidade de realizar um curso reconhecido pelo Ministério do Turismo e exercer a função legalmente.
- **Setor de Alimentos e Bebidas:** este setor envolve restaurantes, lanchonetes e empreendimentos que estão ligados na área de alimentação turisticamente ou não. As principais atividades profissionais desenvolvidas nesse setor são: recepcionista, garçom, cozinheiro, caixa e outras funções que variam de acordo com o porte do estabelecimento.

O campo de atuação dos profissionais dentro da área turística é vasto, possui um leque de oportunidades para trabalhar nesse ramo. No entanto, é importante ressaltar que há diferenciações de cargos entre empresas, como também há necessidade de realizar treinamentos que possam atualizar os conhecimentos e frisar a postura do profissional.

Na cidade de Alto Caparaó tem aumentado a oferta de postos de trabalhos voltados para o turismo, em virtude da presença do Parque Nacional do Caparaó possuir uma das duas entradas principais localizadas na zona rural do município, condiciona a um aumento de visitantes que modificam as relações existentes e influenciam em uma reconfiguração paisagística, bem como a estrutura econômica, pois, com a grande presença de turistas, a cidade tem a ganhar com isso.

Além disto, quem investir na atividade, deve necessariamente se preocupar com todas estas questões, pois, pode ser o divisor de águas entre o sucesso ou fracasso do investimento.

2.4) Atividades de fixação

Chegou a hora de colocar os conhecimentos no papel e realizar as discussões que enriquecerão o nosso curso. Não fiquem presos somente a discussão teórica, tentem realizar a relação com o que se aprendeu e o que de fato se vive.

- 1) Ao pensar a atividade turística, quais são os pontos positivos e negativos que você indicaria para a geração de emprego em Alto Caparaó? Faça uma breve análise.

- 2) Em relação aos pontos negativos apontados na pergunta 1, em sua opinião, o que poderia ser feito para contribuir em sua solução?

- 3) De acordo com as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, em qual dos segmentos do turismo a cidade de Alto Caparaó possui maior oferta de trabalho? Você trabalha ou já trabalhou em alguma empresa vinculada ao turismo?

3) Qualidade no serviço de atendimento ao turista.

3.1) Qualidade

A qualidade é entendida como algo a ser “melhor do que se imaginava”, praticamente a “perfeição”, onde quem é atendido busca praticamente perfeição, algo perfeito, que supere todas as expectativas criadas ali.

No âmbito dos serviços, de uma forma geral, é fundamental/essencial o trabalho com pessoas. No entanto, deve-se atentar também para qualidade do local de trabalho, pois, funcionário que não está satisfeito, dificilmente desempenhará suas funções com o zelo necessário.

A importância da qualidade se justifica em todos os momentos, seja, na conquista de um cliente, nas formas de atendimento, em sua fidelização, ou ainda no processo de reconquista, caso o mesmo tenha ficado insatisfeito com alguma situação. O setor de serviços é exclusivamente dependente dos consumidores, pois, são estes que mantem a vitalidade do negócio e o posto de trabalho dos funcionários.

Esta deve ser uma preocupação constante de funcionários e empresários. Em ambientes com características rurais e, cidades de pequeno porte, os empreendimentos costumam estar vinculados ao ambiente familiar. Neste caso, as pessoas envolvidas devem redobrar a atenção, pois, tendem a achar que o cliente faz parte de sua família ou tratam o empreendimento com uma certa flexibilidade, que pode ser perigosa.

3.2) Qualidade no serviço turístico

A qualidade nos serviços é condição essencial para o desenvolvimento do turismo, pautado no cumprimento da satisfação do cliente e nos investimentos em infraestrutura básica e turística. Para trabalhar com essa perspectiva, listamos alguns procedimentos que devem ser considerados para a prática do oferecimento dos serviços com qualidade.

- ✓ **Os produtos e serviços devem atender exigências da clientela;**
- ✓ **Satisfazer às necessidades dos clientes;**
- ✓ **O produto melhor é o que a maioria dos clientes quer comprar;**
- ✓ **Criar e valorizar uma marca local;**
- ✓ ***Investir em produtos “autênticos”, que simbolizem a cultura local e outras particularidades específicas;***
- ✓ **Investir na cadeia produtiva, formatando os produtos e agregando valor.**

Em diversos campos, e entre eles no turismo, o fator determinante das escolhas dos consumidores já não é o preço, mas a relação qualidade/preço. Isso porque o

consumidor é mais consciente, seletivo e exigente. Agora, são os produtos que se adaptam aos gostos e preferências dos consumidores.

Nesse sentido, a qualidade não se limita ao produto em si. Estende-se a todo o processo, desde a concepção até a assistência pós venda. A relação com o cliente não se inicia nem se esgota no ato de consumo, todo o ciclo exige qualidade. No campo turístico, toda a expectativa da viagem está inserida na busca de sua satisfação, sendo que qualquer momento haja decepção, isso poderá comprometer não somente a experiência mal sucedida, mas sim como a viagem como um todo.

A qualidade é igual à satisfação das necessidades e exigências dos consumidores. Por isso, no turismo, a qualidade dos serviços está atrelada a:

- ✓ **Qualidade dos alojamentos;**
- ✓ **Qualidade dos transportes;**
- ✓ **Qualidade da utilização dos espaços: natural ou cultural;**
- ✓ **Qualidade dos equipamentos complementares;**
- ✓ **Qualidade dos recursos humanos;**
- ✓ **Valorização da mão-de-obra**

Assim como a qualidade pode garantir e atrair maior número de clientes, a falta da qualidade pode afastá-los e deixar o estabelecimento em condições difíceis pois, um mal atendimento pode interferir a confiabilidade e a satisfação daqueles que passaram por lá e aqueles que poderiam frequentá-lo. Devemos lembrar sempre que, uma experiência ruim divulgada pode manchar a confiabilidade de todos os serviços relacionados aos prestadores de serviços e, apoderando da internet como veículo de informação de extrema rapidez, poderá ser fatal para o empreendimento.

Como exemplo de falta de qualidade, tanto na cultura organizacional que é aquela que acontece dentro da empresa, seja ela de qualquer natureza, quanto a relação com o consumidor, que é considerada externa. Podemos elencar alguns tópicos:

- ✓ **Falta de comprometimento dos funcionários/patrões;**
- ✓ **Desinteresse pelas dicas e sugestões dos clientes;**
- ✓ **Descaso com as necessidades dos clientes;**
- ✓ **Engessamento da gestão do empreendimento;**

- ✓ **Política indefinida de preços e valores;**
- ✓ **Descriminação com a imagem do cliente.**

É importante garantir o bom funcionamento do ambiente de trabalho, para que os funcionários possam desempenhar as funções de maneira eficiente, garantindo a satisfação interna e a externa. Um funcionário insatisfeito poderá comprometer muito mais a visibilidade da empresa do que um cliente insatisfeito, pois o empregado conhece tanto a política interna e externa da organização.

Como os funcionários desempenharão as suas funções em um ambiente de trabalho que eles não sentem satisfeitos? Certamente, será difícil a execução do trabalho e isso poderá implicar no tratamento com os clientes. Muitas vezes, o problema interno atingirá o público externo.

3.3) Atividades

- 1) Quais seriam as principais características de um profissional que trabalha em uma recepção de uma pousada, por exemplo, para atingir um atendimento de qualidade ao cliente?

- 2) Descreva uma situação que demonstre a insatisfação do cliente, relacionada ao atendimento equivocado, de acordo com os itens de má qualidade no atendimento descritos acima. Você já vivenciou alguma situação de insatisfação? Em caso positivo, faça um breve relato do ocorrido?

4) Clientes

Os clientes são indivíduos que confiam os seus interesses a um atendimento que compram produtos e os serviços prestados por diversas empresas⁵⁴⁰. No turismo, os clientes podem comprar os pacotes, bilhetes para entradas em atrativos turísticos, passagens aéreas/terrestre, mas também compram o serviço do agente de viagens, da recepção hoteleira, da receptividade no atrativo, do serviço do guia e etc.

4.1). Os tipos dos clientes

Podemos classificar os clientes como:

- ✓ Internos: funcionários, colegas de trabalho, supervisores e gerentes.
- ✓ Externos: consumidores.

É importante manter o bom clima na empresa, de modo que tanto os clientes internos que são os funcionários fiquem satisfeitos com a atuação do empreendimento, para que o empregado possa realizar suas atribuições com êxito e satisfação e que o consumidor receba o melhor tratamento possível, condicionando uma boa relação entre contratante e contratado, garantindo um bom funcionamento da relação.

4.2) O perfil do cliente

Os indivíduos são seres únicos, cada pessoa com sua personalidade possui crenças que influenciam em seu comportamento e dessa forma, as relações que são estabelecidas⁵⁴¹. Desse modo, listamos alguns perfis do cliente, o que deve ser levado em consideração, no momento em que os mesmos forem atendidos:

- ✓ **O Sabe tudo:** é o tipo de cliente que se comporta de maneira invasiva, interfere no atendimento, pode causar certos desconfortos, pelo fato de conhecer “muito” sobre tal empresa, atuação ou localidade;

⁵⁴⁰ Para saber mais sobre o perfil dos tipos de clientes, consultar INSTITUTO de Hospitalidade. **Guia da Recepcionista**. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007,

⁵⁴¹ CLIENTE. In: MICHAELIS. Dicionário português online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cliente>>. Acesso em: 10 junho 2016.

- ✓ **O Desconfiado:** é aquele tipo de cliente que não confia em suas informações ou seu atendimento, sempre está com “o pé atrás”. Mostra-se inseguro e apático no ato do atendimento;
- ✓ **O Bem informado:** o cliente que está por dentro de todas as informações necessárias para a viagem, como onde se hospedar, alimentar, atrativos para se visitar, além de informações adicionais que possam ser aproveitadas em seu passeio. Este tipo de cliente, costuma ser um “testador”, pergunta muito afim de certificar as informações dadas pelo atendente.
- ✓ **O que quer pormenores:** o tipo de pessoa, o que não muda quando se comporta como consumidor, que gosta de saber todos os detalhes possíveis, mesmo quando já obteve as informações desejadas, pode repetir a mesma pergunta várias vezes, a fim de que não permaneça nenhuma dúvida sequer.
- ✓ **O que só argumenta preços:** os consumidores que só se preocupam com os preços, geralmente não se interessam em saber muito da estrutura oferecida pelo meio de hospedagem, por exemplo, somente “quanto custa” e se oferece algum diferencial, tipo “*bife*”, para comparar os preços levantados e o seu verdadeiro custo-benefício.
- ✓ **O muito simpático:** esse tipo de pessoa é sempre acompanhada de simpatia, sorrisos e elogios, que dificilmente costumam se referir ao prestador de serviço de maneira grosseira. É o tipo de cliente que, mesmo quando realizam alguma reclamação, tentam reivindicar algo de maneira mais sutil;
- ✓ **O indeciso:** o indivíduo indeciso é de costuma sempre estar inseguro em relação a tomada de suas opiniões, pois fica com receio de realizar uma escolha e depois acabar arrependendo-se. Pede explicações sobre os produtos e serviços e demora para se decidir o que de fato irá querer;
- ✓ **O que fala pouco:** este cliente é uma incógnita a ser decifrada, pois apresenta-se distante e “frio”, o que dificulta aproximação e a percepção no que diz respeito a eficiência e que o funcionário prestou o serviço a ele, além de não demonstrar a presença ou falta de satisfação do atendimento;
- ✓ **Vaidoso:** todo o ser humano que possui esta característica, pode ser um entrave, pois a vaidade se apresenta em alguns seres como defeito inconveniente, evidenciando um comportamento superior aos demais, muitas vezes sobre o funcionário responsável pelo atendimento, que, em muitas vezes, sofrem espécies de constrangimentos por parte destes, como por exemplo: “olha com quem você está falando”;

- ✓ **Criador de confrontos:** Há aqueles clientes, que se comportam de maneira desagradável, pois o intuito é a geração de conflitos, entre outros clientes, funcionários, o que torna o processo do atendimento mais árduo, pois deve-se manter com cautela e cuidado, para não estar gerando mais um embate.

Cabe salientar aqui, que não há maneiras de tipificar o tratamento para cada tipo de consumidor, mesmo porque devido às diferenças existentes entre as personalidades, condições, cada ser se apresenta único e possui o grau de interpretação e capacidade de lidar com cada acontecimento.

O que deve ser pensado é que aquele profissional que está ligado ao atendimento do turista, por exemplo, deve estar atento ao compromisso com a qualidade do seu serviço para qualquer tipo de consumidor, obedecendo uma postura neutra, mas agradável, para que qualquer tipo de cliente possa sair satisfeito.

Em relação aos turistas que atendemos, devemos pensar como Silva: cliente é igual namorada, ou você trata bem ou ele vai fazer a felicidade de outro ou, ainda, cliente é toda pessoa que se dirige a você com uma necessidade a ser satisfeita, carregando com ela expectativa de como vai ter sua necessidade atendida ou seu problema resolvido⁵⁴². Em um mundo competitivo, é imprescindível a valorização do seu cliente, e, acima de tudo, o reconhecimento do mesmo, afim de atendê-lo de maneira como que ele quer.

4.3) Atividades

- 5) Você está trabalhando na recepção de uma pousada e chega um possível hóspede que está interessado somente nos preços da acomodação. Qual seria sua postura nesse caso? Existem muitos hóspedes com esse perfil?

⁵⁴² SILVA, Roberto do Nascimento. Qualidade no Atendimento Hoteleiro. Manual do Participante. Porto Alegre / RS. Dezembro 2006. p. 8.

- 6) Como você, como um garçom, lidaria com o cliente de perfil de cliente causador de confrontos? Você acredita que existem muitos clientes com esse perfil?

5) inserindo no mercado de trabalho

5.1) Apresentação pessoal

A imagem é uma característica muito explorada e observada quando se trabalha com o atendimento ao público. Desta maneira, é importante que haja o cuidado com a aparência, pois, a imagem de um recepcionista, por exemplo, pode nos dizer sobre o que encontraremos lá dentro. Por exemplo, se encontrarmos uma recepcionista com o uniforme sujo, deduziremos que o hotel em que a mesma trabalha deva estar nas mesmas condições que a atendente: sujo, mesmo que a verdade seja diferente do que se foi pensado.

Listaremos aqui, alguns itens que devem ser levados em consideração, quando se diz respeito a imagem pessoal e organizacional⁵⁴³:

- ✓ **Mulheres:** Qualidade: uniforme impecável, maquiagem discreta, cabelos curtos e penteados, sapatos limpos e lustrados, dentes e unhas bem cuidados, brincos e anéis discretos. Evita-se: chiclete, cigarro, bebida alcoólica, etc.
- ✓ **Homens:** Qualidade: uniforme impecável, barba afeitada, cabelos curtos e penteados, sapatos limpos e lustrados, dentes e unhas bem cuidados. Evita-se: chiclete, cigarro, bebida alcoólica, anéis, brincos, etc.

5.2) Postura Profissional

A conduta profissional que deve ser adotada por ambos os sexos devem prezar a qualidade no ato de servir o cliente, realizando um tratamento que pode variar entre o padrão (geralmente estipulado pela empresa), como o personalizado (em que muitas vezes os clientes gostam de ser tratados de maneira mais íntima e não com a recepção mecânica). O funcionário deve aprender a trabalhar em equipe, pois, é necessária a

⁵⁴³ Essas informações foram retiradas deste material. Para mais informações, consultar: INSTITUTO de Hospitalidade. Guia da Recepcionista. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007.

colaboração dos colegas para o sucesso na execução do serviço; pontualidade, em trabalhos que exigem a troca de turno, por exemplo, um atraso pode prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos; além da tolerância ao lidar com todos os problemas no trabalho e no âmbito particular, para que esses assuntos não interfiram na qualidade do serviço.

- **Demonstração máxima de consideração do anfitrião pelo convidado;**
- **Deferência, respeito e amabilidade;**
- **Perfeição e atenção aos detalhes;**
- **Treinamento e aprendizado contínuo.**

5.3) Formas de atendimento

As formas de atendimento podem ser decisivas no processo de venda, troca, negociação, além de outras transações no meio econômico. Além disso, não existe uma receita pronta para que a pessoa possa manter de maneira mais equilibrada possível, para garantir um atendimento que seja utilizado para a otimização do cliente e o estabelecimento⁵⁴⁴.

- ✓ **Jogo de cintura;**
- ✓ **Flexibilidade no atendimento ao cliente;**
- ✓ **Tratá-los como “Reis e Rainhas”, mas sem bajular;**
- ✓ **Atendimento único e personalizado;**
- ✓ **Cortesia;**
- ✓ **Sinceridade, mas cuidado com as palavras;**
- ✓ **Respeito SEMPRE;**
- ✓ **Formas de tratamento: “Sim senhor, não senhor”;**
- ✓ **Atenção a todos os detalhes, se precisar anote;**

⁵⁴⁴ Essas informações estão disponíveis em: INSTITUTO de Hospitalidade. **Guia da Recepcionista.** Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007.

- ✓ **Trate o cliente pelo nome e de maneira respeitosa;**
- ✓ **Cumprimente com um sorriso, olhando nos olhos;**
- ✓ **Dê tratamento diferenciado;**
- ✓ **Não confunda tratamento com atendimento;**
- ✓ **Aprenda a arte de ouvir;**
- ✓ **Não se distraia com tarefas paralelas;**
- ✓ **Não o deixe esperar;**
- ✓ **Tenha em mente os “nãos” do bom atendimento;**
- ✓ **Cause boa impressão anotando pontos básicos;**
- ✓ **Faça perguntas;**
- ✓ **Cuidado com as frases que destroem o atendimento.**

5.4) A busca pelo encantamento do turista

5.4.1) As características do atendente

O bom atendimento está relacionado a pessoas que possuem melhor humor, alegria, “faces leves” e não pessoas com palavras grosseiras, afeição desfeita, além de tristeza em seu discurso. Se alguém atendê-lo assim, certamente irá pensar que o estabelecimento também possui essas características, porque afinal, o recepcionista é quem personifica o negócio.

É de bom tom estar com alegria ao atender os clientes, claro não sendo algo forçado que dificilmente não é notado pelos turistas. Estar com aparência de alegre, soa atendimento agradável, o que colabora que a imagem do empreendimento. O encantamento pode ser conseguido através de algumas qualidades pessoais⁵⁴⁵:

⁵⁴⁵ Para ter mais dados referentes a este perfil, consultar: INSTITUTO de Hospitalidade. Guia da Recepcionista. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007 e INSTITUTO de Hospitalidade. Guia do Garçom. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007, 119p.

- ✓ **Mantendo-se bem-humorado;**
- ✓ **Fazer de todos os momentos uma oportunidade de aprendizagem e ensinamentos também;**
- ✓ **Habituar-se a ser criativo deslumbrando-se com todas as coisas;**
- ✓ **Aprender a sonhar e ousar, sempre enfrentar os desafios de maneira confiante;**
- ✓ **Desfazer-se de velhas crenças e hábitos negativos, mudar para o melhor sempre;**
- ✓ **Acreditar de que só você é responsável por tudo em sua vida, tantos os acertos, como os erros;**
- ✓ **Perceber que as habilidades de ser um bom profissional de atendimento abrem portas na era do cliente, gerando mais possibilidades de manter-se no mercado de trabalho;**
- ✓ **Aprender com os erros e admiti-los quando necessário;**
- ✓ **Ser entusiasta e otimista, mesmo em condições adversas;**
- ✓ **Benchmarking – pessoal - conhecimento / troca;**
- ✓ **Reconhecimento;**
- ✓ **Amar o próximo, atendendo o cliente com muito cuidado e carinho.**

5.4.2) As características do processo de encantar

- ✓ *Atender as necessidades do cliente, de forma “rápida” na visão dele;*
- ✓ *Corresponder às expectativas, que na maioria das vezes, são sempre altas;*
- ✓ *Fazer algo a mais, não esperado. Isso sempre “desarma” qualquer cliente;*
- ✓ *Surpreender. Qualquer surpresa ganha o fascínio do cliente;*

- ✓ **Mostrar o tempo inteiro que ele é único;**
- ✓ **Fazê-lo sentir-se importante, pois quem se sente valorizado, costuma ser generoso.**

Poderíamos assim esquematizar a percepção do cliente quando se referem ao atendimento. Quando as expectativas estão aquém do percebido, não há processo de encantamento. Já quando essas expectativas estão iguais ao que eles conseguem captar, surge uma sedução com esse recebimento. Em contrapartida, quando as expectativas dos clientes são menores do que a percepção, acontece o fascínio total, pois, sentem-se tão maravilhados, que qualquer atitude daquele atendente será mais do que valiosa a ele.

Assim, conseguiríamos estabelecer uma espécie de escala ao atendimento, em que:

- ✓ **O atendimento é interpretado como o básico, o que se espera minimamente;**
- ✓ **Quando a satisfação é realizada, acontece o que era desejado;**
- ✓ **Quando se quer surpreender, é necessário que haja uma ação totalmente inesperada, capaz de deixar o cliente sem palavras pela grande satisfação.**

5.5) Atividades

- 7) Quais são as características mais importantes de um atendente, para que o mesmo possa realizar o processo de encantamento de seu cliente? Como você percebe a oportunidade de conseguir emprego nessa função em Alto Caparáó?

- 8) Você já recebeu um atendimento que te encantou? Comente a situação e compare o conteúdo abordado neste tópico com o ocorrido com você.

- 9) Deixe aqui, a sua opinião sobre o curso. Quantos foram os pontos positivos ou negativos? O que você acredita ter acrescentado ao seu conhecimento e sua experiência? Quais os setores que mais necessitam de mão-de-obra qualificada na cidade de Alto Caparaó?

- 10) Você acredita que o turismo possa realmente mudar a realidade de Alto Caparaó? Por quê? Expresse aqui, a sua opinião sobre o turismo e o desenvolvimento no município.

- 11) Você acredita que o turismo mudou as condições das pessoas que atuam na área e na cidade? Quais foram os benefícios e malefícios que essa área trouxe para Alto Caparaó?

6) GLOSSÁRIO DE TERMOS TURÍSTICOS

AGÊNCIA – É a empresa que, geralmente, só comercializa produtos turísticos e atende diretamente ao público consumidor (varejo).

ANIMAÇÃO TURÍSTICA – Conjunto de ações e técnicas cujo objetivo é facilitar uma maior e mais ativa participação do turista no aproveitamento de seu tempo de estada.

ATRATIVO TURÍSTICO – É todo local, objeto ou fenômeno de interesse para o turismo. É também, todo elemento que, sozinho ou combinado a outros, possui poder de atração de visitantes.

CAPACIDADE DE CARGA – Identificação dos instrumentos de planejamento no uso de áreas naturais e urbanas, objetivando a manutenção da qualidade e a minimização de impactos negativos. Leva em consideração o número de pessoas que uma dada área suporta num certo período de tempo sem que se comprometam aspectos biofísicos e permita uma experiência agradável aos visitantes. Isso se traduz numa medida determinada pelo número máximo de visitantes por dia, mês ou ano que o meio natural suporta.

DEMANDA – É procura quantitativa por um determinado produto ou fenômeno.

DEMANDA TURÍSTICA - É a quantidade de bens e produtos relacionados ao Turismo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO – É o desenvolvimento que atende às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade de que gerações futuras possam usufruir de atrativos turísticos.

EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS – Conjunto de edificações, instalações e serviços relacionados ao turismo, compreendendo os meios de hospedagem, serviços de alimentação, lazer e diversão, agência transportes, informação e outros.

IMPACTOS DO TURISMO ou TURÍSTICOS – Todas as modificações ou sequência de eventos provocados pelo desenvolvimento turístico nas localidades. São muitas as variáveis: ambientais, culturais históricas, econômicas etc.

INFRAESTUTURA TURÍSTICA - Conjunto de obras e instalações destinadas aos serviços direta ou indiretamente relacionados à atividade turística: hotéis, locadoras, bares e restaurantes etc.

LAZER – Situação de ter tempo à disposição para se dedicar a outras atividades fora do trabalho.

OFERTA TURÍSTICA – Conjunto de atrativos turísticos, bens e serviços que os destinos e localidades oferecem aos seus visitantes.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – Conjunto de medidas, tarefas e atividade planejadas e elaboradas para, por meio delas, desenvolver o turismo em determinada região ou cidade.

PLANO TURÍSTICO – Documento que resume o conjunto de ações e instrumentos propostos para o desenvolvimento do turismo.

TRADE TURÍSTICO – Conjunto de agentes e empresas, públicas ou privadas, que tem como atividade fundamental, o turismo.

7) FINALIZANDO

Parabéns! Você acabou de completar uma etapa importante para a formação de seu conhecimento, onde você pôde exercitar as competências importantes para o desenvolvimento do trabalho em atendimento ao público, neste caso em específico, os turistas.

Essa etapa concluída foi somente um passo para a sua caminhada, rumo à qualificação profissional na hospitalidade, que cada vez mais requer pessoas além de preparadas, que saibam lidar com o ser humano, desempenhar suas funções de maneira eficiente e capaz de executar um trabalho com respeito e atenção ao próximo. De agora em diante, você possui mais oportunidades de se inserir ou permanecer no segmento turístico, desempenhando cada vez melhor o seu papel de um bom anfitrião, pautado no foco em atendimento ao turista.

Esse é somente o começo de sua jornada, não pare por aqui! Pense como você pode contribuir para o futuro do município de Alto Caparaó, que vem demonstrando grande potencial turístico, o que tende a aumentar as ofertas de trabalho na região, deixando um pouco de lado a cultura do café e, apontando para um novo pensamento, de melhorar as condições de vida da comunidade como um todo, realizando na prática o tão falado desenvolvimento sustentável.

Estamos abertos à críticas, comentários e sugestões de novos debates sobre o mercado de trabalho no setor turístico e queremos contar com a sua participação. Envie um e-mail para amarantefah@gmail.com e deixe todas as opiniões referentes ao nosso curso, além do compartilhamento de suas experiências.

Esperamos ter contribuído com a nossa troca de conhecimentos e estamos abertos a discussões sempre.

Muito obrigada pela presença.

Boa sorte!

Fahrenheit Barbosa Amarante

8) BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Fábila Fonseca. Turismo e Desenvolvimento Local. **Caminhos da Geografia Online**. Disponível em: <<http://teste.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>>. Acesso em: 20. Set. 2015

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de negócios e eventos**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 61 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO.pdf>. Acesso em: 10 jun 2015.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia do planejamento. Rio de Janeiro. Ed Garamound, 2008. 4 ed.

CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva, PINHEIRO Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS.2014.**Anais**. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014 p. 1-20. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf>>.

FERREIRA, L. F., COUTINHO, M. C. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002. Entende-se assim infraestrutura de apoio turístico: Informações básicas do município, sistemas de transportes, comunicação, segurança, médico hospitalar e educacional. Disponível em: <www.uff.br/entretreter/index_files/oferta_turistica.ppt>.

INSTITUTO de Hospitalidade. **Guia da Camareira**. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007, 97p.

INSTITUTO de Hospitalidade. **Guia do Garçom**. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007, 119p.

INSTITUTO de Hospitalidade. **Guia da Recepcionista**. Instituto de Hospitalidade, Salvador, 2007, 138p.

NOÇÕES básicas de Turismo. Módulo 8. Pós- graduação Lato Senso. Instituto Prominas. Ed.Prominas.

SAFADI, Santos, SAFADI, Marcelo. **Manual de Sustentabilidade para os Pequenos Meios de Hospedagem**. Brasília: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis. 2011, 46p.

SILVA Roberto do Nascimento. **Qualidade no Atendimento Hoteleiro**. Manual do Participante. Porto Alegre / RS. Dezembro 2006. 12P.

WORLD Tourism Organization. Disponível em: < www.wto.org>. Acesso em 11 maio 2014.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa deste trabalho teve como objetivo estudar o turismo quanto agente modificador da paisagem de Alto Caparaó a partir do momento da criação do PNC, devido ao seu potencial dinamizador de mudanças socioespaciais. Buscando, portanto, entender a dinâmica das reestruturações pelas quais passou e ainda passa o município na busca pelo atendimento à demanda do mercado turístico.

Como conceituação de paisagem tomamos as definições de Santos como “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e a natureza “Isso nos evidencia a complexidade desse conceito, mas que pode aqui ser entendido como de que forma o turismo pode alterar com a sua influência, pode ter “sentido” todas as percepções da ação entre o homem e o ambiente natural. Essa modificação na paisagem pode ser entendida como um período crescente de adaptações em Alto Caparaó sob a influência do turismo a partir do momento, principalmente, em que o PNC foi criado.

A metodologia empregada consistiu na coleta e análise de dados, no levantamento bibliográfico, além da pesquisa de campo, pautada na observação, realização de entrevistas e aplicação do curso de “Qualidade em atendimento ao turista”.

As mudanças na paisagem de Ato Caparaó, ocorridas durante o período estudado, 1961 a 2014, por se tratarem de processos complexos, com variáveis múltiplas, endógenas e externas, não nos permite atribuí-las exclusivamente à criação do PNC. Porém buscou-se entender o impacto desta instituição na dinâmica das modificações estudadas.

No discurso do movimento que defendia a criação de um parque nacional que abarcasse o Pico da Bandeira e seu entorno, está presente dois argumentos principais, manter a natureza da localidade “intocada” e o desenvolvimento da região que poderia ser proporcionado pelo parque.

A assinatura do decreto que instituiu o PNC em 1961 não causou consequências significativas dentro da sua área e seu entorno. Somente no final da década de 1960, com o processo de desapropriação das áreas demarcadas como pertencentes ao parque, foi possível observar seus efeitos, alterando a ocupação e a organização espacial do então distrito de Caparaó Velho. Famílias inteiras que “desceram para a rua” como consequência das expropriações, se viram impossibilitadas de manterem sua forma de

vida, tendo que se adaptar à nova realidade, encontrando no serviço de guiamento a possibilidade de angariar renda.

Quanto ao surgimento de equipamentos turísticos, a construção do Caparaó Parque Hotel na década de 1970 foi pioneira, sendo que nas próximas décadas novos empreendimentos ligados ao trade surgem, como pousadas, restaurantes, bares, além do serviço de jipes. A emancipação de Alto Caparaó na década de 1990 e seu enquadramento na lei de ICMS turístico em 2012 possibilitaram investimento em outros segmentos turísticos, como o de eventos, no marketing do destino, além das obras de infraestrutura como calçamentos de ruas, construções de passeios e pontes.

Assim o turismo na localidade, tem-se mostrado uma atividade capaz de proporcionar mudanças significativas na paisagem do município, no âmbito social, cultural e físico, gerando oportunidades de empreendimento, de emprego e opções culturais, além de reformular o espaço urbano e rural.

Porém a cafeicultura ainda representa a principal atividade econômica de Alto Caparaó, no que se refere a geração de renda, possuindo maior potencial atrativo para o trabalhador em comparação ao mercado turístico. Como consequência, os empreendedores do ramo sentem a falta de mão-de-obra na época da “panha de café”, concomitante à alta temporada.

Não foi possível identificar em qual sentido o termo desenvolvimento é empregado pela AMPS e pelo vereador Inimá Novais, quanto ao efeito da criação do PNC, porém ao considerarmos a definição de desenvolvimento local por Coriolano⁵⁴⁶, que pontua a capacidade dialética do turismo gerar oportunidades e ao mesmo tirá-las. Em cenários de pequenas localidades o turismo deve ser repensado de maneira social, capaz de otimizar as melhorias e diminuir as mazelas. Podemos perceber que o município de Alto Caparaó sofreu significativas transformações neste sentido, com a diversificação das atividades econômicas, na reforma da estrutura de serviços públicos e privados, no incremento de opções culturais etc.

Quanto a preservação da natureza do Pico da Bandeira e seu entorno, como demonstra Maria Lúcia Lima⁵⁴⁷, não existe nenhuma área intocada pela ação humana, porém a criação da UC justaposto ao PNC, juntamente com ações da administração deste, proporcionaram uma maior proteção de sua flora e fauna.

⁵⁴⁶ CORIOLANO, Luzia Neide. op. cit. p. 47.

⁵⁴⁷ LIMA, Maria Lúcia Costa. op. cit. p. 72.

Contudo, é imprescindível refletir sobre as diferentes formas como esse desenvolvimento é sentido, pelos distintos grupos sociais nele envolvido, sendo que os principais beneficiários da atividade turística não são provenientes da própria comunidade, a especulação imobiliária vem afastando os antigos moradores e as novas possibilidades de atividades culturais não estão disponíveis a todos.

Concluindo, os efeitos da instituição do PNC e o turismo proveniente deste se fazem presentes em todas as esferas da sociedade alto caparoense, influenciando desde as formas organizacionais do espaço e do tempo até as relações sociais do município.

8 FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Decreto n° 84.017, de 21/09/1979. ICMBIO. Plano de Manejo para o Parque Nacional do Caparaó. 2015. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC--completo_PDF.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016. p. 247.

PLANO Municipal de Educação. Alto Caparaó: 2015. 70 p.

PLANO Municipal de Turismo (2013-2016). Alto Caparaó: 2013. 85 p.

Portaria Normativa n°17, de 28 de dezembro de 2009. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

Fontes Impressas

CAPIXABAS e mineiros querem Parque Nacional do Caparaó. O Globo. 02 de setembro de 1958.

RECORTES da Memória Histórica do Caparaó. Educação Ambiental Parque Nacional do Caparaó. Colégio Técnico UFMG.

EMBRATUR 40 anos: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília: 2006. 90 p. Entrevista de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, ex- guerrilheiro. In: História: Viagem ao território do confronto: Um guerrilheiro de Caparaó volta à Serra e revela onde estão as armas do levante fracassado. ISTOÉ, p.28. 16/09/1987.

GRIPP, Ronald. Entrevista. Correio da manhã. Rio de Janeiro. 2° Caderno. 17 jun. 1960.

NOÇÕES Básicas de Turismo. Módulo 8. Pós-graduação Lato Senso. Instituto Prominas. Ed. Prominas.

Eletrônicos

ASSOCIATION Internationaly Des Experts Scientifiques Du Tourism (Aiest). O que é Turismo. Acesso em:< <http://www.aiest.org/home/>>. Acesso em: 08 out. 2015. (p.12)

BARBOSA, Fábila Fonseca. Turismo e Desenvolvimento Local. Caminhos da Geografia Online. Disponível em: <<http://teste.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/04/turismo-e-desenv-local-e-regional.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015. p. 108. (p.14)

BOCCHI, João Ildebrando. As crises econômicas no Brasil: anos 60 e 70. Acervo Saber. Disponível em: <http://www.acervosaber.com.br/trabalhos/economia/crises_economicas_no_brasil_nos_anos_60_e_70.php>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Empresa Brasileira de Turismo. Histórico das políticas públicas de turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=310205>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/default.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2006. p. 13. Disponível em: <www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 18 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo do PARNA CAPARAÓ. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC-completo__PDF.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dúvidas Frequentes. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Demanda Turística em áreas naturais. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. Brasília, 2008. 15 - 16 p. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Apoio à infraestrutura turística. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/72-convenios/4848-programa-de-apoio-a-projetos-e-infraestrutura-turistica-programacao-ou-emendas.html>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Aventura: orientações básicas. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de negócios e eventos: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. 2 ed. Brasília: 2010. 61 p. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Negocios_e_Eventos_Orientacoes_Basicas.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo sustentável a diminuição da pobreza no Brasil: Reflexões e Perspectivas. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. 2.ed. Brasília: 2010.

BRASIL. Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais. ICMS Turístico. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

CAMINHOS da luz. Caminho do Brasil. Disponível em: <
http://www.caminhodaluz.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=73>. Acesso em: 2 jul. 2016.

FOLHA UOL. Disponível em: <
http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e-2.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GLOSSÁRIO Turismo. Mosaico Bocaina. Disponível em: <
<http://www.mosaicobocaina.org.br/turismo-glossario>>. Acesso em: 05 maio 2016.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Disponível em: <
<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2016. p.15.

PRINCIPAIS conferências internacionais sobre o meio ambiente e documentos resultantes. Entendo o Meio Ambiente. Ecclesia. Disponível em: <
http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html>. Acesso em: 08 abr. 2016.

PROGRAMA Globo Repórter, exibido em: 14/08/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2014/08/globo-reporter-atraversa-o-parque-do-caparao-e-vai-ao-pico-da-bandeira.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PROJETO Doces Matas. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/noticia/projeto-doces-matas>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

TRATAMENTO diferenciado. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=MpUrvOGtId8>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

WORLD Tourism Organization. Tourism – an economic and social phenomenon. Disponível em: < <http://www2.unwto.org/content/why-tourism>>. Acesso em: 21 set. 2015. Tradução nossa.

WORLD Wide Fund for Nature. Disponível em: < <http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

Entrevistas

Entrevista 01. Duração: 45 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 02 Duração: 65 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 03 Duração: 31 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 04. Duração: 41 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 05 Duração: 42 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 06 Duração: 25 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 07. Duração: 31 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 08 Duração: 39 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 09 Duração: 31 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 10 Duração: 71 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 11 Duração: 37 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Entrevista 12 Duração: 28 minutos. Alto Caparaó-MG, 2015.

Referências Bibliográficas

Dicionários

AURÉLIO, Dicionário: Turismo. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/turismo>>. Acesso em: 17 maio 2016.

MICHAELIS, Dicionário online. Lugar. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/lugar%20_993838.html>. Acesso em: 14 maio 2016.

MICHAELIS, Dicionário online. Patrimônio. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=patrim%F4nio>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MICHAELIS, Dicionário online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=infraestrutura>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Dissertações e Teses

BEDIM, Bruno Pereira. O Processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): Simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraiso do Capital”. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte.

BLASENHEIM, Peter. A Zona da Mata Mineira (1870-1906). Centro de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p.05. Apud SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Parques por decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

CARVALHO, Caio Luiz de. Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONSEDAY, Geraldo Gomes. Degradação Ambiental no entorno do Parque Nacional do Caparaó, focando no município de Alto Caparaó. 2006. Trabalho de Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Manhumirim.

CUNHA, Daniela Martins. A Atuação das instituições governamentais e não governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais. 2006. Tese – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2006.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha do Caparaó. 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Flávia de Moura. Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, Maria Fernanda Sales Nogueira. Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências e Tecnologia, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2015.

SANTOS, Elisangela Maria Barbosa. Parques por decreto: um estudo de caso sobre o Parque Nacional do Caparaó. 2004. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2004.

Artigos, capítulos de livros e livros

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo: Campinas: Paripus, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRESSAN, Delmar. Gestão Racional da Natureza. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BUARQUE, Sérgio Cavalcanti. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia do planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro. Ed Garamound, 2008.

CAVALCANTI Agostinho; VIADANA, Adler Guilherme. Organização do espaço e análise da paisagem. Rio Claro, SP: UNESP, 2007. p. 107 In: MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. Análise do Conceito de Paisagem na ciência geografia: reflexões para os professores do ensino básico. Revista GEONORTE. Edição Especial, V. 1, N.4.

CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS. 2014. Ilhéus. **Anais**. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Unesp. 2006.

CLAVAL, Paul. A geografia Cultural. Florianópolis: Atlas, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7 Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016.

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Introdução à geografia do turismo. 2º Ed. Roca Editora. São Paulo. 2003
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza; YÁZIGI et al. Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.
- CUNHA, Licínio. Economia e Política do Turismo. Portugal: McGraw-Hill, 1997. Apud CERQUEIRA, Poliana da Silva; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva; PINHEIRO Lessi Inês Farias de. Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo no Brasil e na Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS. 2014. Anais. Ilhéus: 2014.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 5. reimpr. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org). Etnoconservação: novos rumos para a Conservação da natureza. São Paulo: Hucitec NUPAUB-USP, 2000.
- DOLLFUS, Olivier. O espaço geográfico. São Paulo: DIFEL, 1972.
- DORTIER, Jean-François. Dicionário das Ciências Humanas. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José. Luiz de. Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. Conservação da Biodiversidade Legislação e Políticas Públicas. Memória e Análise das Leis. Disponível em: <http://ibnbio.org/wp-content/uploads/2012/09/conservacao_biodiversidade.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2014. p. 342.
- DRUMMOND, José Augusto. Devastação e Preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.
- FERNANDES, Ivan Pereira. Economia do turismo. Rio de Janeiro: Campos, 2002, p. 91-92.
- FERNANDES, Sebastião. A luta pelo turismo e conservação da natureza em Minas Gerais. Manhuaçu: Livraria e Gráfica Expansão Cultural, 1974. Trecho do Projeto apresentado pelo deputado João Bello à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1955, páginas 7 e 8. In: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. Parques por decreto: um estudo de caso sobre o Parque Nacional do Caparaó. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004.
- FERREIRA, Luiz. Fernando. COUTINHO, Maria do Carmo Baêra. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

Disponível em: < www.uff.br/entretere/index_files/oferta_turistica.ppt>. Acesso em: 15 maio 2016.

FONT, J. N. Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. Estudios Turísticos. n.115. Madrid: 1992. Apud PIRES, Paulo dos Santos, Paisagem Litorânea de Santa Catarina. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

FREITAS, Frederico, Few, Martha, y Tortorici, Zeb (Orgs.). Centering Animals in Latin American History (Durham and London: Duke University Press, 2013) HALAC. Belo Horizonte, volumen III, numero 1, setiembre 2013-febrero 2014, p. 117-143. Disponível em:< <http://revistas.unicentro.br/index.php/halac/article/view/3434/2482>>.

FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do Sujeito Ecológico ao Consumidor da Natureza. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Ecoturismo no Brasil, Possibilidades e Limites. São Paulo: Contexto, 2003. GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Crônica de uma morte anunciada. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GALDINO, Letícia Cristina Fernandes; COSTA, Michele Leandro da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica. V. VI. N. 1, Rio de Janeiro: set. 2011. p. 1-24. p. 3-6.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Crônica de uma morte anunciada. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.25. In: PIMENTA, DERMEVAL JOSÉ. A mata do Peçanha: sua história e sua gente. Belo Horizonte: Impr. Oficial, 1966

LEMOS, Amália Inês G. de. (org). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001. (Coleção Turismo).

LEMOS, Leandro de. Turismo: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo. 3. ed. Campinas: Paripus, 2001. (Coleção turismo).

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Uso público em unidades de conservação. 19 p. Disponível em:

<http://www.nima.pucrio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf>. Acesso em: 08 maio 2014.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco) Turismo em Unidades de Conservação.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes; BRUHNS, Heloísa Turini; SERRANO, Célia. (org). Patrimônio, natureza e cultura. Campinas: Paripus, 2007.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros.p.1. Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

- MARINHO, Fábio Daniel Pereira. Análise do Conceito de Paisagem na ciência geografia: reflexões para os professores do ensino básico. Revista Geonorte. Edição Especial, V. 1, N.4.
- MARUJO, Noémi; SANTOS, Norberto. Turismo, Turistas e Paisagem. Investigaciones Turísticas. Investigaciones Turísticas N° 4, julio-diciembre 2012, 35-48. ISSN: 2174-5609. Turismo, Paisagem e Turistas. Disponível em: <http://www.academia.edu/2436621/Turismo_Turistas_e_Paisagem>. Acesso em: 16. mar. 2016.
- MOESCH, Marutschka M. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.
- MOLINA, Sérgio. O pós-turismo. São Paulo: Aleph, 2003.
- MOREIRA, José Eduardo de Borges. Um Livro-memória sobre Caparaó. In: Recortes da
- NOGUEIRA, Alzira Papadimacopoulos. Parques Nacionais. Disponível em: <<http://universoverde.com.br/trabalhoscientificos/trabencialziraparques.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- PICHININ, Erica dos. Santos. Turismo e paisagem: a dinâmica da realidade e a contradição entre os fenômenos que se manifestam nos diferentes lugares. Revista Formação, n.15, volume 2. p.125-133. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/672/696>>. Acesso em: 10. maio. 2014, p. 130.
- POZZO, Renata Rogowisk; VIDAL, L.M. Apud SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 37-53 2001, p. 39. O Conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 111 – 131. Florianópolis, junho de 2010. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 12 maio 2014.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo. Hucitec, 1997^a. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A.B. (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec. 1997b. p.55-64. Apud LIMA, Maria Lúcia Costa (Eco) Turismo em Unidades de Conservação.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org) et al. In: Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003, p.78
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.
- RUBIO, Manuel Valenzuela. Turismo y Territorio. Ideas Para Una Revisión Crítica y Constructiva de las Prácticas Espaciales del Turismo. Estudios Turísticos. Madrid, 90; 47 - 56, 1986.

SANTOS, Marinilda. Falta de mão de obra qualificada é apontada como um dos grandes gargalos para o desenvolvimento do turismo em Palmas. Turismo de Negócios.10,05/2013. CLEBER TOLEDO. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/n53818>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. CULTUR: Revista de Cultura e Turismo. Ano 9. N. 1. fev. 2015.

SELAU, Maurício da Silva. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. ESBOÇOS, Revista do Programa de Pós – Graduação em História da UFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

SHENIN, Pedro Carlos; COSTA, Alexandre Marino; CASARIN, Vanessa Wednet. Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SILVA, Fernando Brasil da. A psicologia dos serviços em turismo e hotelaria: entender o cliente e atender com eficácia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

SILVA, Valdir. Paradoxo da Sustentabilidade Sociocultural do Turismo em pequenas comunidades rurais: o caso de Lavras Novas - Ouro Preto –MG”. In: ANAIS DO XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Sociedade Brasileira Economia Rural. Fortaleza, Julho de 2006, p. 2. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/anais_sober_final_4_16.pdf>. Acesso em: 15. mar. 2014.

TORRE, Oscar de La. El turismo, fenómeno social. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

TRIGO, L. (Org.). Turismo: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da zona da mata de minas gerais. Revista Brasileira de Geografia. Ano XX/Nº 1,03-88, Janeiro- Março 1958.

ANEXO A – Autorização para atividades com finalidade científica



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 50072-1	Data da Emissão: 21/07/2015 23:13	Data para Revalidação*: 19/08/2016
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	CPF: 081.258.986-62
Título do Projeto: O TURISMO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ-MG A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (1961-2014)	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	ENTREVISTA COM GESTÃO DO PARQUE, TURISTAS E POPULAÇÃO QUE VIVE NO ENTORNO DO PARQUE	07/2015	01/2016

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	1. Publicações oriundas do estudo deverão ser remetidas diretamente para o Parque Nacional do Caparaó (PNC), a fim de compor seu acervo, inclusive em meio digital sempre que possível. 2. Solicita-se a disponibilização de imagens registradas no PNC visando sua utilização em atividades do Parque, garantindo-se a indicação da autoria na veiculação. 3 O agendamento das atividades de campo no Parque Nacional do Caparaó deverá ser realizado com a ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 09 DIAS ÚTEIS.
---	--

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	André Luiz Lopes de Faria	ORIENTADOR	754.239.876-87	M4297117 SSP MG-MG	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	ALTO CAPARAÓ	MG	PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ	Fora de UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 87227612



Página 1/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 50072-1	Data da Emissão: 21/07/2015 23:13	Data para Revalidação*: 19/08/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	CPF: 081.258.986-62
Título do Projeto: O TURISMO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAO-MG A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAO (1961-2014)	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96
2	MG PARQUE NACIONAL DE CAPARAO UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 87227612



Página 2/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 50072-1	Data da Emissão: 21/07/2015 23:13	Data para Revalidação*: 19/08/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	CPF: 081.258.986-62
Título do Projeto: O TURISMO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ-MG A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (1961-2014)	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

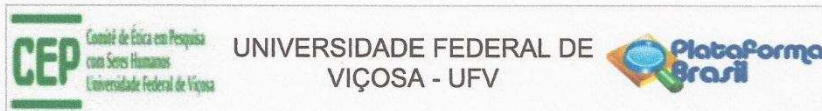
Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 87227612



Página 4/4

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TURISMO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PAISAGEM RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO CAPARAÓ-MG A PARTIR DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ (1961-2014).

Pesquisador: André Luiz Lopes de Faria

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 45216114.0.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Geografia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.283.440

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados adequadamente.

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV



Continuação do Parecer: 1.283.440

arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto analisado durante a 4ª reunião de 2015.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_367648.pdf	09/10/2015 12:47:44		Aceito
Outros	CartaResposta.doc	09/10/2015 12:45:46	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_modificada.pdf	09/10/2015 12:43:05	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	13/08/2015 13:23:56	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Outros	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	29/06/2015 14:00:16	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	15/06/2015 15:20:23	FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	18/05/2015 21:21:12	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	18/05/2015 21:20:09	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	18/05/2015 21:10:11	André Luiz Lopes de Faria	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao alto caparao.pdf	18/05/2015 20:05:44		Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	20/11/2014 23:54:33	FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	Aceito
Brochura Pesquisa	AUTORIZAÇÃO USO LABORATÓRIO.pdf	17/10/2014 12:14:08		Aceito
Brochura Pesquisa	OFICIO DE ENCAMINHAMENTO.pdf	17/10/2014		Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Bairro: Campus Universitário

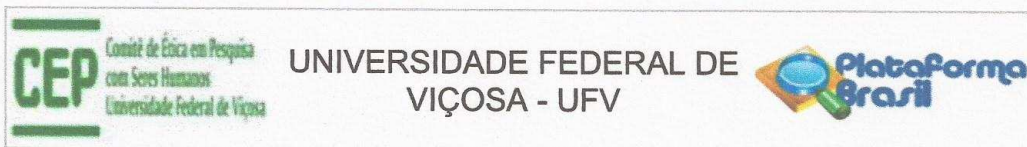
CEP: 36.570-900

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3899-2492

E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 1.283.440

Brochura Pesquisa	OFICIO DE ENCAMINHAMENTO.pdf	12:00:53		Aceito
Brochura Pesquisa	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	23/08/2014 16:01:21	FAHRENHEIT BARBOSA AMARANTE	Aceito
Brochura Pesquisa	ROTEIRO DE ENTREVISTA.pdf	23/08/2014 15:58:51		Aceito
Brochura Pesquisa	Questionarios.pdf	23/08/2014 15:51:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	22/08/2014 17:09:18		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/08/2014 17:05:17		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 16 de Outubro de 2015

Assinado por:
Patrícia Aurélia Del Nero
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

ANEXO C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro semi-estruturado de entrevista com os moradores locais:

- 1) Como você caracteriza o município de Alto Caparaó?
- 2) O que você mais valoriza no município?
- 3) Você se mudaria de Alto Caparaó para outro lugar? Por que?
- 4) Você conhece as atrações naturais da cidade?
- 5) Qual a representação do Parque Nacional do Caparaó para você?
- 6) Na sua opinião, o que mudou na localidade depois que o Parque foi criado?
- 7) Houve mudanças na paisagem? O que mudou?
- 8) Quando os turistas começaram a chegar?
- 9) Você acha que a chegada de turistas trouxe mudanças para a cidade? Eles trouxeram melhorias?
- 10) Como era Alto Caparaó antes do Parque ser criado?

Roteiro para entrevista com a equipe gestora do Parque Nacional do Caparaó

- 1) Quais foram as medidas tomadas com a população residente no entorno do Parque ao se criar esta UC?
- 2) Qual é a política de visitação do Parque?
- 3) Como é a atividade turística desenvolvida dentro do Parque Nacional do Caparaó?
- 4) Qual o número anual de visitantes à UC?
- 5) Como você caracterizaria a paisagem do Parque, de seu entorno e da área urbana?
- 6) Você acredita que com a institucionalização do Parque houve uma mudança significativa na paisagem da cidade?
- 7) A frequentação de turistas ao parque causa muitos impactos sobre a paisagem? Quais seriam?
- 8) Como visualizam a relação parque e moradores? E com os turistas?
- 9) O parque traz divisas para a cidade?
- 10) Qual a representatividade, em sua opinião, do parque para a cidade?

Roteiro para entrevista de proprietários de equipamentos turísticos

- 1) Qual o seu empreendimento na cidade de Alto Caparaó?
- 2) Desde quando você o possui?
- 3) Como é a infraestrutura do seu equipamento turístico?
- 4) Como você enxerga a atividade turística local?
- 5) Você acredita que a atividade turística modificou a paisagem urbana e rural?
- 6) Para você, qual a relação entre o Parque e a paisagem da cidade?
- 7) Em que época tem o maior fluxo turístico?
- 8) Como você considera a infraestrutura do município para o atendimento dos turistas?
- 9) Qual a representação do Parque para seu empreendimento?
- 10) Que mudanças ocorreram ao longo do tempo relacionadas a paisagem em Alto Caparaó?

ANEXO D – Atrativos do Parque



Cachoeira Bonita. Fonte: ICMBio



Cachoeira da Farofa. Fonte: ICMBio



Vale Encantado. Fonte: ICMBio



Cachoeira do Aurélio. Fonte: ICMBio



Casa Queimada. Fonte: ICMBio



Figura 3 Sanitários da Tronqueira. Fonte: Própria Autora



Vale Verde. Fonte: Própria Autora



Figura 4 Centro de Visitantes de Alto Caparaó (MG). Fonte: Própria Autora



Tronqueira. Fonte: Própria Autora



Macieira. Fonte: Hospedagem som das águas



Figura 6 Sinalização na Tronqueira. Fonte: Própria



Sítio Histórico. Fonte: ICMBio.



Figura 5 Centro de Visitantes de Pedra Menina (ES). Fonte: ICMBio.



Sinalização na Tronqueira. Fonte: ICMBio.

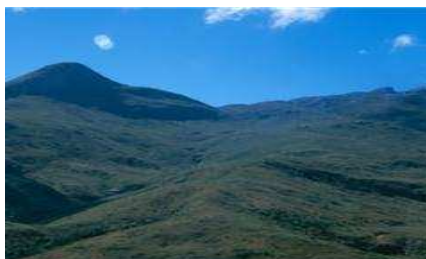


Centro de Visitantes, Pedra Menina. Fonte: ICMBio.





Pico da Bandeira. Fonte: ICMBIO.



Pico do Cristal. Fonte: ICMBIO.

ANEXO E – Autorização de uso de Imagem

AUTORIZAÇÃO

Eu Guilherme Pires Abdel
 _____, portador da cédula de identidade nº 29.191.220-0, CPF
 nº 120.068.656-09, **autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular**
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
 direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparas, 04 de Julho de 2016.

Guilherme P. Abdel


Assinatura

ANEXO F – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Diame Abdel Martins
_____, portador da cédula de identidade nº MG19 582 825, CPF
nº 099 96870693 autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Capão, 04 de julho de 2016.



Assinatura

ANEXO G – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Florinda Jacomel Gulário
_____, portador da cédula de identidade nº 169.55162, CPF
nº 062.634.186-80 autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de julho de 2016.

Florinda Jacomel Gulário

Assinatura

ANEXO H – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Patrícia Dalvírio Almeida
_____, portador da cédula de identidade nº MG-10.925.300, CPF
nº 043978536-21, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Ilto Coparaó, 04 de Julho de 2016.

Patrícia Almeida

Assinatura

ANEXO I – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Salviana Maria Silva de Paula
portador da cédula de identidade nº 129.121.717-76, CPF
nº 14.636.910, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto caparaó, 04 de Julho de 2016.

Salviana Maria Silva de Paula

Assinatura

ANEXO J – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Arlene de Fátima Sires Abdel
_____, portador da cédula de identidade nº _____, CPF
nº 068513216-10, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Seto Caparaó, 04 de Julho de 2016

Arlene de Fátima Sires Abdel

Assinatura

ANEXO K – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Danielle Abdel Martins
_____, portador da cédula de identidade nº MG-18.641.378, CPF
nº 110.587.176-26 autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de julho de 2016.

Danielle Abdel Martins

Assinatura

ANEXO L – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Kelly Meidendi de Oliveira Ribeiro
_____, portador da cédula de identidade nº M.G. 11.941.536, CPF
nº 042.029.496-14, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de julho de 2016.

Kelly Ribeiro

Assinatura

ANEXO M – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Maíra da Orla Lopes da Silva
_____, portador da cédula de identidade nº MG-12.270854, CPF
nº 037.766.687614, autorizo a fotografar a gravar em imagem e video, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de Julho de 2016.

Maíra da Orla Lopes da Silva

Assinatura

ANEXO N – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Araci Paula Neves de Almeida Heringer
_____, portador da cédula de identidade nº 17.625.391, CPF
nº 054.639.476-70, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de julho de 2016.

Araci Paula Neves de Almeida Heringer

Assinatura

ANEXO O – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Elia Cristina Batista Bueder
_____, portador da cédula de identidade nº MG 10 925 023, CPF
nº 047 835 856-36, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Itapecuru, 04 de julho de 2016.



Assinatura

ANEXO P – Autorização de uso de Imagem**AUTORIZAÇÃO**

Eu Mylenna Amáim Szapim
_____, portador da cédula de identidade nº MG-20.542.209, CPF
nº 140.097.646.93, autorizo a fotografar a gravar em imagem e vídeo, e veicular
minha imagem e meus depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos, de pesquisa e de conhecimento científico sem ônus e restrições.

Fica ainda autorizada, de livres espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de
direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Alto Caparaó, 04 de Julho de 2016.

Mylenna Amáim Szapim

Assinatura

ANEXO Q – Resposta de Atividades

5.5) Atividades

- 7) Quais são as características mais importantes de um atendente, para que o mesmo possa realizar o processo de encantamento de seu cliente? Como você percebe a oportunidade de conseguir emprego nessa função em Alto Caparaó?

Ele deve se vestir de forma adequada, ser
 racional, educado, tratar cada cliente de for-
 ma única e compreender as necessidades
 de cada indivíduo. Investir em empreendi-
 mentos que ainda não existem na cidade

- 8) Você já recebeu um atendimento que te encantou? Comente a situação e compare o conteúdo abordado neste tópico com o ocorrido com você.

Sim. A loja não se absteve ao que eu
 pedi e mostrou muita atenção mostrando boa bon-
 dade no atendimento.

- 9) Deixe aqui, a sua opinião sobre o curso. Quantos foram os pontos positivos ou negativos? O que você acredita ter acrescentado ao seu conhecimento e sua experiência? Quais os setores que mais necessitam de mão-de-obra qualificada na cidade de Alto Caparaó?

O curso permitiu um despertamento quanto às
 possibilidades que o turismo oferece em empreendi-
 mentos e mais. O comércio é uma das áreas que
 necessitam de aperfeiçoamento

ANEXO R – Resposta de Atividades

- 10) Você acredita que o turismo possa realmente mudar a realidade de Alto Caparaó? Por quê? Expresse aqui, a sua opinião sobre o turismo e o desenvolvimento no município.

Sim. Pois já é visível o desenvolvimento do município quando comparado a alguns anos atrás. O fluxo de pessoas vindas de vários lugares permite o desenvolvimento do comércio em suas várias formas e a cidade parece estar estruturada para receber essa demanda.

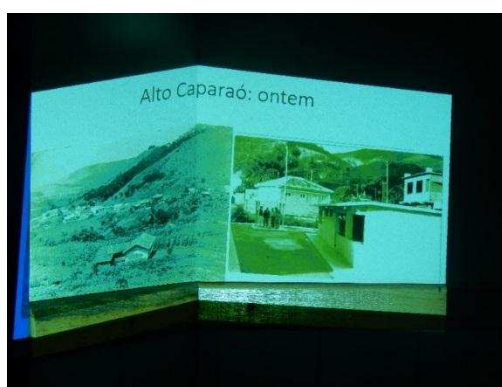
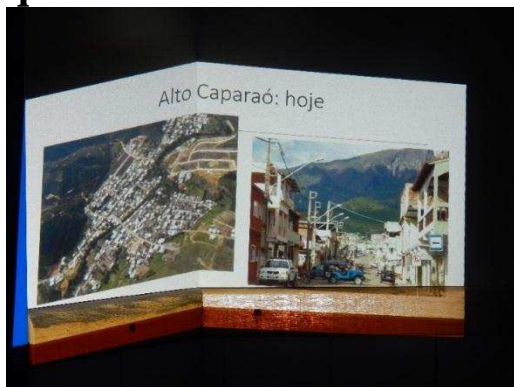
- 11) Você acredita que o turismo mudou as condições das pessoas que atuam na área e na cidade? Quais foram os benefícios e malefícios que essa área trouxe para Alto Caparaó?

Não há dúvidas de que o turismo permite melhorias nas condições de vida da população local. O giro do capital e as possibilidades de emprego são prova disso. A cidade está sendo reconhecida pelos seus atrativos naturais, culturais e históricos, no entanto, os maiores beneficiados são pessoas que não pertencem ao município, e por terem uma visão diferente dos munícipes que se abstém a produção do café, sem sequer explorar outros meios de aproveitamento do turismo.

ANEXO S – Relato sobre a percepção do turismo como influenciador do desenvolvimento local

Nossa cidade se desenvolveu ao longo do tempo de uma maneira organizada por ter uma boa administração, estamos crescendo como uma cidade turística antes mesmo que os outros todos de Juazeiro agora todos os seus serviços são cobertos, vivemos com o turismo muitos lojas de artesanatos, restaurantes com cozinhas internacionais, temos hoje em nossa cidade o melhor já a 2 anos conse-
cultivos. Devido a isso algumas igrejas fo-
ram restauradas e o pessoal local ficou
mais desenvolvido perante o turismo.

ANEXO T – Algumas fotografias referentes ao curso de qualidade no atendimento ao turista



ANEXO U – Algumas fotografias referentes ao curso de qualidade no atendimento ao turista

